UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO

JORGE DELLANE DA SILVA BRITO

A PSICANÁLISE E O PODER DE SUA REPRESENTAÇÃO

UMA PSICOSSOCIOLOGIA CRÍTICA DO CONHECIMENTO PSICANALÍTICO

Recife
2022

JORGE DELLANE DA SILVA BRITO

A PSICANÁLISE E O PODER DE SUA REPRESENTAÇÃO: UMA PSICOSSOCIOLOGIA CRÍTICA DO CONHECIMENTO PSICANALÍTICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Psicologia. Linha de pesquisa: Processos sociointerativos e desenvolvimento humano.

Orientadora: Profª. Drª. Maria de Fátima de Souza Santos.

RECIFE

2022

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

B862p Brito, Jorge Dellane da Silva.
A psicanálise e o poder de sua representação : uma psicossociologia crítica do conhecimento psicanalítico. / Jorge Dellane da Silva Brito. – 2022.
299 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Profª. Drª. Maria de Fátima de Souza Santos.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2022.
Inclui referências e apêndices.

1. Psicologia. 2. Psicologia social. 3. Psicanálise – Representações sociais. 4. Psicanálise – Análise do discurso. 5. Interpretação psicanalítica. I. Santos, Maria de Fátima de Souza (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2023-010)

JORGE DELLANE DA SILVA BRITO

A PSICANÁLISE E O PODER DE SUA REPRESENTAÇÃO:

UMA PSICOSSOCIOLOGIA CRÍTICA DO CONHECIMENTO PSICANALÍTICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia.
Área de concentração: Psicologia. Linha de pesquisa: Processos sociointerativos e desenvolvimento humano.

Aprovada em: 22/12/2022.

BANCA EXAMINADORA:

_____
Profª. Drª. Maria de Fátima de Souza Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Prof. Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

_____
Prof. Dr. Lassana Danfá (Examinador Externo)
Uninassau – Garanhuns-PE

_____
Profª. Drª. Wedna Cristina Marinho Galindo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profª. Drª. Klaylian Marcela Santos Lima Monteiro (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Devo a realização deste empreendimento intelectual a todas(os) aquelas(es) que, ao longo de minha vida, nutriram-me com sua sabedoria, seu apoio e seu afeto. Com o mais profundo reconhecimento, agradeço em especial a meus pais, Sônia e Zaneles, e meus irmãos, Charles, Cristiane e Samara, que de perto ou de longe acompanharam cada degrau vencido na escalada da vida, mas também nas dúvidas, tropeços e recomeços deste aprendiz.

A meus cunhados e em especial a meus sobrinhos Vítor e Heitor, o muito obrigado pela alegria que me dão, e pelo futuro que tão esperançosamente representam.

A meus avós Lica, Sebastião, Nazaré, Elísio, a gratidão por terem sido e serem sempre a minha conexão com o tempo, o sentido de comunidade.

A Glorivania, vivaz companheira, mesmo ali onde a vida se fez ausente, na forma de perdas.

A Rana, Lara, Fábia e Sonielson (*in memoriam*), primos e tios de Recife, que me acolheram desde o início do meu doutorado, partilhando sua casa, seus momentos, sua vida, um agradecimento todo especial.

A meu tio Sonielson, que carinhosamente chamava de Tita, a mais profunda gratidão marcada com uma saudade tão imensa quanto todos os ensinamentos e inspirações que me banharam desde a infância, e que ajudaram a construir o mundo em que ainda hoje habito. Ele, que sofreu comigo as dores da construção de minha ideia de tese, que me deu a mão naquele ano mágico de 2017 em que praticamente morei em sua casa enquanto assistia às aulas das disciplinas do doutorado; ele, que ainda jovem viu esvair-se sua saúde, viu avizinhar-se o martírio, e que nos momentos mais cruciais de sua existência deixou a mais poderosa lição de coragem, amorosidade, amizade. A ele, como não poderia deixar de ser, ofereço esta tese, que tem muito de seu espírito imortal.

Agradeço ainda à Universidade Estadual da Paraíba, onde fiz minha graduação, meu mestrado, e onde hoje leciono e aprendo com os estudantes no curso de psicologia, em Campina Grande.

Às professoras e professores que compuseram minha banca doutoral – Edmundo Gaudêncio, que foi meu professor e depois colega; Lassana Danfá, meu grande interlocutor doutoral; Wedna Galindo e; Klaylian Marcela - um grande agradecimento por seu *sim* a um

convite para um debate que, espero, possa ser útil aos planos do conhecimento acadêmico, da formação profissional e da ética.

À minha orientadora, professora Fátima, meu muito, muito obrigado, por tudo quanto tem me brindado - desde 2016, quando fui aluno especial numa disciplina sua, até o momento atual da banca doutoral - me banhando com seus conhecimentos, suas intuições, indicações; reapresentando para mim uma psicologia social como eu nunca havia antes subjetivado e; particularmente, suportando minhas incertezas e angústias diante do doutorado e diante de tantos desafios de vida que acompanharam os anos de tese, como a perda de um ente querido (meu tio Sonielson), as ameaças da pandemia de Covid 19, e os horrores da violência política no Brasil dos últimos anos.

RESUMO

O presente trabalho em "psicologia social da psicanálise" analisou os fundamentos psicossociais das ações de uma importante vertente da psicanálise lacaniana brasileira em relação a determinados recortes privilegiados do tecido sociocultural contemporâneo, procurando suprir uma lacuna nos estudos em psicologia que tomassem a psicanálise não como ferramenta teórica, mas como objeto de investigação. Ampliando a abordagem original (e quase esquecida) da psicanálise pela psicologia social, tal como efetivada por Serge Moscovici em sua tese *A psicanálise, sua imagem e seu público*, o trabalho reconstituiu as linhas gerais da história da psicanálise, de Freud a Lacan, articulando a Teoria das Representações Sociais e a Análise de Discurso Crítica – além de outros aportes – através de uma pesquisa documental que se debruçou sobre textos da Revista Correio, da Escola Brasileira de Psicanálise, publicados entre os anos de 2004 e 2016, voltados para quatro instâncias do extrapsicanalítico, assim hierarquizadas: o "social"; a "ciência"; a "universidade" e o "mundo psi" (aqui destacando-se o caso da psicologia acadêmica). A pesquisa descreveu/interpretou como e por que cada um desses objetos sociais foi construído representacional e discursivamente, com vistas à produção de um estranhamento radical entre a psicanálise e o mundo extrapsicanalítico, condição estratégica necessária para sua pretensa imunidade à crítica social e, ao mesmo tempo, para sua reprodução social, em especial na universidade e nos cursos de graduação em psicologia. Com textos voltados para um público psicanalítico ampliado – a incluir professores universitários e estudantes de psicologia – as representações sociais veiculadas discursivamente foram lidas não apenas como instrumento de difusão de uma leitura possível de mundo, mas como meios de produção de subjetividades a serviço de interesses políticos de certa comunidade psicanalítica lacaniana, abordagem que inevitavelmente trouxe à tona os problemas do poder e da ideologia.

Palavras chave: representações sociais e psicanálise; discurso psicanalítico; psicanálise e poder; psicologia social da psicanálise.

ABSTRACT

The present work on “social psychology of psychoanalysis” analyzed the psychosocial foundations of the actions of an important branch of Brazilian Lacanian psychoanalysis related to certain privileged cuts of the contemporary sociocultural context, seeking to fill a gap in studies in psychology that took psychoanalysis not as a tool theoretical, but as an object of investigation. Extending the original (and almost forgotten) approach to psychoanalysis by social psychology, as carried out by Serge Moscovici in his thesis *Psychoanalysis, its image and its public*, the work reconstituted the general lines of the history of psychoanalysis, from Freud to Lacan, articulating the Theory of Social Representations and Critical Discourse Analysis – in addition to other contributions – through a documentary research that focused on texts from Revista Correio, from the Escola Brasileira de Psicanálise, published between the years 2004 and 2016, focused on four instances of the extrapsychoanalytic, thus hierarchical: the “social”; the “science"; the “university” and the “psi world” (here highlighting the case of academic psychology). The research described/interpreted how and why each of these social objects was constructed representationally and discursively, aiming at the production of a radical estrangement between psychoanalysis and the extra-psychoanalytic world, a necessary strategic condition for its alleged immunity to social criticism and, at the same time, for its social reproduction, especially at the university and in undergraduate psychology courses. With texts aimed at a broader psychoanalytical audience – including university professors and psychology students – the discursively conveyed social representations were read not only as an instrument for disseminating a possible reading of the world, but as a means of producing subjectivities at the service of political interests of a certain Lacanian psychoanalytic community, an approach that inevitably brought problems of power and ideology to the fore.

Key Words: social representations and psychoanalysis; psychoanalytic discourse; psychoanalysis and power; social psychology of psychoanalysis.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**.....	12
2	**PSICOLOGIA SOCIAL E PSICANÁLISE: A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE INVESTIGAÇÃO**.....	16
2.1	O OBJETO DA PESQUISA, SEU PROBLEMA SOCIAL E SEU MANEJO TEÓRICO.....	16
2.1.1	**Pelas trilhas de um esquecido estudo psicossocial sobre a psicanálise**.....	16
2.1.2	**A teoria das representações sociais e a construção do saber da psicanálise**..	22
2.1.3	**A base teórica fundamental da pesquisa: Poder, dominação e ideologia na articulação entre a teoria das representações sociais e a análise de discurso crítica**.....	32
2.2	CONFIGURAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	41
2.2.1	**Panorama geral da pesquisa documental: O método, o campo, o *corpus*, a categorização e os principais eixos de análise**.....	41
2.2.1.1	*Por uma política do método interpretativo*.....	41
2.2.1.2	*Os recortes políticos do objeto em análise*.....	43
2.2.1.3	*A construção de um corpus*.....	45
2.2.2	**Eixo de análise I: Os agentes textuais e suas ações**.....	46
2.2.2.1	*Os agentes textuais ativos, passivos e perspectivados*.....	46
2.2.2.2	*As categorias de ações dos agentes textuais ativos*.....	48
2.2.3	**Eixo de análise II: As estruturas argumentativas**.....	49
2.2.3.1	*Referências teóricas para a análise da argumentação*.....	49
2.2.3.2	*As categorias da análise da argumentação*.....	50
2.2.4	**A construção da inteligibilidade geral dos dados da pesquisa**.....	51
3	**O PSICANALÍTICO E OS OUTROS MUNDOS: UM ESTUDO DOCUMENTAL EM PSICOSSOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO**....	56
3.1	PREÂMBULO.....	56
3.2	PRIMEIRA MOVIMENTAÇÃO HISTÓRICA: *O NASCIMENTO INTERDITO DA PSICANÁLISE, SEU AUTOEXÍLIO ATIVISTA, SUA INSCRIÇÃO MARGINAL NA CULTURA*.....	58

3.2.1 A psicanálise, sua história e suas narrativas psicossociais..... 58
3.2.1.1 A historicidade, o psicológico e a psicanálise..... 58
3.2.1.2 Por uma psicologia social da memória psicanalítica..... 60
3.2.1.3 O mundo contra a psicanálise: a narrativa histórica do ostracismo de um filho bastardo..... 62
3.2.1.4 Limpando o terreno: a narrativa histórica da caçada ao inimigo interno..... 64
3.2.2 A psicanálise instituída e suas representações identitárias..... 68
3.2.2.1 Análise institucional da psicanálise em ebulição..... 68
3.2.2.2 Um obstáculo a superar: a identidade na teoria lacaniana..... 71
3.2.2.3 A dialética identitária das representações de si e dos outros..... 73
3.2.2.4 Representações identitárias da psicanálise lacano-milleriana..... 74
3.2.3 A psicanálise instituída como agente intelectual..... 80
3.2.3.1 Identidade, triângulo epistemológico e conhecimento social..... 80
3.2.3.2 Representações, comunicação e discurso..... 82
3.2.3.3 O familiar e o não familiar na psicanálise e na teoria das representações sociais..... 84
3.2.4 A sociedade e a cultura sob suspeita..... 86
3.2.4.1 O freudismo: da miséria civilizacional à psicanálise na cultura..... 86
3.2.4.2 As "representações do social" construídas pela psicanálise..... 89
3.3 SEGUNDA MOVIMENTAÇÃO HISTÓRICA: O CONTRA-ATAQUE DOS PSICANALISTAS..... 101
3.3.1 O Inconsciente, a bandeira da extraterritorialidade e o controle social da psicanálise..... 102
3.3.1.1 Representações sociais da subjetividade e da agência inconsciente..... 102
3.3.1.2 Do Inconsciente alienígena ao corpo estranho psicanalítico..... 104
3.3.1.3 O lacanismo, a linguagem e o refúgio no logicismo..... 107
3.3.1.4 Sociologia do campo científico e a autonomização da psicanálise..... 109
3.3.1.5 Extraterritorialidade versus *regulamentação: entre as ameaças externas e as novas sabotagens do inimigo interno*..... 113
3.3.2 O fundo analítico do mundo..... 117
3.3.2.1 A extraterritorialidade intraterritorial da psicanálise..... 117
3.3.2.2 O Inconsciente e a negatividade no núcleo central da vida..... 119
3.3.2.3 A engenharia cognitiva da política psicanalítica: representações, discursos e subjetivação..... 122

3.3.3 A legitimação do psicanalítico no mundo dos outros: Imperativo ético, imperativo de poder..... 128
3.3.3.1 Uma nova ética para a humanidade: a verdade do desejo e o salvamento do sujeito..... 129
3.3.3.2 A ética da parceria com os oprimidos e a promessa da esquerda psicanalítica.. 131
3.3.3.3 O impulso à ocupação de espaços e a gestação de um discurso de dominação... 135
3.3.4 A ciência representada pelo seu pior..... 138
3.3.4.1 O lugar crítico da ciência na teoria lacaniana dos discursos..... 139
3.3.4.2 A exceção psicanalítica e suas representações de ciência..... 143
3.3.4.3 Contraponto: o campo científico e sua polifonia contemporânea..... 148
3.3.5 Tomar a universidade de assalto..... 151
3.3.5.1 Histórias da psicanálise na universidade: do Prof. Freud à teoria lacaniana do discurso universitário..... 151
3.3.5.2 Representações e discursos sobre a universidade: deslegitimar para ocupar, legitimando-se..... 153
3.3.5.3 Contraponto: a universidade enquanto construção crítica permanente..... 160
3.3.6 Desfazer a psicologia a partir de dentro..... 166
3.3.6.1 O campo psi em disputa no século da subjetividade..... 166
3.3.6.2 A psicanálise e a subversão da psicologia no espaço universitário..... 172
3.3.6.3 Representações e discursos psicanalíticos quanto à psicologia no contexto de uma guerra em várias frentes..... 176
3.3.6.4 Contraponto: as psicologias, seu passado, seu compromisso social..... 209
4 CONCLUSÕES PARA *UM* FUTURO..... 213
4.1 IMPERIALISMO EPISTEMOLÓGICO *VERSUS* DIALOGISMO: A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE SOBRE OS EFEITOS POLÍTICOS DE UM DISCURSO..... 213
4.2 DA PSICANÁLISE PARA A PSICOLOGIA SOCIAL: SOBRE O CUSTO POLÍTICO DE UM EMPRÉSTIMO EPISTÊMICO NUMA VIA DE MÃO ÚNICA..... 216
4.3 "QUAL A PSICANÁLISE QUE QUEREMOS?"..... 218
REFERÊNCIAS..... 221
APÊNDICE A - IMAGENS, LISTAS E QUADROS DA BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA..... 247

APÊNDICE B - IMAGENS E QUADROS SUPLEMENTARES À ANÁLISE DOS DADOS..... 269
APÊNDICE C - QUADROS DOS RESULTADOS BRUTOS DA PESQUISA..... 272

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem falado a respeito de um declínio contemporâneo da psicanálise após um tempo áureo onde, até meados do século XX, ela "explicava" o mundo, ditava modas intelectuais, penetrava no vocabulário popular. Ultrapassada pela eficácia da psiquiatria química e pelos avanços das neurociências, ela seria, hoje, coisa do passado. Se houve um refluxo da psicanálise, entretanto, ele corresponde, simultaneamente, a um processo de recuo estratégico para o interior de certos espaços privilegiados, a partir de onde ela continua a operar sobre os grandes temas da sociedade: da alienação mental por meio de tecnologias digitais à emergência de novos sintomas na "pós-modernidade"; da explosão identitária ao declínio das democracias ocidentais, nada escapa ao olhar diligente e militante da psicanálise. Psicanalistas são também professores universitários, muitos são colunistas dos grandes jornais; psicanalistas são convidados especiais na mídia alternativa, de "esquerda", a problematizar o sofrimento subjetivo e político do dia a dia. A psicanálise não morreu; ela encontrou outros meios para viver e proliferar suas ideias, suas representações, seus discursos.

O presente trabalho consiste numa investigação em psicologia social sobre as relações entre a psicanálise e o mundo social extrapsicanalítico, em particular a ciência, a universidade e o mundo psi, estes últimos cruciais para a subsistência atual da psicanálise. Recuperando o estudo original de Serge Moscovici acerca da representação social da psicanálise na França, mas relendo-o a partir de uma perspectiva *sui generis*, foram traçadas algumas linhas do que se poderia chamar de uma "psicologia social *da* psicanálise", domínio pouquíssimo explorado, a despeito da obviedade de que o mundo psicanalítico, na prática, é constituído de pessoas, relações, fenômenos grupais e institucionais.

Nossa proposta de uma psicologia social da psicanálise, portanto, partiu da detecção de uma situação contrastante: por um lado, era evidente o grande interesse do movimento psicanalítico em pensar, teorizar e agir quanto à sociedade e seus problemas, a ciência e suas condições de possibilidade, a universidade e suas estruturas, a psicologia e seu projeto; por outro lado, era intrigante a quase omissão dessas instâncias em fazer o mesmo, em sentido inverso. No caso da psicologia esse silêncio soaria ainda mais estranho, uma vez que os cursos de graduação em psicologia vêm se tornando um espaço cada vez mais cobiçado por instituições e seus psicanalistas, em larga medida detentores de um diploma em psicologia. Uma amostra dos efeitos práticos de uma espécie de "formação precoce" de futuros analistas

entre estudantes observávamos enquanto professor do curso de psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande-PB, o que reforçou nosso interesse por uma investigação dos efeitos psicossociais e das matrizes históricas, epistemológicas, políticas, éticas, de tal movimento.

Sendo impossível abarcar o vasto universo da(s) psicanálise(s), nossa investigação operou uma série de delimitações: a) ela restringiu-se ao Brasil; b) dentre as diversas tendências psicanalíticas a escolha recaiu sobre a corrente lacaniana (seguidora do psicanalista francês Jacques Lacan), muito representativa no Brasil atual; c) o foco, no interior do lacanismo, incidiu sobre a vertente "milleriana" (referente ao psicanalista Jacques-Alain Miller, genro de Lacan e seu sucessor "oficial" no controverso cenário da psicanálise francesa), fortemente representada no Brasil pela Escola Brasileira de Psicanálise (EPB), com grande penetração na universidade e nos cursos de psicologia; d) dentre as produções da EBP, a pesquisa se concentrou sobre um de seus veículos de divulgação, a "Revista Correio". O trabalho consistiu, assim, de uma pesquisa documental sobre o acervo da publicação, com recorte temporal entre os anos de 2004 e 2016, visando a um contexto mais contemporâneo da psicanálise lacano-milleriana nos espaços socioculturais. Do material documental foram selecionadas revistas com matérias voltadas não para aspectos teórico-clínicos da psicanálise, mas para as suas concepções acerca da sociedade, da cultura e de suas instâncias institucionais, cujos textos foram categorizados e analisados qualitativamente.

As duas bases teóricas principais do estudo foram a 'teoria das representações sociais' (TRS) e a 'análise de discurso crítica' (ADC), cuja integração interdisciplinar possibilitou o reconhecimento de que nos seus modos de relacionar-se com o mundo, o movimento psicanalítico lacano-milleriano – entendido psicossociologicamente como *endogrupo* – produz, textualmente, representações sociais acerca dos espaços, saberes e *exogrupos* extrapsicanalíticos, representações que, não sendo neutras, servem como ferramentas de ação discursiva para a afirmação da identidade psicanalítica em contraste com outras identidades sociais extrapsicanalíticas, como as da ciência, da universidade, do mundo psi[1]. Em suplemento à TRS e à ADC outros aportes teóricos como a análise institucional, a sociologia do conhecimento, os estudos culturais, a filosofia, vieram contribuir para o entendimento dos desenvolvimentos da psicanálise enquanto construção psicossocial marcada por coalizões e rupturas, onde até mesmo suas próprias teorias foram e são operadas para fins políticos.

[1] Chamamos de "mundo psi" o conjunto dos saberes psi não psicanalíticos (psicologia, psiquiatria, psicoterapia), que lidam com o *fenômeno psicológico* humano, em sentido genérico, embora, como veremos bem mais adiante, talvez a psicologia, enquanto saber, acabe condensando em torno de si a essência desse domínio, às vezes referido como o "psicológico".

A interpretação psicossocial das representações e discursos psicanalíticos acerca dos mundos extrapsicanalíticos supõe, portanto, o conhecimento da história da psicanálise. Assim, o presente trabalho se apresenta *estruturalmente* como uma reconstituição dessa história, balizada no binômio Freud-Lacan que, segundo os lacanianos, formam uma linha de continuidade tal que praticamente dispensa outros nomes e correntes pós-freudianas. Nestes termos, a história da psicanálise foi repartida em dois momentos, no trabalho: a "Primeira Movimentação Histórica", que remonta à psicanálise freudiana desde suas origens no final do séc. XIX, indo até o início dos anos 1950 e; a "Segunda Movimentação Histórica", partindo com o raiar da psicanálise lacaniana, no começo da década de 1950, chegando até os dias de hoje. A princípio, os fatos da "Segunda Movimentação Histórica" interessariam mais a uma pesquisa concentrada no estudo documental de uma instituição lacaniana, mesmo porque as implicações políticas das relações entre a psicanálise e outras instâncias como a ciência, a universidade e o mundo psi ganharam maior radicalidade a partir dos trabalhos de Lacan. Porém, considerando que Lacan pretendeu legitimar sua psicanálise como um verdadeiro "retorno a Freud", fazendo ver neste suas próprias ideias posteriores, o olhar sobre a "Primeira Movimentação Histórica" é mais que necessário. Nesse sentido, a *cronologia linear* que encadeia as duas "movimentações" históricas teve de ser muitas vezes, no trabalho, subvertida por uma *cronologia retroativa*, onde certos temas da atualidade psicanalítica foram remetidos a eventos dos primórdios da psicanálise. Num sentido contrário, outras vezes, ao se discutirem aspectos históricos da psicanálise freudiana propriamente dita – nas partes do trabalho correspondentes à "Primeira Movimentação Histórica" – elementos tipicamente lacanianos emergiram no debate, vindo a constituir também uma *cronologia prospectiva*.

Ao longo dessas histórias, representações e discursos foram sendo construídos, reescritos, operacionalizados. A pesquisa se iniciou pelas representações do social, culminando nas representações quanto ao mundo psi e à psicologia. No caminho todo um universo complexo foi se configurando como objeto para uma "psicologia social da psicanálise". Ao final, chegou-se a uma reflexão sobre a ética das relações entre a psicanálise e os demais saberes - a exemplo da psicologia (mas também, da psiquiatria, da psicoterapia, etc.) -, caracterizando o trabalho, também, como uma "psicossociologia do conhecimento psicanalítico".

Esta tese, portanto, se destina principalmente aos que fazem a psicologia acadêmica e profissional no Brasil (os Conselhos de Psicologia, os cursos de psicologia, as diretrizes curriculares, etc.) e ao campo específico da psicologia social, ao qual lhe será ofertada uma proposta de estudo de um fenômeno social (a psicanálise) a partir de uma perspectiva ao

mesmo tempo psicossociológica e interdisciplinar, histórica e contemporânea, descritiva e interpretativa. Extensivamente, o trabalho poderá ser do interesse de todo aquele que pretenda melhor conhecer a presença da psicanálise no mundo, o alcance de sua clínica, sua interpretação da cultura, suas contribuições epistemológicas, suas estratégias de poder.

2 PSICOLOGIA SOCIAL E PSICANÁLISE: A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

2.1 O OBJETO DA PESQUISA, SEU PROBLEMA SOCIAL E SEU MANEJO TEÓRICO

2.1.1 Pelas trilhas de um esquecido estudo psicossocial sobre a psicanálise

Se partirmos do princípio de que a relevância de um objeto social se dá na proporção direta de sua repercussão, uma breve visada sobre a vasta produção intelectual acerca da psicanálise – desde a filosofia até as ciências sociais, e mais além – acumulada a partir da primeira metade do séc. XX não deixa dúvidas de que a invenção freudiana não apenas fez um retrato provocativo do seu tempo como projetou luzes e apontou caminhos sobre as obscuridades do porvir. Em contraste, parece-nos intrigante que a psicologia social quase nunca tenha se proposto a uma investigação consistente sobre esse mesmo objeto social, em que pese os psicanalistas e suas instituições não cessarem de produzir farto material para um olhar psicossocial, e em que pese algumas tendências psicanalíticas questionarem a psicologia social, seja para endossar a proposta de uma "psicologia social analiticamente orientada" (DUNKER, 2015), seja para propor uma mudança de paradigma na psicologia social, associando-a a certa leitura psicanalítica da linguagem (PARKER; SHOTTER, 1990).

Como única exceção relevante a essa regra – e mesmo assim com alguma reserva -, a tese doutoral de Serge Moscovici, *A psicanálise, sua imagem e seu público*, lançada em forma de livro no mesmo ano de 1961 (MOSCOVICI, 2012*a*), empreendeu uma investigação acerca da disseminação social da psicanálise na mídia e na sociedade francesa nos anos 1950. Ultrapassando os espaços eruditos, o tema da "psicanálise" então se capilarizava pelas massas, pelo domínio dos saberes cotidianos, produzindo o que Moscovici denominou de "representações sociais". A hesitação quanto a considerar a tese moscoviciana como um estudo psicossocial *da* psicanálise reside no fato notório de que o interesse central de seu autor não era investigar a psicanálise, mas refundar o próprio campo da psicologia social a partir de um programa de pesquisa mais sociológico, em contraste com a psicologia social experimental e individualista vigente, abrindo caminho para o desenvolvimento de uma nova epistemologia, uma "psicossociologia do conhecimento". A psicanálise, nesse contexto,

entrara apenas como um objeto social ilustrativo para sua 'teoria das representações sociais' (TRS), escolhido contingencialmente por conta de sua relevância naquele instante e naquela sociedade. Esta, ao menos, é a impressão mais direta e pregnante que se pode extrair de *A psicanálise, sua imagem e seu público*.

Partimos, no entanto, de uma outra leitura possível do texto moscoviciano, tomando-o sim como um estudo psicossocial *da* psicanálise, em cuja filiação situamos nossa investigação doutoral. Como logo veremos, as ferramentas teóricas e argumentativas para essa leitura alternativa encontram-se insinuadas no próprio livro/tese de Moscovici, bem como em estudos posteriores no campo da 'teoria das representações sociais'. Nossa hipótese é a de que o psicólogo social francês acabou produzindo não uma, mas duas teses, uma explícita, tornada a leitura oficial, e outra implícita, incidental, que foi esquecida. O esquema gráfico a seguir ilustra melhor esta concepção:

Tese explícita:

Ele partiu de um campo > ***para criar uma teoria*** > ***sobre um objeto*** > ***servindo-se de um fenômeno***
(A psicologia social) *(a TRS)* *(o senso comum)* *(a apreensão popular da psicanálise)*

Tese incidental:

Ele partiu de um campo > ***e de uma teoria*** > ***para interpretar um objeto***
(A psicologia social) *(a TRS)* *(a psicanálise)*

Se na tese explícita, a psicanálise não passa de um objeto ilustrativo para uma nova teoria em psicologia social, na tese incidental (esquecida), a psicanálise está no centro das atenções. Grosso modo – pois ainda será necessário matizar a noção de *apreensão* em TRS, que também é uma *construção* -, na tese explícita Moscovici fez uma "apreensão" (a pesquisa) de uma "apreensão" (a representação social) da psicanálise; portanto uma "apreensão de uma apreensão", deixando intocado o objeto psicanálise. Na tese incidental, ao contrário, ele teria levado a cabo uma apreensão *direta* da psicanálise, de um modo bastante *sui generis*, o que requer uma digressão a mais aqui: ora, uma vez a psicanálise tenha se tornado um assunto público, uma parcela qualquer de sua virtual pureza original inevitavelmente teria sido perdida, substituída pelo que do social viria como troca, um preço a pagar por sua presença na cultura. Eis nosso modelo para uma forma de apreensão *direta* da psicanálise, que teremos ocasião de melhor problematizar.

Possivelmente dois foram os fatores que induziram ao esquecimento disso que chamamos de "tese incidental" em Moscovici: de um lado o fato de ele não haver investigado o que diziam os próprios psicanalistas; e de outro, o fato de não ter ele se proposto a problematizar criticamente a partir do que diziam a imprensa e a sociedade a respeito da

psicanálise. A nosso ver, a pouca consideração sobre esses elementos é o ponto de maior fragilidade do livro/tese de Moscovici, que se debruçou sobre as representações sociais da psicanálise simultaneamente em seu *ponto de chegada* junto ao público leigo e num certo *ponto mediano*, a imprensa, meio de informação e formação do público, mas não em seu *ponto de partida*, a instituição psicanalítica, que abastecia direta e indiretamente a imprensa e, em última instância, a sociedade mais ampla. No primeiro caso há uma escusa: Moscovici tentou entrevistar psicanalistas, que em sua quase totalidade se recusaram a colaborar (MOSCOVICI, 2012*a*). No segundo caso, não; mesmo porque a própria recusa dos psicanalistas em participarem da pesquisa já seria um dado significativo para se pensar a psicanálise do ponto de vista político-institucional e o quanto isto poderia ter contribuído para as representações sociais da psicanálise, que circulavam na França.

Nas "notas preliminares" de seu livro Moscovici reconheceu a importância da política e da história para a compreensão da psicanálise, mas segundo ele, por razões de recorte teórico, acabou centrando sua abordagem mais no aspecto cognitivo em relação à representação social da psicanálise. Os efeitos adversos dessa posição, digamos, "neutra", Moscovici reconheceria quinze anos depois, por ocasião da segunda edição de seu livro/tese: "Só descrevemos um lado das coisas. Se a psicanálise é instrumento que circula nas sociedades e que provoca impacto, ela é o instrumento de alguém" (MOSCOVICI, 2012*a*, p. 158). Nesse acréscimo à segunda edição o autor inseriu comentários atualizadores, em especial admitindo que ao longo de uma quinzena de anos a psicanálise, surpreendentemente, deixara de ser apenas um objeto de curiosidade para tornar-se parte fundamental da cultura intelectual francesa no pós "maio de 1968", isso graças ao empenho decisivo de Lacan.

Acreditamos que o próprio Moscovici não tenha se dado conta de que sua tese e livro sobre a representação social da psicanálise se localizavam numa importante encruzilhada entre a psicologia social e a psicanálise, articulando três grandes personagens: ele próprio, Moscovici, representando a psicologia social; Lacan, representando a psicanálise francesa e; Daniel Lagache, orientador de Moscovici, mediador da aproximação entre a psicologia social e a psicanálise. Ora, Lagache era, nos anos 1950, o maior expoente da psicanálise francesa, ficando famoso por ter, a partir de 1953 – quando Moscovici já estava desenvolvendo sua pesquisa doutoral - liderado um movimento do qual participavam Lacan e outros analistas rebeldes, que se contrapôs às orientações da Associação Psicanalítica Internacional, rebelião que gradativamente testemunharia o protagonismo de Lacan, que depois romperia com o próprio Lagache. Nada disso aparece na tese/livro de Moscovici, e suspeitamos que as implicações desse triângulo Moscovici-Lagache-Lacan continuem passando desapercebidas

por muitos leitores de *A psicanálise, sua imagem e seu público*.

Se na segunda edição de seu livro, em 1976, Moscovici confessou sua surpresa com o poder que detinha a psicanálise francesa (lacaniana), chegando a dizer que diante disso lhe haviam sugerido reescrever o livro, no que declinara, quase ao mesmo tempo um outro estudo acerca da política dos psicanalistas fez um balanço sociológico da popularização da psicanálise, mas a partir de uma fonte mais precisa: a instituição psicanalítica (CASTEL, 1978). Uma década depois Moscovici (2011) renderia elogios ao empreendimento de Robert Castel, cujo livro também nos servirá de guia em nosso estudo.

O caráter mais descritivo, neutro e despreocupado com as causas remotas das representações investigadas levantou inúmeras objeções à 'teoria das representações sociais' no campo da própria psicologia social (GONZÁLEZ REY, 2004) e fora dele (BOURDIEU, 2004), e toda uma autocrítica tomou lugar no interior do movimento no sentido de uma maior atenção para com os processos macrossociais, ideológicos, societais, envolvidos na produção de representações sociais (DOISE, 2012). Nossa investigação seguiu este caminho, pensando não em "contextos", mas em "constituições" societais de processos microssociais, inspirando-se em diversas tendências de pesquisa em TRS, desde aquelas de cunho sociodinâmico, que consideram as relações, o metassistema e os subsistemas socioculturais em interação (DESCHAMPS; MOLINER, 2014), passando pelas que articulam sociedade, cultura e história (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNÁNDEZ, 2015), até aquelas de extração dialógica, que valorizam as produções identitárias e discursivas através das representações sociais (DE ROSA, 2014).

Dito isto, podemos afirmar que estamos já bastante distantes da posição dicionaresca (e ingênua) de tomar imediatamente a psicanálise como uma ciência e uma prática clínica. Invertendo os pesos entre esse microuniverso e uma visão macrofundamentada, um estudo socioantropológico da psicanálise parte do princípio de que

> a psicanálise não é apenas, talvez nem mesmo primordialmente, uma *doutrina*. É também uma instituição, uma técnica, uma organização, uma ética, uma teoria do conhecimento, um idioma e um clima de opinião (GELLNER, 1985, p. 47).

Com base nessa forma de leitura, propomos a seguinte definição operacional do que consideramos que seja a psicanálise, para efeitos da pesquisa: ***A psicanálise é um movimento epistêmico-político-institucional, de caráter identitário e histórico, que se fundamenta e se legitima num conjunto de teorias sobre a subjetividade e suas vicissitudes, num fazer clínico e numa leitura da cultura, e que se reproduz num sistema autônomo de formação de analistas e de inserções estratégicas e marginais no corpo social, com penetrações na alta***

cultura, na cultura popular e na cultura de massas.

Munidos dessa definição abrangente, restaria ainda justificar o porquê de um estudo psicossocial da psicanálise em nossos dias, seja porque, como se costuma alegar, a psicanálise já não ocuparia a mesma centralidade na cultura (ROUDINESCO; PLON, 1998) – cujo ápice, nos anos 1950 e 60 correspondeu ao tempo da pesquisa de Moscovici -, seja porque, politicamente, mais caberia a uma psicologia social crítica investigar temas cruciais e urgentes em nossa sociedade desigual e violenta, do que dedicar-se a pensar a psicanálise. Em resposta a estas objeções podemos adiantar, por um lado, que nosso estudo traz evidências do quanto a psicanálise ainda persiste como elemento chave na interpretação da cultura e, por outro, que os efeitos de sua presença no mundo – embora mais circunscrita a certos lugares sociais específicos - são muito significativos para uma leitura ético-política do fenômeno. Em ambos os casos, o recurso à história da psicanálise é fundamental para a compreensão de sua disseminação no mundo e, particularmente no Brasil. Assim, por exemplo, é preciso que se leve em conta que, hoje, Brasil e Argentina são os dois mais fortes redutos psicanalíticos no planeta (ROUDINESCO; PLON, op. cit.), após uma longa diáspora que havia começado nos anos 1930, com a fuga de psicanalistas do centro europeu para a Inglaterra e Estados Unidos, por conta do nazismo, e duas décadas depois para a França (de Moscovici), até acabar se concentrando na América Latina. Investigar psicossociologicamente a psicanálise no Brasil contemporâneo significa, portanto, ir ao encontro do fenômeno ali onde ele acontece e produz seus efeitos locais.

A chegada da psicanálise no Brasil se deu ainda na década de 1920. Nos decênios seguintes esta presença conheceria um lento e gradativo crescimento, inserindo-se principalmente junto à clínica psiquiátrica e, bem posteriormente, nos cursos universitários de psicologia. Porém, nos anos 1970, uma nova onda de interesse pela psicanálise aportou em nosso país, vinda exatamente dos movimentos de rebelião que desde 1964 agitavam a psicanálise na França, sob a liderança de Jacques Lacan. Naquele ano ele rompera com a Associação Psicanalítica Internacional, fundada por Freud em 1910, criando sua própria corrente psicanalítica (ROUDINESCO, 1995), calcada em teorias e práticas consideradas bastante heterodoxas. A psicanálise deveria estar atenta aos novos tempos e aos novos espaços para interlocução, a exemplo da universidade. Assim, em 1969, com a fundação, por Serge Leclaire - discípulo de Lacan - do primeiro "Departamento de Psicanálise" num espaço acadêmico (na Universidade de Vincennes, na França) a universidade passou a se constituir como fundamental recurso para a difusão da psicanálise (ASKOFARÉ, 2013). Foi justo essa tendência que veio rapidamente ao Brasil, prosperando largamente até os nossos dias, com

cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* em psicanálise, grupos e projetos de pesquisa na área, até mesmo "Departamentos de Psicanálise" em alguns grandes centros, mas, principalmente, com a presença decisiva nos cursos de graduação em psicologia, portanto, na formação do psicólogo, cuja profissão, aliás, está no currículo da grande maioria dos psicanalistas na atualidade[2]. São pertinentes, portanto, estudos sociológicos que busquem compreender estas expansões da psicanálise, ainda mais quando sabemos que há uma grande profusão de artigos científicos, dissertações, teses produzidos ou orientados por professores-psicanalistas que tomam a própria universidade como objeto de interpretação crítica psicanalítica[3]. Uma leitura psicossociológica do fenômeno segue os mesmos passos, porém atentando mais para os fenômenos grupais e interacionais implicados.

Na busca pela compreensão desse fenômeno, decidimos investigar não as representações sociais que a sociedade ou o meio acadêmico, ou mesmo a psicologia, constroem sobre a psicanálise, mas o modo como a psicanálise se pronuncia em relação ao meio sociocultural, entendendo que esses pronunciamentos fazem parte de sua ação estratégica no mundo. Assim, na contramão da pesquisa original de Moscovici, que, abstraindo dos pronunciamentos da psicanálise, inspecionou seus efeitos no social, nossa pesquisa abstraiu da investigação empírica do social mais amplo, focalizando no maquinário institucional interno da psicanálise que produz representações sociais e discursos cujos efeitos nos seus destinatários - sejam indivíduos, sejam instituições -, tendem a reproduzir as representações psicanalíticas do social, da ciência, da universidade e do mundo psi.

A interpretação desses processos poderá contribuir para uma melhor elucidação da já aludida quase omissão teórica por parte da psicologia social acerca do fenômeno psicossocial da psicanálise, como também, suplementarmente, de mais dois outros silêncios correlacionados: o silêncio dos cursos de psicologia quanto às posições - bastante críticas – da psicanálise (especialmente a lacaniana) à psicologia como ciência e profissão, e; o silêncio da própria instituição "Universidade" quanto a essa mesma psicanálise que habita em seu interior e, ao mesmo tempo, tantas vezes lhe é hostil. Contrariamente à postura abstêmia do psicanalista na clínica, a psicanálise não se cansa de falar, de interpretar seu entorno através de representações e discursos que estão longe de serem neutros. Isto precisa ser pensado.

Como se vê, para nosso estudo psicossocial da psicanálise nos servimos simultaneamente dos conceitos de "representação social" e "discurso", cuja problematização inicial desenvolveremos no próximo item do trabalho (2.1.2). Na sequência a isto (item 2.1.3)

[2] Estes temas serão melhor desenvolvidos nas partes 3.3.5 e 3.3.6.
[3] A parte 3.3.5 do trabalho problematiza descritiva e teoricamente este aspecto.

faremos uma primeira abordagem de como o estudo psicossocial das representações e discursos da psicanálise se relaciona com os temas da ideologia e do poder.

2.1.2 A teoria das representações sociais e a construção do saber da psicanálise

Ao longo deste item desenvolveremos a proposta de um trabalho que possa ser nomeado como uma "psicossociologia do conhecimento psicanalítico", em linha de continuidade com recentes avanços no campo da TRS, no sentido de considerá-la uma epistemologia psicossocial. Nossos autores de referência serão Serge Moscovici, que deu as primeiras contribuições nessa nova perspectiva epistemológica (MOSCOVICI, 2012*a*), e Sandra Jovchelovitch, a quem coube, bem mais recentemente, praticamente refundar e estabelecer parâmetros teóricos e éticos para esse campo investigativo (JOVCHELOVITCH, 2008; 2019). Curiosamente os dois autores recorreram de algum modo à psicanálise para desenvolverem a psicossociologia do conhecimento, o que nos faz pensar na existência de uma espécie de *empuxo à psicanálise* na psicologia social, moção pouco explorada teoricamente, entretanto. Nossa investigação também seguiu esse empuxo, embora nela o lugar conferido à psicanálise tenha sido inteiramente outro daqueles eleitos por Moscovici e Jovchelovitch.

Compreender o alcance da epistemologia moscoviciana requer uma digressão histórica. Assim, desde a década de 1920, com o trabalho pioneiro de Karl Mannheim, a quem coube fundar a sociologia do conhecimento, o reinado absoluto da filosofia da ciência já vinha sendo abalado (BLOOR, 2009). Ora, se o conhecimento é uma produção humana, o modo como socialmente ele é produzido determina seus resultados. Segundo Bloor (op. cit.), um dos expoentes na área, duas são as perspectivas em sociologia do conhecimento: a fraca e a forte. No sentido "fraco", ela equivaleria a uma "sociologia do erro", um estudo dos processos sociais que indesejavelmente *interferem* no ato do conhecimento. No sentido "forte" – perspectiva assumida pelo próprio Bloor -, a sociologia do conhecimento pretende substituir a filosofia da ciência como disciplina mestra no campo da epistemologia, vez que todas as formas de conhecimento – mesmo a matemática e a lógica – derivariam de processos sociais compartilhados, e não de estruturas inatas.

A epistemologia psicossocial se apresenta como um desdobramento da sociologia do conhecimento. Se o prefaciador do livro de Moscovici, *A psicanálise, sua imagem e seu público* (MOSCOVICI, 2012*a*) – que foi também seu orientador de tese – classificou a obra no campo da sociologia do conhecimento (LAGACHE, 2012), daí em diante o movimento da

TRS considerará o trabalho como inaugural da psicossociologia do conhecimento. Assim, Purkhardt (1993) faz uma análise das relações e avanços da "psicologia social da ciência" a partir da "sociologia do conhecimento científico", com base na 'teoria das representações sociais'. Nessa mesma linha, Lahlou (2014) relembra as afinidades entre a perspectiva de Moscovici e a de um clássico dos anos 1960 no campo da sociologia do conhecimento, o livro *A construção social da realidade* (BERGER; LUCKMANN, 1985), obra que também traz inúmeras referências ilustrativas do fenômeno social da psicanálise.

O texto seminal de Moscovici (2012*a*) não se apresenta primeiramente como um projeto de epistemologia psicossocial, embora ele o seja, por todas as partes. Seu objeto foi o estudo do *senso comum*, escolha revolucionária na medida em que abriu toda uma tendência de reabilitação dos saberes populares no seio da própria ciência (GERMANO, 2011). Aos seus olhos a expressão contemporânea do senso comum se diferenciava daquilo que sempre fora; o "novo senso comum" emergia relacionado às sofisticadas formas de comunicação das sociedades modernas, atingindo grandes e segmentados públicos. Virtualmente tudo podia cair no domínio público e por aí circular psicossociologicamente, interessando particularmente a Moscovici o fenômeno da popularização do conhecimento científico, ou seja, a passagem do "universo reificado" para o "universo consensual", cujo tema exemplar foi o da psicanálise, como dito. Mas algumas questões se impõem aqui, todas com implicações para nossa investigação a partir da "tese incidental" moscoviciana: a) precisamos saber o grau de diferença (defasagem?) entre o saber psicanalítico *per se* e aquilo que Moscovici apurou em seu estudo sobre suas representações sociais; b) é preciso saber se e até que ponto, para Moscovici, a representação social da psicanálise reincidiria sobre a própria psicanálise; c) em consequência disso, saber se os desenvolvimentos ulteriores no campo da TRS admitem o trânsito em sentido contrário, do senso comum para a ciência; ou seja, se os saberes científicos podem se constituir *também* de elementos oriundos dos planos consensuais e; d) saber ainda se um campo científico pode produzir, ele mesmo, representações sociais sobre seu próprio objeto de investigação ou sobre outros objetos de sua apreciação.

Quanto à primeira questão, da "fidelidade" da representação social, ela tem implicações epistemológicas e até políticas, no tocante ao jogo de poder que separa e segrega o senso comum como distorções do conhecimento erudito (BACHELARD, 1996). Moscovici (2012*a*) identificou que a imprensa e a sociedade representavam a psicanálise ora com admiração e fascínio, ora com desconfianças por suas supostas ligações com a cultura norte-

americana[4]. A imprensa comunista hostilizava a psicanálise, enquanto a imprensa católica procurava ajustá-la a suas concepções doutrinárias. Em linhas gerais ela era representada como uma forma de "autoconhecimento" destinada a pessoas de "personalidade fraca", que precisariam ser "ajustadas"[5]. Isto condiz com o que a psicanálise se propunha a ser? No referido prefácio a *A psicanálise, sua imagem e seu público*, o orientador de Moscovici deixa claro que via a representação social da psicanálise como uma "distorção", inclusive por ter operado uma dessexualização da psicanálise, entendimento que teria sido compartilhado com seu orientando (LAGACHE, op. cit.). Duas retificações precisam ser feitas aqui: primeiramente corrigir Moscovici, pois efetivamente a psicanálise francesa de então – sob influência da corrente estadunidense da "psicologia do ego" – trazia uma perspectiva dessexualizada da psicanálise. Em segundo lugar, corrigir Lagache, pois sabemos que Moscovici não pensou a representação social como mera distorção, mas como uma "diferença" (JOVCHELOVITCH, 2014), o que se antepõe a uma *degradação valorativa* do senso comum face à ciência. O que há de valorativo na perspectiva de Moscovici é que a representação social não avalia apenas o "o quê", mas o "para quê" da psicanálise, suas funções sociais, seus objetivos declarados ou não. É exatamente esse "para quê" que mais importa à nossa pesquisa, ou seja, como as representações sociais engendram discursos institucionais, políticos da psicanálise.

Ainda a respeito da relação entre a psicanálise e sua representação social como distorção ou diferença, a citação a seguir, escrita pelo psicanalista francês Jean Laplanche em 1970, ilustra bem a sua posição, aliás, semelhante à de Moscovici:

> *Ela* [a psicanálise] *está aí, no público, do qual ela molda amplamente certas reações, como um fenômeno de psicologia social. Um livro, já um pouco antigo,* La psychanalyse, son image et son public*, de Serge Moscovici, fez, num determinado momento, o balanço dessa influência. Essa "imagem" implícita, vulgarizada, será tão errônea quanto se poderia esperar? Não estou certo disso...* [itálico do autor] (LAPLANCHE, 1993, p. 3-4).

O autor, que até 1964 era o principal discípulo de Lacan, resolvera não seguir o mestre quando de sua ruptura com a Associação Psicanalítica Internacional, se dedicando, a partir de então, a problematizar epistemologicamente a teoria e a clínica psicanalítica, e mantendo um distanciamento crítico em relação ao movimento lacaniano (LAPLANCHE; PONTALIS, 1985). Sua leitura, já em 1970, quanto à homologia entre a psicanálise em si e sua representação social terá se referido ao "o quê" da psicanálise francesa – de inspiração

[4] De fato, àquela altura a psicanálise era percebida como produto ianque vendido à França no bojo da ajuda estadunidense à reconstrução da Europa, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

[5] Estas características, aliás, são efetivamente muito próximas às posições dos psicanalistas norte-americanos da primeira metade do séc. XX, contra o quê, como ainda veremos, se insurgirá Lacan.

americana - de uma década antes ou, de forma mais contemporânea, ao "para quê" da psicanálise francesa lacaniana?

Existindo continuidades e diferenças entre a psicanálise e a representação que dela se faz, passemos ao problema do *feedback* dessas representações sobre ela mesma. Jovchelovitch, ao refletir sobre esse contrafluxo de efeitos sobre a causa, assim problematiza:

> O que acontece com o saber psicanalítico quando ele deixa seu contexto original de produção, sai das práticas privadas, de centros restritos de estudo e treinamento, das escolas médicas e das instituições que controlam a psicanálise e penetra outros contextos, outros horizontes, outras comunidades? (...) A resposta era clara para Moscovici: este saber se transforma. (...) Por conseguinte, a psicanálise não era apenas o que seus "donos" queriam, mas transformou-se ao penetrar os mundos da vida dos profissionais liberais urbanos, dos católicos e dos comunistas, os grupos sociais que Moscovici estudou (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 88-89).

Em nossa leitura, no entanto, esta explicação acaba separando o "saber", de um lado, de quem produz esse saber, por outro lado; ou seja, a psicanálise enquanto "instituição" se manteria incólume. Partiremos da hipótese mais radical de que não apenas o saber psicanalítico sofreu modificações *ao chegar ao público*, mas que em algum grau esse mesmo saber tenha sofrido modificações *na fonte*, portanto no seio da psicanálise institucionalizada. Segundo esta leitura, certos elementos do senso comum da psicanálise inevitavelmente se incorporaram retroativamente na psicanálise, senão em seu núcleo duro conceitual-teórico-epistemológico, mas em suas dimensões periféricas de saber prático, posto que o que se conhece por "movimento psicanalítico" se dá no plano empírico, a interagir e incorporar mudanças na sociedade. Presumimos, pois, que muito de tudo que se fale e se faça sob a insígnia de "psicanálise", mesmo entre psicanalistas, tenha quantitativamente mais relações com um saber prático, consensual, vulnerável aos embates sociais, do que com pontos firmes de ancoragem no universo reificado. Tal espaço de retroações, permeabilidades e embates recobre toda a dimensão identitária da psicanálise, implicando sempre em influências recíprocas entre o si mesmo e a alteridade. Este é o universo de nossa pesquisa.

A terceira questão é consequência da anterior: se há permeabilidade e retroatividade da representação social sobre a psicanálise é porque – inversamente ao fluxo estudado por Moscovici – o universo consensual pode transformar-se em reificado. De Rosa (2014) entende que hoje em dia há quase uma fusão entre ciência e sociedade, mediadas pelas tecnologias da comunicação que facultaram aos conhecimentos habitar todos os recônditos do tecido social. Analisando a reciprocidade entre as formas do saber, Jodelet (2015) afirma que se a ciência produz uma representação intelectual do real, nela já se encontram embutidos elementos de uma ação prática sobre o real, com as marcas identitárias de quem representa. Ivana Marková,

por seu turno, referindo-se a reflexões de outros autores, chega a conclusões semelhantes, observando que "ambos os tipos de conhecimento são processos de duas vias: os cientistas baseiam-se em representações sociais e os estudiosos das representações sociais na ciência" (MARKOVÁ, 2015, p. 82). Os psicanalistas, portanto, se alimentam inclusive de representações sociais.

Nossa quarta e última questão dessa série de reflexões é particularmente importante para a pesquisa, pois problematiza a possibilidade de a psicanálise, enquanto saber do universo reificado, produzir também conhecimentos do universo consensual. Isto nos autorizaria a prosseguir com a proposta de estudar não as "explicações" teórico-epistemológicas acerca dos universos extrapsicanalíticos, mas seu senso comum a este respeito. Indo bem além do que pensou originalmente Moscovici, a hipótese de a ciência produzir senso comum compõe um dos desdobramentos mais heterodoxos na 'teoria das representações sociais'. Segundo uma das reflexões nesse sentido, "reification and consensual processes can occur as part of knowledge production in both science and everyday life" (KRONBERGER, 2015, p. 367). Para Germano (op. cit.) a ciência não funciona como "antídoto" contra o erro e a ideologia, mas como geradora de representações sociais. Um bom exemplo de como um saber erudito é capaz de produzir senso comum encontramos numa pesquisa acerca das representações sociais da loucura, produzidas por ninguém menos que psiquiatras, as autoridades da ciência médica das enfermidades mentais (PERRUSI, 1995). A pesquisa identificou que não apenas os processos de categorização científica da psicopatologia se baseavam em codificações primárias advindas do universo social consensual, como também que os próprios psiquiatras, quando indagados sobre o que seria a loucura, apresentavam explicações que traziam um misto de conceitos científicos e do senso comum, inclusive reproduzindo padrões tidos como preconceituosos. Aplicando-se ao caso da psicanálise – que, aliás, guarda relações históricas com o da psiquiatria -, teríamos em suas construções, portanto em seus discursos, elementos extraídos do mundo da vida, dos saberes populares construídos sobre não apenas a doença mental, mas em particular sobre a sexualidade e suas relações com a saúde mental. Um conhecido psicanalista freudiano realça o quanto Freud mergulhou no universo comum do mundo da vida para extrair sua matéria (BETTELHEIM, 1982), enquanto um outro psicanalista, lacaniano, lembra que a psicanálise começou com o senso comum construído fantasisticamente pelas histéricas, que criavam teorias populares acerca de seus próprios sintomas (ELIA, 2009). A extração da matéria psicanalítica a partir do senso comum seria, assim, um grande predisponente à produção de saberes consensuais pela psicanálise. Se a psicanálise produz representações sociais do social,

da ciência, da universidade, do mundo psi, ela pode ser, enquanto tal, objeto de investigação pela TRS. Ademais, este elo entre a psicanálise e o senso comum permite várias aproximações com a TRS e talvez possa explicar o referido *empuxo* da psicologia social para com a psicanálise.

Exploradas as possibilidades de investigação a partir da tese incidental de Moscovici, e problematizados os aspectos mais relevantes da 'teoria das representações sociais' para nosso estudo, passemos aos comentários à proposta de Sandra Jovchelovitch quanto à psicossociologia do conhecimento. Em primeiro lugar, a psicóloga social critica o logicismo cartesiano que dominou a epistemologia e expulsou da experiência de conhecimento tanto os afetos, os desejos, os interesses do indivíduo, quanto a força das comunidades e seus fins sociais. A epistemologia psicossocial parte do princípio de que o conhecimento é o resultado expressivo de mundos subjetivos, intersubjetivos e objetivos, e da ética de que saberes distintos podem conviver lado a lado segundo os princípios da dialogicidade. No eixo de seu projeto está o esforço de retirar as máximas consequências de uma outra concepção revolucionária de Moscovici no campo da epistemologia psicossocial, incluindo o "outro" na produção de toda forma de conhecimento, na esteira da tradição epistemológica que se sustenta na lógica do terceiro incluído (BAUER, 2015). Contra a clássica distinção (às vezes oposição) entre um "sujeito" e um "objeto", a ideia de uma tríade epistemológica Sujeito-Outro-Objeto será considerada incontornável (MARKOVÁ, 2007). Segundo Jovchelovitch (2008) o "sujeito" é o eu, a dimensão subjetiva e pessoal; o "outro" corresponde à dimensão intersubjetiva, à posição social dos interlocutores; o "objeto" é a dimensão mais externa do mundo, que não se reduz à sua *materialidade*: "The object of representation in the triadic conception does not have to be a "thing"; it can also be another person, a group, a self-representation, or a representation of another" (MARKOVÁ, 2007, p. 231).

A epistemologia psicossocial parte da compreensão de que o conhecimento do objeto traz as marcas do sujeito e, também, dos outros de referência para esse sujeito. Esta compreensão levou Jovchelovitch muito diretamente para a teoria psicanalítica freudiana, segundo a qual ao longo do processo desenvolvimental da criança suas interações com o mundo são também de ordem epistemológica, porque *relacionar-se* implica em *conhecer* a realidade (GARCIA-ROZA, 2000; 2005). Em linhas gerais, para Freud, o "sujeito" do conhecimento seria o Inconsciente, e o "objeto" desse Inconsciente seria aquilo que satisfaz os desejos do sujeito, ou seja, o "outro". Na epistemologia psicanalítica, portanto, o outro e o objeto se fusionam. Jovchelovitch (2008; 2019) incorpora esta teoria, que tem todo o mérito de seguir, ao mesmo tempo, um modelo ontogenético (o conhecimento parte do sujeito para o

objeto) e sociogenético[6] (o mundo objetal familiar-cultural forma o sujeito infantil). Além de Freud, ela se baseia na psicanálise de Winnicott e nas psicologias de Piaget e Vygotsky. Curiosamente, ela não menciona Lacan, que, aliás, tem uma engenhosa teoria do sujeito entrelaçado pela objetividade do social e da linguagem... De todo modo, o universo vivencial infantil constrói o pensamento da criança, que acaba constituindo suas representações de mundo: "Daí o caráter intenso, social e apaixonado das representações da primeira infância; daí a compreensão de que o saber implica, ao mesmo tempo, desejo e luta..." (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 116). A mentalidade adulta, mesmo na ciência, não seria despida dessas matrizes epistemológicas primárias. Toda construção de saber seria marcada, ontogeneticamente, pelas forças psíquicas desejantes e, sociogeneticamente, pelas estruturas ideológicas que constituem as sociedades e a cultura. A epistemologia psicossocial, não sendo uma sociologia, encontraria sua instância sociogenética num *ponto mediano* da escala que vai do indivíduo à sociedade em geral, qual seja, o da "comunidade", que produz um conhecimento marcado identitariamente, e que "...expressa os códigos e práticas culturais que definem, em diferentes momentos históricos, o seu modo de vida" (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 268). A matriz agente na epistemologia psicossocial é, portanto, a comunidade, em cujo interior se encontram a materialidade dos indivíduos e a virtualidade das ideologias.

Segundo Howarth et al. (2015), o conceito de "comunidade" é central à 'teoria das representações sociais', portanto à epistemologia psicossocial, se subdividindo em três tipos: a comunidade de lugar; a de identidade e; a de interesses. A psicanálise se enquadra nas duas últimas, pois ela agrega identidades sociais e interesses comuns. Mas, como situar aí, nesse nível comunitário, o triângulo epistemológico moscoviciano-jovchelovitcheano se, como vimos, a epistemologia psicanalítica se legitima sempre nos poderes constituintes do Inconsciente *individual*? Diferentemente do que dizem os psicanalistas - e seguindo nossa definição de psicanálise anunciada no item anterior deste trabalho -, tomamos como ponto de partida não o Inconsciente, mas a "psicanálise" numa escala mais ampla. Nessa escala, a relação Sujeito-Outro-Objeto foi assim *transposta*: a) o "sujeito" - que Lacan chama de "Sujeito do Inconsciente" ou ainda "Sujeito da Psicanálise" - foi substituído pelo que nomeamos de "Sujeito do Psicanalítico", autorrepresentação de um saber e um movimento social marcado historicamente; b) o "objeto", não mais sendo o seio materno, as coisas imediatas do mundo infantil, passou a ser a sociedade e a cultura extrapsicanalíticos e; c) o "outro", não sendo constituído pelos vínculos familiares, viu-se encarnado na comunidade

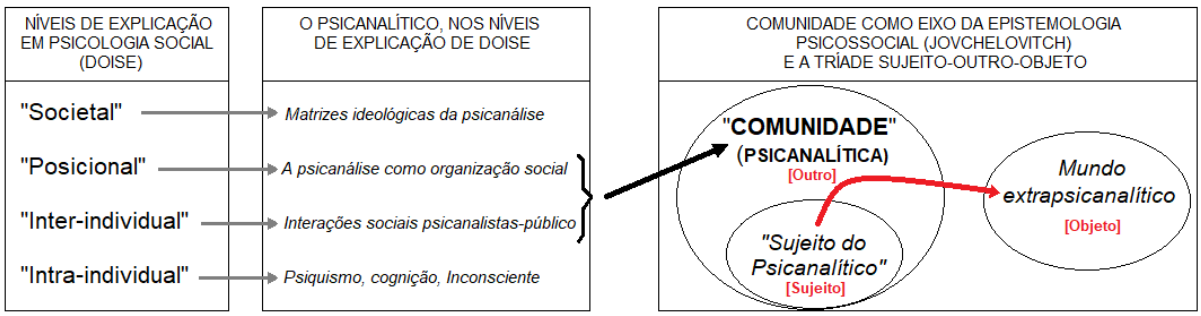
[6] Para referenciar os processos sociogenéticos na epistemologia psicossocial, Jovchelovitch recorre também à sociologia de Durkheim e Lévi-Bruhl.

psicanalítica, em suas dimensões institucionais e em tudo que ocorresse em seu interior, mas também no que houvesse de humano no objeto, que geralmente é um objeto social, a fazer coincidir mais uma vez o "objeto" e o "outro" (o "Outro" da ciência, da psicologia...). Este é o processo epistemológico psicanalítico que interessa à nossa pesquisa psicossocial; portanto, começando em camadas medianas institucionais-interacionais, e daí incidindo sobre o social (a sociedade, a ciência, a universidade e o mundo psi, principalmente), mas não deixando de valer-se – politicamente, sem dúvida - de princípios presentes na microfísica do funcionamento do Inconsciente. Esta integração de explicações multiníveis em psicologia social se fundamenta na perspectiva de Willem Doise (DOISE, 1986; DOISE; VALENTIM, 2015), que reconhece como níveis: o intra-individual (o mundo psíquico, cognitivo; para a psicanálise propomos que seja o mundo do "Inconsciente"); o inter-individual (as interações sociais; em nosso caso, a interação entre os psicanalistas ou entre eles e seu público, além das interações "transferenciais", na clínica); o posicional (as instituições sociais; em nosso caso, a comunidade psicanalítica e suas organizações) e; o societal (os grandes valores culturais; em nosso caso, as matrizes ideológicas da psicanálise).

A centralidade da "comunidade" na epistemologia psicossocial de Jovchelovitch corresponde aos níveis inter-individual e posicional de Doise, recebendo no entanto, aportes do nível intra-individual (ontogenética do Inconsciente) e do nível societal (sociogênese).

O esquema a seguir (Imagem 1) mostra como as propostas de Sandra Jovchelovitch e Willem Doise foram integradas para clarificar a leitura das relações e das produções de conhecimento da psicanálise lacano-milleriana em relação ao mundo extrapsicanalítico:

Imagem 1 - A comunidade psicanalítica e suas representações do extrapsicanalítico.



Fonte: o autor, 2022.

Em psicologia social há um extenso debate acerca dos diferentes métodos de pesquisa, conforme a escolha do "nível" inicial de análise, destacando-se a perspectiva "top-down" ("de

cima pra baixo") e a perspectiva "botton-up" ("de baixo pra cima") (LOPES; GASKELL, 2015), ambas com profundas implicações filosóficas e pragmáticas. Wagner (1995), por exemplo, tomando o conceito de "propriedade taxonômica" definido pelo filósofo Horace Harré, afirma que as características sociais têm prevalência sobre as individuais, de modo que estas só se constituem a partir das condições organizativas das primeiras. No sentido inverso, como vimos, a epistemologia psicanalítica (e também as psicologias desenvolvimentais em geral) partem do micro para explicar o macro[7]. Jovchelovitch, de certa forma faz o mesmo, embora tentando integrá-lo com elementos "top-down" das estruturas comunitárias.

De nossa parte, seguimos decididamente o modelo "top-down" de pesquisa, tomando a psicanálise comunitária-institucional como ponto de partida. Assim, para nosso estudo taxonômico, o nível comunitário/posicional da psicanálise não é constituído como efeito secundário "passivo" da expansão das potências do Inconsciente (nível intra-individual); ao contrário, ele se afirma de modo *ativo* a partir do manejo estratégico que retira consequências políticas das proposições epistemológicas atribuídas ao modo de existência de um Inconsciente, obtendo aí sua legitimidade enquanto saber e instituição. Mais do que isto, esse manejo estratégico parece supor, ainda, um processo cognitivo que tem de ocorrer em cada analista em particular que, compelido institucionalmente, precisa identificar-se com o Inconsciente[8]. Para ser analista, aliás, é necessário e exigido que o sujeito faça uma experiência com o próprio Inconsciente. Mas essa legitimidade só se mantém, no interior da instituição, através das interações sociais concretas entre psicanalistas, entre psicanalistas e o público frequentador de suas reuniões e eventos (nível inter-individual) e conforme extraia insumos de matrizes societais mais amplas (nível societal/ideológico). Deste modo, seguindo um modelo "top-down" duplo, a instituição-comunidade psicanalítica organiza, consciente ou inconscientemente o Inconsciente a seu serviço, assim como elementos ideológicos macrossociais organizam o fazer institucional-comunitário da psicanálise, quer esteja ela consciente ou inconsciente disso.

Acompanhando as publicações em psicologia social ao longo de décadas, Doise e Valentim (op. cit.) observaram que a tendência inicial de investigações centradas nos níveis menores estava sendo substituída pela investida prioritária nos níveis macrossociais. Filiamos nossa investigação da psicanálise no seio dessa tendência, evitando o risco reducionista de

[7] Diferentemente da psicanálise freudiana, entretanto, em Lacan esse processo é muito mais fluido, pois nele o biologismo desenvolvimental freudiano seria substituído pela força da linguagem, fenômeno social por excelência (LACAN, 1998*a*). De qualquer maneira, uma vez instaurado filo e ontogeneticamente esse Inconsciente linguístico - sobre o qual discutiremos bem mais adiante –, uma vez erigido como instância de "verdade", passaria ele a ser, inversamente, causa para inúmeros efeitos sociais, processo que, a nosso ver, retomaria o modelo "botton-top" de pesquisa freudiana.

[8] Esse elemento cognitivo começaremos a anunciá-lo já no próximo item do trabalho.

explicar realidades macroscópicas a partir de qualquer microscopia supostamente fundamental e, portanto, exterior às determinações sociais. Importamos, portanto, para nossa proposta de epistemologia psicossocial os parâmetros de uma sociologia do conhecimento no sentido "forte" do termo. Estamos cientes, no entanto, de que a opção por uma epistemologia psicossocial "forte" possa trazer, como produto indesejado, o risco extremado oposto, do relativismo absoluto, que desqualificasse as especificidades da psicanálise a partir da atitude autoritária de uma psicologia social excessivamente autocentrada. No projeto de epistemologia psicossocial de Jovchelovitch o perigo de um relativismo desqualificador do outro é mitigado pelo recurso indispensável à ética da dialogicidade – com referências muito especiais ao filósofo Habermas e sua 'teoria da ação comunicativa' - no encontro entre diferentes saberes (JOVCHELOVITCH, 2019). Assim, tomamos a ética da dialogicidade como parâmetro para questionar a psicanálise em suas representações e discursos quanto ao mundo extrapsicanalítico; mas, ao mesmo tempo, procuramos nos conduzir segundo esta ética, cuidando de não desqualificar a psicanálise em seu valor social.

Concluindo, percebe-se, portanto, que o projeto que pleiteamos de uma psicologia social da psicanálise ou uma psicossociologia do conhecimento psicanalítico assemelha-se e diferencia-se em diversos pontos dos projetos de Moscovici e Jovchelovitch para uma psicossociologia do conhecimento que contenha em seu bojo referências ou apelos à psicanálise. A partir de Moscovici (em sua tese incidental), seguimos a iniciativa de tomar a psicanálise como objeto para a psicologia social; no entanto, sem reduzir nosso estudo representacional a uma versão "fraca" de sociologia/psicossociologia do conhecimento que aferisse o que pensa a psicanálise sobre o mundo, mas deixando intacta a crença de que na origem do saber psicanalítico estaria, incólume, como fonte primeira da verdade, o Inconsciente e suas leis. De Jovchelovitch tomamos como orientação sua defesa de uma epistemologia psicossocial num sentido mais "forte" quanto à incontornável constituição psicossocial da realidade, além da iniciativa de procurar operacionalizar psicossociologicamente conceitos psicanalíticos (desejo, transferência, Inconsciente, por exemplo); no entanto procurando, em nosso caso, refletir sobre as consequência epistemológicas e políticas, para a psicologia social, dessa aproximação com o saber (e o poder) psicanalítico.

2.1.3 A base teórica fundamental da pesquisa: Poder, dominação e ideologia na articulação entre a teoria das representações sociais e a análise de discurso crítica

Como vimos, o projeto de epistemologia psicossocial em Jovchelovitch se organiza teoricamente, metodologicamente, mas também eticamente, dimensão esta última que se refere ao compromisso com a dialogicidade. Este diálogo interdisciplinar é o que possibilita a integração entre as duas principais bases teóricas de nossa investigação, quais sejam, a 'teoria das representações sociais' e a 'análise de discurso crítica', cujas matrizes às vezes são tidas como inconciliáveis. Na origem do problema encontra-se o papel da linguagem no humano, se transmissora de estados psíquicos e sociais pré-existentes ou se constitutiva desses estados. A "virada linguística" na filosofia e, depois, nas ciências sociais, questionaria o conceito de "representação", por seu caráter mentalista e passivo em relação à "realidade" exterior, da qual seria mera cópia (JODELET, 2014). Os maiores nomes do pensamento francês dos anos 1960 - Foucault, Barthes, Lacan, etc. – seguiram esta vertente, ao que parece ofuscando o trabalho de Moscovici, erroneamente visto como filiado ao representacionismo clássico.

A partir dos anos 1980 – ocasião em que a TRS já se havia estabelecido, após uma década de certo esquecimento (JODELET, 2014) – um movimento antirrepresentacionista emergiu na psicologia social dita "construcionista", em franca oposição à TRS (GUARESCHI, 2014). O construcionismo faria uma ruptura com o pensamento moderno, assentado também na separação sujeito-objeto, na idealização da verdade e na transparência da linguagem (NOGUEIRA, 2001). Nessa mesma linha, Spink e Frezza (1999) criticam Moscivici (e também Goffman) por ter produzido apenas pequenas mudanças metodológicas na psicologia social, não alcançando a compreensão do conhecimento enquanto construção social.

Em sua perspectiva dialógica, contudo, Jovchelovitch defende a noção de "representação", realçando que seu uso na TRS não se reduz a um espelhamento da realidade:

> Ela também nos ajuda a desfazer a visão de representação como um construto mental individual que procura copiar o mundo exterior e devolve aos processos representacionais o poder da socialidade humana para se relacionar criativamente com o mundo e formá-lo como produto da ação humana (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 77).

Se, historicamente, a ideia de "representação" foi portadora de uma forte impressão cognitivista e passiva, e se a TRS herdou em parte isto, Jovchelovitch adverte que a teoria deixa claro que *representar* é um ato constitutivo, e que a "representação" é o canal expressivo de processos subjetivos e intersubjetivos de produção de conhecimento. Celso Pereira de Sá (SÁ, 1998), antes dela, já realçava as recomendações de Moscovici no sentido

de uma leitura menos cognitivista de sua teoria. A este respeito, Wagner (1996) observa uma ambiguidade histórica no campo da TRS, ora com autores – como Moscovici – enfocando mais o elemento construcionista que cognitivista, ora autores – como Jodelet – priorizando mais os processos de reconstrução mental de realidades objetivamente existentes, perspectiva esta última a seu ver responsável pelas críticas imputadas à TRS por seus adversários:

> The vast majority of research on social representations is titled – and the following is an arbitrary selection of topics *without* suggesting that their authors might be unaware of social construction – social representations *of* mental illness, *of* intelligence, *of* AIDS, *of* poverty, etc., indicating, first, a conceptual separation of the representation from its object, and, second, a prime concern for the symbolic, iconic and cognitive content constituting representations (WAGNER, 1996, p. 99).

A alegada incompatibilidade entre a TRS e o 'construcionismo social' talvez se deva mais a ranços históricos associados à palavra "representação" que a problemas epistemológicos insuperáveis. Teria sido melhor Moscovici ter nomeado sua abordagem como 'teoria das representações socioconstitutivas'? Como soaria 'teoria das representações discursivas'? Quem sabe ainda mudando sutilmente a grafia para 'teoria das represent-*ações*-sociais'? Não estaríamos indo longe demais nessa querela? Não é exatamente essa querela sobre o poder absoluto da linguagem o que queremos ultrapassar numa tese que questiona o absolutismo de discursos? Tomemos para nós uma advertência de Daniel Lagache, psicanalista e orientador de Moscovici, certamente tendo em mente uma crítica às posições de Lacan: "Lutemos então com as palavras, mas não pelas palavras" (LAGACHE, 1992, p. VI). Mais tarde entenderemos melhor essa advertência de Lagache, personagem pivô no jogo de forças político retratado em nossa tese, por suas relações de um lado com Jacques Lacan, e do outro com Serge Moscovici, portanto na fronteira entre psicologia social e psicanálise. Com a psicologia social e a análise de discurso crítica lutamos com as palavras, às vezes *contra as palavras*, quando elas exorbitaram em desejo de poder.

Mas o representacionismo não foi o único alvo de ataques por parte do 'construcionismo social' em relação à TRS. As leituras moscovicianas sobre "identidade" e "ideologia" foram pontos muito questionados por Ian Parker (PARKER; SHOTTER, op. cit.), teórico construcionista mais radicalizado contra a TRS. Moscovici nada teria questionado quanto ao sujeito moderno, identitário, centrado em si mesmo, como também teria optado por uma leitura mais neutra do conceito de "ideologia", enquanto "sistema de ideias", perdendo de vista com isso os fenômenos do poder e da dominação. Nessa última questão estaríamos de acordo com Parker e Shotter, mesmo porque também fizemos nossa crítica quanto ao tom neutral com que Moscovici abordou o tema da psicanálise. Há inclusive autores críticos no

interior da TRS que fazem essa mesma objeção a Moscovici (XAVIER, 2002). Outras leituras, no entanto, defendem que o problema do poder sempre esteve presente *implicitamente* na TRS, desde os estudos de Moscovici (CAMARGO; BOUSFIELD, 2014, p. 581). Negura, Plante e Lévesque (2019) caminham nessa direção, afirmando que desde sempre as representações sociais constroem relações de poder, sustentam relações de poder e transformam relações de poder. Harré e Moghaddam (2015), por sua vez, destacam o papel das representações sociais em moldar situações de disparidade de poder.

Na comemoração das cinco décadas da 'teoria das representações sociais', o livro *Teoria das representações sociais: 50 anos* (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2014) traz alguns textos que tocam mais especificamente nas relações entre a abordagem de Moscovici e a das correntes pós-modernas na psicologia social. Banchs (2014), por exemplo, vai ao âmago da disputa epistemológica, lança contra-argumentações ao 'construcionismo' e mesmo denuncia posturas "apaixonadas" de certos teóricos dessa vertente, como Ian Parker. Alaya (2014), por sua vez, problematiza a questão do realismo na 'teoria das representações sociais' afirmando que nela o real é ao mesmo tempo "dado" e "construção", posição aproximada às da psicologia da gestalt e de Bourdieu. Num esquema triangular interessante, a autora afirma que as teorias do conhecimento (nas ciências sociais) oscilam quanto ao papel menos ou mais determinante do "objeto" real, de modo que na tríade sujeito-outro-objeto pode-se privilegiar ora a díade sujeito-outro, caindo o "objeto" para uma condição secundária, ora a díade sujeito-objeto, ficando o "outro" em segundo plano, ao passo que na TRS esta articulação integral está sempre presente.

Esse lugar epistemológico fronteiriço entre a realidade e as construções, disposto ao longo das franjas que separam e unem o psicológico ao social, conferiria uma boa perspectiva de futuro à 'teoria das representações sociais' (VALENTIM, 2013). Doise (2012), por seu turno, acrescenta que na medida em que dimensões societais (macrossociais) sejam cada vez mais incluídas nas investigações da psicologia social, as diferenças epistemológicas antes conflituosas poderão ser melhor integradas.

Com o tempo a TRS sofreu modificações e avanços, tornando necessário matizar a própria distinção "moderno *versus* pós-moderno", tendentemente desqualificadora da abordagem moscoviciana. Uma autora da TRS, por exemplo, traz considerações interessantes, mostrando que há mais convergências que divergências entre esta perspectiva e o campo interdisciplinar pós-moderno dos 'estudos culturais', cujo maior expoente, Stuart Hall, recupera o conceito não especular de "representação" para falar que nos jogos de poder discursos dominantes promovem uma "batalha ideológica das representações" (HOWARTH,

op. cit., p. 225). Guareschi e Bruschi (2013), por sua vez, vão mais além, e propõem a filiação não apenas da TRS, mas de toda a psicologia social, no interior dos 'estudos culturais'.

Diferentemente da postura típica do construcionismo, a epistemologia psicossocial de Jovchelovitch se situa nessa geografia de margens fluidas onde diferenças são negociáveis. A antinomia da ética dialógica que ela descreve corresponde justo às atitudes exclusivistas e dominadoras. Quando a dialogicidade claudica é por aí que penetra a ideologia.

Conceito polissêmico e polêmico, Jovchelovitch delimita seu entendimento de "ideologia" nos termos do que foi definido por John Thompson, sociólogo estadunidense que releu seus significados ao longo da história, passando por Marx, Mannheim, Althusser, etc., estabelecendo-o como relacionado à presença de relações de poder e dominação:

> I shall argue that the concept of ideology can be used to refer the ways in which meaning serves, in particular circumstances, to establish and sustain relations of power which are systematically asymmetrical – what I shall call 'relations of domination'. Ideology, broadly speaking, is *meaning in the service of power* (THOMPSON, 1990, p. 6-7).

O recurso à noção thompsoniana de ideologia tem sido uma tendência recente nos estudos em TRS (GUARESCHI, 2013*a*; OLIVEIRA; WERBA, 2013). Guareschi (2000), inclusive vê similaridades entre os conceitos de ideologia e representação social, com a diferença de que no último caso não se trata apenas de fenômenos de caráter negativo.

Observe-se que o conceito de ideologia, em Thompson, está articulado ao de poder, mas também ao de "discurso", o que nos é particularmente interessante na medida em que escolhemos ler os pronunciamentos da psicanálise a respeito da sociedade, da ciência, da universidade e do mundo psi, simultaneamente como representações sociais e discursos.

A celeuma entre o 'construcionismo social' e a TRS fez crer que a perspectiva moscoviciana seria também incompatível com o conceito de "discurso", vez que historicamente as pesquisas nesse campo priorizavam os aspectos conteudistas do senso comum, e menos seus aspectos operativos, transformadores. Numa resposta bastante contundente e engajada contra críticas dessa natureza, Moscovici afirma não apenas que o discurso é uma das modalidades da comunicação (assim como a retórica, a poesia, a conversação), mas também que a comunicação/discurso, enquanto unidade enunciativa, teria primazia epistemológica sobre a linguagem, unidade propositiva (KALAMPALIKIS, 2019). Além da aproximação entre comunicação e discurso, o fundador da TRS ainda considera pertinentes pesquisas em TRS através do método da "análise de discurso" (MOSCOVICI, 2012*b*).

O crescente interesse da psicologia social e, dentro dela, da TRS, pelos fenômenos da ideologia e do discurso, em suas conexões com o poder, a dominação, terminam por aproximá-las a outros saberes dedicados ao estudo das iniquidades nas relações discursivas e não discursivas entre indivíduos, grupos, sociedades. É o caso da 'análise de discurso crítica' (ADC), que se propõe exatamente a evidenciar como processos sociais e comunicacionais estão frequentemente associados ao poder, abuso de poder e dominação, problemas que, sob sua ótica, não são geradores de avanços, mas potencialmente mantenedores de situações de segregação, marginalização e silenciamento. Abril (2003), inscrita na perspectiva da TRS considera muito produtiva a aproximação em relação à ADC. Isto casa com a disposição típica da ADC em produzir investigações em estreita interação com outros campos de saber (LUSTOSA, 2018) e com abertura para o uso de plurimetodologias (VAN DIJK, 2008).

Segundo Teun van Dijk, nosso principal autor de referência na 'análise de discurso crítica', esta perspectiva surgiu nos anos 1970 inspirada nas reflexões de Foucault e Bourdieu quanto ao "poder" e a "dominação", bem como nas contribuições do campo interdisciplinar dos 'estudos culturais' em suas problematizações acerca da "identidade" e da "diferença" (VAN DIJK, 2008). Ela se interessa por todas as formas de uso da linguagem como meio de favorecimento a interesses de grupos em posições desiguais (MARTINS, 2018), chegando a se configurar, ela própria, como um novo campo interdisciplinar, ao qual se sugeriu a nomenclatura ampliada de "estudos de discurso críticos" (VAN DIJK, 2008). A ADC/EDC[9] assume uma posição crítica ainda mais marcada do que a perspectiva de Jovchelovitch, uma vez que não apenas faz um apelo à dialogicidade e uma crítica à não-dialogicidade, mas investiga e desnuda minuciosamente processos de quebra da dialogicidade, denunciando-os e assumindo um lado onde quer que um discurso se imponha frente a outros: o lado dos discursos subalternizados. Se questionamos o caráter mais descritivo de Moscovici quanto à psicanálise, e se encontramos em Jovchelovitch o fundamento ético (a dialogicidade) para uma crítica à psicanálise, com a 'análise de discurso crítica' nos instrumentalizamos melhor para o estudo dos aspectos ideológicos da política psicanalítica, manifestos através dos seus discursos.

Ante a polissemia que também comporta o conceito de "discurso", tomaremos como referência a definição proposta por dois autores da 'análise de discurso crítica':

> CDS see discourse – language use in speech and writing – as a form of 'social practice'. Describing discourse as social practice implies a dialectical relationship between a particular discursive event and the situation(s), institution(s) and social structure(s), which frame it: The discursive event is

[9] Pelo fato de o campo continuar sendo mais conhecido pela primeira nomenclatura (ADC), seguiremos adotando-a na tese.

> shaped by them, but it also shapes them. That is, discourse is socially constitutive as well as socially conditioned – it constitutes situations, objects of knowledge, and the social identities of and relationships between people and groups of people. It is constitutive both in the sense that it helps to sustain and reproduce the social status quo, and in the sense that it contributes to transforming it. Since discourse is so socially consequential, it gives rise to important issues of power. Discursive practices may have major ideological effects – that is, they can help produce and reproduce unequal power relations between (for instance) social classes, women and men, and ethnic/cultural minorities and minorities through the ways in which they represent things and position people (FAIRCLOUGH; WODAK *apud* WODAK; MEYER, 2016, p. 6).

Três coisas nos chamam atenção nesta definição: primeiro, que a ADC não compreende o discurso como existente em si mesmo, fora de suas relações imbricadas com as práticas sociais, as identidades, a realidade construída; segundo, que à ADC importa principalmente o discurso enquanto vinculado à questão do poder e; terceiro, que a ADC não naturaliza, mas, ao contrário, problematiza, questiona os usos do poder em situações de assimetria. Estas três posições são absolutamente consistentes com nossa proposta de uma psicologia social da psicanálise, a tomá-la como construção política que faz uso de representações e discursos como meios de afirmar-se perante o social. Assim, para melhor delimitação, entendemos a "representação social" como a construção de uma expressividade que adquire certa estabilidade num movimento um tanto quanto espontâneo de produção consensual de saberes, enquanto que o "discurso" assume um lugar mais intencional, um ato pronunciado com o fim de estabelecer uma dada realidade. A representação social, portanto, entra aí como parte constituinte da produção discursiva, na medida em que ela captura elementos macrossociais, societais, muitas vezes ideológicos, e os transpõe ao plano dos discursos, que passam a ser, intencionalmente ou não, porta-vozes de sua força e de seu poder.

A analítica do poder faz parte dos fundamentos da ADC. Se com a leitura inovadora de Foucault o "poder" tomava mais o sentido de uma força tensionadora produtiva inerente à condição social humana, apenas seu resíduo paralisante, a "dominação", decaindo como traço negativo (FOUCAULT, 2006*a*), na ADC, "power and domination are here defined as a specific relationship of *control* between social groups or organizations – and not as a property of interpersonal relations" (VAN DIJK, 2016, p. 71). Mais precisamente, esse autor estabelece que o *poder* que interessa à ADC é, na verdade, o "abuso de poder" que se veicula por meio do discurso (VAN DIJK, 2008).

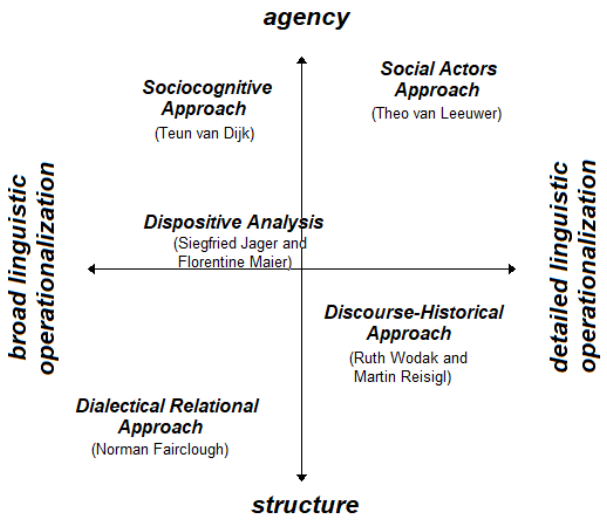
Nessa perspectiva teórica, diga-se, poder e discurso não são termos essencialmente vinculados, mas processos relativamente independentes, que podem produzir aproximações ou distanciamentos. "Assim, o poder não é discurso, mas é operado por ele para posicionar as

pessoas em papéis que perpetuam o arranjo social" (BATISTA; SATO; MELO, 2018, p. 11). A ADC, portanto, rastreia o poder nos discursos, identifica eventuais excessos ou abusos e desmistifica estratégias de dominação produzidas por instâncias sociais produtoras dos discursos (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 73).

O uso abusivo do poder nos discursos nos remete, portanto, ao seu caráter ideológico, no sentido não neutro da palavra. Assim como nas tendências recentes em TRS, na ADC o conceito de "ideologia" é de importância fundamental. Também aqui ele se inspira no sentido que lhe foi conferido por Thompson, embora van Dijk também considere ideológicas as formas de resistência à dominação, o que implica que somente empiricamente se pode avaliar, caso a caso, o valor positivo ou negativo do uso do poder em situações assimétricas (VAN DIJK, 2008). É o que fizemos em nosso estudo documental da psicanálise lacano-milleriana, através de sua produção representacional-discursiva quanto ao mundo extrapsicanalítico.

No interior desse grande programa ético-político da ADC, as últimas décadas têm registrado o avanço de diversas tendências de estudo e atuação em ADC, com propostas que ora depositam maior foco nas dimensões linguísticas propriamente ditas, outras nos elementos sócio-históricos, outras nos processos cognitivos e interpessoais das relações entre sociedade, linguagem e poder. Wodak e Meyer (2016) traçam um gráfico bem representativo dessas principais tendências, que inclusive colaboram entre si:

Imagem 2 - Quadrantes das abordagens em 'análise de discurso crítica'.



Fonte: Wodak; Meyer, 2016.

Na articulação que fizemos entre a TRS e a ADC privilegiamos a perspectiva histórico-discursiva (representada por Ruth Wodak) e principalmente a vertente sociocognitivista (representada por Teun van Dijk), em 'análise de discurso crítica'. Se lembrarmo-nos de que no tópico anterior deste trabalho situamos na escala inter-individual/posicional da "comunidade" psicanalítica a origem dos processos sociogenéticos de produção de conhecimento, a referência, aqui, à abordagem sociocognitivista em ADC entra como suplemento, a elucidar certos fenômenos típicos de uma escala psicossocial menor, intra-individual – onde habita o "Inconsciente", por exemplo - , enquanto que a consideração da abordagem histórico-discursiva ajuda a elencar fenômenos situados no extremo oposto dessa escala, nas dimensões societais, onde está, por exemplo, a "história da psicanálise".

Do ponto de vista de sua abordagem macrossocial, Ruth Wodak elenca uma série de tópicos para uma agenda de estudos na área, passando por fenômenos como o neoliberalismo, a globalização, as mudanças climáticas, entre outros. Um deles se destaca para nós: a força da história das narrativas:

> Analysing, understanding and explaining the relationship between complex historical processes and hegemonic narratives. Identity politics on all levels always entails the integration of past experiences, present events and visions of the future in many domains of our lives (WODAK; MEYER, op. cit., p. 13).

Ora, num nível macrossocial a psicanálise instituída e seu saber, o "Sujeito do Psicanalítico", extraem sua força da própria *história*, da forma que se conta esse percurso de mais de cem anos da invenção freudiana, uma história que tem algo de mítico, do mito constituído em torno da imagem do seu fundador (ROUDINESCO; PLON, op. cit.; MEZAN, 2014); um mito reconstruído, atualizado, que também se conta a partir da história de um até então inédito ambicioso projeto de refundação da psicanálise na figura de Lacan, também tornado mítico na psicanálise (ROUDINESCO, 1994)[10].

Na outra ponta, a psicanálise instituída extrai sua força das negociações diretas com o Inconsciente, portanto, ali nas fronteiras do aparato cognitivo, formado socialmente sim, mas com suficiente autonomia para ser causa de processos psíquicos e, por extrapolação, de processos sociais. Nesse ponto, o auxílio de Teun van Dijk é importante, pois em sua abordagem sociocognitiva em ADC a dimensão cognitiva se vê incluída como uma das três instâncias da experiência humana, intrinsecamente relacionadas: a estrutura social; o discurso e; a cognição.

[10] Toda essa discussão histórico-narrativa fundamentará nossas análises na parte 3.2 do trabalho, com repercussões na tese inteira.

> Thus, social interaction, social situations and social structures can only influence text and talk through people's interpretations of such social environments. And conversely, discourse can only influence social interaction and social structures through the same cognitive interface of mental models, knowledge, attitudes and ideologies (VAN DIJK, 2016, p. 64).

Segundo sua teoria, o aparato cognitivo registra em si tanto o que advém da sociedade como do discurso, servindo-se para tal de "modelos mentais", que são esquemas cognitivos que integram conhecimentos sociais à memória biográfica pessoal, carregada de significados, afetos, etc. (VAN DIJK, 2008). Conforme analisaremos melhor bem mais adiante[11], a psicanálise extrai sua legitimidade dos processos atribuídos ao Inconsciente; portanto, conforme "modelos mentais" que são difundidos representacional e discursivamente. Se estas imagens têm o potencial de gerar em seus destinatários efeitos assujeitadores, temos um caso de uso ideológico de "modelos mentais". Trazer o estudo dos processos ideológicos para o interior da cognição é uma das maiores contribuições de van Dijk, unindo dois universos fenomênicos quase inconciliáveis. Se havia uma crítica ao excesso de cognitivismo na leitura de Moscovici sobre ideologia e, concomitantemente, uma carência de cognitivismo nas leituras congêneres por parte dos teóricos da ideologia (XAVIER, op. cit.), talvez o conceito de "modelos mentais" de van Dijk possa se apresentar aí como o "elo perdido" entre esses dois mundos.

A propósito, van Dijk é a única grande referência em ADC a referir-se explicitamente à 'teoria das representações sociais', de Moscovici, o que torna ainda mais referenciada nossa perspectiva de pesquisa, integrando TRS e ADC. Para ele, as representações sociais são um dos componentes essenciais na geração de modelos mentais que se manifestarão nos discursos e nas práticas sociais (VAN DIJK, 2008), chegando a afirmar que "perhaps the most promising work on ideology is currently especially done in the study of political cognition and social representations" (VAN DIJK, 1998, p. 313). Assim, "the main *cognitive function* of ideologies is to organize the social representations of a group" (VAN DIJK, 1998, p. 314). Mais do que isto, até mesmo os próprios conhecimentos que circulam nos grupos estariam integrados às representações sociais ali produzidas e reproduzidas, se assentando, por sua vez, em bases ideológicas (VAN DIJK, 2014). Ora, isto torna possível pensar – a partir de um novo referencial teórico – aquilo que discutimos no item anterior do trabalho, sobre os agentes do universo reificado produzirem, simultaneamente, conhecimento consensual.

[11] Especialmente nos tópicos 3.3.1 e 3.3.2.

A produção de conhecimentos, representações e discursos de um grupo se dá através da fala e de textos. Em nosso caso, interessou a produção de textos, textos institucionais por parte da psicanálise lacano-milleriana. A ADC nos traz, assim, algumas contribuições acerca desse tipo de produção discursiva. Segundo a ADC, "a prática discursiva envolve o ciclo de produção, distribuição e consumo de textos" (BATISTA; SATO; MELO, op. cit., p. 9) e está a serviço sempre de práticas sociais: "são os textos, em seus diferentes gêneros, que possibilitam as interações e as relações sociais, com suas crenças, seus valores, seus contextos, suas ideologias" (VIEIRA; MACEDO, op. cit., p. 49). São textos com objetivos, metas a alcançar, formando consensos (VIEIRA, 2002) e influenciando crenças e comportamentos dos receptores (VAN DIJK, 2008). Segundo van Dijk "...texts are literally the consolidation of communicative power in most institutional contexts" (VAN DIJK, 2008), exercendo mais influência que as outras mídias.

A psicanálise lacano-milleriana produz seus textos, os dissemina em sua comunidade e fora dela, mobiliza conhecimentos, identidades e identificações, produz subjetividades psicanalíticas, estabelece linhas de continuidade e ruptura com o mundo. Todos estes são elementos muito propícios para a constituição de uma psicossociologia do conhecimento psicanalítico, no interior de uma psicologia social da psicanálise.

2.2 CONFIGURAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

2.2.1 Panorama geral da pesquisa documental: O método, o campo, o *corpus*, a categorização e os principais eixos de análise

2.2.1.1 Por uma política do método interpretativo

Para uma trilha investigativa complexa, a tomar um objeto de estudo sob múltiplos ângulos e em múltiplas relações com diversos outros objetos por ele constituídos representacionalmente e que, de algum modo, também o constituem socialmente, um método precisaria ser, antes de tudo, aberto. Atendendo a estes requisitos, encontramos este guia inicial no "método de interpretação de sentidos":

> Tal proposta é um caminho de análise de significados dentro de uma perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: (a) palavras; (b) ações; (c) conjunto de inter-relações; (d) grupos; (e) instituições; (f) conjunturas, dentre outros campos analíticos (GOMES et al., 2005, p. 202).

Em nossa pesquisa documental analisamos palavras (textos), ações (descritas nos

textos), inter-relações (entre textos e eventuais leitores, entre campos de saber distintos), grupos (comunidades e organizações), instituições (práticas institucionalizadas em relações intergrupais), conjunturas (os contextos históricos dos temas textuais). A referência às correntes compreensivas nos leva diretamente ao projeto epistemológico de Wilhelm Dilthey para as humanidades (DILTHEY, 2010), nelas introduzindo o método hermenêutico[12].

Problematizando melhor o uso do método hermenêutico em nossa investigação, destaca-se, em primeiro lugar, que uma pesquisa inspirada na 'teoria das representações sociais' parte dos saberes de senso comum, dos saberes práticos consensuais; tem, portanto, um caráter fortemente *descritivo*, o que aparentemente a afastaria da atitude *interpretativa*. Porém, dois autores da TRS sugerem para investigações no campo o método da "hermenêutica da profundidade", proposto pelo sociólogo John Thompson – um de nossos autores de referência no estudo dos discursos e ideologia -, que assim descrevem:

> Este autor distingue dois níveis de análise na compreensão dos fatos sociais, em especial as formas simbólicas. Um primeiro nível é o da *hermenêutica da vida cotidiana*, que consiste numa descrição fenomenológica dos fatos. Em um segundo nível, denominado *hermenêutica da profundidade*, busca-se investigar e interpretar as formas simbólicas mais profundamente (OLIVEIRA; WERBA, op. cit., p. 113).

Nós integramos os dois níveis, ora descrevendo a superfície factual das inter-relações, das consensualidades, ora mergulhando fundo em interpretações elucidativas dos efeitos psicossociais da psicanálise lacano-milleriana em suas conexões com o poder e a ideologia.

Nosso recurso a um método hermenêutico resulta também de uma escolha política precisa: a opção pelo empírico e acidental do acontecimento social em detrimento da assepsia dos formalismos; pela dialogicidade das relações com a diferença em vez do reducionismo linguístico. Esta escolha coloca em polos opostos a psicologia social e a psicanálise lacano-milleriana, a primeira procurando decifrar as produções de conhecimento do "Sujeito do Psicanalítico" no historicismo de suas relações "vida-mundo" (e não no clássico "sujeito-objeto"), aberta, portanto, ao debate plural; e a segunda, fundamentada no "Sujeito do Inconsciente", constituída segundo o estruturalismo linguístico, a-historicista. Fazemos eco a toda uma reflexão filosófica que questiona os excessos decorrentes da "virada linguística" na filosofia contemporânea que, amparada na tese da linguagem como limite não ultrapassável, defende uma suposta primazia absoluta da linguagem sobre a vida (PORTA, 2014). Moscovici, em seu estudo sobre a psicanálise apenas mencionou o problema: no prefácio à 2ª edição de *A psicanálise, sua imagem e seu público* (MOSCOVICI, 2012*a*) ele faz uma crítica

[12] Mais adiante veremos (item 3.2.1.1), ainda, como o projeto de Dilthey nos ajuda a compreender a origem e os procedimentos da psicanálise no contexto das ciências humanas do século XIX.

à inversão linguística operada pelo estruturalismo, onde o *sentido* se submete à forma. Mesmo aí ele esqueceu de problematizar que justo esse estruturalismo seria endossado pela psicanálise francesa; apenas no pequeno elemento pós-textual intitulado *Quinze anos depois* ele reconhece a força do estruturalismo na política da psicanálise lacaniana dos anos 1950-60. Ao contrário de Moscovici, nós exploraremos em detalhe esse problema, levando em conta suas amplas consequências.

Bem mais adiante, quando da análise dos dados, esses tensionamentos epistemológicos e políticos entre a psicologia social e a psicanálise lacano-milleriana reaflorarão. Nessa ocasião, o recurso à 'análise de discurso crítica' será fundamental, mesmo porque a reação ao formalismo linguístico está entre os gatilhos para a origem desse campo (VAN DIJK, 2008).

2.2.1.2 Os recortes políticos do objeto em análise

Para um trabalho de investigação em psicologia social que tomasse como objeto as representações e discursos da psicanálise sobre os mundos extrapsicanalíticos é necessário, antes disso, circunscrever o próprio objeto "psicanálise", em suas caracterizações sociais.

Na "Introdução" nos referimos à série de delimitações de objeto a que a pesquisa se restringiu, culminando no desenho de uma investigação documental a partir de publicações institucionais da Escola Brasileira de Psicanálise, entidade de orientação lacaniana. Ali justificamos ainda que a escolha dessa vertente psicanalítica havia decorrido tanto de sua grande disseminação no Brasil, como ainda do fato de que ela tem conquistado grande penetração nos espaços da universidade e da psicologia. Àqueles não muito familiarizados com a história da psicanálise, acrescentamos, nos itens 2.1.1 e 2.1.2, algumas indicações sobre os acontecimentos na cena francesa dos anos 1960 que possibilitaram a eclosão radicalizada do lacanismo. Algumas informações devem ser acrescentadas agora para que fiquem mais claras as razões políticas para a escolha da psicanálise lacaniana, ou melhor, lacano-milleriana como objeto de pesquisa. A primeira, de caráter histórico-político, diz respeito ao fato de que a revolução lacaniana foi tão impactante que a partir de 1964 – quando Lacan rompeu com a Associação Psicanalítica Internacional (IPA), fundando sua Escola Freudiana de Paris - praticamente dividiu as comunidades psicanalíticas no mundo todo entre lacanianos e não lacanianos (ROUDINESCO; PLON, op. cit.). Essa caracterização de especificidade ganhou contornos tão particulares que nos autoriza a pensá-la como objeto próprio, em larga medida destacado da "psicanálise" *lato sensu*, ainda mais quando sabemos da singularidade de sua presença no Brasil contemporâneo. O segundo elemento a se considerar na delimitação de

nosso objeto também é de caráter histórico-político, e se refere ao fato de que dentre os diversos segmentos lacanianos que proliferaram após a morte de Lacan, em 1981, aquele liderado por Jacques-Alain Miller, seu genro, se caracterizaria não apenas por se arvorar detentor da legitimidade lacaniana, mas por apresentar-se altamente engajado politicamente, o que explica sua rápida expansão a partir dos anos 1980, culminando na fundação, nos anos 1990, da Associação Mundial de Psicanálise (AMP), que rivalizará com a IPA e, na mesma década, a criação de sua filial brasileira, a Escola Brasileira de Psicanálise, hoje a mais disseminada instituição lacaniana em nosso país, presente em todas as partes, à exceção da região Norte. O terceiro elemento - igualmente histórico-político – a se considerar diz respeito à já referida forte militância do lacanismo na universidade brasileira, procurando sempre encontrar fendas na instituição acadêmica por onde possa fazer produzir os efeitos de sua presença (CARVALHO, 2013), segundo um processo de expansão do consultório para o mundo, movimento precedido e pareado por toda uma engenharia de produção e difusão de representações sociais e discursos acerca desse mundo. O último aspecto relevante para nossa delimitação da psicanálise lacano-milleriana enquanto objeto é de caráter teórico-político. Ele se refere ao fato de que dentre todas as correntes da psicanálise, o lacanismo se destaca como a única a produzir, desde Lacan, problematizações e construções teóricas originais acerca da própria natureza do social, da ciência, da universidade e do mundo psi, que não são tomados como autoevidentes (ROUDINESCO; PLON, op. cit.). A expressão desse cuidado, digamos, epistemológico, trará a marca de um trabalho incessante de pensar e repensar a sociedade e a cultura, conforme elas se transformem continuamente; ou seja, o trabalho de produzir representações sociais e, a partir delas, agir discursivamente.

Estas delimitações servem de advertência de que as conclusões de nossa investigação podem reivindicar validade ampla apenas para o caso específico da psicanálise lacano-milleriana, embora, extensivamente, muitas delas também possam ser legítimas para o movimento lacaniano em geral, mesmo porque todas essas tendências têm como referência primeira os textos e a política estabelecidos por Jacques Lacan ao longo de décadas de produção. Com relação às demais correntes não lacanianas de psicanálise, as conclusões do nosso trabalho poderão ser úteis muito mais como parâmetro comparativo ou no máximo em algumas diretrizes bastante gerais que possam ser comuns com o lacanismo, mesmo porque em última instância todas bebem do pensamento de Freud, que também produziu reflexões acerca do social, da ciência e da universidade, e do mundo psi (o “psicológico”).

2.2.1.3 A construção de um corpus

Para analisarmos psicossociologicamente as relações entre a psicanálise lacano-milleriana e os universos socioculturais externos a ela servimo-nos do método da pesquisa documental, entendendo que os textos institucionais dessa psicanálise estabelecem "conversas" com seus psicanalistas onde quer que eles operem, inclusive no interior da universidade e da psicologia acadêmica, "conversando" também com públicos externos que a eles tenham acesso. Os textos, assim, serão lidos como mediadores de uma interação social diferente da face a face, à qual a psicologia social está mais habituada a lidar. Na teoria de Lacan, a propósito, todas as relações que podemos estabelecer com os "outros" (os semelhantes) são necessariamente mediadas pelo "Outro", ou seja, pela linguagem, seja falada, seja escrita: "como se a verdadeira relação intersubjetiva fosse entre o sujeito e a estrutura, e não entre o sujeito e os outros*"* (SAFATLE, 2007, p. 44). Nesse sentido, o encontro face a face jamais poderia ser imediato. Nas concepções linguísticas de Bakhtin encontramos algo semelhante, na figura do "destinatário superior" que precipita antecipadamente no próprio falante a expectativa de compreensão pelo "outro" (JOBIM; SOUZA, 1994).

Entretanto, como não tomamos o estruturalismo lacaniano como ponto de partida, mas como objeto de uma investigação, o "Outro" considerado na pesquisa é a psicanálise comunitária e institucional, enquanto que a linguagem é não a causa, mas o produto discursivo das práticas políticas dessa mesma psicanálise.

A Escola Brasileira de Psicanálise mantém uma série de instrumentos comunicacionais impressos e digitais, com destaque para as revistas "Correio" e "Opção Lacaniana". Para o estabelecimento do *corpus* de nossa pesquisa – entendido como um conjunto de textos pré-selecionados para um certo fim investigativo (BERBER SARDINHA, 2004) – nos limitamos ao material da Revista Correio que, diferentemente da outra publicação, mais voltada para a clínica, traz bastante material acerca da psicanálise no social. Como recorte temporal, a pesquisa demarcou o intervalo entre os anos de 2004 e 2016, período contemporâneo a marcos históricos importantes para a universidade e a psicologia brasileiras, como a reforma psiquiátrica, as novas diretrizes curriculares para a psicologia, a expansão e interiorização universitária, etc.. A partir de uma leitura exploratória das revistas, nesses cerca de doze anos, 110 textos (geralmente pequenas matérias, notícias, informes, relatórios, mas também alguns artigos) de 13 edições foram selecionados para compor o *corpus*, totalizando 390 páginas voltadas especificamente para nosso objeto de interesse (Vide Apêndice A, Lista 1).

Para analisarmos *quem disse o quê sobre quem, para quem, para quê e de que forma*, consideramos como mínima unidade de discurso a *oração*, ou seja, toda enunciação que trouxesse um verbo[13]. Os textos foram categorizados, compondo uma planilha eletrônica com 32 colunas no programa computacional Microsoft Excel, que em termos gerais registraram, para cada oração, os dados da revista e das matérias, os agentes textuais (vide item 2.2.2.1, logo a seguir), os conteúdos das ações praticadas em cada oração (item 2.2.2.2), seus destinatários e as estruturas argumentativas presentes (item 2.2.3)[14]. Cada oração registrada correspondeu a uma linha da planilha, que ao cabo do trabalho computou o total de 6.385 orações/linhas. A análise final foi procedida a partir da interpolação de dados da planilha, com o auxílio de filtros e fórmulas lógicas nela disponibilizados.

Os dois principais grupos de informações na planilha, a fundamentar a análise, foram: 1) os agentes/sujeitos envolvidos e as ações praticadas uns em relação aos outros e; 2) o modo como os argumentos foram construídos. No primeiro caso o que esteve em jogo foram os *conteúdos* das relações entre a psicanálise lacano-milleriana e seus temas representados (vide item 2.2.2, a seguir). No segundo caso a ênfase recaiu sobre a forma estilística das orações, eventualmente caracterizando recursos questionáveis do ponto de vista de uma análise de discurso crítica (vide item 2.2.3).

2.2.2 Eixo de análise I: Os agentes textuais e suas ações

2.2.2.1 Os agentes textuais ativos, passivos e perspectivados

No processo de categorização dos dados os agentes/sujeitos presentes nos textos podiam ocupar três lugares: ativo; passivo e; perspectivado. O agente ativo é quem, numa dada oração, pratica a ação; o passivo é quem é objeto dessa ação; e o perspectivado (nem sempre presente) é aquele terceiro elemento eventualmente referido numa ação entre o agente ativo e o passivo[15]. Por vezes, em algumas orações reflexas, o agente ativo não passivizava ninguém, apenas expressando uma ação sua, ficando em branco o espaço do agente passivo.

Cada agente textual – em quaisquer das três posições – foi categorizado segundo dois níveis categoriais, cada um deles ocupando uma coluna própria na planilha eletrônica. No primeiro e mais amplo dos níveis, intitulado “Identidade do agente textual” foram registrados

[13] No caso de uma frase com dois verbos, portanto duas orações, seriam registradas as duas ocorrências em separado.
[14] Para uma visualização miniaturizada dessa planilha inteira, consultar a imagem 1 do Apêndice A.
[15] Junto a um agente passivizado ou perspectivado apareceu também, às vezes, um outro agente, apenas citado, sem maior participação na ação daquela oração. Nesses casos, ele foi registrado numa coluna apropriada, como “citado” ou “listado”.

28 diferentes tipos possíveis de agentes encontrados no *corpus* (vide Apêndice A, Quadro 1). Num nível mais refinado, nomeado de "Dimensão identitária do agente textual", cada agente podia ser especificado entre 200 categorias (vide Apêndice A, Lista 2), dispostas em três principais segmentos, quais sejam as "posições", as "abstrações" e os "processos", cada um com suas próprias subdivisões[16].

Além desses dois níveis de caracterização da identidade dos agentes textuais, numa terceira coluna - disponível para os agentes ativo, passivo e perspectivado, e nomeada de "Agente ativo/passivo/perspectivado privilegiado?" – registrou-se um identificador a mais: seu eventual caráter *privilegiado*. Consideramos agentes privilegiados aqueles referidos aos principais âmbitos extrapsicanalíticos *específicos*[17], representados pela psicanálise: a ciência; a universidade e; o mundo psi (este subdividido em psicologia, psiquiatria e psicoterapia, principalmente). Assim, por exemplo, caso o "Agente epistêmico / intelectivo" (registrado no nível categorial mais geral da "Identidade do agente textual") estivesse, naquela oração, referido explicitamente à "ciência", esta indicação adicional seria acrescentada na terceira coluna auxiliar. Com isto foi possível estabelecer, na análise, inúmeros cruzamentos de dados, considerando tanto agentes privilegiados como agentes não privilegiados no estudo.

Originalmente, uma quarta coluna dizia respeito ao registro eventual da possível *atitude* (favorável, neutra, desfavorável) do autor do texto em relação aos agentes textuais ativo, passivo ou perspectivado, dado este que se revelou impreciso, tornando-se obsoleto.

Numa quinta coluna, intitulada "Agente autoral insinuado", registrou-se a presença dissimulada do autor do texto escondendo-se por trás de algum outro personagem que ele pudesse eventualmente ter colocado, na oração, como agente ativo[18].

Uma impressão mais geral de como essas principais colunas categoriais se encontram dispostas na planilha eletrônica pode ser consultada no Apêndice A, Imagem 2.

---

[16] Tomando como exemplo a própria psicanálise lacano-milleriana – que foi categorizada no primeiro nível como "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" – sua dimensão identitária específica poderia corresponder posicionalmente, digamos, a uma pessoa (o autor do texto, um psicanalista...) ou uma instância institucional (a EBP, a própria "psicanálise lacaniana"...), a um elemento abstrato (a doutrina psicanalítica, um documento institucional...), ou a uma processualidade, uma prática (o tratamento analítico, uma mobilização de psicanalistas...), e assim por diante.

[17] Portanto, não cabendo na qualidade de agentes específicos, aqueles referidos às representações do social em geral.

[18] A presença insinuada do autor podia assumir uma das seguintes condições: a) uso conveniente (afirmação condizente com o que um agente pensa, porém usada fora de contexto); b) descrição opinativa/interpretativa (uma pseudodescrição); c) narrativa ilustrativa real ou hipotética (uso de um agente textual ativo para encenar um argumento do autor); d) crítica contundente (quando uma oração com um agente textual ativo realizou algo, mas deixando a entender que se tratava de uma crítica velada do autor a esse agente; e) distorção deliberada (quando uma ação atribuída a um agente textual ativo não parecia condizer com o modo como ele efetivamente se posicionaria).

2.2.2.2 As categorias de ações dos agentes textuais ativos

Se a caracterização dos agentes dá os personagens em questão, a análise das ações mostra o enredo, os desdobramentos das interações entre esses personagens.

A categorização das ações se deu em três níveis de categorias e subcategorias. O grupo mais amplo foi o das "Supercategorias", que perfizeram seis: a) *Ações do sujeito ativo*; b) *Ações amistosas sujeito-objeto*; c) *Ações neutrais sujeito-objeto*; d) *Ações assimétricas sujeito-objeto*; e) *Ações de enquadramento sujeito-objeto* e; f) *Ações de oposição sujeito-objeto*. Num nível subcategorial logo abaixo elas foram subdivididas em 20 "Categorias gerais da ação", que por sua vez compuseram 188 "Categorias específicas da ação".

Comentemos brevemente cada uma das "supercategorias", a começar das "Ações do sujeito ativo". Nesta supercategoria o foco das relações do agente ativo é ele mesmo, geralmente não aparecendo agente passivizado[19] em suas práticas. O estudo discursivo desse tipo de ação pôde indicar, por exemplo, a capacidade para iniciativa por parte de alguns agentes, bem como a ausência de iniciativas por parte de outros.

As próximas supercategorias serão apresentadas numa certa sequência, desde aquelas onde as relações entre os agentes (sujeito e objeto) se dão de forma positiva, favorável, até aquelas onde as relações são bastante tensas. Nas "Ações amistosas sujeito-objeto" o agente ativo valoriza, reconhece, busca se aproximar do agente passivo. Nas "Ações neutrais sujeito-objeto", não há uma marcação valorativa especificada, reunindo categorias mais descritivas em relação ao outro. Na próxima supercategoria, das "Ações assimétricas sujeito-objeto", não se trata de apenas referir-se a alguém, mas de interagir com o outro a partir de uma situação assimétrica, ora constituindo uma relação hierarquicamente ativa (convidar, nomear, solicitar, encaminhar, etc.) ora passiva (consultar, concordar, submeter-se, etc.) na relação sujeito-objeto. A próxima supercategoria, das "Ações de enquadramento sujeito-objeto", também apresenta uma assimetria de base, mas seu foco não está na "interação" propriamente dita, senão num distanciamento crítico em relação ao agente passivo, que podia ser alguém ou algo diante do qual o agente ativo assumisse posições ou o problematizasse, tendendo a uma objetificação do outro. Por fim, na supercategoria "Ações de oposição sujeito-objeto", a distância entre os agentes é máxima. Não se trata apenas de uma tomada de posição ou de uma interpretação distanciada sobre o que o outro é e como se comporta, mas de ações que iam desde considerações ponderadas sobre as limitações do outro até ações francamente ofensivas em relação ao outro.

[19] O agente perspectivado às vezes apareceu aqui, numa ação autoexpressiva, mas executada em face de alguém.

Em alguns momentos da análise documental a referência aos números relativos às supercategorias foi suficiente; noutras ocasiões não, sendo necessário esmiuçar as categorias gerais e as específicas das ações que, não cabendo aqui em face do grande quantitativo de tipos, podem ser consultadas nos Quadros 2 ao 7, no Apêndice A.

2.2.3 Eixo de análise II: As estruturas argumentativas

2.2.3.1 Referências teóricas para a análise da argumentação

Como dissemos, para além do *conteúdo* explícito da mensagem que uma oração quis produzir retratando uma ação de um agente textual em relação a outro, a *forma* estilística dessa mesma oração podia, eventualmente, trazer o reforço de uma ideia ou a inserção de uma impressão adicional, capaz, por exemplo, de aumentar os efeitos de poder da mensagem sobre o leitor. Isto exigiria, numa análise discursiva, o estabelecimento de um crivo quanto a formas aceitáveis ou questionáveis de argumentação. Nesse sentido, recorremos a quatro referências teóricas distintas e complementares, duas no campo da 'análise de discurso crítica', uma na área da filosofia da linguagem e outra no campo da sociologia, como logo veremos. Passemos a um resumo de cada uma delas e, logo em seguida, apresentaremos nossa tentativa de síntese dessas múltiplas referências.

Primeiramente, no campo da ADC, recorremos à proposta de Teun van Dijk (2016), que elenca sete estruturas discursivas fundamentais[20] que se devem levar em conta numa análise de discurso crítica. Com base no gráfico biaxial com os quatro quadrantes, de Wodak e Meyer (op. cit.) mais acima reproduzido, verificamos que o uso que van Dijk faz dos elementos linguísticos é mais "amplo" e menos gramatical, vez que sua preocupação maior está em saber como as práticas sociais dominadoras constituem identidades separadas entre o "nós" e o "eles", que mobilizam cognições e produzem ações.

Nossa segunda referência teórica foi também do campo da ADC, na perspectiva de Ruth Wodak (REISIGL; WODAK, 2016), que em sua leitura da "análise da argumentação" propõe seis regras para o bom uso de um argumento[21]. Nessa proposta o que se evidencia é a

[20] a) *polarização* (quando se representa positivamente o próprio grupo e negativamente os demais); b) *pronomes* (uso político de pronomes para identificar o próprio grupo e os demais, no esquema geral "nós *versus* eles"); c) *identificação* (atribuição de identidade a si e aos outros); d) *enaltecimentos e mitigações* (a ênfase nas qualidades positivas de si e negativas dos outros e o desprezo pelas qualidades negativas de si e positivas dos outros); e) *atividades* (ênfase nas ações perpetradas, que reforçam as identidades de seus agentes); f) *normas e valores* (referência a ideais justificadores das práticas) e; g) *interesses* (referência à disputa por recursos materiais e simbólicos).

[21] a) *liberdade de argumentar* (ao se dizer algo não se deve fechar questão de tal forma que se impeça a outra parte de contestar); b) *correta referência aos discursos prévios pelo antagonista* (não se deve atacar afirmações alheias que não

preocupação prescritiva com o "dever ser". No gráfico biaxial referido, apresentado pela mesma Wodak, sua perspectiva sócio-histórica dá mais atenção aos elementos linguísticos relativos à possibilidade de manutenção de um ambiente discursivo dialógico, respeitando os posicionamentos diferentes e divergentes.

A nossa terceira referência retiramos de um autor que já tratamos aqui, na discussão do conceito de ideologia: John Thompson. No seu clássico livro sobre o assunto (THOMPSON, op. cit.) ele elenca treze "estratégias de construções simbólicas", distribuídas em cinco "modos gerais"[22] onde se distribuem formas argumentativas questionáveis *ideologicamente*, por manipularem as condições do próprio emissor, bem como dos seus destinatários.

A derradeira referência de que nos servimos, vinda da filosofia da linguagem, foi de Nigel Warburton, filósofo e divulgador filosófico inglês, que num popular dicionário intitulado *Pensamento crítico de A a Z*, traz 187 verbetes (muitos deles se remetendo a sinônimos entre si) (WARBURTON, 2011) com tipos de argumentos e estruturas argumentativas úteis à produção de conhecimento e outras condenadas ao erro, seja por configurarem falácias formais, falácias informais, seja por incorporarem fragilidades lógicas ou atitudes questionáveis na comunicação com outrem. No caso de Warburton, como eram muitos os verbetes, servimo-nos daqueles que se evidenciaram mais representativos a partir de uma leitura exploratória inicial dos textos da Revista Correio, de modo que esse quantitativo exorbitante caiu para 45 categorias, que tomamos a liberdade de agrupar em nove grupos[23].

2.2.3.2 As categorias da análise da argumentação

Observamos que muitas das categorias/verbetes apresentados pelos nossos quatro autores de referência se sobrepunham umas às outras. Assim, operamos um trabalho de refinamento conceitual, de modo a estabelecermos uma síntese entre suas propostas, criando

---

tenham sido efetivamente ditas); c) *referência correta a premissas* (não se deve questionar premissas que não tenham sido ditas pelo outro); d) *aceitação de pontos de partida compartilhados* (não se pode falsear algo de modo a funcionar como um ponto de partida supostamente aceito para a análise); e) *validação lógica* (não se pode argumentar de um modo tal que se incorra contra a lógica); f) *claridade da expressão e interpretação correta* (não se deve abusar da licença poética, valer-se da ambiguidade ou forçar interpretações).

[22] a) *legitimação* (afirmações de legitimidade); b) *dissimulação* (afirmações de camuflagem); c) *unificação* (agrupar indivíduos desconsiderando suas diferenças); d) *fragmentação* (separação de indivíduos ou grupos para enfraquecê-los); e) *reificação* (apresentar um fato sócio-histórico como natural).

[23] a) *argumentos que confundem* (argumentos imprecisos, contraditórios, paradoxais); b) *argumentos inconsistentes* (argumentos sem sustentação ou com erros lógicos flagrantes); c) *argumentos que fogem pela tangente* (argumentos que permitem a esquiva protetiva); d) *argumentos indutores* (argumentos que abusam da persuasão); e) *argumentos de ataque* (argumentos que desqualificam o outro); f) *argumentos autoritários* (argumentos que fecham questão de modo irredutível); g) *argumentos de medo* (argumentos que visam a assustar o interlocutor, como forma de convencimento); h) *argumentos defensivos* (argumentos demonstrativos de autofragilidade) e; i) *argumentos problematizadores* (argumentos que se concentram numa questão a elucidar).

nosso próprio quadro de categorias analíticas, trabalho que resultou em 47 "categorias argumentativas específicas", distribuídas em 17 "categorias gerais da argumentação", dispostas em seis grandes grupos, chamados de "supercategorias": a) *supercategoria dos argumentos confusos* (que são incoerentes internamente); b) *supercategoria dos argumentos sem fundamento* (que não têm lastros seguros de sustentação); c) *supercategoria dos argumentos indutores* (que têm por finalidade induzir o outro a algo); d) *supercategoria dos argumentos autoritários* (que garantem hegemonia ao enunciador); e) *supercategoria dos argumentos de ataque* (que confrontam com o outro) e; f) *supercategoria dos argumentos evasivos* (que protegem o enunciador de questionamentos). (Para uma visualização de todas estas classificações argumentativas, vide, no Apêndice A, os Quadros, do 8 ao 13).

O quadro dos argumentos confusos aponta principalmente para eventuais fragilidades argumentativas, construções mal-elaboradas ou mal traduzidas do texto, podendo constituir também uma estratégia de não comprometimento. Os argumentos sem fundamento guardam semelhanças com os argumentos confusos, porém apresentando não uma fragilidade, mas uma insustentabilidade. Já os argumentos indutores pretendem conquistar o interlocutor, persuadindo-o emocionalmente ou até mesmo enganando-o. Os argumentos de autoridade se apresentam como uma imagem de "competência", porém o elemento do poder se faz aí insinuar, ou mesmo se impor de forma autoritária. Nos argumentos de ataque esse autoritarismo é explicitamente convocado para alvejar os adversários. Por fim, os argumentos evasivos realçam não o objeto do discurso, mas seu sujeito, funcionando como medida autoprotetiva e de esquiva do enunciador, cujas eventuais fragilidades podem ser mascaradas por despistamentos ou uma falsa altivez.

No processo de categorização cada uma das 6.385 orações foi avaliada quanto à presença ou não de *estruturas argumentativas questionáveis*, conforme nosso quadro categorial. Nos casos positivos, o registro se deu num grupo de colunas da planilha eletrônica, permitindo a inscrição de até duas categorias por oração (vide o Apêndice A, Imagem 3).

2.2.4 A construção da inteligibilidade geral dos dados da pesquisa

A construção categorial de agentes textuais, suas ações, insinuações autorais, estruturas argumentativas, nada disso faria sentido sem um ordenamento que situasse esses atores e acontecimentos no contexto do universo da psicanálise lacano-milleriana. Desde as primeiras leituras exploratórias do *corpus* da pesquisa ficou claro que tudo que ali se tratava era muito dependente de contextos históricos, sociais, institucionais da psicanálise, conforme

se evidencia pela apreciação das temáticas dominantes nas matérias da Revista Correio: a interpretação psicanalítica da sociedade, suas instituições e sua produção de conhecimento; a afirmação da autonomia da psicanálise enquanto saber, prática e formação; a luta contra a regulamentação governamental da psicanálise na França e no Brasil; as ameaças teóricas, sociais, religiosas, políticas, à autonomia da psicanálise; a crítica psicanalítica aos campos "psi" concorrentes, notadamente a psiquiatria biológica e a psicologia, em especial a psicologia cognitivo-comportamental.

A primeira providência no trabalho interpretativo, desta forma, foi estabelecer um plano geral de inteligibilidade que tornasse possível ao leitor não afeito às particularidades do campo psicanalítico o entendimento das razões de ser de cada tema, de cada ação textual materializada na Revista Correio. A espinha dorsal desse plano de inteligibilidade seria a "história da psicanálise". Os textos integrantes do *corpus* da pesquisa, no entanto, não versavam sobre essa história, tema, no entanto, muito recorrente na bibliografia psicanalítica. Teríamos, portanto, de contar essa história cuja trama profunda estava ali em fragmentos ou nas entrelinhas, e cujo desconhecimento de seus pormenores por um leitor eventualmente pouco familiarizado com ela poderia comprometer a compreensão dos resultados de nossa pesquisa documental. Numa analogia ao que fizera Freud no texto *Construções em análise* (FREUD, 1969*a*) - para justificar que na clínica, como na arqueologia, fragmentos encontrados devem ser "completados" com o conhecimento que se tem da história daquela sociedade – evocaríamos a história da psicanálise para conferir sentido a cada dado da investigação.

Na parte 3 da presente tese, intitulada "O psicanalítico e os outros mundos: Um estudo documental em psicossociologia do conhecimento", desenvolvemos o trabalho interpretativo associado ao trabalho de reconstituição histórica. Seguindo os passos da tese lacaniana da linha de continuidade direta e praticamente exclusiva entre Freud e Lacan, subdividimos a história da psicanálise em dois grandes momentos, correspondendo a cada um desses termos, e que denominamos de "movimentações" para enfatizar seu caráter dinâmico e não estático: a) "Primeira Movimentação Histórica: O nascimento interdito da psicanálise, seu autoexílio ativista, sua inscrição marginal na cultura" (item 3.2) e; b) "Segunda Movimentação Histórica: O contra-ataque dos psicanalistas" (item 3.3).

Na primeira movimentação, freudiana, a psicanálise recém-surgida é atacada pelo entorno, é desqualificada pelos meios médico e científico, é caricaturada pela imprensa e opinião pública, sendo depois, num movimento centrífugo, lenta e gradativamente assimilada por certos nichos sociais, que lhe reconheceram o valor clínico e de sua crítica da cultura.

Surgida nos anos 1890, a psicanálise atravessaria um longo período pré-institucional, chamado por Castel (op. cit.) de "feudal", ao menos até 1920, quando se estabeleceria. Em nossa leitura sua institucionalização se deu mais cedo, entre 1909 e 1910, anos que marcaram a famosa viagem de Freud para conferências universitárias nos Estados Unidos e a fundação da Associação Psicanalítica Internacional, respectivamente. Mesmo com a institucionalização e a ulterior grande penetração social, sua inscrição na cultura nunca deixou de ser marginal, vez que a psicanálise desnudava inúmeros aspectos negativos e negados da condição humana. Seu sucesso público e sua publicização delatora não a tornaram permeável a influências e críticas que do social sobre ela recaíam. A psicanálise era ao mesmo tempo popular e um grande mistério. Ela escolhera para si um lugar de exílio em relação ao mundo.

Essa atitude mais reservada – embora provocativa – seria subvertida nos anos 1950, por força das ações intelectuais e políticas de Lacan. Com ele a psicanálise passaria a um contra-ataque mais ostensivo. No impulso dessa "Segunda Movimentação Histórica" a psicanálise passa a se aventurar em projetos mais ousados, jogando-se decididamente em múltiplos espaços extra-analíticos no social, como a ciência, a universidade, a psicologia. Diferentemente dos tempos de Freud, a psicanálise experimentaria uma postura bastante ofensiva em relação à sua presença no social, algo visivelmente contrastante com a tradicional imagem do psicanalista como alguém subversivo sim, mas ausente da cena pública. O psicanalista francês conquistou a mídia. Os jornais passaram a falar de psicanálise. Os diversos públicos passaram a comentá-la. Moscovici registrou tudo (MOSCOVICI, 2012*a*).

Em nosso estudo psicossocial da psicanálise os dados categoriais foram distribuídos entre a primeira e a segunda movimentações, conforme o tema se afinasse mais com um ou com outro momento na cronologia psicanalítica. Assuntos mais relacionados à autorrepresentação da psicanálise enquanto campo de saber, bem como às representações relacionadas à sociedade em geral, foram dispostos na "Primeira Movimentação Histórica"; questões mais relacionadas às representações psicanalíticas quanto à ciência, a universidade e o mundo psi foram alocadas basicamente na "Segunda Movimentação Histórica".

Entre uma e outra movimentação há, evidentemente, uma *cronologia linear*. Ela, no entanto, sofreu torções, e isto por causa mesmo do modo como as psicanálises, em particular a lacaniana, lidam com a questão do tempo. Um dos mais conhecidos lemas de Lacan foi o do "retorno a Freud", ao espírito freudiano, que se haveria perdido após a morte do pai da psicanálise. Assim, quando textos da Revista Correio se remetem a teorias e acontecimentos relativos a Freud, o fazem a partir de uma perspectiva lacaniana, segundo uma *cronologia retroativa* tal que parte da pressuposição de que o pensamento de Lacan já estaria

subentendido em Freud, que seria, assim, quase um lacaniano sem sabê-lo (COTTET, 1998). Da mesma forma, mas em sentido inverso, ao tratarmos, na "Primeira Movimentação Histórica" de aspectos mais tipicamente freudianos, frequentemente acabamos precisando conectá-los com elementos do lacanismo, saltando para o futuro numa *cronologia prospectiva*.

Ao longo de cada uma das movimentações históricas, itens e sub-itens vão apresentando diferentes tópicos para um estudo psicossocial da psicanálise, integrando nesse grande plano de inteligibilidade os dados da categorização da pesquisa e suas citações textuais mais representativas, tudo isso acompanhado pelo trabalho de interpretação teórica à luz, principalmente, da 'teoria das representações sociais' e da 'análise de discurso crítica'. Subsidiariamente inúmeras teorias e autores de outras vertentes da psicologia social ou de áreas afins como a sociologia, sociologia do conhecimento, análise institucional, estudos culturais, foram convidados, caracterizando a pesquisa como um verdadeiro trabalho de *bricoleur* metodológico e epistemológico (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Em síntese, considerando todo esse conjunto de elementos, além de outros adicionais, nosso trabalho se articulou em nove dimensões de inteligibilidade articuláveis: 1) Dados da pesquisa; 2) Base teórica principal: TRS (especialmente a 'psicossociologia do conhecimento') e ADC; 3) Base teórica suplementar: outras teorias da psicologia social (com destaque para as teorias acerca da identidade); 4) Base teórica de apoio: análise institucional; estudos culturais; história; sociologia; sociologia do conhecimento; filosofia; etc.; 5) Base bibliográfica descritiva do psicanalítico (textos de psicanalistas e suas instituições); 6) Base bibliográfica crítica à psicanálise; 7) Base de dados suplementares sobre o psicanalítico (artigos, dissertações, teses); 8) Base bibliográfica descritivo/problematizadora sobre a ciência, a universidade e a psicologia e; 9) Interpretação crítica dirigida ao psicanalítico, pela ótica da nossa pesquisa doutoral.

As relações recíprocas entre todos esses itens, e em particular entre a base teórica principal, a suplementar e a base teórica de apoio, aproximam nossa pesquisa de tendências recentes no campo da psicologia social no sentido de uma busca pela inter e transdisciplinaridade, que não descuida de manter, como ponto de partida, os referenciais da psicologia social. A este respeito, Sá (2015) pondera que hoje parece haver uma tendência a pesquisas *lato sensu* em psicologia social, ora com perspectivas "institucionalistas" (importadas da 'análise institucional' de Lourau e Lapassade), ou "filosóficas" (inspiradas em Foucault, Deleuze e Guattari), mas desconectadas da psicologia social *stricto sensu*. Em nosso

caso, as contribuições institucionalistas, foucaultianas, entre outras, comporão um conjunto que se desdobrou *a partir* de um eixo principal da psicologia social.

Esta expansão interdisciplinar também tem sido vista no interior da TRS. Vislumbrando o futuro do campo, Sammut et al. (2015) elenca duas novas direções de desenvolvimentos: a análise das representações sociais na esfera pública e; a articulação da TRS a outras teorias socioculturais. Ambas as direções são contempladas em nossa pesquisa.

Na medida em que cada novo item e sub-item do trabalho foi sendo apresentado, diferentes dimensões de inteligibilidade foram assumindo protagonismo, numa construção por camadas. Quanto aos dados documentais, eles foram sendo distribuídos ao longo dos vários tópicos da análise, às vezes priorizando-se os relativos a categorias com maior frequência numérica de ocorrências, às vezes mencionando categorias aparentemente importantes que, no entanto, foram pouco ou mesmo não evocadas, às vezes trazendo à consideração não categorias, mas citações textuais emblemáticas, quer estivessem ou não enquadradas em categorias mais frequentes. Estamos aqui no tema do clássico debate entre os métodos quantitativos e qualitativos em pesquisa, que em linhas gerais assim se expressa:

> A abordagem quantitativa funda-se na *frequência* de aparição de determinados elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências; por exemplo, a *presença* (ou a *ausência*) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição (BARDIN, 2016).

Numa pesquisa francamente quantitativa, a medição de frequência deve ser submetida a um rigoroso procedimento de análise estatística. Não sendo este o caso em nosso trabalho – onde eventualmente a frequência bruta foi considerada apenas como parâmetro a mais para um estudo interpretativo – enquadramos sua proposta como uma pesquisa qualitativa, a problematizar frequências altas, baixas, temas apenas tangenciados, outros ausentes.

3 O PSICANALÍTICO E OS OUTROS MUNDOS: UM ESTUDO DOCUMENTAL EM PSICOSSOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

3.1 PREÂMBULO

Falar das relações entre o psicanalítico e os "outros mundos" implica que a psicanálise se constitui num mundo à parte, o que remete ao conceito de identidade, aliás central à psicologia social. Na "Primeira Movimentação Histórica", portanto, antes de caracterizar as representações psicanalíticas do social em geral (item 3.2.4) desenvolvemos estudos (teóricos e também com base na pesquisa documental) sobre as representações psicanalíticas acerca de si mesma (item 3.2.2). Na "Segunda Movimentação Histórica" as representações e discursos quanto à ciência, à universidade e ao mundo psi foram analisados, respectivamente nos itens 3.3.4, 3.3.5 e 3.3.6. Os demais itens e sub-itens do trabalho trazem temáticas históricas, teóricas e às vezes dados da pesquisa documental que ou antecedem preparativamente os tópicos mais importantes acima referidos, ou os desdobra em problematizações.

Para o estudo documental das representações identitárias da psicanálise lacano-milleriana, bem como de seus quatro âmbitos extrapsicanalíticos foram selecionados, conforme o caso, os agentes textuais que melhor representassem cada uma dessas instâncias, de modo que a interpolação dos dados categorizados na planilha eletrônica permitisse fazer emergir as respectivas representações sociais e discursos. Vejamos cada caso:

a) Para as representações identitárias do lacano-millerianismo o único agente textual (ativo, passivo ou perspectivado) foi, na coluna das "Identidades dos agentes textuais", "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)"[24];

b) No caso das representações e discursos quanto ao agente social generalizado, que chamamos de *mundo sociocultural*, o número de agentes textuais foi bem maior, sendo dois deles caracteristicamente mais amplos (categorias "Agente societal" e "Agente culturalista") e onze mais específicos[25]. Quando, eventualmente, quaisquer desses treze agentes apareceram nos textos excepcionalmente atrelados à ciência, à universidade ou ao mundo psi – computando-se na coluna vizinha da planilha, própria ao registro dos agentes privilegiados – eles não foram contabilizados para o estudo das representações do social generalizado. Outros

[24] A "legitimidade", aqui, procura dar conta de que quando a Revista Correio fala da "psicanálise", não adjetivando-a, trata-se da psicanálise que ela representa, a lacaniana (do segmento milleriano), identificada como legitimamente freudiana.

[25] "Agente público, governamental, administrativo"; "Agente legal / jurídico / inquisitorial"; "Agente econômico / financeiro / empresarial"; "Agente consumidor"; "Agente laboral"; "Agente familiar"; "Agente religioso / místico"; "Agente técnico"; "Agente representativo de classe"; "Outros agentes da sociedade civil" e; "Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)".

agentes também foram excluídos dessa seleção, seja por serem demasiado abstratos ou naturais[26], seja por se referirem a um social contíguo à psicanálise lacano-milleriana[27], seja porque foram reservados para as ocasiões do estudo das representações e discursos quanto à ciência, à universidade e ao campo psicológico.

c) Quanto às representações da ciência, a categoria típica foi a do "Agente epistêmico / intelectivo", acionado o registro para o agente privilegiado "Ciência". Mesmo das vezes em que esse agente apareceu não vinculado ao privilegiado – ou seja, a indicar *conhecimento*, *mundo intelectual*, etc., ele foi analisado junto das representações e discursos quanto à ciência por serem muito próximos ao tema da ciência, exceção feita aos casos em que, por exemplo, o "Agente epistêmico / intelectivo" houvesse aparecido vinculado a outros agentes privilegiados, quais sejam a universidade e o mundo psi.

d) A representação do agente universitário esteve atrelada unicamente à categoria "Agente educacional", adicionada a informação de seu vínculo ao agente privilegiado "Universidade". Da mesma forma que no caso da ciência, o "Agente educacional" não universitário foi problematizado, na análise, junto ao universitário, uma vez que a universidade pertence ao campo institucional da educação. Mais uma vez, quando eventualmente o "Agente educacional" foi acompanhado não pela "universidade", mas pela ciência ou pelo mundo psi, ele foi problematizado junto a esses domínios.

e) Por fim, no caso das representações e discursos quanto ao mundo psi, a análise foi feita em níveis: primeiramente, a respeito dos campos da saúde geral (categoria "Outros agentes sanitários (medicinais, de cuidados, etc.)") e da saúde mental (categoria "Universo psi, atenção clínica e saúde mental"); em seguida, quanto às várias psicanálises (categoria "Comunidade psicanalítica plural"); depois, sobre o universo psi não psicanalítico (categoria "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)", desdobrando, separadamente, seus agentes privilegiados: "Psiquiatria" (para o caso da psiquiatria); "A Psicoterapia (campo de práticas, habilitação)", "Psicoterapias não analíticas em geral" e "Psicoterapias não médicas" (para o caso das psicoterapias) e; "Psicologia" e "Terapia Cognitivo-Comportamental" (nos casos da psicologia).

Tanto na primeira como na segunda movimentações históricas, conforme os dados documentais forem sendo exibidos, serão indicados os quadros categoriais com os dados dos resultados brutos, de onde foram extraídos, e que podem ser consultados no Apêndice C.

---

[26] Categorias "Ente humano / condição humana", "Realidade objetiva" e "Animal(is)".

[27] "Comunidade psicanalítica plural"; "Outras psicanálises"; "Clientela da(s) psicanálise(s)".

3.2 PRIMEIRA MOVIMENTAÇÃO HISTÓRICA: O NASCIMENTO INTERDITO DA PSICANÁLISE, SEU AUTOEXÍLIO ATIVISTA, SUA INSCRIÇÃO MARGINAL NA CULTURA

A "Primeira Movimentação Histórica" da psicanálise será apresentada em quatro tópicos sequenciados. No 3.2.1 será apresentado um panorama introdutório do tema da "história da psicanálise", considerando o problema da *historicidade* em psicanálise e na psicologia social, culminando numa perspectiva psicossocial de interpretação de narrativas psicanalíticas sobre o passado do seu campo. A partir desse lastro histórico-narrativo, apresenta-se o tópico 3.2.2 com os temas da identidade na psicanálise e das representações identitárias da psicanálise freudo-lacano-milleriana. No tópico 3.2.3, de caráter mais teórico, trata-se de problematizar o conceito de "identidade" em conexão com os conceitos de "representação" e "discurso", de cuja integração dependeria a fluidez de nossa análise a partir da TRS e da ADC. Por fim, chegando-se ao tópico 3.2.4, temos o estudo das relações entre a psicanálise e o mundo sociocultural mais amplo, a produzir suas representações e discursos, tudo isto contextualizado pelos aspectos discutidos nos tópicos antecedentes.

3.2.2 A psicanálise, sua história e suas narrativas psicossociais

3.2.1.1 A historicidade, o psicológico e a psicanálise

Do ponto de vista histórico, a invenção da psicanálise foi uma construção gradual a partir dos trabalhos clínicos do médico neurologista vienense Sigmund Freud com pacientes neuróticos (especialmente mulheres histéricas), já nos anos 1880, mas com notável desenvolvimento na década de 1890. Paralelamente a esse desenvolvimento estava surgindo e se estabelecendo a psicologia enquanto ciência experimental (de onde, depois, se diferenciaria a psicologia social), também na Europa germânica.

O contexto mais amplo, a incluir ambos os movimentos, era o do estabelecimento e legitimação conceitual e metodológica das ciências humanas, que vinham amadurecendo há um século e frutificando um a um novos saberes, como esses dois da esfera "psi", em que pese nos dois casos seus fundadores – Freud e Wundt – reivindicarem lugar para suas novidades junto às ciências naturais (JAPIASSU, 1998; ARAÚJO, 2010). Esse esforço logo se revelaria insuficiente face à evidência de que os fenômenos psíquicos não são objetivos, sendo antes produzidos historicamente.

Seguiremos dois autores para esta introdução à historicidade e ao psicológico na psicanálise: Wilhelm Dilthey e Michel de Certeau. Do primeiro, tomamos a tese de que o conhecimento é dependente da história; do segundo, a leitura de que o conhecimento psicanalítico é dependente da história da psicanálise e do *histórico* segundo a psicanálise.

No final do século XIX o projeto epistemológico de Dilthey (DILTHEY, op. cit.) repartiria ciências naturais e humanas segundo métodos próprios distintos: as primeiras, partilhando da objetividade, visariam à generalização do conhecimento por meio da *explicação*; as outras, subjetivas, visariam à individuação dos fenômenos psicológicos e sociais através da *compreensão* e da *interpretação*: "A natureza, nós a "explicamos"; a vida psíquica, nós a "compreendemos"" (REIS, 2003, p. 105). Dilthey elegeria a psicologia e a história/antropologia como fundamentos para todas as ciências humanas.

Dilthey colocou a psicologia e a história no centro de seu projeto. A seu modo, a psicanálise ataria mais estreitamente ainda a subjetividade e a historicidade. Assim, para além do tema convencional da "história da psicanálise", as relações entre história e psicanálise implicam "*algo intrínseco ao desenvolvimento teórico* da disciplina fundada por Freud" (MEZAN, 2014, p. 24), a ver a força de um Inconsciente atemporal infantil a marcar a sintomatologia da vida adulta. Peter Gay (1989), historiador e biógrafo de Freud, debate as nuanças nessas relações, vez que a história lida com fatos públicos enquanto que a psicanálise trabalha com fantasias e significados pessoais. A psicanalista lacaniana Clara de Goes (GOES, 2012), vê aspectos particulares em como cada uma lida com o passado: a história procura recuperar o passado; a psicanálise, ao contrário, reconhecer nele uma "falta" irrecuperável. Segundo Mezan (2014) o tema da "história" atravessa o psicanalítico, desde o ato de interpretar o passado do indivíduo até o trabalho de interpretar de forma subjetivista a cronologia da psicanálise, onde, por exemplo, desvios doutrinários das correntes pós-freudianas são lidos pelos lacanianos como "resistência" dos psicanalistas à verdade psicanalítica.

A psicanálise lacaniana está entre as tendências que mais têm operacionalizado teoricamente as relações entre psicanálise e história. Nesse sentido, algumas reflexões do historiador Michel de Certeau – que também era psicanalista e colega de Lacan na Escola Freudiana de Paris – nos são particularmente importantes. Segundo de Certeau (2011), psicanálise e história lidam com o "espaço de memória", a primeira vendo o passado *no* presente, a segunda lendo o passado *ao lado* do presente. O autor encontra no elemento da "ficção" uma ponte para entrelaçar as *memórias*, em ambos os saberes. Na psicanálise as memórias do passado são configuradas conforme fantasias infantis; na história, por sua vez,

sendo impossível acessar o passado tal e qual, se lida com “narrativas” acerca dele, que injetam um quantum de “como se” nos dados, unindo-os num conjunto significativo. A história produz narrativas; a psicanálise produz narrativas de sua história. As narrativas não são neutras e, segundo de Certeau (op. cit.) gerenciam inclusive “esquecimentos”. A possibilidade de lermos a história da psicanálise a partir dessa compreensão da história enquanto “narrativa” nos abre a primeira porta para nossa abordagem da psicanálise a partir da psicologia social, como veremos já no item a seguir.

3.2.1.2 Por uma psicologia social da memória psicanalítica

Existem muitas historiografias da psicanálise, desde aquelas saídas do punho do próprio Freud – postulando uma criação autogestada para o campo -, até projetos ulteriores, de tonalidades épicas, outras depreciadoras, outras mais distanciadas e críticas (ROUDINESCO; PLON, op. cit.). Diferentemente, um olhar psicossocial sobre a história da psicanálise enquanto narrativa intersubjetiva e institucional não se concentra sobre personagens e fatos, mas em processos de *identidade* no contar histórias. Segundo Saint Laurent (2021), usamos o passado para criar memórias coletivas de acordo com interesses próprios.

O subcampo da psicologia social da memória é uma tendência recente na disciplina. Numa tentativa de síntese de suas principais linhas Celso Pereira de Sá (SÁ, 2015) distingue estas configurações possíveis do “vivido”: memórias testemunhais (em depoimentos); autobiográficas; comunitárias (grupais); populacionais (societais); institucionais; históricas (episódios históricos) e; públicas (todas as outras, quando levadas ao julgamento público). Em seu alcance elas podem ser pessoais, coletivas (grupos produzindo representações sociais) e comuns (padrão semelhante, sem que se tenha um grupo); em seu suporte, podem ser orais, documentais e práticas. Em nossa investigação uma psicologia social da memória aplicada às narrativas históricas da psicanálise se concentra nas memórias “comunitárias”, “institucionais”, de materialidade “documental” e alcance “coletivo”.

A psicologia social da memória tem como importante base teórico-epistemológica a ‘teoria das representações sociais’, engendrando estudos de “representações sociais da história” (LIU, 2015), onde objetos sociais ligados ao passado (memória, história) de grupos/comunidades serão lidos como representações sociais produzidas a fim de estabelecer

identidades e sentidos[28]. "Such an approach avoids the problem of circularity in which theoretical terms such as "social identity" and "representation" mutually presuppose one another" (LIU; LÁSZLÓ, 2007, p. 100). Estes autores se referem a tal perspectiva como uma 'teoria narrativa da história', abrangendo o trabalho de diversos investigadores da psicossociologia, inclusive Sandra Jovchelovitch, uma de nossas referências.

Citando Ricoeur, Liu e László (op. cit.) caracterizam as narrativas grupais como leigas, fundadas tanto na realidade quanto em relatos imaginários, ficcionais - o que nos remete de volta a Michel de Certeau -, cobrindo um período máximo de cem anos. A psicanálise seria "leiga"?[29] No sentido de não se ter estabelecido na oficialidade do mundo, sim. No sentido – por nós defendido – de que ela é antes uma produção comunitária e institucional do que epistemológica, também sim. Havendo ultrapassado os 120 anos de idade, o critério temporal a ela ainda se aplicaria? Em nosso auxílio, Liu e László (op. cit.) distinguem "memórias comunicativas" (transmitidas no convívio direto entre gerações) das "memórias culturais" (focadas em metas grupais mais amplas). Considerando-se a "idade" da psicanálise, estas últimas nos interessam mais:

> Cultural memory, on the other hand, goes back to the supposed origins of the group. Culture objectifies memories that have proven to be important to the group, encodes these memories into stories, preserves them as public narratives, and makes it possible for new members to share group history (LIU; LÁSZLÓ, op. cit., p. 88).

Mesmo com mais de um século, o hermetismo psicanalítico, a celebrar sempre suas origens, configura uma narrativa psicossocial como memória cultural. É todo o campo da "tradição" – problemático para os historiadores - que passa a ser apreciado historicamente a partir de uma perspectiva psicossocial, problematizando as confluências entre acontecimentos reais, o vivido intersubjetivo e seus manejos políticos.

Todos estes elementos que envolvem as relações psicossociais e institucionais no endogrupo psicanalítico, bem como as relações deste com os exogrupos sociais, que se deram e se dão ao longo da história da psicanálise, constituem o fio condutor do nosso estudo.

---

[28] Um outro aspecto, mais clássico, onde o fator "tempo" aparece como problema teórico no interior da 'teoria das representações sociais' diz respeito à concepção segundo a qual na produção de conhecimento a inter-relação "sujeito-outro" se desdobra no tempo. Mais adiante (item 3.2.3.1) exploraremos este elemento temporal, cuja abordagem ficou conhecida como "Modelo Toblerone".

[29] Freud definia e defendia a "psicanálise leiga" como aquela praticada por não médicos, uma vez que a formação do analista dependeria de critérios outros que não aqueles garantidos na academia (FREUD, 1969*j*).

3.2.1.3 O mundo contra a psicanálise: a narrativa histórica do ostracismo de um filho bastardo

Naturalmente, quem primeiro interessou-se em escrever sobre a história da psicanálise foi Freud. Dois são os seus principais textos nessa direção: *A história do movimento psicanalítico* (1914) (FREUD, 1969*b*) e *Um estudo autobiográfico* (1925) (FREUD, 1969*c*). De saída nos chama a atenção os próprios títulos, que aproximam a "história" da "autobiografia". Num pós-escrito, de 1935, a esse segundo texto, escreve ele: "Dois temas ocupam essas páginas: a história da minha vida e a história da psicanálise. Elas se acham intimamente entrelaçadas (FREUD, 1969*c*, p. 89). O psicossocial nessas narrativas é evidente.

Nas primeiras linhas de *A história do movimento psicanalítico* Freud descreve a rejeição social à sua pessoa e à psicanálise em seu início, admitindo que sua criação despertou rancor e que "...a psicanálise traz à tona o que há de pior nas pessoas" (FREUD, 1969*b*, p. 51), mesmo entre os membros da Sociedade de Psiquiatria e Neurologia de Viena, de quem recebera ofensas por conta de suas teorias quanto à etiologia sexual nas neuroses. Em *Um estudo autobiográfico* ainda mais forte é essa imagem de si mesmo e de sua criação como filhos bastardos de uma época e de uma cultura que não os aceitavam.

Quando lemos Ernest Jones, o primeiro biógrafo de Freud, uma narrativa épica semelhante é apresentada (JONES, 1979), tendência recorrente na psicanálise, que parece necessitar sempre retornar e reverenciar o pai fundador. Entre os lacanianos, o retorno às origens é dirigido também ao personagem Lacan, considerado um refundador da psicanálise.

Se operarmos uma *cronologia prospectiva* e saltarmos um século adiante, vemos que o clima de perseguição à psicanálise segue até hoje. Em plena entrada do século XXI, por exemplo, toda uma nova onda de ataques ferozes à psicanálise são descritos por Elisabeth Roudinesco, uma outra biógrafa de Freud (e também de Lacan, com quem conviveu) como ofensivas de uma cultura contemporânea dessubjetivante, imediatista e ressentida contra a psicanálise, percebida como fonte de resistências a tudo isso (ROUDINESCO, 2011).

Na fronteira difusa entre fatos e ficções verossímeis, narrativas históricas (re)constituem o passado. No caso em questão, se é inconteste que a psicanálise foi e é hostilizada, é certo que a narrativização dessa hostilidade cumpre uma função social.

A partir de nossa interpretação psicossocial, enquanto 'teoria narrativa da história' psicanalítica, propomos que essas referências fundem uma "narrativa histórica do ostracismo de um filho bastardo", primeira construção de memória a organizar a identidade psicanalítica. Na medida em que os textos psicanalíticos acusam agentes externos de agressão, entendemos

que o gatilho para essas narrativas seja uma "atribuição", conceito originário da psicologia social pré-moscoviciana que parte do princípio de que as pessoas sempre interpretam as intenções alheias (MOSCOVICI, 2012*b*, p. 84). Rompendo com o individualismo, em Moscovici as atribuições serão *sociais* e se integram como componentes das representações sociais.

Ecos dessa "narrativa histórica do ostracismo de um filho bastardo", em suas atribuições, vemos em algumas passagens da Revista Correio, e com isto inauguramos agora nosso primeiro exercício interpretativo a partir do *corpus* da pesquisa documental. Foram poucas passagens dedicadas a esse tema da rejeição sociocultural *geral* à psicanálise. Num desses trechos – voltado não para os tempos freudianos, mas, prospectivamente, para tempos atuais lacano-millerianos - um clima difuso de resistência social à psicanálise é registrado, indicando uma tendência contemporânea de se colocar em ostracismo esse incômodo filho bastardo:

> Mesmo assim, continuamos confusos, assustados com a ignorância de todo mundo no que concerne a uma disciplina que se chama psicanálise. (...) Depois do século das Luzes, em seguida veio o da psicanálise ocupado essencialmente por Freud e, depois, o século XX, por Lacan. Estamos agora, no século XXI. Desde então, isso agitou todos os espíritos. E a mídia nunca deixou de se referir a tal ou tal conceito psicanalítico, quando não cita Freud ou Lacan. Perda de tempo. Aparentemente, ninguém tem idéia do que seja a psicanálise (ATTIÉ, 2005, p. 50).

Uma espécie de ressentimento atravessa os textos da Revista Correio. Grande parte da sociedade e da cultura não reconhece a psicanálise, exatamente porque ela teria desvendado os segredos do mal-estar inerente à civilização[30], algo que a maioria das pessoas e instituições preferem não querer saber.

Mais recorrente que a atribuição de rejeição social *geral* à psicanálise, as matérias da Revista Correio se referiram a ações perpetradas por agentes *específicos*. O estudo quantitativo evidencia que do total de 6.385 orações do *corpus*, 122 (1,91%) trouxeram agentes não privilegiados (na condição de agentes ativos) a passivizar a psicanálise segundo a supercategoria "Ações de oposição sujeito-objeto". O mais destacado elemento específico hostil foi o "Agente público, governamental, administrativo", presente em 22 orações, seguido do(s) "Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)", com 15 referências e do "Agente religioso /místico", com frequência 14.[31]

O que pode parecer inicialmente estranho – a psicanálise ser hostilizada pelo Estado e pela religião – se explica: a Revista Correio retratava acontecimentos marcantes no início do

[30] Este tema será explorado especificamente no tópico 3.2.4.1.
[31] Na sequência, diversos outros agentes não privilegiados apareceram, porém cada um pontuando pouco.

século XXI, tanto de iniciativas governamentais no sentido de regulamentar legalmente a psicanálise (a psicanálise não é regulamentada no Brasil e em muitos países) como de ingerência de setores evangélicos na psicanálise brasileira, no sentido de controlá-la para seus fins pastorais. Esses movimentos de ameaça externa serão melhor analisados na "Segunda Movimentação Histórica", item 3.3.1. Eles foram anunciados aqui porque parecem configurar um modo contemporâneo de um tipo novo de rejeição desse filho bastardo do social, a psicanálise, não necessariamente banindo-o, mas mantendo-o próximo, à vista, sob vigilância. Exemplo disso encontramos numa entrevista à Revista Correio, onde a psicanalista (e psiquiatra) francesa Agnès Aflalo, pertencente à École de la Cause Freudiene e à Associação Mundial de Psicanálise, assim se manifesta, em protesto a uma tentativa de regulamentação da formação analítica a partir da universidade: "A situação na França é singular. Neste ano, há alguns meses, houve outra tentativa frustrada de assassinato da psicanálise" (VILELA, 2013, p. 30).

O uso de palavras como "ofensiva" e "assassinato" demonstra o grau com que a narrativa psicossocial do "ostracismo de um filho bastardo" continua sendo atualizada na psicanálise. É nesse mesmo clima discursivo que numa outra matéria da Revista Correio o psicanalista francês Jo Attié expressa seu lamento quanto a todas as formas contemporâneas de desqualificação da psicanálise, sintoma do permanente estado de *resistência à psicanálise*, que marcaria desde sempre a história da oposição mundo *versus* psicanálise. Em seu diagnóstico, rejeitada ou não reconhecida em suas especificidades próprias, em ambos os casos, "trata-se de uma ignorância intencional" (ATTIÉ, op. cit., p. 50).

3.2.1.4 Limpando o terreno: a narrativa histórica da caçada ao inimigo interno

Aos olhos de Freud e à luz do seu desejo de legar uma narrativa mítica para a psicanálise, ele fora o herói solitário, lutando contra o mundo hostil. A contramedida às agressões sofridas pela psicanálise foi o seu fortalecimento em termos de institucionalidade. Freud o anunciara no referido texto *Um estudo autobiográfico*: "O resultado da anátema oficial contra a psicanálise foi que os analistas começaram a ficar mais coesos" (FREUD, 1969*c*, p. 65). Mas isto não se daria sem dor. Dez anos antes duas grandes dissensões haviam abalado o movimento analítico: Adler e Jung, os dois maiores discípulos de Freud desafiaram a ortodoxia propondo modificações doutrinárias inaceitáveis pelo pai da psicanálise; o primeiro, substituindo a centralidade da sexualidade na psicopatologia pelo sentimento de "inferioridade", e o segundo substituindo-a pela ideia da "libido" como energia psíquica geral,

dessexualizada. O texto *A história do movimento psicanalítico* (FREUD, 1969*b*) traz a narrativa desse momento explosivo, onde Freud, mais do que em qualquer outro de seus escritos, adotou um tom francamente conflagrado (STRACHEY, 1969).

Em 1914 não era "apenas" a I Guerra Mundial que eclodia. O que estava em jogo era a sobrevivência da psicanálise, não por conta de ataques externos a ela, mas por perigos muito mais sutis, identificados dentro da própria casa. Eis o enredo real/ficcional do que chamamos de "narrativa da caçada ao inimigo interno", a segunda grande narrativa da psicanálise.

Em sua leitura sociológica da psicanálise, Robert Castel descreve esse modo de narrativa histórica interna ao campo, ora se defendendo dos riscos externos, ora internos:

> Ao que parece, esse esquema foi montado através da história do movimento analítico como uma resposta às singulares condições de seu desenrolar (isolamento num meio hostil, insegurança, tensões internas ao grupo etc.). Fez do devir psicanalítico uma sucessão de processos, encenou sua história como num tribunal. Toda diferença foi percebida como uma desavença de ordem teórica e esta desavença, por sua vez, foi interpretada como uma traição ao espírito da psicanálise (CASTEL, op. cit., p. 24).

Tendo que publicizar o escândalo da expulsão de Jung e Adler, Freud lamentou os usos políticos disso: "...vou oferecer aos inimigos da psicanálise o espetáculo que eles tão ardentemente desejam – "os psicanalistas se digladiando entre si"" (FREUD, 1969*b*, p. 63).

E assim, fechando seu texto político-institucional, Freud apontou para o futuro da psicanálise, distante de seus inimigos internos:

> Os homens são fortes enquanto representam uma idéia forte; se enfraquecem quando se opõem a ela. A psicanálise sobreviverá a essa perda e a compensará com a conquista de novos partidários. Para concluir quero expressar o desejo de que a sorte proporcione um caminho de elevação muito agradável a todos aqueles que acharam a estada no submundo da psicanálise desagradável demais para o seu gosto. E possamos nós, os que ficamos, desenvolver até o fim, sem atropelos, nosso trabalho nas profundezas [grifos nossos] (FREUD, 1969*b*, p. 82).

Nas palavras que sublinhamos está contido muito do que caracteriza nosso estudo: uma análise de como a psicanálise e suas comunidades foram construindo representações de si e do mundo numa relação de oposição institucional ao não-psicanalítico, e de como essas representações jamais permaneceram silenciosas, mas, antes, tornaram-se ferramentas discursivas para fins políticos da psicanálise.

Seguindo o curso de nossa cronologia prospectiva, saltemos trinta anos, chegando à cena francesa dos anos 1950, onde a "narrativa da caçada ao inimigo interno" seria reescrita. Em 1953 um grupo liderado por Daniel Lagache, o orientador de Moscovici, do qual fazia parte Lacan, rompe com a Sociedade Psicanalítica de Paris, filiada à IPA, fundando a

Sociedade Francesa de Psicanálise, que passaria os próximos dez anos pleiteando em vão reconhecimento pela IPA. O pedido seria finalmente aceito, mas sob a condição de que Lacan não poderia ser reconhecido como "analista didata" (que forma novos analistas), face seu desprezo por certas regras padrão exigidas pela IPA, como a de que uma sessão de análise deveria durar 50 minutos, enquanto que o analista francês vinha adotando tempos variáveis para as sessões. Lacan chama essa condição de "excomunhão", e acaba liderando uma segunda cisão na psicanálise francesa, em 1964, com a criação da Escola Freudiana de Paris, sob seu comando. "Essa exclusão de um novo tipo ia obrigar Lacan a fundar, contra a vontade, um movimento que, embora denominado *freudiano*, não poderá deixar de tornar-se posteriormente *lacaniano*" (ROUDINESCO, 1994, p. 265)[32]. O mundo psicanalítico a partir de então se dividiria em dois continentes quase inconciliáveis: os lacanianos e os não-lacanianos (ROUDINESCO, 1995)[33].

Lacan passaria a dedicar-se a teorizar a questão política da instituição psicanalítica. Desde os anos 1950 ele vinha denunciando *desvios* nos rumos da psicanálise mundial, quase toda ela sob inspiração da corrente norte-americana da "psicologia do ego", que havia dessexualizado a psicanálise, ajustando-a à cultura adaptacionista daquele país. O *desvio,* diria respeito à dominância imprópria da dimensão do "imaginário" (tudo que pertence ao "eu", ao "narcisismo", à "identificação grupal") sobre a dimensão do "simbólico" (o que pertence à "linguagem", ao "Inconsciente"), campo propriamente psicanalítico, segundo Lacan. Num texto de 1958 ele a ela se refere como "falsa psicanálise" (LACAN, 2003*a*, p. 178).

Se nas rupturas anteriores os dissidentes foram expulsos da psicanálise, Lacan inaugurou uma modalidade diferente: ele, "excomungado", reuniu forças para confrontar o instituído, acusando-o de inimigo interno da causa freudiana. Como dissemos antes, essa tradição freudo-lacaniana, inclusive atualizada por Jacques-Alain Miller, fez escola no Brasil.

Na Revista Correio, veículo do movimento freudo-lacano-milleriano brasileiro, encontramos muitos elementos para pensar psicossociologicamente a "narrativa histórica da caçada ao inimigo interno". Nela, o melhor representante da imagem do inimigo interno é o agente textual "Outras psicanálises", ou seja, aqueles não alinhados com o lacanismo. Em todo o *corpus* da pesquisa o lacano-millerianismo passivizou 45 vezes as "Outras

[32] Este é o momento do surgimento oficial do lacanismo como paradigma político alternativo em psicanálise. Do ponto de vista teórico já havia, há uma década, um *lacanismo*, através da releitura estruturalista da obra de Freud.

[33] Esta ruptura – muito mais radical que quaisquer das anteriores cisões no movimento psicanalítico – será mais adiante objeto de reflexões em momentos diversos do nosso estudo, a cada vez enfocando um de seus aspectos ou uma de suas consequências, apreciáveis psicossociologicamente.

psicanálises", destacadamente em ações hostis que caracterizaram 25 dessas orações[34], ações reforçadas, nas entrelinhas, por uma estilística voltada para a desqualificação do outro[35]. O foco específico desses ataques recaiu sobre os nomes de certas instituições psicanalíticas rivais, seus personagens e suas práticas de formação de analistas[36].

A referência à psicanálise norte-americana, desviante da freudiana original, segundo Lacan, marcou presença na Revista Correio. Numa das matérias o autor evocou a cena - muito difundida no lacanismo - da primeira visita de Freud aos EUA, em 1909, quando teria dito, na chegada, que ele os apresentaria a "peste" da psicanálise[37], para lamentar que "entretanto, nos Estados Unidos, a peste foi pasteurizada, transformada em Psicologia do Ego" (COUTINHO, 2005, p. 114). Noutra matéria Miller (2005) chega a ridicularizar um ex-psicanalista estadunidense (um duplo traidor, portanto) que declarara seu tédio enquanto analista, a cumprir sempre a mesma rotina de escutar pacientes por 50 minutos sem nada dizer.

O inimigo interno não seria apenas a psicologia do ego, mas qualquer política psicanalítica que priorizasse mais protocolos que a verdadeira experiência analítica. Num outro texto da Revista Correio uma psicanalista lembra os tempos de sua primeira formação psicanalítica, antes de aderir ao lacanismo, contrapondo uma formação lacaniana mais fluida e "contingente", a uma formação mais rígida e "necessária" não lacaniana (LUCHINA, 2016). Formações burocratizadas equipariam a IPA a uma "seita", cuja compulsão moralizante teria o poder de causar nos sujeitos verdadeiras submissões masoquistas (VILELA, op. cit.).

A psicanálise lacano-milleriana acusaria a IPA ainda de complacência tanto em relação a ideias recorrentes de se atribuir a formação de analistas à universidade – o que denunciaria sua própria fragilidade formadora (HORNE, 2005, p. 15) – como no tocante a aproximações à psiquiatria norte-americana, focada em preocupações classificatórias, encarnadas nos manuais diagnósticos como o DSM:

> Deve-se constatar que os psicanalistas da IPA, que já estavam informados no momento da instalação do DSM, negociam hoje, sem o saber, uma vaga figuração na última encenação do grande teatro do mundo... (para retomar a expressão de Calderón) (LAURENT, 2005*a*, p. 61).

Não seriam apenas deslizes complacentes. A psicanálise lacano-milleriana acusará a IPA de alta traição, denunciando movimentos seus favoráveis a diversas propostas de

---

[34] Foram "Ações de oposição sujeito-objeto", em termos de supercategoria, distribuídas nas categorias gerais da ação "Ação de suspeitar acerca de alguém" e, principalmente, "Ação de desvalorizar/desqualificar alguém" e "Ação de contraposição a alguém".

[35] Com destaque para catorze "Argumentos de ataque", do tipo que "desqualifica o que o outro diz".

[36] Elementos estes caracterizados na coluna categorial das dimensões identitárias como "Personagem(ns)", "Organização(ões) / ente institucional" e "Processos internos de formação, habilitação, supervisão".

[37] Ao longo do trabalho faremos outras referências a esse episódio da metáfora da "peste", que será melhor discutido no item 3.3.1.3.

regulamentação estatal da psicanálise que circulavam na Europa e na América Latina na virada do século XX para o XXI[38].

Além de passivizar as "Outras psicanálises", o agente textual "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" também as posicionou na condição perspectivada, em treze ocasiões em que passivizara outros agentes socioculturais, a indicar alguma preocupação *contextual* com o movimento analítico não-lacaniano. Mais significativo, no entanto, foi a configuração onde o agente "Outras psicanálises" apareceu no lugar textual ativo, a passivizar outros agentes, inclusive o lacano-millerianismo. Foram 52 orações com essa configuração, sendo que destas, em nove ocasiões o agente passivo foi o lacano-millerianismo e noutras nove as próprias "Outras psicanálises", em orações reflexas. Se os números são baixos para inferir conclusões – em especial quanto ao lacano-millerianismo passivizado[39] - é interessante ver ao menos que os autores da Revista Correio chegaram a dar voz ao agente "Outras psicanálises", muito embora tenhamos identificado uma forte tendência de, ao fazê-lo, eles próprios autores se insinuarem nessa autoria concedida[40].

3.2.2 A psicanálise instituída e suas representações identitárias

3.2.2.1 Análise institucional da psicanálise em ebulição

A "narrativa histórica da caçada ao inimigo interno" ajudaria a consolidar institucionalmente a psicanálise (freudiana e depois lacaniana) em suas diferenças/oposições em face de abordagens heterodoxas. Faremos agora, portanto, uma leitura *institucionalista* da psicanálise *lato sensu*, mas tomando como ponto de partida - segundo a mesma cronologia prospectiva que animou o item anterior - os desenvolvimentos na psicanálise lacano-milleriana, aliás, contemporânea ao surgimento do campo da análise institucional.

Voltando aos acontecimentos do lacanismo, paralelamente à formidável expansão da psicanálise na cultura francesa nos anos 1960, a animosidade entre as instituições analíticas só aumentava. Um ex-discípulo de Lacan fez um quadro dramático das lutas, conchavos, ameaças e até suicídios nas comunidades analíticas de então, denunciando a submissão de seus membros aos líderes de movimentos, em especial Lacan (PERRIER, 1987). Nos anos

[38] Este tema será desenvolvido no tópico 3.3.1 do trabalho.

[39] Segundo a distribuição das ações nas supercategorias, os números foram: 3 "Ações de oposição sujeito-objeto"; 2 "Ações de enquadramento sujeito-objeto"; 2 "Ações assimétricas sujeito-objeto"; 1 "Ações neutrais sujeito-objeto" e; 1 "Ações do sujeito ativo".

[40] Em 36 das 52 orações os autores apareceram nas entrelinhas. Foram 22 insinuações do tipo "Crítica contundente" e 11 como "Descrição opinativa/interpretativa".

1970 crises desabariam sobre a própria Escola Freudiana de Paris, cujos dissidentes protestavam contra o comportamento controlador de Lacan, bem como contra a sua política do "passe" na formação de analistas, onde candidatos deveriam se expor perante uma banca, descrevendo sua análise pessoal (ROUDINESCO; PLON, op. cit.). Em 1980, já bastante doente, Lacan extingue sua Escola, vindo a falecer no ano seguinte. Dentre as novas instituições surgidas em meio a essa crise, a Escola da Causa Freudiana, sob a liderança de Jacques-Alain Miller, se assumiria como detentora legítima do legado lacaniano. Fiel seguidor do mestre e havendo desposado sua filha Judith, a ele se incumbiria a tarefa de publicar os seminários sistematicamente proferidos por Lacan desde os anos 1950.

Nos anos 1980 o lacano-millerianismo se expande para a Argentina, consolidando a Escuela de Orientación Lacaniana, institucionalizando-se no Brasil em 1995 através da Escola Brasileira de Psicanálise, ambas a se filiar à Associação Mundial de Psicanálise, a segunda internacional na história do freudismo, fundada em 1992. A autora de uma tese doutoral em antropologia social sobre as instituições lacanianas assim descreve estas mobilizações:

> Judith e Miller colocam-se como líderes do "*movimento de reconquista do Campo Freudiano iniciado por Lacan*" – frase que é repetida no texto de apresentação de cada uma das oito *Escolas* vinculadas à AMP. Com objetivo expansionista feroz, esta se afirma como signo da difusão da psicanálise lacaniana sob os auspícios de Miller, que endossa sua posição de "escolhido por Lacan" para difundir sua psicanálise (ANTONIO, 2015, p. 76).

Apesar disso, o fenômeno das cisões continuaria no seio do próprio millerianismo. Em 1998, um escândalo de abuso de autoridade envolvendo Jacques-Alain Miller desembocaria na saída da renomada psicanalista Colette Soler e de seu grupo de seguidores, cujo desfecho traumático acabou chegando aos tribunais na França (ANTONIO, op. cit.).

Estes acontecimentos enfraquecem a tese lacaniana de que o inimigo interno da "verdadeira" psicanálise seria apenas o autoritarismo da IPA:

> O totalitarismo presente na IPA se mostra aqui de corpo inteiro, a revelar as práticas nazifascistas operadas também pela Internacional lacaniana, nas quais se destaca com bastante visibilidade a arrogância de seu mandarinato (BIRMAN, 2003, p. 55).

O mesmo psicanalista brasileiro externa, noutro texto, seu desalento pelas várias psicanálises incorrerem, tão facilmente, em formas opressivas de institucionalidade:

> Com efeito, as associações analíticas das mais diferentes tendências teóricas se caracterizam pelo servilismo mais abjeto, sendo permeadas por relações brutais de assujeitamento que provocam engulhos e são horripilantes. Portanto, aquilo que verificamos com terror nas demais instituições sociais podemos reconhecer também sem muita argúcia nas associações de psicanalistas, infelizmente (BIRMAN, 2017, p. 30-31).

Os temas da opressão e da "submissão" no interior das instituições psicanalíticas em geral também foram a tônica de um estudo brasileiro mais recente (SALEME, 2008).

No mais das vezes esses graves problemas institucionais não foram pensados teoricamente pelos psicanalistas, que os viam como uma "desgraça" inevitável (DE CERTEAU, op. cit.), à exceção de Lacan, que o fez – como já dissemos -, o que não o impediu de incorrer em dificuldades semelhantes.

A historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco entende que a instituição psicanalítica se organiza como um misto de "associação" regulada, de "seita" em torno de um mestre, e de "partido" com uma causa militante (ROUDINESCO, 1995). Para Castel (op. cit.) ao longo de sua institucionalização, a psicanálise passou da condição inicial de "seita", centrada na figura de um profeta (Freud) à de "igreja", com foco nos ritos instituídos, passando também de uma produção de tipo "artesanal" para uma "pré-industrial", transição lenta esta que teria maturado os processos de poder em seu interior.

Em acréscimo a estas interpretações, algumas contribuições do campo interdisciplinar da análise institucional - que em suas origens se inspirou inclusive na psicanálise - podem nos ajudar a entender a instituição psicanalítica, suas crises e seu poder, no centro de nosso estudo psicossocial. Segundo Rodrigues (2007), as várias tendências em análise institucional – umas favoráveis e outras críticas à psicanálise - teriam em comum não se contentar com o óbvio, analisando o poder e as subjetivações nas instituições, sempre aderindo a compromissos libertários. Visivelmente, muitos pontos aqui a aproximam da 'análise de discurso crítica'.

Gregorio Baremblitt, um dos maiores expoentes na análise institucional - que fora psicanalista lacaniano, depois se afastando da psicanálise e de seu mestre de forma crítica e bastante jocosa (BAREMBLITT, 1991) -, define o objeto da análise institucional como os sistemas lógicos que organizam segmentos sociais segundo práticas prescritas, outras proibidas, outras indiferentes, e se materializam em organizações (BAREMBLITT, 1998).

Um outro autor institucionalista, desta feita brasileiro – que inclusive traduziu para o português o livro *História da sexualidade I: A vontade de saber*, de Michel Foucault, livro que faz duras críticas à psicanálise – assim define a psicanálise, institucionalmente:

> ...entendemos por instituição psicanalítica o conjunto das práticas que têm lugar numa instituição que se arroga o poder de fazer reconhecer as práticas psicanalíticas enquanto tais, assim como o conjunto das práticas reconhecidas como analíticas por essa instituição. Em outras palavras, ainda, trata-se do conjunto de práticas que têm lugar nas sociedades de psicanálise bem como o conjunto de práticas de seus membros enquanto tais (ALBUQUERQUE, 1978, p. 99).

Segundo ele, a análise institucional integra quatro dimensões: *objeto institucional* (aquilo sobre o quê se reivindica legitimidade); *âmbito de ação institucional* (o que será construído e difundido, para garantir a posse do objeto institucional); *atores institucionais* (os ocupantes de diferentes posições, como os "mandantes", os "subordinados", a "clientela" e o "público") e; *práticas institucionais* (o conjunto anterior, em movimento) (ALBUQUERQUE, op. cit.). Aplicando o esquema à psicanálise, o objeto seria o Inconsciente; o âmbito da ação poderia ser a formação de analistas, o ensino psicanalítico, suas representações sobre mundo; entre os atores, respectivamente, os líderes, como Freud e Lacan, seus discípulos, os pacientes e, mais externamente, o público menos ou mais afetado pela psicanálise (o segmento estudado por Moscovici em sua tese doutoral).

As lutas no interior das instituições psicanalíticas se dão pela posse exclusiva do objeto Inconsciente. Quanto ao *âmbito institucional* na psicanálise, as tensões entre reprodução de práticas estabelecidas *versus* inovação podem ser teorizadas institucionalmente através dos conceitos de "instituído" e "instituinte", respectivamente (BAREMBLITT, 1998).

Albuquerque (op cit.), por sua vez, propõe analisar as instituições em três níveis: prática política; prática ideológica e; prática econômica. Segundo nosso recorte psicossocial, a psicanálise é uma construção comunitária, institucional, política e ideológica, com diversos fins, inclusive econômicos, vez que precisa, individual ou coletivamente, subsistir materialmente. Se, para além da clínica privada, essa subsistência depende, hoje, de sua expansão para outros espaços sociais – como a universidade e a psicologia, por exemplo – isto poderá ser avaliado ao longo do presente estudo teórico-documental.

3.2.2.2 Um obstáculo a superar: a identidade na teoria lacaniana

Ainda de acordo com uma *cronologia prospectiva* no interior da "Primeira Movimentação Histórica", propomo-nos a acrescentar à leitura institucionalista da psicanálise a questão da *identidade*, conceito central à psicologia social, conceito marginalizado e atacado na teoria lacaniana. Entender as razões dessa marginalização – e superá-la – é um passo fundamental na construção do projeto de psicossociologia da psicanálise comunitária-institucional, doravante *comunitária-identitária-institucional*.

Em psicanálise o problema da identidade é filosófico, tem a ver com o princípio de igualdade de si a si. Freud o questionou através do conceito de Inconsciente, rompendo epistemologicamente com a tradição (GARCIA-ROZA, 2005) ao quebrar a suposta integridade de um *eu*, síntese de toda a identidade pessoal. Seríamos uma identidade dupla

Consciente *versus* Inconsciente, logo convertida numa tripla, na teoria do Id, Ego e Superego. Em Lacan, essa crítica é mais profunda. Sua teoria enquadra a experiência humana em três registros, o Imaginário, o Simbólico e o Real (VANIER, 2005), o primeiro com raízes nas relações especulares do bebê com a mãe, formando uma *imagem* precoce de si, matriz do Eu, dos afetos (amor, ódio) das *identificações* com o "outro". Esse registro só seria parcialmente abalado com o advento da linguagem (registro Simbólico). A criança seria subtraída das ilusões totalitárias e alçada à condição de um *sujeito*, cujas relações prioritárias não serão mais com o semelhante, o "outro", mas com o Simbólico, o "Outro". Assim, a chamada "primeira clínica de Lacan" lidará com a palavra, o sentido, de acordo com a máxima de que "O inconsciente é estruturado como uma linguagem" (SAFATLE, 2007). O registro do Real, por sua vez, abrangerá o não redutível ao Imaginário ou ao Simbólico - como o sem-sentido da vida, a angústia, a falta, a morte -, eixo que caracterizará a "segunda clínica de Lacan" (SAFATLE, 2007). Para Lacan a verdadeira psicanálise lida com o Simbólico e o Real, devendo o campo do Imaginário, da *identidade*, posto que ilusório, ser questionado. Eis a raiz da crítica lacaniana ao tema da identidade, que incidiu inclusive sobre escolas psicanalíticas rivais à sua, como o kleinismo, centrada na afetividade precoce infantil, e a psicologia do ego, focada na crença num Eu forte, soberano, idêntico a si mesmo (ROUDINESCO; PLON, op. cit.). Estas correntes rivais (inimigas internas) seriam lidas como monumentos ao Imaginário, portanto aos descaminhos do identitarismo.

Lacan gostava de transmitir seu ensino teórico através de seminários, que vinha desenvolvendo desde os anos 1950, com ampla participação de clínicos, filósofos, estudantes franceses. Entre 1969 e 1970, ao longo do seu seminário intitulado "O avesso da psicanálise" (publicado como o seminário 17), desenvolverá uma sofisticada teoria acerca de como o sujeito se constitui e se articula no laço com a sociedade (COUTO et al., 2018). Nessa teoria dos "quatro discursos" – que apresentaremos em mais detalhes no tópico dedicado às representações psicanalíticas do social (3.2.4) – a condição suprema reconhecida na categoria *simbólica* do "Sujeito do Inconsciente" permitirá ao próprio saber da psicanálise, por ele representado, assumir-se como "Sujeito da Psicanálise" frente ao mundo.

A partir daí, nosso trabalho psicossocial consistiu em fazer recuar o tal "Sujeito da Psicanálise" ao que chamamos de "Sujeito do Psicanalítico", da psicanálise como movimento comunitário, institucional e também identitário. Se em Lacan o imaginário é desqualificado, há no pensamento contemporâneo diversas vozes alternativas que reconhecem no imaginário sua função constitutiva *irredutível* e *incontornável*, como a certa altura catalogou Augras (2000), com muita clareza. A psicanálise como um todo, e o próprio lacanismo podem, assim,

ser lidos à luz de seus processos identitários, digamos, "imaginários", como diria Lacan, posto que, a nosso ver, o "Sujeito do Psicanalítico" se constitui não segundo processos estruturais-linguísticos atemporais, mas psicossociais-identitários e históricos.

3.2.2.3 A dialética identitária das representações de si e dos outros

A psicanálise produz conhecimentos acerca de seu objeto epistêmico (e institucional) próprio, o Inconsciente, bem como quanto aos manejos técnicos sobre ele. Para além dessa matriz, produz também conhecimentos sobre o social e sobre o que seria a psicanálise no interior desse social. Esses conhecimentos gerados, podemos considerar como "representações", que ao mesmo tempo retratam e constituem realidades.

Mas, "representar algo" supõe que *alguém* representa. Sendo assim, antes de adentrarmos nas representações que a psicanálise faz do social, da ciência, da universidade e do mundo psi, investiguemos como o lacano-millerianismo representa a si. Uma primeira pista seria procurar entender as razões identitárias de representar os outros. Segundo certo enfoque em psicologia social, duas seriam as funções de representar socialmente: função *estrutural*, cuja "aposta" identitária vê no outro o contraste a si e; função *conjuntural*, cuja "aposta" na coesão social representa o outro para proteger-se de suas ameaças (DESCHAMPS; MOLINER, op. cit.). A identidade também aí está. Já vimos o quanto em ao menos duas narrativas históricas a psicanálise constituiu representações de si numa oposição aos outros (externos e internos) ameaçadores. Jovchelovitch (2008), por sua vez, elenca estas dimensões psicossociais associadas às funções de representar socialmente: *identidade*; *comunidade*; *memória social*; *antecipação/construção de futuros* e; *ideologia*. Ela diz:

> Ao estudar a diversidade de representações nas esferas públicas contemporâneas, nós, psicólogos sociais, pretendemos elucidar como diferentes contextos e comunidades produzem saberes sobre si mesmos e sobre os outros, bem como sobre as questões que são relevantes a seu modo de vida (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 210).

Conforme já comentado, as relações entre representações sociais e os processos identitários seriam como os dois lados de uma mesma moeda (HOWARTH, 2007), imprescindíveis uns aos outros (DESCHAMPS; MOLINER, op. cit.), se constituindo entre os principais avanços contemporâneos na 'teoria das representações sociais' (MARKOVÁ, 2007). Ao representarmos o mundo, representamo-nos; ao representarmo-nos, representamos o mundo. A relação seria dialética. Se, de um ponto de vista mais ingênuo, as representações exprimem identidades de grupos (DESCHAMPS; MOLINER, op. cit.), epistemologicamente

pode-se conceber que “the content of identity – or what it means to be socially identified – is constructed through social representation, although its constitutive nature is often obscured by the ontological reality that representations create” (MOLONEY; WALKER, 2007, p. 3).

Os fenômenos representacionais, portanto, estão longe de se reduzirem à sua dimensão cognitiva e muito menos reprodutiva pictograficamente:

> Ao construir o que é real para um grupo de pessoas, ordens representacionais expressam identidade, enquadram o pensamento e a ação, possibilitam a comunicação e a integração social, criam a memória dos grupos sociais e instituem projetos (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 192).

Em nossa pesquisa documental, como não poderia deixar de ser, estes elementos estão também intimamente vinculados. Se a psicanálise lacano-milleriana produz representações do social, da ciência, da universidade e do mundo psi, podemos esperar que, dialeticamente, essas mesmas representações, retroativamente, também a constituam, *identitariamente*.

Entretanto, além disso – “aquém disso”, a rigor – coube investigar como, nos textos da Revista Correio, a psicanálise representou *diretamente* a si mesma. Deschamps e Moliner (op. cit.) propõem cinco tipos de representação – todas com implicações identitárias - em psicologia social: as representações de si; as representações intergrupos; as representações sociais; as representações do social e; as representações coletivas. Em nossa pesquisa primeiramente recuamos a um ponto de partida lógico onde o lacano-millerianismo produziu representações de si, de seu *endogrupo* psicanalítico, para, a partir daí, analisar suas representações de mundo, nelas incluídas representações *intergrupos*.

3.2.2.4 Representações identitárias da psicanálise lacano-milleriana

Um dos grandes desafios da psicologia social, campo fronteiriço, é encontrar soluções teóricas para os modos de enlace entre indivíduo e coletividade. O mesmo vale para a TRS. Se indivíduos geram representações, elas podem se referir a si mesmos ou aos outros. Numa escala mais elevada, coletivos, grupos, comunidades – como a psicanálise - fazem o mesmo. Segundo Deschamps e Moliner (op. cit.), o conjunto das representações identitárias conjuga tanto representações de si (individualizadas) como intergrupais (coletivizadas), em interações recíprocas cuja expressão gráfica reproduzimos a seguir:

Imagem 3 - Integrando representações identitárias, do endogrupo e do exogrupo.

Fonte: Deschamps; Moliner, 2014.

Tecidas estas considerações, passemos ao nosso estudo documental das produções identitárias do lacano-millerianismo, analisando certos grupos de dados presumivelmente mais pertinentes para esse fim: a) identidade e dimensões identitárias da psicanálise lacano-milleriana como agente textual ativo; b) identidade e dimensões identitárias da psicanálise lacano-milleriana nas orações reflexas; c) ações reflexas onde o lacano-millerianismo passivizou a si mesmo; d) estruturas argumentativas nessas ações reflexas e; e) orações onde agentes textuais ativos não psicanalíticos passivizaram o lacano-millerianismo.[41]

No primeiro desses agrupamentos de dados, temos que das 6.385 orações do *corpus*, 4.917 (77%) tinham "A psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" como agente textual ativo. Se nos limitarmos apenas às orações reflexas onde o lacano-millerianismo passivizou a si próprio, chegaremos a 1.267 orações (19,84% do total); portanto, uma em cada cinco orações em todo o *corpus* trouxe a preocupação – identitária, diríamos - de dizer/fazer algo quanto à própria psicanálise lacano-milleriana. Fossem escritos mais descritivos, objetivistas, e menos políticos, supomos que a necessidade de demarcação permanente desse "lugar de fala" – a sugerir uma hipotética hipertrofia identitária - não se verificasse.

Refinando ainda mais os dados, verificamos que a hipótese acima pode fazer sentido, posto que o subtipo "posicional" qualificou quase todas as aparições do lacano-millerianismo como agente textual ativo, eclipsando as "abstrações" e os "processos", mais ligados a conceptualizações e acontecimentos que a marcadores de lugares identitários[42]. Nas orações reflexas o predomínio da dimensão "posicional" do agente psicanalítico ativo foi ainda maior[43]. Não deixa de ser surpreendente, assim, que, em que pese o lacanismo valorize sobremaneira o *Simbólico* e suas abstrações, bem como o *Real* dos atos, tenha sido ele autorrepresentado pelo *Imaginário* de suas identidades.

[41] Para uma visualização das partes da planilha eletrônica com esses diferentes dados, ver o Apêndice B, nas Imagens 1 a 5.
[42] A dimensão "posicional" representou 93,91% das orações, contra 6,09% das "abstrações" e "processos", juntas.
[43] 97,47% dos casos.

No interior das dimensões identitárias de "Posição", temos as "Personalizadas" (individualizadas), as "Socializadas" (coletivizadas) e as "Institucionalizadas" (organizativas). Em textos institucionais como os da Revista Correio seria de se esperar a prevalência de dimensões posicionais socializadas ou institucionalizadas, mas quem se destacou largamente foram as posições personalizadas[44]. Qual a razão para o elemento mais individualista ter ofuscado os elementos mais amplos em termos dimensionais? A resposta a essa questão inquietante requer mais um refinamento dos dados, desmembrando-se a microfísica das categorias "personalizadas", até chegarmos à unidade mínima de categorização. Nela, quem apareceu em primeiríssimo lugar foi o "Autor"[45]. O trecho inicial da oração a seguir, extraída da Revista Correio, é um pequeno exemplo desse tipo de construção mais autoral: "Minha hipótese é que o processo de fabricação do novo DSM..." (LAURENT, 2015, p. 123). Entretanto, massivamente dominante foi o tipo de oração onde o autor dizia e interpretava coisas sem precisar se nomear, como no trecho a seguir: "Ora, uma felicidade que ainda mais se queira mensurável cientificamente nos aproximará quase de um regime de terror..." (CASTRO, 2013, p. 64). Após o "Autor" como agente ativo, em segundo lugar apareceu(eram) o(s) "Personagem(ns)", psicanalistas do passado e do presente, identificados nomeadamente (Freud, Lacan e inúmeros outros, nessa linhagem)[46]. Para além desses altíssimos números, em outras 237 orações onde o agente textual ativo não foi o lacano-millerianismo, o(s) autor(es) dos textos aí se insinuaram[47], reforçando o marco identitário nos escritos.

Como explicar tamanho valor conferido à autoria? Pensar que tal dominância seria mesmo o esperado, já que todo texto é escrito por *alguém*, não parece explicar tudo. À luz da psicologia social poderíamos ler esse fenômeno personalizante através de certas revisões mais recentes na 'teoria da identidade social' de Tajfel, que têm observado que endogrupos mais sensíveis a questões subjetivas – como, sem dúvida é o caso da psicanálise - tendem a perceber-se mais em termos de *diferenças* internas, contrastando com os membros dos exogrupos, vistos como *semelhantes* entre si (DESCHAMPS; MOLINER, op. cit.). Antes da razão de ser de uma instituição psicanalítica e de um veículo informativo viria a razão de ser

[44] As socializadas e institucionais apareceram apenas 109 vezes (2,37%), contra 4.509 orações posicionais personalizadas. (97,63%) Nas orações reflexas também predominaram as posições personalizadas, do lado do agente lacano-milleriano ativo, em 95,87% dos casos.

[45] Das 3.508 das orações posicionais personalizadas, 77,79% tiveram como dimensão identitária do agente ativo lacano-milleriano o "Autor", condição semelhante àquela verificada nas orações reflexas (70,86%).

[46] Foram 971 orações assim dimensionadas (21,53% do subtotal). Nas orações reflexas, essa categoria do(s) "Personagem(ns)" psicanalíticos caracterizou 27,78% das dimensões identitárias do agente ativo lacano-milleriano.

[47] Foram 148 presenças insinuadas na modalidade "Narrativa ilustrativa (real ou hipotética)", 83 na modalidade "Descrição opinativa/interpretativa" e 6 na modalidade "Uso conveniente".

de um sujeito, o psicanalista-autor. Acrescentaríamos, de nossa parte, que a força do autor psicanalítico nos textos da Revista Correio tenha se dado por duas razões, ainda: em termos teóricos, porque apostar quase tudo na *autoria* condiz com a doutrina psicanalítica, em especial lacaniana, que exige de cada um fazer presente (em atos, falas, escritos) a inscrição de sua autoria, exigência ética do próprio Inconsciente falante[48] e; estrategicamente falando, porque o destaque ao autor o eleva à condição de agente social mobilizador aos olhos da comunidade psicanalítica, da psicanálise comunitária-identitária-institucional.

A representação identitária da psicanálise pode ser inferida ainda pelo grupo de dados relativos às identidades e dimensões identitárias do agente lacano-milleriano *passivizado* em orações reflexas, estudo que mostrou uma diferença em comparação com o caso do lacano-millerianismo na posição ativa, pois aqui as dimensões "posicionais", embora ainda dominantes, viram cair sua hegemonia[49]. Ou seja, se quase todas as enunciações psicanalíticas dirigidas ao próprio lacano-millerianismo se caracterizaram pelo "lugar de fala" de autores e personagens emblemáticos, no "lugar de escuta" dos objetos falados apareceram outros elementos, tanto nas dimensões "posicionais" como "processuais", um pouco menos nas "abstratas". Nas posicionais os destaques incidiram sobre as "personalizadas" e as "institucionalizadas", pontuando menos nas "socializadas"[50]. Os autores da Revista Correio se dirigiram à psicanálise enquanto campo, organização (a Escola Brasileira de Psicanálise) e comunidade e, no plano individual, se reportaram aos grandes nomes da psicanálise (os "mandantes", na linguagem institucionalista) e aos seus seguidores (os "subordinados"), às vezes chamados de "queridos colegas" (BRODSKY, 2004, p. 19), entre os pares.

Nas orações onde o lacano-millerianismo se dirigiu a si próprio em suas dimensões "processuais", destacaram-se categorias que enfatizavam os processos institucionais internos da EBP - especialmente as questões relativas à formação de analistas e à burocracia interna – e aqueles relativos aos serviços psicanalíticos prestados pela instituição, em especial o tratamento clínico[51]. Numa leitura institucionalista (ALBUQUERQUE, op. cit.), encontramos aqui o "âmbito institucional", seus "serviços institucionais" destinados a uma "clientela". A

[48] No tópico 3.3.2 voltaremos à centralidade desse Inconsciente falante na epistemologia e na política lacaniana.

[49] Perfizeram agora 46,09% (contra 97,47%, no caso anterior), enquanto as demais (abstratas e processuais), que quase não haviam pontuado, somaram agora, juntas, 53,1% das orações.

[50] Entre as "personalizadas", principalmente as categorias "Personagem(ns)", com frequência 150, e "Profissional(is)", com frequência 81; sobre as "institucionalizadas", especialmente as categorias "Saberes e Campos", com 98 orações, e "Organização(ões) / ente institucional", com 86 orações; quanto às socializadas, as categorias "Comunidade(s)", com 32 orações, e "Coletivo, colegiado, grupo de pessoas", com 25 orações.

[51] O lacano-millerianismo foi passivizado nas dimensões "processuais" em 100 ocasiões no subtipo "internalidades institucionais", e em 98 vezes no subtipo "serviços institucionais". No primeiro caso, destacaram-se as categorias "Processos internos de formação, habilitação, supervisão" (com 66 orações) e "Processos institucionalizados de funcionamento interno" (com 34 orações). No segundo caso as categorias "Processo/lógica de tratamento ou serviço externo especializado" (58 orações), e "Processos ou projetos de políticas/ações prestadoras de serviços" (40 orações).

ênfase nesses aspectos processuais sugere que os textos da Revista Correio funcionaram um tanto como "orientações" ou "recomendações" para o movimento psicanalítico. Já no caso das dimensões "abstratas", o quadro menos numérico evidencia que as orientações passadas pelos autores/personagens psicanalíticos se dirigiram apenas muito suplementarmente aos cuidados com elementos mais epistêmicos da psicanálise, notadamente seus conceitos e métodos[52], elementos necessários à manutenção da posse do "objeto institucional", conforme a análise institucional (ALBUQUERQUE, op. cit.).

Até aqui discutimos as representações identitárias do lacano-millerianismo a partir dos jogos de posições ocupadas por ela enquanto agente textual ativo e passivo. Agora, acrescentaremos a esses dados as respectivas *ações*. Tomando o subconjunto das 1.267 orações reflexas da psicanálise lacano-milleriana, encontramos, por ordem descendente, as seguintes supercategorias de ações: "Ações neutrais sujeito-objeto", com 499 orações (39,38%); "Ações de enquadramento sujeito-objeto", com 395 orações (31,17%); "Ações assimétricas sujeito-objeto", com 217 orações (17,12%); "Ações do sujeito ativo", com 68 orações; "Ações amistosas sujeito-objeto", com 63 orações (4,97%) e; "Ações de oposição sujeito-objeto", com 25 orações (1,97%).

Tomemos o primeiro caso. Aplicando o filtro posicional-personalístico – que, como vimos, melhor delineou o agente ativo -, temos que nas ações neutrais o lacano-millerianismo cuidou quase só de descrever-se, depondo quanto a algo de sua experiência, ou simplesmente caracterizando-se[53]. No primeiro caso tratou-se, quase sempre, do relato, em tom jornalístico, de eventos ou ocorrências factuais relacionados à psicanálise, como no exemplo a seguir, em que o texto fez referência a um evento internacional:

> O Conselho da Escola Brasileira de Psicanálise reuniu-se no dia 05 de agosto, sexta-feira, de 12:30 às 14:30, em Buenos Aires, por ocasião do II Encontro Americano do Campo Freudiano (GONÇALVES, 2005, p. 121).

Já no segundo caso, cuidou-se mais de esclarecer sobre ações da própria psicanálise, detalhando-as, como na seguinte sequência, sobre um serviço prestado pela psicanálise:

> Na França, eles são chamados de Centros Psicanalíticos de Consulta e Tratamento (CPCT). Eles não têm os mesmos objetivos e pretensão de um tratamento de longa duração (...). São tratamentos de "captura" que podem ajudar o sujeito a colocar em evidência o mal-estar no qual ele se encontra

---

[52] As abstrações nas orações reflexas computaram frequência 215, pulverizadas em 35 categorias, com destaque para "Conceito, concepção, teoria (conceptualização, teorização)", com 39 orações, "Método(s), metodologia, critérios", com 27 orações, e "O Inconsciente (conceito psicanalítico)", com 23 orações.

[53] Foram 491 orações, das quais 485 (98,77%) corresponderam à categoria geral "Ação de descrever algo/alguém", caracterizada em 13 categorias específicas da ação, cujas duas mais expressivas foram "Dar depoimento sobre", com 188 orações (38,76%), e "Descrever/conceber alguém", com 171 orações (35,25%).

> para que ele possa reorganizar suas soluções diante de seu sofrimento (RAMON, 2016, p. 124).

Ou seja, quando a psicanálise lacano-milleriana se referiu a si própria, o fez principalmente nesses dois sentidos, de descrever-se, caracterizar-se, e de oferecer um testemunho sobre seu próprio corpo. Narciso no espelho; nada mais identitário do que isto!

Valorizar-se, confirmar o que pensa de si, melhor representar a si mesmo e procurar, com isto, melhorar-se, seriam motivações individuais para tratar informações acerca de si, segundo Strube (*apud* DESCHAMPS; MOLINER, op. cit.), algo que propomos valer também para comunidades, como a psicanalítica.

Tomando-se o caso da segunda supercategoria mais referida, e a ela aplicando-se o mesmo filtro personalístico, vemos que o lacano-millerianismo enquadrou a si próprio principalmente procurando problematizar-se[54], inclusive a partir de sua própria teoria, como no trecho seguinte: "O específico nessa perspectiva é que na análise, no discurso analítico, o saber está conectado com a verdade..." (MILLER, s/d, p. 13). Outras vezes a problematização se voltou para situações mais práticas: "A oferta do saber psicanalítico junto às comunidades abre-se, para a incidência do discurso analítico, como uma ferramenta que traz consigo a possibilidade da instalação da transferência" (CASTRO; CARVALHO, 2015, p. 49). Ou ainda problematizando as relações da psicanálise, passivizada, com algum outro aspecto seu, perspectivado: "...sabemos hoje que a formação de uma nova geração de analistas se acha em relação direta com a nossa capacidade de extrair consequências práticas do último ensino de Lacan" (ALVARENGA, 2013, p. 17). Problematizar-se é, também, pensar a própria identidade.

O estudo das identidades e das ações da psicanálise lacano-milleriana, como agente textual ativo, inclusive passivizando a si mesma, pode ser suplementado ainda pela análise do agrupamento dos dados atinentes à eventual presença de estruturas argumentativas questionáveis nas respectivas orações. Curiosamente, os números aqui foram mínimos: das 1.267 orações reflexas, por exemplo, apenas 83 (6,55%) delas registraram alguma dessas estruturas, o que sugere que quando o lacano-millerianismo observou a si próprio, foi segundo uma linguagem mais neutra, deixando as formas mais afetadas para as ocasiões onde passivizou outros agentes socioculturais, especialmente aqueles marcados por uma disputa.

---

[54] Foram 385 orações, onde 334 delas (86,75%) se encaixaram na categoria geral "Ação de problematização sobre algo/alguém", onde pontuaram 13 categorias específicas da ação, com destaque para "Problematizar sobre alguém (situação/posições/funções/ações)", que perfez 203 orações (60,77% do subtotal), seguida de "Comentar sobre as relações de alguém com um outro alguém", que computou presença em 44 orações.

No último conjunto de dados relacionáveis às representações identitárias da psicanálise lacano-milleriana temos as situações onde ela foi passivizada por outros agentes socioculturais. Essa configuração se apresentou em 219 orações (3,42% das 6.385 orações do *corpus*), número relativamente baixo se compararmos com os casos onde esses mesmos tipos de agentes passivizaram um outro agente não lacano-milleriano (729 orações; 11,41%). Ou seja, quando os autores dos textos permitiram algum outro sujeito aparecer em seu lugar como agente ativo, o fizeram muito mais facilmente quando o objeto das respectivas passivizações não eram eles próprios, os psicanalistas e a psicanálise. A escassez de dados, neste caso, é reveladora: dá-se voz para que o mundo fale sobre o mundo, mas não sobre o reduto fechado – identitário – da psicanálise (lacano-milleriana).

3.2.3 A psicanálise instituída como agente intelectual

Somos sujeitos epistêmicos. É intuitivo pensarmo-nos como um cérebro e uma cognição abertos ao universo a explorar. Menos intuitivo é pensar instituições como sujeitos epistêmicos. Foi o que fez Moscovici (2012*b*), com a TRS. Uma vertente paralela em psicologia social, inspirada nas ideias de Gregory Bateson e Pierre Lévy, propõe abordar a sociedade pensante através da ideia de uma "ecologia cognitiva":

> Dentro dessa ideia, torna-se possível pensar que as instituições, como um sistema cognitivo, realizam operações com o conhecimento: constroem uma ordem, processando classificações de diversas formas, hierarquizações e seriações; ordenam níveis de complexidade, atribuem significados, etc.; enfim, reconstroem o conhecimento a partir de sua perspectiva institucional (MARASCHIN; AXT, 2013, p. 137-138).

Estas ideias nos parecem muito válidas para tomarmos a psicanálise não como um amontoado cumulativo de conhecimentos, mas como um ser vivo e pensante, cujo *corpo* comunitário-identitário-institucional *pensa* através de seu fazer, de suas práticas, de suas falas, seus textos, os textos sobre os quais nos debruçamos no estudo documental. A psicanálise conta sua história, se consolida institucionalmente, reforça sua identidade e produz conhecimentos acerca do mundo.

3.2.3.1 Identidade, triângulo epistemológico e conhecimento social

Para a 'teoria das representações sociais', produzimos conhecimento através de processos representacionais portadores de qualidades dos sujeitos que representam:

> Toda representação está ligada ao esforço de pessoas e comunidades para representar *a si mesmos*, mesmo quando existe a intenção ativa de retirar e controlar a dimensão subjetiva da representação, como no caso da ciência (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 175).

Em psicanálise lacaniana, como em psicologia social, o sujeito está incluso no processo; para a primeira, o "Sujeito do Inconsciente", que *é* em cada um; para a segunda, o sujeito coletivo, que *faz* segundo o triângulo epistemológico moscoviciano.

O bem sucedido modelo triangular sujeito-outro-objeto vem recebendo acréscimos na 'teoria das representações sociais'. À sua espacialidade bidimensional, Martin Bauer e George Gaskell acrescentam-lhe a tridimensionalidade do tempo, num modelo que ficou conhecido como "Toblerone" (referência ao chocolate suíço apresentado nesse formato):

> The Toblerone model (...) is basically an elongated triangle. This elaborates the basic triad of communication (subject-subject-object) into a temporal extension as projected by shared intentionality. (...) The Toblerone model absorbs two further notions beyond that of the basic triangle: those of project and time in addition to the subject-object (BAUER, op. cit., p. 54).

Interessante que além do acréscimo da temporalidade, a ideia de intencionalidade aparece aqui em destaque, reforçando a noção de que o social é um *ser pensante*. Se em nosso estudo anterior das narrativas históricas da psicanálise o tempo estava assinalado, agora, com o modelo Toblerone, não apenas o passado, mas as idealizações futuras da psicanálise instituída aparecem como projeções intencionais de suas ações epistemológicas e políticas. Conforme entende Jovchelovitch (2008) em sua proposta de epistemologia psicossocial, os saberes são construídos por comunidades em sua história.

A comunidade, em interações *indivíduo-indivíduo* e *indivíduo-estruturas institucionalizadas*, produz conhecimento social (MOLONEY; WALKER, op. cit.), ao tempo em que celebra sua identidade e inventa o próprio tempo. Nesse sentido, todo conhecimento é "social", pois produzido necessariamente por indivíduos, coletividades, instituições, numa relação dialética onde cada um dos termos produz e é produzido pelos outros. Assim,

> A especificidade do "nós" não se exprime somente através das características que o grupo se atribui (a representação endogrupo). Ela também pode exprimir-se na maneira pela qual este grupo representa um objeto social (DESCHAMPS; MOLINER, op. cit., p. 142).

Ao representar o mundo, automaticamente representando-se, cada sistema de saber deixa no que constrói as digitais de sua identidade. Assim, em nosso estudo, dissecamos não os capilares sociais da psicanálise deixando intocadas as artérias teórico-epistêmicas do seu corpo; em nossa perspectiva, tudo que se entende por "psicanálise" é tributário de sua condição comunitária-identitária-institucional. Por outro lado, os saberes também produzem

suas representações acerca de *quem*, em seu interior, engendra os conhecimentos que os definem: "Compreender o quanto um sistema de saber procura fazer isso constitui precisamente um dos indicadores-chave para entendermos o tipo de conhecimento com o qual estamos lidando" (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 175). O "sistema de saber" que nos interessa é a psicanálise, cujo *sujeito* denominamos de "Sujeito do Psicanalítico".

3.2.3.2 Representações, comunicação e discurso

O sistema de saber psicanalítico produz e dissemina representações pela *comunicação*, processo central da 'teoria das representações sociais'. Em sua tese doutoral Moscovici (2012*a*) listou três modalidades de comunicação na imprensa, envolvendo a psicanálise: a *difusão* (pelos jornais laicos, levando ao público as informações dos especialistas, ou seja, dos psicanalistas); a *propagação* (pelos jornais católicos, ajustando as teorias psicanalíticas ao enquadre pastoral) e; a *propaganda* (pela imprensa comunista, a denunciar na psicanálise sua ideologia burguesa). Doise (2014) acrescenta que outros universos simbólicos podem se servir de modalidades comunicacionais diversas para engendrar representações. No caso da psicanálise, propomos que ela opere na modalidade da *proclamação*, a fundar realidades, mesmo porque, segundo os lacanianos, a função maior da linguagem não seria a comunicação, mas a instauração simbólica do sujeito (LACAN, 1998*a*)[55].

Ao contrário, em Moscovici, a linguagem serve à comunicação, que seria a principal função do ato de representar socialmente[56]:

> Sustento, pois, que as representações sociais têm como finalidade primeira e fundamental tornar a comunicação, dentro de um grupo, relativamente *não problemática* e reduzir o "vago" através de certo grau de consenso entre seus membros (MOSCOVICI, 2012*b*, p. 208).

Se a conjugação entre os conceitos de "representação", "comunicação" e "linguagem" parece mais fluida, o mesmo não se dá com o de "discurso". Moscovici (2012*b*) e Sá (1998), como vimos, mostraram-se favoráveis ao uso do método da análise de discurso pela TRS, mas De Rosa (2014) descreve debates e confrontos que os teóricos desse campo têm travado com a análise de discurso. O grande problema, no entanto, está no entendimento do que seja *discurso* em suas relações com a representação. Gibson (2015) propõe de saída que representações sociais digam respeito às microrrelações sociais, enquanto que discursos se

---

[55] Quanto ao tema da comunicação social em si, ele é tratado, no interior da psicanálise, sempre associado ao registro do "ensino", que se daria conforme uma *transmissão*, conceitos que serão melhor desenvolvidos no item 3.3.2.3.

[56] Observe-se que dissemos antes (item 3.2.2.3) que, numa leitura mais contemporânea, as principais funções da representação social seriam estruturais e conjunturais, ambas de caráter identitário.

refiram a macroestruturas socioculturais e históricas ("*discurso* da modernidade sobre a loucura", "*discurso* neoliberal acerca do Estado", etc...), distinção frágil, vez que há discursos individuais e há representações ideológicas. Mas ele traz outras considerações: primeiro, sobre a importância de a TRS se aproximar das contribuições da psicologia discursiva-retórica, enxergando, para além das "estruturas", as "ações", operando-se um deslizamento semântico de "representação" para "representar", o que implica em política; em segundo lugar, uma reflexão constatativa de que já se tem havido avanços nessa aproximação representação-discurso, a partir de todo um engajamento demonstrado por autores como Marková e Howarth (GIBSON, op. cit.), ao que acrescentaríamos Jovchelovitch e seu trabalho de inclusão, na TRS, das questões relativas à "dialogicidade".

De nossa parte, como já referido, inter-relacionamos representações sociais e discursos, onde as primeiras seriam uma forma de saber consensual partilhado em comunidade, e os últimos, ao mesmo tempo, um veículo para as representações e, principalmente, um modo representacional carregado de poder mobilizador, uma ação discursiva. Em Moscovici encontramos subsídio para as duas leituras. Num momento, por exemplo, ele assim define as representações sociais:

> Trata-se claramente de um tipo de fenômenos cujos aspectos salientes conhecemos e cuja elaboração podemos perceber através de sua circulação através do discurso, que constitui seu vetor principal (MOSCOVICI, 2012*b*, p. 215).

Mais adiante, discurso e cognição se associam na construção de realidades partilhadas:

> Para sintetizar, do ponto de vista epistemológico, o que está em questão aqui é a análise de todos aqueles modos de pensamento que a vida cotidiana sustenta e que são historicamente mantidos por mais ou menos longos períodos (*longues durées*), modos de pensamento aplicados a "objetos" diretamente socializados, mas que, de maneira cognitiva e discursiva, as coletividades são continuamente orientadas a reconstruir nas relações de sentido aplicadas à realidade e a si mesmas. Daqui provém o imperativo de fornecer os meios críticos de retratar esses fenômenos de coesão sociodiscursiva e de analisar os princípios de coerência que os estruturam dentro de uma relação interna-externa (esquemas cognitivos, atitudes e posicionamentos, modelos culturais e normas) (MOSCOVICI, 2012*b*, p. 218-219).

Em nosso estudo do psicanalítico acrescentaríamos a esta conjugação representacional-discursiva seu caráter mais diretamente ativo, *instituinte*. Temos, então, não mais uma "fotografia" de um estado, mas um "filme", com diretor, com uma trama ainda em curso, a projetar passados e futuros; uma obra de arte política sujeita à crítica.

3.2 3.3 O familiar e o não familiar na psicanálise e na teoria das representações sociais

Se a psicanálise comunitária-identitária-institucional é um corpo social e histórico que pensa através de seu agente intelectual, o "Sujeito do Psicanalítico", que por sua vez se comunica e discursa no mundo através de proclamações instituintes, cabe agora discutir certos pressupostos acerca dessa pretensa realidade que será, a cada momento, atualizada, comunicada. Segundo os próprios psicanalistas, esses fundamentos repousariam nas potências mesmas do Inconsciente, que Freud descreveu sob diversos ângulos, como por exemplo, o da *estranheza* (o Inconsciente como um estranho em nós), sobre o qual falaremos logo adiante. Antes disso passaremos brevemente sobre o lugar da estranheza, no olhar teórico de Moscovici:

> Deverei expor, sem querer causar mais problemas, uma intuição e um fato que eu creio que são verdadeiros, isto é, que *a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade* (MOSCOVICI, 2012*b*, p. 54).

De fato, na passagem de um conhecimento reificado (tomando-se a psicanálise como ciência) para o consensual, o não familiar se tornaria familiar, por exemplo, "ancorando" o sentido da terapia à noção católica de "confissão" (MOSCOVICI, 2012*b*). Ancoragem e objetivação seriam os processos para a ocorrência da familiarização, e Moscovici nunca abriu mão deles, a despeito de críticas quanto a certa dificuldade em operá-los em investigações empíricas (SÁ, 1998). Em síntese, a ancoragem "...permite inserir uma representação num conjunto de conhecimento e de valores preexistentes", enquanto que na objetivação "...referimo-nos a formas perceptíveis, a objetos ou a imagens que vêm concretizar as crenças. (...) Evoca-se tal multimilionário, condições climáticas pouco propícias ao esforço, ou a lembrança de tal atentado" (DESCHAMPS; MOLINER, op. cit., p. 136-137). Na ciência, ao contrário, seria operada uma desfamiliarização do fenomênico familiar (MOSCOVICI, 2012*b*). Ou seja, se o cientista injeta estranheza (distanciamentos, dúvidas, interrogações) no fenomênico-empírico, aprofundando-o, o amador injeta familiaridade (intimidade, certezas, respostas) em suas experiências, tornando-as menos ameaçadoras.

Voltemo-nos agora para o caso da psicanálise. Em Freud o problema da estranheza e da familiaridade foi problematizado no artigo *O 'estranho'* (FREUD, 1969*d*). Ele propôs que no âmago do sentimento de estranheza há algo que foi familiar outrora e se perdeu; portanto, não havendo equivalência entre o "estranho" e o "não familiar". Na base dessa ambivalência estaria o "recalcamento" (ou "repressão", na tradução portuguesa), portanto uma ação do próprio Inconsciente, atuante também nos sintomas, nos sonhos, nos atos falhos:

“Pode ser verdade que o estranho [*unheimlich*] seja algo que é secretamente familiar [*heimlich-heimlich*], que foi submetido a repressão e depois voltou, e que tudo aquilo que é estranho satisfaz essa condição” (FREUD, 1969*d*, p. 306).

Se Moscovici era mais otimista quanto à familiarização do não familiar (através da representação social), Freud mantinha reservas, face à descontinuidade entre o Inconsciente e o Consciente, cuja falta de sentido lhe seria constitutiva. O sentimento de estranheza não decorreria de uma ameaça *externa*, mas antes *interna*. Vemos, portanto, o alcance mais profundo do tema da estranheza em Freud do que em Moscovici. Faltaria talvez, à TRS, uma maior problematização do conceito de não familiaridade, carência surpreendente considerando-se a centralidade da questão para as representações sociais (PURKHARDT, op. cit.). Para esta autora, o familiar e o não familiar não seriam grandezas absolutas e nem lugares estanques, como pensou Moscovici, de modo que a teoria precisaria ser revista. A TRS precisaria lidar ao mesmo tempo com a familiarização do não familiar, através da objetivação e da ancoragem, e com a *construção social do não familiar*.

Talvez a atividade mais simples e direta em termos de construção do não familiar seja algo que a própria TRS já pressupunha, desde o início: o fato de que

> se as representações sociais servem para familiarizar o não familiar, então a primeira tarefa dum estudo científico das representações é tornar não familiar o familiar, a fim de que elas possam ser compreendidas como fenômenos e descritas através de toda técnica metodológica que possa ser adequada nas circunstâncias específicas (DUVEEN, 2012, p. 25).

Purkhardt vai mais além, propondo um não familiar gerado não só na ciência – por extensão, na TRS, como ciência – mas no próprio conhecimento consensual. Nessa direção, Kalampalikis (2009) investiga um possível tipo inverso de ancoragem, voltada para a manutenção do não familiar. Com base em ideias moscovicianas ulteriores acerca da distinção entre “pensamentos simbólicos” (que tornam o não familiar, familiar) e “pensamentos estigmáticos” (que sustentam estigmas), esse autor propõe que muitas vezes a representação social manteria o estrangeiro como estranho, mantendo-se viva a intuição da “diferença”.

Segundo nossa leitura psicossocial do lacano-millerianismo, suas proclamações quanto ao extrapsicanalítico teriam esta função estratégica de manutenção da estranheza, de inoculação da estranheza no seio de seu próprio ser, empoderando a psicanálise como único saber válido sobre o mundo, saber identificado com a estranheza do Inconsciente, portanto, identificada com o filho bastardo posto em ostracismo por um mundo que nega sua natureza, também estranha.

3.2.4 A sociedade e a cultura sob suspeita

Identificada ao que é estranho, a psicanálise, desde Freud, passou a operar um laborioso trabalho de apartação em relação ao mundo. Esta forma radical de representação de si implicou, paralelamente, uma construção representacional-discursiva altamente crítica acerca do mundo sociocultural, em última instância da "civilização".

3.2.4.1 O freudismo: da miséria civilizacional à psicanálise na cultura

Ao inventar a psicanálise Freud encontrou um novo mundo a explorar: os abismos da interioridade humana. Desde o início, sonhos, sintomas, atos falhos, etc., se tornariam objetos de interpretação e cura. Já aí, entretanto, o sociocultural estava: se havia sofrimento psíquico, ele tinha raízes nos valores familiares; se havia "repressão" na neurose, é porque existiam "repressores" no social; se haviam fantasias neuróticas, elas copiavam mitos arcaicos da humanidade. Com a teoria do "Complexo de Édipo" – cuja formulação final se deu em 1910 (LAPLANCHE; PONTALIS, 1992) - Freud conectaria as vicissitudes da vida individual a processos socioculturais muito amplos, até universais. Mesmo assim, essa dimensão do "social" estava aí como suplemento à sua teoria do indivíduo neurótico. Mas, não por muito tempo...

A partir de trabalhos como *Totem e tabu*, de 1913 (FREUD, 1969*e*) e *Psicologia de grupo e análise do ego*, de 1921 (FREUD, 1969*f*), o sociocultural foi assumindo lugar central na psicanálise, culminando nos dois maiores textos da sociologia freudiana: *O futuro de uma ilusão*, de 1927 (FREUD, 1969*g*), relacionando a neurose ao fenômeno da religião e; *O mal-estar na civilização*, de 1930 (FREUD, 1969*h*), que critica a cultura como um todo. Tomaremos este último como paradigma de como a psicanálise representa o social, ao postular um choque entre o indivíduo, movido pelo prazer, e a cultura cerceadora. O sonho de felicidade seria impossível, face às frustrações da vida interpessoal, bem como às nossas fragilidades diante das forças da natureza e da morte. A magnífica obra da civilização – linguagem, filosofia, arte, ciência – mal nos agraciaria com prazeres substitutivos, e todos os votos à solidariedade e ao amor – na família, na religião, na política – esbarrariam na desconfiança, no ressentimento, no ódio. O indivíduo, instado a reprimir seu revide, veria tal pulsão agressiva defletir sobre o próprio *ego*, na forma de um *superego* cruel, fonte extra de culpa e dor.

Segundo Roudinesco e Plon (op. cit.) o extremo pessimismo de Freud não pôde ser contestado: a crise econômica mundial de 1929, a ascensão do nazifascismo, a Segunda Guerra Mundial, os campos de concentração, a bomba atômica o confirmariam. Freud estava certo, e o mundo desorientado acabou, a contragosto, admitindo isto:

> A visão conquistada sobre a origem da cultura criou condições de *falar sobre* a própria *atualidade* do processo cultural. Nesse nível o freudismo assumiu o alcance de uma *Kulturtheorie* e pôde, de certo modo, habitar em sua contemporaneidade (ASSOUN, 1991, p. 94).

O "de certo modo" aí conota a condição *sui generis* de se supor estar no mais íntimo do mundo, estando paradoxalmente à margem dele[57]. A psicanálise, nesse exílio ativista, penetraria a cultura por suas rachaduras, se tornando uma "visão geral de mundo", a despeito de Freud considerá-la inclusa na *Weltanschauung* científica (ASSOUN, op. cit.). "...A psicanálise, não apenas como pensamento e como doutrina, nas obras de psicanálise dita extramuros, mas como modo de ser, invade o cultural" (LAPLANCHE, 1992, p. 12), caracterizando o "freudismo". Termo pejorativo criado por Bakhtin na União Soviética da década de 1920 para designar a função ideológica (no sentido marxista de "alienação") da psicanálise, o "freudismo" ajudaria a caricaturar Freud como um personagem faustiano, ao mesmo tempo genial e perigoso. Mais tarde o termo seria alargado para designar o estranho fato de que o saber psicanalítico jamais se desprenderia da imagem de seu fundador: "Daí a *atualidade póstuma* de Freud, que deixa perplexos aqueles que censuram o retorno contínuo a Freud, por não estarem advertidos da especificidade da psicanálise de se referir a sua fundação como operadora de sua atualidade" (ASSOUN, op. cit., p. 9).

O mesmo autor considera digno de nota que os termos "psicanálise" e "freudismo" coexistam, ao que sugere que isto se deva a que "o "freudismo" é aquilo que impede "a psicanálise" de se reduzir a si mesma, a sua própria subjetividade" (ASSOUN, op. cit., p. 7). Vê-se, por aí, que a noção de "freudismo" é inerente à questão de a psicanálise ultrapassar-se em seus próprios limites internos, voltando-se inexoravelmente em direção ao mundo. Segundo nossa leitura, o freudismo será o elo entre os temas da cultura psicanalítica (identitária, comunitária, institucional) e da psicanálise na cultura (suas representações e discursos).

O freudismo, cumprindo as ambições expansionistas de Freud, penetraria quase todos os espaços da cultura, como a religião, a estética, a política, além de áreas acadêmicas como psicologia, psiquiatria, filosofia, história, antropologia, sexologia, criminologia, linguística

[57] No tópico 3.3.1 exploraremos em detalhe esse paradoxo psicanalítico.

(ASSOUN, op. cit.; ROUDINESCO; PLON, op. cit.). O caso da 'teoria crítica', da Escola de Frankfurt, pode ser exemplar a este respeito, a procurar integrar Freud e Marx para a compreensão das raízes subjetivas de uma enorme gama de acontecimentos políticos cruciais no século XX, que iam, por exemplo, desde o paradoxo de as classes trabalhadoras agirem muitas vezes ideologicamente contra seus próprios interesses, até o problema da conformação da "personalidade autoritária", no nazismo e no fascismo (ROUANET, 2001). Reich e Fromm – que eram contemporâneos de Freud – integraram esse movimento, contribuindo ativamente com a onda de irradiação do freudismo. Passemos a uma cronologia prospectiva, agora.

Após a morte de Freud essa tendência irradiante continuou seguindo seu curso, sendo Lacan talvez o maior expoente nesse sentido. Não apenas ele pretendeu refundar toda a psicanálise a partir de conexões com a filosofia (Hegel, Heidegger), a linguística (Jakobson, Saussure) e a antropologia (Lévi-Strauss), mas promoveu inúmeras interlocuções/incursões nas ciências naturais (física, etologia, etc.), nas humanidades (história, sociologia, arte, etc.) e particularmente nas ciências formais (matemática e lógica) (ROUDINESCO; PLON, op. cit.), empurrando parte da psicanálise na direção do que depois se chamaria pós-modernidade. A propósito, numa previsão já um pouco antiga, Assoun (op. cit.) anunciava que o futuro do freudismo dependeria do modo como ele se posicionasse no interior da pós-modernidade. Esse futuro chegou, e hoje vemos autores como Zygmunt Bauman e Stuart Hall fundamentarem suas análises das sociedades contemporâneas em posições freudo-lacanianas, inclusive. Bauman, em seu livro *O mal-estar da pós-modernidade* (BAUMAN, 1998), pôs em perspectiva *O mal-estar na civilização* propondo que o império da liberdade na pós-modernidade não eliminou o mal-estar humano, apenas o transformou; enquanto que em *O retorno do pêndulo: Sobre psicanálise e o futuro do mundo líquido* (BAUMAN; DESSAL, 2017), ele discute com um analista lacaniano a hipótese de que o "pêndulo" liberalizante da pós-modernidade possa estar começando a retroceder em direção a formas sociais novamente autoritárias. Hall (2015), por sua vez, coloca a psicanálise e a linguística estrutural de Saussure no rol das causas do descentramento do sujeito pós-moderno, não mais autônomo, autoconsciente, uninormativo (as demais seriam o marxismo, o foucaultianismo e o feminismo).

Se o próprio Stuart Hall – um dos expoentes do influente campo contemporâneo transdisciplinar dos "Estudos Culturais" - coloca a psicanálise (lacaniana) como uma das matrizes para pensarmo-nos na pós-modernidade, não faz sentido o discurso que diz que a psicanálise estaria hoje em declínio. Se uma afirmação assim pode valer para a clínica, certamente não condiz com o plano geral da cultura, onde a psicanálise talvez seja agora mais

poderosa do que nunca, a *proclamar* suas representações e discursos acerca do mundo. Este é o tema do próximo item do trabalho, dando continuidade à análise dos dados da pesquisa documental, mas agora adentrando no primeiro objeto extrapsicanalítico em nosso estudo: o universo sociocultural.

3.2.4.2 As "representações do social" construídas pela psicanálise

Quando mais atrás introduzimos o tema da identidade (tópico 3.3.2), o situamos entre as representações de si – no sentido de um *si mesmo coletivo* – e representações intergrupos. Agora, para o estudo documental das representações quanto ao social em geral, precisamos redefinir os termos. Assim, excluídas as representações de si, pois autocentradas, as representações intergrupos, demasiado específicas, e as representações coletivas, de abrangência excessiva, restariam as representações sociais ou as representações do social. Segundo a tradição em TRS, o *objeto* da representação social deve ter uma certa autodelimitação, de modo que entendemos que caberá sim, em partes ulteriores do trabalho, falarmos em representações sociais da/e ciência, da/e universidade e do/e o mundo psi, mas não claramente em "representações sociais do/e o social" difuso. Trabalharemos, por hora, com o conceito de "representação do social" que, conforme Deschamps e Moliner (op. cit.) se aplica a grupos que representam não outros grupos simétricos rivais, mas a própria sociedade, hierarquizada e assimétrica, em sua externalidade a si. Conforme expusemos no preâmbulo desta parte do trabalho (tópico 3.1), no *corpus* da pesquisa duas categorias de agentes textuais representam por excelência esse social geral, quais sejam o "Agente societal" e o "Agente culturalista". Nem sempre o "social" foi representado amplamente. Num grande montante de dados ele apareceu especificado, embora não necessariamente em condição simétrica com "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)", configurando-se mais como um *exemplar* do social geral ou como interlocutor particularizado, mas distinto daqueles privilegiados por nossa pesquisa. Estes agentes somaram onze categorias específicas (vide o preâmbulo referido).

Nesse jogo categorial assumimos que o marco inicial para a representação psicanalítica do social seja a tese do mal-estar na civilização, que opôs de forma clara o intra e o extrapsicanalítico, norteando também o que chamamos de "Primeira Movimentação Histórica" na psicanálise. Porém, como na pesquisa documental estamos lendo o tema freudiano das relações entre a psicanálise e o mundo a partir de textos lacano-millerianos – portanto, de uma época que demarcamos como "Segunda Movimentação Histórica" –

novamente precisamos jogar com o fator *tempo*, ora manejando uma *cronologia retroativa*, onde coisas de Freud são descritas "lacanicamente", ora uma *cronologia prospectiva*, a nos permitir saltar por conta própria de Freud a Lacan para ilustrar repercussões futuras.

Sendo o social e o cultural *em geral* objetos de investigação muito explorados pela psicanálise desde os tempos de Freud, entendemos que o aspecto representacional mais relevante para uma análise não seria sua caracterização identitária (as dimensões identitárias desses agentes), mas as *ações* do agente textual lacano-milleriano ativo em relação a eles. Se considerarmos, suplementarmente, que mesmo agentes sociais e culturais específicos seriam, basicamente, casos exemplares do sociocultural geral, esse princípio continua válido. Tomemos, portanto, como fio condutor principal da investigação das representações e discursos psicanalíticos quanto ao mundo extrapsicanalítico não privilegiado, o estudo das supercategorias de ações, nelas contidas categorias gerais e específicas de ações, e a elas associadas também as identidades e dimensões identitárias dos agentes textuais.

A primeira coisa que nos chamou a atenção nesse estudo foi que a representação do social oscilou entre uma crítica a esse social geral pelo seu profundo autodesconhecimento e, de outro lado, uma denúncia do social como fonte de renovadas ameaças à psicanálise. Quanto ao primeiro aspecto, já o encontramos em Freud; o segundo traz a marca atual do lacano-millerianismo. Nas representações do social, portanto, prevaleceram os traços de distanciamento, estranhamento e mesmo franca confrontação, o que ficou bem evidente no estudo das duas supercategorias mais recorrentes nas orações, a das "Ações de enquadramento sujeito-objeto" e a das "Ações de oposição sujeito-objeto". As demais supercategorias, com escores baixos ou inexpressivos, funcionaram, na representação, como condição preparatória para esses casos mais decisivos. Comecemos por esta antessala contextual constituída pelas supercategorias das "Ações do sujeito ativo", "Ações amistosas sujeito-objeto", "Ações neutrais sujeito-objeto" e "Ações assimétricas sujeito-objeto".

O quantitativo de orações categorizadas como "Ações do sujeito ativo" lacano-milleriano apenas a dizer ou executar algo, sem referir-se a alguém, foi desprezível: 7, em todo o *corpus*. Quando esse tipo de ação foi acompanhado de um agente sociocultural perspectivado (ou seja, uma pura afirmação ou ação psicanalítica executada, mas na presença contextual de um outro agente não privilegiado) esse número subiu para 90[58]. Ao falar de si mesmo o lacano-millerianismo o fez, num certo montante de ocasiões, levando em conta o ambiente sociocultural geral e, particularmente, o Estado. Na representação do social, a

[58] Os agentes socioculturais gerais "Agente societal" e "Agente culturalista" apareceram 23 e 13 vezes, respectivamente. Entre os demais agentes socioculturais específicos perspectivados o destaque incidiu sobre o "Agente público, governamental, administrativo", registrado 26 vezes.

sociedade, a cultura, o governo, aparecem, neste primeiro momento, como instâncias demarcadoras primeiras de uma exterioridade a ser pensada, como ilustra esta citação, extraída da Revista Correio:

> ...seria muito cômodo para os analistas recusarem toda demanda de prestar contas daquilo que eles fazem porque a psicanálise não teria nada a fazer (a ver) com as coisas do mundo. Ela teria um domínio abstrato, sutil, uma ilha (...). Habitamos um país freudiano no qual temos uma soberania completa e não temos que prestar contas a ninguém. Lacan, ao contrário, insistiu sempre sobre a ideia de que a gente tem contas a prestar (MILLER *apud* LUCHINA, op. cit., p. 53).

As defesas ora a favor de uma autonomia absoluta da psicanálise em relação ao social, ora de uma autonomia relativa, continuam como questão não resolvida no movimento, e ensejarão mais adiante outras reflexões (especialmente no tópico 3.3.1). Neste primeiro vislumbre, entretanto, o que aparece são pequenos gestos no sentido de arrumar o tabuleiro do jogo de posições onde se situa, de um lado, a psicanálise lacano-milleriana e, de outro, o universo sociocultural. Pouquíssimas vezes o lado oposto foi representado amistosamente: apenas 19 orações em todo o *corpus* assim se caracterizaram[59]. Podemos ler essa rarefação de referências amistosas por dois ângulos complementares: primeira e mais fundamentalmente, é digno de nota que a atitude da psicanálise em relação à sociedade e à cultura sempre foi de um distanciamento crítico, poucas vezes de assentimento e homenagens; depois, a própria função política dos textos da Revista Correio exigia mais uma atitude problematizadora em relação ao mundo sociocultural com o qual lidar, restando pouco espaço para amenidades.

As ações assimétricas trouxeram também números bem inexpressivos. Em tão-somente 24 orações o agente textual lacano-milleriano ativo passivizou assim agentes socioculturais não privilegiados[60]. Estes tipos de ações indicam uma certa aproximação sujeito-objeto, admitindo - em interações cotidianas simples, sem maiores consequências - influências ativas e passivas entre si. A oração a seguir – numa discussão sobre a "verdade" - dá um pequeno exemplo de uma ação assimétrica onde o lacano-millerianismo se pôs em condição passiva ante o agente sociocultural "Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)": "O que eu responderia a alguém que dissesse isso?" (MILLER, 2011, p. 25). Nada tão crucial assim...

Supomos que o baixo número de orações do tipo assimétricas possa indicar que a linha argumentativa da Revista Correio tendeu bem mais para abordar o *outro* a uma certa

---

[59] Foram 12 orações na categoria geral da "Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém" e 7 na categoria geral da "Ação de descrever positivamente a alguém", apenas três delas referidas aos agentes sociais amplos, o "Agente societal" e o "Agente culturalista".

[60] A categoria geral das "Ações hierarquicamente passivas" pontuou 15 vezes, contra 9 das "Ações hierarquicamente passivas", em conjunto referidas principalmente aos "Agente societal", "Agente culturalista" e "Agente público, governamental, administrativo".

distância, seja descrevendo-o, seja conhecendo-o, seja com ele se relacionando de forma neutra, do que a manter com ele uma relação mais íntima, a exigir compromissos, o que só aconteceria em circunstâncias especiais, quando coalizões estratégicas foram admitidas.

Fechando esse grupo de tipologias relacionais menos presentes nas ações perpetradas pelo lacano-millerianismo em direção a agentes textuais socioculturais, as "Ações neutrais sujeito-objeto" acabam sobressaindo um tanto quanto, caracterizando 143 orações, 134 delas segundo a categoria geral da "Ação de descrever alguém"[61]. Antes de qualquer ação mais contundente em relação a ele, o mundo sociocultural precisava ser descrito. O "Agente culturalista" e o "Agente societal" computaram, juntos, 39 referências; as demais disseram respeito a agentes socioculturais específicos. No exemplo a seguir o "Agente societal" (em sua dimensão identitária "Condição de psicopatologia, sintoma, sofrimento, mal-estar") foi retratado em suas caracterizações contemporâneas: "Temos, hoje, uma expressão que nomeia esse mal-estar globalizado que alguns intelectuais chamam "a dificuldade de viver junto"" (VILELA, op. cit., p. 37). Para uma sociedade doente, uma psicanálise dela ciente.

Desde Freud, como vimos, a psicanálise tem descrito/concebido o mundo social, suas formas organizativas, seus fundamentos subjetivos. No estudo das passivizações psicanalíticas do "Agente societal" encontramos, dentre suas dimensões identitárias, descrições referidas à "Autoridade, poder (função de)", como no seguinte trecho: "Quando vocês saem de casa, há outras funções de autoridade: o professor, o policial, o padre, o médico – por todas elas existia outrora certo respeito" (VILELA, op. cit., p. 32). Eis uma teoria (desde Freud, a interpretação de que a "autoridade paterna", nascida no plano intrafamiliar, se transporia ao macrossocial), mas aqui apresentada descritivamente, supondo sua aceitação tácita. Segundo esta leitura, as sociedades dos tempos de Freud se organizavam segundo a forte normativa de uma lei paterna. Porém, com os tempos mudados, as novas práticas sociais exigiriam da psicanálise comunitária-identitária-institucional conceber outros modos de ser num mundo em processo permanente de transformação, a testemunhar o declínio da norma e o crescimento de relações mais horizontalizadas. Isto ficou bem visível quando tomamos o "Agente culturalista" passivizado pelo lacano-millerianismo. Numa de suas subdivisões dimensionais identitárias, a da "Contemporaneidade / fenômenos da contemporaneidade", uma citação textual exemplar afirma, provocativa, mas também descritivamente: "Nossa época é distinta da época de Freud e também da de Lacan" (FONTE, 2015, p. 67). Um dos maiores desafios ao lacano-millerianismo seria o de manter-se na crista

[61] Compuseram esta categoria geral as categorias específicas "Descrever/conceber alguém" (43 orações) e "Dar depoimento sobre" (42 orações).

da onda das últimas transformações socioculturais, mas sem perder as referências identitárias com o freudismo original.

Quanto aos agentes socioculturais específicos passivizados de forma neutral pel'"A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)", destacaram-se o "Agente público, governamental, administrativo" (45 orações) e o "Agente religioso / místico" (20 orações). O primeiro deles apareceu predominantemente em sua dimensão identitária de "Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)". O tema da "lei", aqui, se refere mais imediatamente à descrição da situação mais recente (início do séc. XXI) quanto a projetos de regulamentação estatal da psicanálise, no Brasil e na França[62]; porém, ele também evoca todo um debate recorrente na psicanálise, que procura articular a "lei" no sentido geral (as leis de uma sociedade, as regras de sua organização) à "lei" no sentido singular (as normalizações psíquicas engendradoras da própria subjetividade). Este tema está, desde Freud, sempre correlacionado com aquele da "autoridade paterna" – com seus altos e baixos - sobre o qual nos referimos há pouco, mas também faz referência ao âmbito das religiões, reduto onde a lei do Deus-pai impera[63].

O essencial na representação do social pela psicanálise lacano-milleriana, no entanto, esteve longe do lugar da neutralidade. Como já referido, as supercategorias mais expressivas numericamente corresponderam ao *enquadramento* do objeto representacional, e à *oposição* em relação a ele. Analisemos logo o primeiro caso, a reunir na supercategoria duas únicas categorias específicas da ação: a "Ação de problematização sobre algo/alguém", que cuida em desnaturalizar o outro, discutindo-o, interpretando-o e; a "Ação de posicionamento acerca de algo/alguém", que organiza os modos estratégicos de relacionamento com esse outro desnaturalizado e objetificado. Em todo o *corpus* foram 294 orações onde a psicanálise lacano-milleriana passivizou, enquadrando, agentes socioculturais, principalmente problematizando-os[64]. Decompondo a categoria geral da "Ação de problematização sobre algo/alguém" em suas categorias específicas da ação, duas sobressaem: "Problematizar sobre alguém (situação/posições/funções/ações)" e; "Interpretar alguém"[65]. Problematizar, discutir a situação da sociedade e da cultura, seus lugares, suas funcionalidades e práticas e, além disso, interpretá-las, é, desde há muito, o modo como a psicanálise representa o social, cuja função discursiva estratégica primeira parece ser a de produzir uma *distinção*, com a psicanálise

[62] O tema será tratado mais especificamente no tópico 3.3.1.

[63] Isto de algum modo se enlaça com a referida passivização do "Agente religioso / místico", que no *corpus* da pesquisa esteve sempre atrelado ao problema da regulamentação estatal da psicanálise, onde, no caso brasileiro, nas últimas décadas, líderes religiosos evangélicos têm invocado a lei, nesse sentido, como veremos melhor no tópico 3.3.1.

[64] Foram 266 orações problematizadoras (90,47%) contra 28 de posicionamento.

[65] As duas perfizeram 72,93% das ações de problematização, a primeira delas presente em 123 orações, e a segunda em 71.

sozinha de um lado, a observar o mundo, como afirma categoricamente a seguinte citação da Revista Correio: "Somente os psicanalistas podem interpretar efetivamente o que se passa, ninguém, além de nós, fará isso" (VILELA, op. cit., p. 41). A hermenêutica aqui - unindo suas faces ontológica e metodológica - permitirá extrapolar a interpretação do Inconsciente para a cultura como um todo.

O sociocultural foi problematizado tanto em suas expressões mais gerais como particulares, com algum predomínio do subconjunto dos primeiros ("Agente societal" e "Agente culturalista") sobre os últimos (os onze agentes particularizados, já referidos)[66], entre os quais a ênfase recaiu claramente sobre o agente estatal e o religioso[67], fontes de ameaças ao psicanalítico. Um olhar mais detalhado sobre esses quatro agentes, em suas dimensões identitárias, nos ajudará a compreender melhor este aspecto da representação do social. O primeiro deles, o "Agente societal", apareceu disperso em vinte diferentes dimensões, com uma ligeira prevalência de um grupo delas que, integradas, remeteram a aspectos mais disruptivos e explosivos desse agente, vinculados ao poder e à força[68]. Estes elementos apareceram principalmente nas falas de duas psicanalistas entrevistadas pela Revista Correio. Numa delas, o tema surgiu associado ao racismo e à guerra; no primeiro caso, interpretado a partir da teoria freudiana da autoridade paterna e da teoria lacaniana do gozo, esse excedente compulsivo de energia destrutiva: "O que é o racismo? No fundo, não há racismo senão do gozo" (VILELA, op. cit., p. 36). Em suma, um fenômeno social complexo como o racismo só poderia ser interpretado à luz da psicanálise. O social disruptivo da guerra, por sua vez, foi problematizado através de teorias sobre o gozo destrutivo, os laços parentais, a ausência da lei paterna e o desejo:

> Quando se está identificado, está-se em uma comunidade de irmãos; as pessoas são irmãs e fazem a guerra contra aquelas que não têm o mesmo objeto de gozo. É preciso ver que a guerra tem somente um interesse. É mais fácil, por exemplo, a um homem fazer a guerra do que enfrentar o desejo de uma mulher (VILELA, op. cit., p. 37).

No discurso da outra entrevistada, este enquadramento problematizador do agente societal mais destrutivo foi realizado a partir de um ângulo um tanto diferente: "Particularmente, não penso que vivemos em uma época mais violenta que no passado, mas

---

[66] Os dois gerais computaram, juntos, 102 ocorrências (52,57%), com o "Agente societal" referido 54 vezes, e o "Agente culturalista" 48 vezes.

[67] O "Agente público, governamental, administrativo" foi passivizado de forma problematizadora pelo lacano-millerianismo 26 vezes, contra 23 do "Agente religioso / místico".

[68] Por ordem decrescente, as seguintes dimensões identitárias: "Processos de conflagração / violência", com frequência de sete ocorrências; "Autoridade, poder (função de)" e "País / nacionalidade", com frequência 6, "Contemporaneidade / fenômenos da contemporaneidade" e "Discurso / paradigma", com cinco ocorrências, e "Processos autoritários / de práticas abusivas", com 4 ocorrências.

que estamos numa época de violência diferente" (RAMON, op. cit., p. 134). Essa *diferença* apontaria para a insuficiência da leitura freudiana do fenômeno: "...a violência não está mais ligada por um império paternal" (RAMON, op. cit, p. 134), marcado pelos excessos do gozo ou pela carência de um "pai" disciplinador, mas por uma espécie de autoritarismo do igualitarismo, fundado na suposta universalidade dos "direitos humanos". Esta leitura nos faz saltar do tempo da "Primeira Movimentação Histórica" para a "Segunda", na história da psicanálise; em direção, portanto, ao mundo do séc. XXI. Este era, aliás, um dos propósitos de Lacan: conectar, sempre, a psicanálise a novos tempos. Os avanços supostamente emancipatórios em nossa sociedade igualitária contemporânea esconderiam formas autoritárias sutis. Ou seja, segundo este discurso psicanalítico, o social, entregue a seu próprio autodesconhecimento, não terá saída.

É assim que chegamos à análise de nosso segundo agente sociocultural amplo: o "Agente culturalista", passivizado problematicamente pela psicanálise, representado em múltiplas dimensões identitárias, tudo no intuito de decifrar estes novos e desafiadores tempos. Entre essas dimensões uma única se destacou, justo a da "Contemporaneidade / fenômenos da contemporaneidade" (presente em 24 orações), a indicar uma preocupação que vinha desde Lacan quanto à ascensão do autoritarismo como efeito do declínio da autoridade:

> O chamado tempo das quedas dos ideais – mostrado a partir do matema I<a, tão bem trabalhado por Miller – nos traz muitos dissabores, porque esses mesmos objetos são elevados ao zênite e isso parece não ter fim (PIMENTA, 2015, p. 143).

Um desses objetos decaídos enquanto ideal, mas elevado em sua função autoritária, seria encontrado na religião e nos costumes: "Trata-se de algo mais amplo, que compromete os destinos da cultura, e tem, por enquanto, o formato de uma defesa da moralidade" (BARROS, 2015*a*, p. 142). Aqui, o contemporâneo se une ao tradicional para ameaçar a psicanálise, que lá no início já havia pago um preço alto ao questionar a moral e a religião. Conforme diagnostica um dos autores da Revista Correio: "A civilização entrou em uma época difícil para a psicanálise" (REYMUNDO, 2015, p. 62).

Quanto aos dois agentes socioculturais específicos mais passivizados nas ações enquadradoras-problematizadoras-interpretativas praticadas pelo agente textual ativo lacano-milleriano, eles apenas confirmariam essa tendência de ascensão de uma cultura autoritária, marcada por uma espécie de sanha controladora, materializada na dominação dos homens sobre os homens (através do "Agente público, governamental, administrativo") e dos homens pelos deuses (pelo "Agente religioso / místico"). A questionável aproximação entre esses dois agentes socioculturais no Brasil contemporâneo foi objeto de inúmeras problematizações por

parte dos autores de matérias da Revista Correio: "Não é difícil constatar que, no Brasil, a República sempre foi uma tênue sombra, pois, mesmo que tenhamos uma Constituição laica, vivemos sob o manto imperativo da religião" (PIMENTA, op. cit., p. 143).

Em síntese, a passivização enquadradora de agentes socioculturais pela psicanálise lacano-milleriana, avançando um passo a mais em relação ao que fora feito nas ações neutrais-descritivas, restringe estes sujeitos, os coloca em quarentena para um escrutínio mais detido, sendo identificados seus aspectos mais ameaçadores, seja enquanto moções socioculturais poderosas e virtualmente perigosas, características do mundo contemporâneo – que, não sendo mais o mundo analisado por Freud, precisaria ser novamente dissecado -, seja em suas expressões mais diretamente ofensivas em relação à autonomia da psicanálise, como o Estado e a religião, com suas leis, suas práticas, sua visão de mundo.

Após *descrever* e, principalmente, *enquadrar* os mundos socioculturais não privilegiados, a psicanálise lacano-milleriana os *antagonizou*. Em 285 orações (nove a menos que nos enquadramentos) ela partiu para um embate mais aberto com determinadas linhas do social e do cultural, movimento caracterizado majoritariamente pela categoria geral da "Ação de contraposição a alguém", que pontuou 172 vezes (60,35% do subtotal), acrescida de referências questionadoras, desqualificadoras, denunciadoras[69]. O acréscimo dos atores desse teatro trágico de confrontações nos ajudará a compreender melhor a trama, especialmente se compararmos com os casos anteriores de passivizações neutrais e enquadradoras. O contraste mais marcante está no peso proporcional dos agentes socioculturais gerais e específicos, nos três casos. Se nas ações de enquadramento quase metade dos casos de passivizações incidiram sobre os agentes socioculturais mais amplos ("Agente societal" e "Agente culturalista"), e se este percentual fora bem menor nas passivizações neutrais, eles caíram a patamares muito baixos nos casos de oposição[70]. Portanto, quando se tratou de enquadrar, problematizar o outro, a representação do social construída pela psicanálise considerou sobremaneira o social e o cultural em seus aspectos mais generalizados e mesmo difusos, mas quando a representação precisou dar conta de eventuais ameaças mais prementes advindas do plano sociocultural, os agentes atacados foram particularizados, nomeados, circunscritos, fichados.

---

[69] A categoria geral de ação "Questionar, criticar alguém" apareceu em 96 orações; a categoria "Ação de desvalorizar/desqualificar alguém", em 74 e; a categoria "Denunciar, acusar alguém de algo", em 69 orações.

[70] Nas passivizações enquadradoras de agentes socioculturais 43,19% foram gerais, contra 27,27% nas neutrais, e 14,03% nas apositoras. O lacano-millerianismo passivizou o "Agente culturalista" 30 vezes de forma opositora, com destaque para as seguintes dimensões identitárias: "Discurso / Paradigma" (8 orações); "Princípios, valores" (6 orações) e; "Processos burocráticos, tecnocráticos, mecanicistas" (6 orações). O "Agente societal" foi assim passivizado apenas 10 vezes, vagamente associado a questões populacionais, nacionais e de modos de organização social.

Algumas citações textuais nos servirão de exemplares dos parcos casos em que os agentes socioculturais *gerais* foram confrontados pelo lacano-millerianismo. Na primeira delas o "Agente culturalista" foi questionado em termos paradigmáticos:

> O "mais avançado", ou o "objetivo", ou o "científico", ícones publicitários destes nossos tempos em desespero de universais, são, nesse contexto, engodos. Até certo ponto eficazes para o que pretendem, mas engodos (BARROS, 2005*a*, p. 85).

Noutro momento, foi o "Agente societal" – em sua dimensão identitária "País / nacionalidade" – que caiu fragilizado, desqualificado. O texto trazia a fala de um psicanalista que evocava o que teria dito Freud na chegada aos EUA, numa viagem de conferências: "Começa sua apresentação lembrando a viagem de Freud aos Estados Unidos e seu famoso comentário: "Eles não sabem que lhe trazemos a peste"" (COUTINHO, op. cit., p. 114). Vemos, assim, que a psicanálise observa o mundo sociocultural a partir de um exílio a lhe conferir plena autoridade: "...o desejo da psicanálise é o de questionar todas as crenças. Todos os fins, todas as noções de benefício e até mesmo a própria noção de realidade" (MILLER, 2005, p. 38).

Entretanto, como dissemos, o foco das confrontações psicanalíticas não recaiu predominantemente sobre os agentes socioculturais gerais, mas sobre os específicos, passivizados em 248 das 285 orações com ações de oposição. Um único agente sociocultural específico, o "Agente público, governamental, administrativo", foi assim passivizado 147 vezes pelo lacano-millerianismo, com ênfase para seus aspectos documentais, legais, regulamentares[71]. Ele, que antes havia sido descrito e problematizado, seria agora combatido numa batalha pela preservação do território psicanalítico não regulamentado pelo Estado, seja no Brasil, seja na França. Uma única edição da Revista Correio, dedicada ao tema da regulamentação da psicanálise na França, concentrou todas as orações nas quais o agente estatal, em sua dimensão identitária "Documento /relatório / diretriz / manifesto", fora passivizado de modo extremo. O inimigo era um projeto legislativo amparado por um relatório avaliativo da situação das psicoterapias naquele país europeu:

> A emenda Accoyer ocupa o primeiro plano do palco enquanto, nos bastidores, avança o relatório da etapa da missão Cléry-Melin. Este plano de ações me pareceu um projeto bem orquestrado, visando por um lado, esclerosar o que ele tornaria muito difícil de continuar a nomear "serviço público" e, por outro, sustentar e promover uma política financeira bastante objetiva, fazendo frutificar alguns interesses privados (DEBRUYNE-GANIVET, 2004, p. 30).

[71] A dimensão identitária "Documento / relatório / diretriz / manifesto" o caracterizou 42 vezes, enquanto a dimensão "Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)" o distinguiu 41 vezes.

Noutra matéria a regulamentação, em seu aspecto propriamente legal, recebeu como contra-ataque a seguinte ação discursiva: "Há, sob a égide da regulamentação, uma premissa mística: pensa-se em atingir o Um, a Verdade, A Definição d'A Psicanálise através do poder legiferante da Lei" (BOGOCHVOL, 2004, p. 80).

Os ataques explícitos do psicanalítico sobre os agentes socioculturais – em especial o agente estatal – foram reforçados por estruturas argumentativas questionáveis em 17,51% dessas orações[72], onde a *forma* realçou o *conteúdo*. Em quase todos os casos a dimensão identitária do agente psicanalítico ativo foi a do autor do texto, indicando que a função autoral mais assumida favoreceu alguns arroubos estilísticos[73], notadamente aqueles tipificados como "argumentos de ataque", dirigidos exatamente ao "Agente público, governamental administrativo", como neste exemplo: "Negamos que, por suas responsabilidades em matéria de saúde pública, o Estado seja obrigado a dar à população um corpo autorizado de avaliadores em saúde mental, garantido pelo poder público" (MILLER, 2004, p. 22). A força desafiadora da palavra "negamos" visa a reforçar a desqualificação de algo que, a princípio, pareceria um "bem" evidente. É que, pela ótica do lacano-millerianismo, políticas quantitativistas de avaliação seriam uma forma disciplinar de controle social.

As maiores tensões entre a psicanálise e o mundo atual, portanto, não são genéricas, como nos tempos de Freud, mas seletivas, estratégicas. É claro que as organizações políticas, sociais, o aparato legislativo, etc., são obras da civilização; criticá-los é colocar-se um tanto à margem dessa civilização, o que estaria de acordo com Freud. Porém, exatamente o caráter estratégico dessas representações do social impede que as vejamos tão-somente como retratos de uma visão pessimista em relação aos descaminhos da civilização, posto que elas fundamentam ações deliberadas de desafio em relação a esse sociocultural supostamente em nada semelhante à psicanálise comunitária-identitária-institucional.

O problema do Estado e da lei esteve presente, nos textos, tanto no sentido de uma suspeição depositada pela psicanálise em relação a essas esferas, como no sentido do levantamento da bandeira de que a psicanálise nada teria a ver com as formas tradicionais de organização política da sociedade. No segundo caso trata-se da tese da suposta ou pretendida *extraterritorialidade* da psicanálise, tema a ser explorado no tópico 3.3.1., o primeiro da "Segunda Movimentação Histórica". No primeiro caso, da suspeição geral da psicanálise em relação às instâncias de regulação sociogovernamental, o momento para análise é agora, e para tanto precisaremos nos enveredar por uma complexa construção teórica de Lacan acerca

[72] Foram 217 orações de passivização psicanalítica do sociocultural com estruturas argumentativas questionáveis, sendo que em 51 delas uma segunda estrutura argumentativa se somou à primeira, reforçando ainda mais a estilística.
[73] A dimensão identitária do "Autor" caracterizou 190 dessas orações; o(s) "Personagem(ns)", as 27 demais.

dos modos de organização social: a 'teoria dos quatro discursos', entendendo-se "discurso" não como palavra em *ato*, mas *formas* estruturais perenes de nos colocarmos diante do outro, considerando-se os efeitos operados sobre o social pela lógica da linguagem. Todas as formas de laço a unir o sujeito ao social se dariam conforme quatro modalidades possíveis de discurso, a saber, o discurso do mestre, o discurso universitário, o discurso do analista e o discurso da histérica, cada um deles a organizar estruturalmente quatro elementos e quatro lugares de discurso (COUTO et al., op. cit.). Os elementos seriam: o $\mathbf{S_1}$ ("significante mestre", que dirige o discurso no ato mesmo de manifestação do Inconsciente); o $\mathbf{S_2}$ (a cadeia significante que organiza o Inconsciente linguístico, cadeia marcada por uma incompletude essencial, que a põe a "girar", fornecendo indefinidamente novos significantes a ocupar o lugar de S_1); o **$** (sujeito barrado pelo advento da linguagem, a lhe desalienar de sua relação especular imaginária com o outro materno) e; o ***a*** (o "objeto *a*", ao mesmo tempo *causa do desejo* e *resto real* do processo de barramento do desejo). Os quatro lugares discursivos seriam o do "agente", o do "Outro"; o da "produção" e o da "verdade". Couto et al. (op. cit.) assim representa o "matema" (esquema gráfico) lacaniano:

Imagem 4 - O matema do "Discurso do Mestre", segundo Lacan.

$$\frac{agente}{S_1} \rightarrow \frac{Outro}{S_2}$$
$$\frac{\$}{verdade} \quad \frac{a}{produção}$$

Fonte: Couto et al., 2005.

Esse matema descreve exatamente o "discurso do mestre", primeiro a ser teorizado por Lacan, por seu caráter de *dominação*, de exercício de poder. Nele, o significante mestre (S_1), ocupando o lugar de "agente", domina e subjuga os demais significantes, a ocuparem o lugar de "Outro". A barra que separa o S_1 do $ representa a ação de recalcamento, de não querer saber do fato de que todo sujeito é incompleto. Assim, no discurso do mestre um agente que não se reconhece faltoso pretende se impor aos Outros numa relação de sujeição, nos moldes da dialética hegeliana do Senhor e do Escravo, a subtrair-lhe pela força seus objetos (*a*) de produção. A pretendida onipotência do mestre, no entanto, sofre revés toda vez que a relação com o subordinado mostra pra ele sua incompletude, posto que o Senhor, em muitos aspectos, *depende* do Escravo, na medida em que um subalterno pode resistir a lhe obedecer (COUTO et al., op. cit.). Ora, segundo Lacan, o discurso do mestre é típico das formas de governo, do

exercício da lei, que se pretende plena, válida em todos os casos, sem falha, sem que se reconheça sua condição faltosa.

Como temos visto, a eloquente passivização do agente estatal ilustra muito bem o uso da teoria lacaniana dos quatro discursos como paradigma das relações não só de diferença, mas de oposição entre a psicanálise e o mundo sociocultural extrapsicanalítico. O Estado, braço poderoso do sociocultural, veria na psicanálise um dos poucos campos insurgentes de luta libertária. Daí seu desejo de controlar a psicanálise, ou seja, extingui-la.

Concluída nossa análise principal, das passivizações dos agentes socioculturais, vejamos alguns dados da perspectivação desses agentes, de modo a melhor matizar o estudo da representação do social pelo lacano-millerianismo, partindo do princípio de que a perspectivação de um agente revela sua importância *contextual* para o agente ativo. Nada menos que 1.181 orações, em todo o *corpus* trouxeram agentes socioculturais perspectivados pelo lacano-millerianismo[74], entre os quais o "Agente societal", representado principalmente em dimensões identitárias relativas aos temas da nacionalidade e das populações[75], e o "Agente culturalista", mais caracterizado em sua dimensão identitária referida a questões da contemporaneidade[76]. Entre os agentes específicos a liderança absoluta coube – como no caso das passivizações - àquele referido ao Estado, acompanhado à distância por preocupações quanto à religião, ao tecnicismo das práticas burocráticas e ao universo econômico[77]. Todo esse universo de contextualizações foi evocado em ações onde o lacano-millerianismo passivizava principalmente a si mesmo[78], em orações reflexas, voltadas, pois, a pensar-se a si mesmo, a orientar o movimento psicanalítico levando-se em conta o mundo sociocultural.

---

[74] Os agentes socioculturais gerais foram perspectivados 501 vezes (296 das quais como "Agente societal" e 205 como "Agente culturalista"), e os específicos 680 vezes.

[75] Entre 49 dimensões identitárias a ele associadas, destacaram-se o "País / nacionalidade" (56 orações) e a "População, sociedade (no todo ou em parte)" (41 orações).

[76] Dentre 43 dimensões identitárias associadas, o destaque maior recaiu sobre a "Contemporaneidade / fenômenos da contemporaneidade", presente em 61 orações.

[77] Por ordem decrescente, estes foram os agentes socioculturais específicos referenciados perspectivamente: "Agente público, governamental, administrativo" (284 orações), com ênfase para a dimensão identitária "Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)" (133 orações); "Agente técnico" (86 orações), com destaque para a dimensão identitária dos "Processos burocráticos, tecnocráticos, mecanicistas" (40 orações); o "Agente religioso / místico" (74 orações), disperso em muitas dimensões, com alguma expressividade para "Saberes e Campos" (18 orações); o "Agente econômico / financeiro / empresarial" (67 orações muito pulverizadas em múltiplas dimensões identitárias); o "Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)" (46 orações); o "Agente legal / jurídico / inquisitorial" (39 orações); os "Outros agentes da sociedade civil" (34 orações); o "Agente familiar" (22 orações); o "Agente laboral" (15 orações); o "Agente representativo de classe" (12 orações) e; o "Agente consumidor" (uma oração).

[78] Em ordem decrescente, os agentes que foram passivizados nas orações que contiveram perspectivações de agentes socioculturais: "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" (256 orações); o "Agente público, governamental, administrativo" (76 orações); o "Agente societal" (53 orações); o "Agente culturalista" (46 orações); o "Agente religioso / místico" (28 orações); o "Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)" (19 orações); o "Agente técnico" (11 orações); o "Agente legal / jurídico / inquisitorial" (8 orações); o "Agente econômico / financeiro / empresarial" (8 orações); o "Agente representativo de classe" (5 orações); os "Outros agentes da sociedade civil" (3 orações) e; o "Agente familiar" (1 oração).

Colocar a sociedade e a cultura sob suspeita, analisá-las de fora, problematizá-las em seus meandros, atacá-las em seus elementos mais autoritários, tudo isto integra a representação do social construída pela psicanálise lacano-milleriana. O longo trecho a seguir – extraído de um texto da Revista Correio bastante panfletário contra tentativas de regulamentação estatal da psicanálise (e das psicoterapias) na França - sintetiza bem esse movimento complexo, onde passivizações, perspectivações, estruturas argumentativas emotivas, metáforas se enredam numa grande trama representacional e discursiva:

> Rompam por decreto o casulo da escuta que envelopa a sociedade, perfurem a almofada de compaixão sobre a qual ela se assenta, o tímpano de todos estes ouvidos, erradiquem a psicanálise, façam a vida impossível para os psicoterapeutas, dêem livre curso ao mestre/senhor moderno que avança no alarido de seus protocolos e de suas credenciais, todo recoberto por cenouras e bastões, e vocês verão como por milagre reaparecerem as patologias desaparecidas, tais como as grandes epidemias histéricas, vocês verão crescerem e multiplicarem-se as seitas e os feiticeiros, que se enfiarão nas profundezas da sociedade e escaparão, assim, melhor ainda da censura de vocês (MILLER *apud* MATTOS, 2004, p. 76).

3.3 SEGUNDA MOVIMENTAÇÃO HISTÓRICA: O CONTRA-ATAQUE DOS PSICANALISTAS

A crítica freudiana do social teria no movimento lacaniano sua mais efetiva continuidade. Como referido, o lacanismo, cujas raízes teóricas datam do início dos anos 1950, se institucionalizaria nos anos 1960, intervalo entre a pesquisa e a tese de Moscovici.

Nosso estudo da "Primeira Movimentação Histórica" da psicanálise se ateve ao tempo de Freud, lido retroativamente pelo lacano-millerianismo, bem como, prospectivamente, chegou aos tempos atuais, naqueles aspectos das relações psicanálise-mundo que deram continuidade à perspectiva freudiana de interpretação. Agora, mais que a interpretação do extrapsicanalítico, importam as *ações tomadas* frente a ele, algo típico da "Segunda Movimentação Histórica". Para além de *posições programáticas teóricas, estratégias programáticas políticas*, o que implica discutir abertamente a relação entre psicanálise, poder e ideologia, o que faremos ao longo dos seis tópicos seguintes, que compõem esta parte do trabalho:

O tópico 3.3.1 enfoca as tensões entre a ideia de extraterritorialidade psicanalítica e as pressões do social. De saída será explorada a representação social da subjetividade, na pesquisa documental. Os três itens seguintes debatem e criticam os manejos lacanianos do Inconsciente e da linguagem, enquanto o item final retoma a pesquisa documental, mirando as representações psicanalíticas quanto ao choque entre o não regulamentar e a regulamentação.

O tópico 3.3.2 é inteiramente teórico. Nele, o tema da extraterritorialidade é debatido política e filosoficamente, culminando na hipótese – que lastreará todo o restante do trabalho - de que ela operaria no plano cognitivo dos que fazem e consomem o discurso psicanalítico.

O tópico 3.3.3 explora, no primeiro item, teórico, as legitimações lacanianas de sua intervenção extraterritorial no social através de uma ética do desejo. Nos itens seguintes a pesquisa documental avalia o encontro da psicanálise com o social, entre o cuidado e o poder.

O tópico 3.3.4 analisa a leitura lacano-milleriana da ciência. O primeiro item traz a teoria lacaniana do "discurso da ciência". No segundo, a pesquisa documental analisa as representações sociais quanto à ciência. Por fim, é feita uma crítica à ciência lacaniana.

O tópico 3.3.5 fala das representações e discursos psicanalíticos quanto à universidade. No item inicial a teoria lacaniana do "discurso universitário" é o objeto. No segundo, a pesquisa documental analisa as representações psicanalíticas acerca da universidade. Ao final, a leitura lacaniana quanto à universidade e ao seu papel social é questionada.

O tópico 3.3.6, por fim, traz as imagens, a história e as lutas entre a psicanálise e o universo "psi". Os dois primeiros itens contam essa história, enquanto que o terceiro mapeia, na pesquisa documental, as psicanálises, a psiquiatria, a psicoterapia e a psicologia, nas representações lacano-millerianas. O último item faz uma crítica dessas representações.

3.3.1 O Inconsciente, a bandeira da extraterritorialidade e o controle social da psicanálise

3.3.1.1 Representações sociais da subjetividade e da agência inconsciente

Na retaguarda necessária para o contra-ataque psicanalítico na cena sociocultural a grande linha de defesa da psicanálise frente aos intentos de seu controle pelo social é o "Inconsciente", fiador de uma extraterritorialidade segura para o campo. A um olhar externalista, ao invés, ele seria mera extensão do psiquismo, no máximo uma invenção teórica situada num tempo histórico. Antes de adentrarmos em tal debate epistemológico (e seus usos políticos), analisemos a presença do Inconsciente em nossa pesquisa, trabalho que precisou levar em conta considerações teórico-metodológicas. Quanto ao método, alerta-se para o fato de que as poucas referências ao Inconsciente no *corpus* espelham nossa seleção de textos da Revista Correio, que evitou temas clínicos – povoados de menções ao Inconsciente –, restringindo-se aos temas sociais e culturais. Além disso, aos dados abertamente referidos ao Inconsciente adicionamos os relativos à "subjetividade", tema em psicanálise ligado ao

Inconsciente. A consideração teórica, por sua vez, diz respeito a que consideramos como "representações sociais" – e não mais "representações *do* social", como fizemos anteriormente – as imagens construídas pelos textos da Revista Correio acerca do Inconsciente/subjetividade. Segundo Deschamps e Moliner (op. cit.), "representação social" se aplica a um objeto circunscrito, o que condiz com os contornos do que se entende por Inconsciente e subjetividade; o primeiro, aliás, objeto institucional da psicanálise; o segundo, objeto do desejo.

Em nossa categorização o lugar onde melhor encontramos a subjetividade inconsciente passivizada pela psicanálise lacano-milleriana foi na coluna de dados das "dimensões identitárias do agente textual passivo", particularmente no grupo das dimensões abstratas e, dentro dele, nos seguintes subgrupos: das abstrações personalizadas ('alguém' e 'vivências'), que computou 87 orações[79]; das abstrações conceptuais ('construções do conhecimento')[80], com 27 orações e; por fim, das abstrações socioculturalistas ('cultural')[81], que caracterizou 12 orações. Predominantemente, o tema da subjetividade foi representado enquanto *agência* e *experiências pessoais*, ora descritos, ora problematizados nas ações textuais, mas poucas vezes referido explicitamente à agência do Inconsciente, palavra, no entanto, substituída por "sujeito", muito frequente na psicanálise lacaniana[82], e quase todas as vezes, na pesquisa, associado ao agente textual "Ente humano / condição humana", passivizado, como na citação a seguir, extraída da Revista Correio: "A psicanálise teve que elaborar de outra maneira a questão da determinação que recai sobre o sujeito na sua economia pulsional" (GARCIA, 2006, p. 71).

O Inconsciente (enquanto conceito) também apareceu nos textos; por exemplo: "Ademais, não há teoria do conhecimento na psicanálise, visto que o inconsciente é estrangeiro a todo saber estabelecido" (CAMPOS, 2015, p. 19)[83]. Porém, sua designação (enquanto agência) por "sujeito" cumpriria, na representação social, a função de alargá-lo em seu alcance, recobrindo toda a esfera da subjetividade, e não apenas uma fração sua inconsciente. Este é um exemplo do caso em que, assumindo um papel político (que logo a seguir, no trabalho, veremos), esta *representação* se fez *discurso*.

---

[79] Em sete dimensões identitárias, que assim pontuaram, por ordem decrescente: 1) "Subjetividade (agência) / singularidade ativa", 35 vezes; 2) "Experiência(s) pessoal(is), subjetiva(s)", 27 vezes; 3) "Estados subjetivos (emoções, vivências, saber)", 11 vezes; 4) "O Inconsciente (agência)", 9 vezes; 5) "Subjetividade (psiquismo / faculdades psíquicas)", 4 vezes; 6) "Intimidade, vida privada / sexualidade", 1 vez e; 7) "Personalidade, estilo pessoal", nenhuma vez.

[80] Categorias dimensionais: "O Inconsciente (conceito psicanalítico)", 23 vezes citado e; "Leitura(s) teórica(s) acerca da subjetividade/condição humana", 4 vezes.

[81] Categoria dimensional "Condições de subjetivação", presente em 12 orações.

[82] O uso do conceito de "sujeito" pela psicanálise lacaniana remete a uma política de Lacan de aproximação da psicanálise à ciência moderna, o que será discutido mais em detalhe no item 3.3.1.4, a seguir e, principalmente, no tópico 3.3.4.

[83] Observe-se aqui a referência ao Inconsciente enquanto extraterritorial, elemento que exploraremos nos próximos itens do presente tópico.

Por fim, na representação social da subjetividade inconsciente, chama-nos a atenção sua pouca referência a partir do tema das condições socioculturais de subjetivação, comparando-se aos números de orações onde a subjetividade e o Inconsciente - enquanto agência ou enquanto concepção - se manifestaram nos textos da Revista Correio. Isto poderia indicar uma tendência de preservar o sujeito e o Inconsciente, psicanaliticamente definidos, de olhares outros que, apelando à noção de "construção social" do humano, os fizessem perder sua identidade própria e sua função garantidora da extraterritorialidade psicanalítica?

3.3.1.2 Do Inconsciente alienígena ao corpo estranho psicanalítico

Após esta brevíssima síntese da representação social e da posse da subjetividade inconsciente, voltaremos ao início dessa história, com a descoberta/invenção do Inconsciente. A construção histórica do Inconsciente como extraterritorial é, desde Freud até Lacan, o núcleo duro da psicanálise, sua parte presumivelmente mais intocável, e seu ponto de partida para a conquista do mundo.

Os comentadores da psicanálise consideram o Inconsciente e a sexualidade infantil os dois pilares da teoria psicanalítica. Garcia-Roza (2000; 2005), referência na exegese do campo, remonta às origens infantis dessa interconexão: exposto à regularidade dos estímulos externos, no protopsiquismo se formaria um *ego* consciente, abaixo dele reinando um mundo povoado por marcas de uma miríade de sensações corporais, que emergiriam à consciência, exceto as sexuais. Cada estímulo biológico teria seu objeto (para a fome, a comida; para a sede, a água; etc.), faltando ao sexo humano um alvo único. A educação só agravaria as coisas. Mesmo no adulto o sexo seria inespecífico, desde que se apartou da função reprodutiva. Dificultado seu acesso à consciência, as marcas psíquicas eróticas seriam "recalcadas" no Inconsciente. Daí a queixa do indivíduo quanto à cultura repressora, como vimos. Assim, aos olhos do *ego* consciente, o Inconsciente é uma extraterritorialidade.

O conceito de "Inconsciente" foi criado em 1896 por Freud (ROUDINESCO; PLON, 1998), que há anos investigava casos de divisão psíquica em partes autônomas. Entre 1893 e 1895 seus textos são repletos de noções como "isolamento" (um setor da mente em exílio dos demais), "agente patogênico" (fonte causal de uma psicopatologia), "grupos psíquicos" (partes cindidas da mente, a agir contra o todo), "corpo estranho" (ente psíquico sentido como que não pertencente à personalidade), tudo de algum modo relacionado a traumas sexuais.

Em 1895, numa parceria com J. Breuer, Freud publica o livro *Estudos sobre a histeria*, onde, através das noções de "grupos psíquicos" e "corpo estranho", descreve a divisão mental:

> Os conceitos de "rechaço" de uma representação incompatível, da gênese dos sintomas histéricos através da conversão de excitações psíquicas em algo físico e da formação de um grupo psíquico separado, através do ato de vontade que conduziu ao rechaço - todas essas coisas, naquele momento, apareceram diante de meus olhos de forma concreta (FREUD; BREUER, 1969, p. 169).

À época os dois pensavam que o traumatismo seria sexual e real (abuso sexual infantil), acontecimento externo retido na memória como um "corpo estranho":

> Devemos antes presumir que o trauma psíquico - ou, mais precisamente, a lembrança do trauma - age como um corpo estranho que, muito depois de sua entrada, deve continuar a ser considerado como um agente que ainda está em ação... (FREUD; BREUER, op. cit., p. 44).

Ao longo do texto a noção de "corpo estranho" foi cedendo à de "infiltração", vez ser impossível delimitar as fronteiras do externo no interno. "À medida que o caminho freudiano se aprofunda, assistimos à interiorização do que parecia primeiro violentar o sujeito do exterior, introduzindo-se nele como um "corpo estranho"" (SCHNEIDER, 1993, p. 28). Em 1897 Freud larga a teoria do trauma sexual real, substituindo-a pela teoria de um trauma interno, fruto das fantasias eróticas da criança, desde a amamentação. As menções ao "corpo estranho" vão rareando, embora ainda aparecendo mesmo em textos freudianos tardios (FREUD, 1969*i*).

Num estudo sobre o uso freudiano de metáforas para a descrição do "Inconsciente" entre 1892 e 1900, Ferreira (2010) chegou a três grupos de analogias: a) reino das sombras e maus espíritos; b) camada histórico-arqueológica e; c) região jurisdicional. As noções de "corpo estranho" e "grupos psíquicos" aparecem na primeira analogia, com conotações demoníacas. As metáforas arqueológicas evocam o *tempo*, o Inconsciente infantil. As jurisdicionais, os *espaços* dos lugares mentais. Espaço-tempo da estranheza, em síntese.

As estranhezas do Inconsciente e da sexualidade infantil alimentaram a narrativa da repulsa social para com a psicanálise (a "narrativa do ostracismo de um filho bastardo"). Mas a tese repressiva sexual seria abalada por Foucault (2014), que mostrou que em vez de reprimida, a sexualidade era, de fato, exaltada no séc. XIX pelos discursos médico e pedagógico. Um dos pilares da teoria psicanalítica sofreria, assim, um forte abalo. O Inconsciente, portanto, seria o único bastião da psicanálise (FOUCAULT, 1979), devendo ser defendido com unhas e dentes contra quaisquer ameaças externas ao campo psicanalítico.

Nossa hipótese inicial, contudo, é a de que essa luta fez do Inconsciente mais que um intruso no psíquico; em termos políticos, a própria psicanálise, a ele identificada, se veria como *o Inconsciente do mundo*. Passando do nível psicossocial intra-individual para o

posicional (DOISE, 1986), se daria a metamorfose do "Sujeito do Inconsciente" em "Sujeito do Psicanalítico"[84]. Se nas neuroses haveria uma junção dos mecanismos psíquicos do "isolamento" e do "desinvestimento" (desinvestir numa ideia perturbadora, a ser esquecida, recalcada) (SCHNEIDER, op. cit.), no salto do psíquico ao político a psicanálise se isolou do mundo, mas investindo fortemente em si. À luz das metáforas de Freud para o Inconsciente diríamos que a psicanálise, igualada ao "corpo estranho", ao irracional e demoníaco, separou-se do mundo, rompendo relações colaterais (espaciais) e históricas (temporais) com ele.

Esta leitura sociologizante não foge do que os próprios psicanalistas fazem, ao justificarem suas práticas sociais como autorizadas pelo Inconsciente, e ao se mostrarem para o mundo como encarnações desse espírito estranho. Imagem semelhante foi capturada por Moscovici em sua tese doutoral, no capítulo *O herói à margem*: "a figura do psicanalista ora está envolvida num halo de sabedoria e de equilíbrio que dá segurança, ora imersa num mundo estranho e perigoso" (MOSCOVICI, 2012*a*, p. 149). A própria imprensa o via como um ser um tanto bizarro e estranho, que se aparta do social para melhor observá-lo, enquanto que a psicanálise era representada como um "corpo estranho" no mundo:

> A imprensa comunista trata a psicanálise como um corpo estranho, inimigo, enquanto a imprensa progressista a coloca entre as teorias e valores suscetíveis de serem aceitos, a despeito de algumas reservas (MOSCOVICI, 2012*a*, p. 376-7).

Na pesquisa moscoviciana, a estranheza foi atribuída não apenas ao psicanalista, mas à própria doutrina *freudiana*. Lembramos, no entanto, que a investigação de Moscovici transcorreu na mesma época (anos 1950) do despontar, na França, do protagonismo psicanalítico de Lacan, de modo que, muito provavelmente, a representação social da psicanálise também incorporou os ecos da doutrina e da ação política *lacanianas*.

Segundo a genealogia apresentada, primeiro o Inconsciente foi descoberto; depois a psicanálise se vestiu à sua imagem e semelhança; por fim essa imagem chegou ao público. Numa visão externalista, entretanto, propomos outra hipótese que, para além de reconhecer a transposição do "Sujeito do Inconsciente" para o "Sujeito do Psicanalítico", admite, dialeticamente, que o último politiza o primeiro, podendo mesmo ser a sua verdadeira causa. O operador dessa politização seria a extraterritorialidade, denunciada como ideológica:

> Será que já se refletiu bem o que significa deixar em paz "o inconsciente como estrutura específica"? "Específica", concedo tanto quanto possível com este estatuto, exceto se implicar a *extraterritorialidade social total da psicanálise*, isto é, exceto se supuser este privilégio único, exorbitante, que representaria a posição de uma substância completamente a-histórica, a-

[84] Esta passagem é constituída por múltiplas camadas conceituais e de práticas institucionais e discursivas, conforme veremos nos próximos tópicos e itens do trabalho.

> social, apolítica. Tal como a própria definição de Deus: a soberana neutralidade, o árbitro, a "outra cena" como lugar ontológico por onde não passou a crítica, descartada pela espada afiada do corte epistemológico (CASTEL, op. cit., p. 106).

A função ideológica (no sentido marxista) da extraterritorialidade se assentaria em duas falsas verdades psicanalíticas: a condição única de neutralidade do analista, na clínica e; o também exclusivo poder insurgente da psicanálise para a transformação radical do social:

> A dupla crítica precedente da extraterritorialidade psicanalítica (a psicanálise neutra) e do revolucionarismo psicanalítico (a psicanálise subversiva) deve, por fim, reverter completamente a ilusão que funda estas posições complementares, para inscrever a psicanálise no campo de seus efeitos sociais reais: no seio da ideologia dominante. Como esta expressão corre ainda o risco de parecer um paradoxo, é preciso, antes de mais nada, entendê-las sem equívoco (CASTEL, 1978, p. 93).

Apenas proclamar a extraterritorialidade do Inconsciente e dizer-se, enquanto movimento social, por ele fundamentado, não seria suficiente para a psicanálise lacaniana. Seria necessário desnudar essa natureza ontológica radicalmente estranha (recuperando a tese do "estranho", em Freud), desafio diante do qual Lacan não recuou.

3.3.1.3 O lacanismo, a linguagem e o refúgio no logicismo

Segundo Lacan (2006), apenas ele, desde a morte de Freud, discutiu epistemologicamente o Inconsciente. Seu esforço foi por afastá-lo de toda exigência empírica que o enfraquecesse, resguardando-o junto às ciências formais: a lógica e a matemática. Inspirando-se na linguística estrutural de Saussure, propôs um Inconsciente fora do tempo: "Essa exterioridade do simbólico em relação ao homem é a noção mesma do inconsciente" (LACAN, 1998*c*, p. 471). A verdade subjetiva seria lógica, pois "...as leis da intersubjetividade são matemáticas" (LACAN, 1998*c*, p. 475), não dependentes de emoções e vivências pessoais.

À parte as implicações epistemológicas disso, é importante saber as formas pelas quais esse Inconsciente marginal – por expansão micro-macro e por uso político a partir do macro – suporta representações discursivas sobre o mundo, calcadas numa extraterritorialidade exclusiva da psicanálise: "É uma coisa que ela guarda só para si, uma posição que eu próprio chamei algumas vezes pelo nome que ela merece: "extraterritorial" (LACAN, 2006, p. 22).

A psicanálise estaria em condição de extraterritorialidade em relação à ciência (LACAN, 1998*c*) - posição reforçada pela posterior teoria dos quatro discursos[85] - mas também em relação a tudo. Lacan sabia que uma tese assim provocaria reações contrárias de cientistas e de outros agentes do tecido social no sentido de controlar, disciplinar, conter a psicanálise:

> Seguramente, com o correr do tempo, um Estado bem governado há de encontrar motivos para censura no fato de que probendas proporcionais aos consideráveis investimentos movimentados por tal comunidade sejam deixadas a critério de um poder espiritual do qual assinalamos a extraterritorialidade singular (LACAN, 1998*c*, p. 489).

Eis os sinais das moções regulamentadoras da psicanálise, que exploraremos mais adiante[86]. Agora, todavia, importa discutir como a tese da extraterritorialidade psicanalítica pôde atar um apelo logicista puro à existência, por certo "impura", de um *movimento social*.

Num livro-manifesto o psicanalista Antonio Quinet aplica o tema da extraterritorialidade psicanalítica à própria "lógica" de organização do movimento fundado por Lacan: "A Escola de Lacan é A Estranha na civilização" (QUINET, 2009, p. 9). A Escola Freudiana de Paris não seria um agregado interpessoal/institucional qualquer, com regras, hierarquias e poder. Ela faria um furo em tudo isso: "*As Escolas passam, mas a Escola de Lacan fica"* (QUINET, op. cit., p. 15). A diferença estaria na ética não burocrática da formação analítica, pautada no testemunho verdadeiro de uma experiência pessoal com o Inconsciente.

Experiência única e incomparável, a formação do analista o entrega para a clínica, mas também para agir no mundo, como portador da "causa" analítica, dimensão suplantadora de quaisquer pormenores vulgares que fatalmente existem, mesmo no movimento lacaniano.

> Já começamos a ver como o corpo psicanalítico se esforçava em tratar como miudeza o problema da institucionalização: busca da estrutura menos nociva possível, isto é, de uma "sociedade" que assumisse as tarefas organizacionais indispensáveis com o mínimo de *feedback* sobre a pureza da mensagem a transmitir e a desenvolver... (CASTEL, op. cit., p. 119).

Para Lacan, o erro da Associação Psicanalítica Internacional teria sido o de haver-se reduzido àquilo que Freud criticara: uma "psicologia dos grupos" (LACAN, 2003*b*). Qual a solução lacaniana? "Pensamos teoricamente quais possam ser as alternativas antigrupo aplicadas à estrutura do grupo" (QUINET, op. cit., p. 187). Mais adiante ele propõe "...pensar

[85] No item 3.2.4.2 vimos uma introdução a essa teoria, com foco num dos quatro discursos: o "discurso do mestre". Nos itens 3.3.4.1 e 3.3.5.1 teremos ocasião de apreciar os "discurso da ciência" e "discurso universitário", respectivamente.

[86] Principalmente no item 3.3.1.5 do trabalho.

a comunidade analítica da Escola como um enxame, ou seja, um coletivo estruturado não por um S_1, e sim por vários, como indica Lacan: um enxame de S_1" (QUINET, op. cit., p. 188).

Neste ponto uma reflexão se impõe. Se as coisas assim fossem, sem sentido ficaria nossa análise psicossocial das relações entre o endogrupo psicanalítico e os exogrupos sociais, posto que o lacanismo nem formaria um "grupo". Não podemos aceitar uma tal explicação excepcional, que a nosso ver serve apenas para justificar outra excepcionalidade conveniente.

O projeto político de Lacan, bem mais que o de Freud, tomava a psicanálise como movimento anti-civilização, ímpeto até mesmo capaz distorcer declarações de Freud, fazendo dele um iconoclasta rebelde. Este é o caso do famoso "mito da peste" difundido por Lacan:

> Numa conferência proferida em Viena, em 1955, Jacques Lacan afirmou ter ouvido da boca de Carl Gustav Jung, a quem acabara de fazer uma visita, a seguinte história: em 1909, ao aportar no continente norte-americano para ir à Universidade Clark, em Worcester, para ali proferir suas cinco lições de psicanálise, Sigmund Freud teria segredado no ouvido de seu discípulo: "Eles não sabem que lhes estamos trazendo a peste". (...) Na França, acreditou-se que esse dito tinha sido realmente proferido. No entanto, o estudo dos textos, da correspondência e dos trabalhos da totalidade dos comentadores da história do freudismo mostra que Jung reservou essa confidência unicamente para Lacan. Em todas as partes do mundo, afirma-se que Freud teria simplesmente dito: "Eles ficarão surpresos quando souberem o que temos a dizer" (ROUDINESCO; PLON, op. cit., p. 587).

Moscovici (2012*a*) chega a citar esse suposto episódio nos EUA, indicando que desde então a psicanálise conquistaria o mundo, penetrando no cotidiano como representação social. Ele só não explorou os usos políticos da metáfora da "peste", em sua presunção extraterritorial. Mais atento, Robert Castel, o sociólogo, observa:

> Como ainda estamos no nível da doutrina e suas pretensões, contentemo-nos por enquanto em observar que a imagem freudiana da peste, de um vírus ideológico que minaria os fundamentos de uma sociedade já envolve uma concepção idealista de história (CASTEL, op. cit., p. 88).

A natureza ontológica do Inconsciente seria tão inquestionável quanto as verdades lógicas e matemáticas; assim como inquestionáveis seriam os psicanalistas, legítimos detentores desse objeto capaz de tornar transcendente a própria instituição psicanalítica, apartada do mundo no conforto de uma extraterritorialidade absoluta.

3.3.1.4 Sociologia do campo científico e a autonomização da psicanálise

A extraterritorialidade psicanalítica pode ser lida de dois modos: a partir de um olhar ontológico, pressupondo uma mística tal, que só caberia descrevê-la e respeitá-la enquanto

fenômeno religioso; ou, sob um enfoque geográfico-jurisdicional, ela tendo surgido como fenômeno histórico e social, passível de uma apreciação crítica. Esta é a nossa escolha.

Já nos reportamos muitas vezes aqui às origens da psicanálise. Agora, para um estudo histórico da construção psicanalítica do *status* de sua extraterritorialidade, recorreremos à sociologia de Pierre Bourdieu e sua 'teoria dos campos', segundo a qual cada campo social e epistêmico em emancipação vai se autonomizando a partir do tecido social de onde proveio.

Bourdieu cunhou o conceito de "campo" para dar conta das diferenciações operadas a partir da divisão social do trabalho, a dar origem a lugares sociológicos como os campos jurídico, religioso, artístico, científico, etc., cada um dispondo de seus próprios "capital econômico" (a sustentação material do campo), "capital cultural" (os conhecimentos pertencentes ao campo), "capital social" (rede de relações, no campo) e "capital simbólico" (reconhecimento e prestígio no interior do campo) (JOURDAIN; LAULIN, 2017).

Segundo a análise de Bourdieu sobre o campo cientifico – de onde brotou a psicanálise no fim do séc. XIX - haveria um impasse na caracterização da ciência: de um lado, cientistas a viam como justificada apenas epistemologicamente; de outro, sociólogos da ciência tomavam-na como produto histórico. A noção de "campo científico" suturaria esses polos:

> Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o *campo literário, artístico, jurídico* ou *científico*, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência (BOURDIEU, 2004, p. 20).

No campo científico o capital simbólico a circular em seu interior Bourdieu chama de "capital científico", que ele subdivide em duas subespécies: uma relativa às posições sociais e práticas de poder nas instituições científicas; a outra, de caráter especificamente "científico":

> as duas espécies de capital científico têm leis de acumulação diferentes: o capital científico "puro" adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas... (BOURDIEU, 2004, p. 36).

Como os demais, o campo científico também lutou e luta por autonomia, distinguindo-se especialmente do senso comum. De qualquer forma, conforme a teoria de Bourdieu, sendo sempre *relativa* essa autonomia, não caberia à ciência governar o mundo. Moscovici também denunciaria como imprópria qualquer pretensão científica de extraterritorialidade:

> ...o papel da ideologia na ciência tem-se tornado mais importante do que nunca. Alguns problemas costumavam ser considerados por muitos como "extracientíficos" e a própria ciência tinha o privilégio da extraterritorialidade (MOSCOVICI, 2012*b*, p. 117).

Desde a modernidade, no entanto, a ciência persegue esse ideal, crente na existência de uma racionalidade no íntimo da realidade, alcançável pela racionalidade do pensamento, que ela própria seria detentora, por direito. A pergunta que se faz é: como pôde a psicanálise originar-se desse campo tão poderoso, e ainda pleitear sua própria extraterritorialidade?

Castel (op. cit.), em sua análise, questionou a geração do campo psicanalítico no seio do social. De nossa parte, nos deteremos especificamente na filiação científica da psicanálise, no problema da continuidade e da descontinuidade entre ela e o campo da ciência.

Freud era formado na ciência médica. O analista, assim, se autonomizou a partir do médico; o cientista da psicanálise (ele sempre cultivou essa imagem) se autonomizou a partir do cientista explorador da natureza[87]. A trilha que vai da autonomia freudiana para a extraterritorialidade em relação à ciência passa pela crença lacaniana de ter chegado à verdade do "sujeito" (do "Inconsciente") tomando da mão da ciência o bastão da extraterritorialidade, que vinha sendo objetada ao longo de todo o séc. XX pela filosofia e sociologia da ciência[88]. Como vimos, a psicanálise, identificada ao Inconsciente, não só *teria* "a" verdade como *seria* "a" verdade[89], ditando-a ao mundo, a partir de seu lugar jurisdicional extraterritorial.

O Inconsciente transcendente e uma psicanálise que não pertence a este mundo são premissas utilizadas por uma psicanalista lacaniana brasileira que, tomando da própria 'teoria dos campos' de Bourdieu, fez a defesa do direito de a psicanálise legislar suas próprias regras, livre de intromissões externas, segundo um modelo de autonomia muito pouco *relativa*:

> A constituição progressiva de um campo, intelectual ou artístico, por exemplo, diz respeito à autonomização progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos. A autonomização em relação às leis do mercado e suas sanções, à política, à religião, à moral de qualquer espécie, inclusive em relação à função social. Significa que **apenas** obedece às leis do próprio campo [negrito nosso] (LIMA, 2005, p. 116).

Mais adiante a autora afirma:

> Assim, o processo de constituição e autonomia de um campo ocorre juntamente com a transformação da relação que os produtores mantêm com os não-produtores e com os demais produtores, seus pares e concorrentes, resultando assim na elaboração de uma nova definição de suas próprias funções e de seu trabalho, no direito de legislarem com exclusividade no seu campo, afastando-se das exigências e interesses externos ao campo [grifo da autora] (LIMA, op. cit., p. 120).

A ideia de *legislar* com exclusividade remete bem à dimensão jurisdicional que apontamos. Segundo Jourdain e Naulin (op. cit.), no entanto,

---

[87] No tópico 3.3.4 adentraremos mais detalhadamente nas relações entre psicanálise e ciência, e na concepção de cientista cultivada por Freud.

[88] Esses desdobramentos serão melhor analisados no item 3.3.4.3.

[89] O debate sobre a "verdade", na interface entre a psicanálise e a ciência, será desenvolvido também no tópico 3.3.4.

> Se cada campo possui suas especificidades (suas apostas, seu tipo de capital específico, suas regras) que o tornam irredutível aos outros campos, existem leis gerais que são válidas para todos os campos. (...) É necessário, ao contrário, procurar o que os diferentes campos têm em comum (p. 149).

Estas autoras ilustram, com uma citação de Bourdieu no livro *A distinção*, o dever de se respeitar as continuidades entre o geral e o específico, algo distante de um corte absoluto:

> O erro consiste em inventar tantos sistemas explicativos segundo o número de campos ao invés de ver em cada um deles uma forma transformada de todos os outros ou, pior, em instaurar em princípio de explicação universal uma combinação particular de fatores eficientes num campo particular de práticas (BOURDIEU *apud* JOURDAIN; NAULIN, op. cit., p. 149).

É neste ponto que, para o bem ou para o mal, se insere a questão da regulamentação da psicanálise, tema transversal do texto da analista lacaniana que citamos (LIMA, op. cit.). Contra toda intenção absolutizante de um campo sobre seus campos vizinhos, Bourdieu, em sua teoria, vê no campo do Estado o poder de irradiar-se sobre todos os campos:

> Na teoria bourdiense, o campo estatal ocupa uma posição particular em relação aos outros campos. O capital específico do Estado, que depende do capital simbólico, é qualificado de "metacapital", já que formado pela concentração das diferentes espécies de capitais (capital militar, capital econômico, capital cultural...). É esta concentração de capitais que dá ao Estado o poder sobre os outros campos (JOURDAIN; NAULIN, op. cit., p. 155).

De alguma maneira a psicanálise precisa prestar contas ao campo do Estado. A insurgência radical contra isto pode ser lida como o exercício de um excedente de poder, processo que está em contradição com pressupostos da própria psicanálise que, segundo Lima (op. cit.) nada teria a ver com o campo do poder, vez que ela ocuparia sempre uma "posição dominada". De fato, ela não é o Estado; mas ao mesmo tempo, quando ela se subleva contra o Estado, acaba exibindo outras formas de poder, que mais à frente ainda analisaremos[90].

Pudicamente despida de poder, a mesma autora desnuda sociologicamente a autonomização da psicanálise, segundo quatro "transformações" relacionadas aos "capitais" de Bourdieu: a) a instauração, no campo, de um corpo de produtores (analistas) garantidores da formação analítica; b) a constituição de uma clientela, a financiar e legitimar os produtores; c) a formação de uma rede de difusão oficial para a reprodução do campo e; d) a promoção de ritos de consagração e reconhecimento entre os pares (LIMA, op. cit.). Todos esses processos – declarados *sui generis* - supõem a não negociação do campo psicanalítico com o metacampo do Estado. A autonomia relativamente absoluta do psicanalítico não poderia abrir mão de sua extraterritorialidade que, ao ver-se ameaçada, convoca a militância da psicanálise

[90] No tópico 3.3.3 teremos oportunidade de problematizar a questão das relações entre psicanálise e poder.

comunitária-identitária-institucional à ação, como no caso recente dos projetos de regulamentação da psicanálise, tema do próximo item do trabalho, que será enriquecido pelos dados da pesquisa documental.

3.3.1.5 Extraterritorialidade versus *regulamentação: entre as ameaças externas e as novas sabotagens do inimigo interno*

Os recentes movimentos pela regulamentação da psicanálise surgem como contra-ofensivas a seus intentos de autonomia e extraterritorialidade, encetando respostas ora de algum recuo, ora de reforço intransigente de suas posições, inclusive nos textos da Revista Correio, cujas edições nº 46 e 51[91] se dedicaram quase exclusivamente a isto, justo no ano de 2004, quando as tensões a este respeito estavam num patamar máximo. Um livro intitulado *Manifesto pela psicanálise* descreve aquele ano, visto como crucial para a psicanálise:

> O que acontece com a psicanálise neste ano de 2004 e talvez mesmo nos anos que o antecederam? Ela corre perigo mortal, como aconteceu em 1926 e 1956? (PORGE et al., 2015, p. 40).

O primeiro momento crítico do passado seria o de uma queixa judicial contra um psicanalista do círculo freudiano, acusado de charlatanismo por não ser médico, o que obrigou Freud a escrever com urgência uma defesa da análise leiga (FREUD, 1969*j*). O segundo perigo - segundo Lacan – seria o do desvirtuamento da psicanálise nos EUA. Em 2004 a ameaça viria de uma lei (a "Emenda Accoyer"), finalmente aprovada naquele mesmo ano, regulando as "psicoterapias", onde presumivelmente seria enquadrada a psicanálise. Porge et al. (op. cit.) fez um apanhado das linhas psicanalíticas (até lacanianas) que teriam sido favoráveis ou complacentes à nova lei, à espera ingênua dos louros de reconhecimento público.

A aurora do séc. XXI viu comunidades psicanalíticas lacanianas e não lacanianas reagirem a ações legislativas mundo afora a pretenderem controlar a formação de analistas e sua prestação de serviços, a exemplo da Escola Brasileira de Psicanálise, cujas matérias da Revista Correio (principalmente em 2004) fizeram um relato alarmante do processo na França e no Brasil. O avanço regulamentador foi representado como um processo de controle biopolítico estatal, aliado a um tecnicismo perverso e aos interesses de um capitalismo predatório, capazes de extinguir não só a psicanálise, mas a própria subjetividade humana! Numa rápida visada sobre os títulos das matérias publicadas nesse período antecipamos uma análise de discurso, distribuindo-os em sete grupos: 1) *Títulos objetivistas sobre a*

[91] Vide Apêndice A, Lista 1.

regulamentação na França e no Brasil[92]; 2) *Títulos com notícias sobre a ameaça religiosa-parlamentar à psicanálise no Brasil*[93]; 3) *Títulos problematizadores*[94]; 4) *Títulos com denúncia*[95]; 5) *Títulos desqualificadores*[96]; 6) *Títulos alarmistas*[97] e; 7) *Títulos sobre as reações da psicanálise à regulamentação*[98].

Nas partes do trabalho dedicadas à narrativa da psicanálise como filha bastarda, bem como à representação do social pela psicanálise, expusemos suas tensões com o sociocultural. No primeiro caso, uma *oposição* centrípeta, do social para com a psicanálise; no segundo, centrífuga, com o lacano-millerianismo vociferando contra a cultura e as agências sociais que mais lhe ameaçavam na atualidade: o Estado e a religião. Desta feita a tônica será a regulamentação da psicanálise em si mesma, enquanto força particularmente perigosa para sua identidade extraterritorial. A representação social, quanto a este aspecto, comportou três momentos, na Revista Correio: 1º) O recente aumento da ameaça regulamentadora; 2º) As crises por ela desencadeadas no meio psicanalítico e; 3º) Os consequentes ajustamentos do lacano-millerianismo quanto à sua extraterritorialidade.

Para um levantamento desse primeiro momento ofensivo externo nossa pesquisa filtrou os dados, selecionando as orações em que os agentes estatal e religioso ativos passivizaram o lacano-millerianismo. Os números foram baixos[99], contrastando com os escores elevados onde a psicanálise os passivizou, enquadrando-os e questionando-os quanto ao mesmo tema. Os autores dos textos, portanto, não deram muitas chances de voz a seus oponentes. As pequenas concessões, contudo, mostram a beligerância desses encontros textuais. Assim, tanto no caso do Estado como da religião, predominaram ações hostis à psicanálise[100], números que vibram quando lemos algumas citações, como a que segue, em

---

[92] Como nas matérias "O relatório Cléry-Melin: uma leitura instrutiva", "A sensibilidade brasileira – regulamentação da psicanálise", "Sobre a regulamentação da profissão de psicanalista no Brasil" e "A regulamentação da psicanálise no Brasil".

[93] Matérias: "Por que pastores se interessam pela psicanálise?" e "Anexo: Artigo no Correio Brasiliense sobre a regulamentação e a SPOB: Tema do dia: Pastores x Psicanalistas".

[94] "O que garante o título de médico no campo das psicoterapias?"; "Formações do analista: Clínica, sintoma, tratamento: Porque a regulamentação da psicanálise não mais diz respeito aos médicos", "Regulamentação, regra e lei", "A psicanálise nos tempos da regulamentação", "A psicanálise, apesar da lei".

[95] "Nada escondido para reformar e regulamentar a abordagem da saúde mental" e "Surrupiar a psicoterapia".

[96] "Da inconsistência ao erro profundo" e "Ilusões e desconhecimentos no campo da saúde mental: A Emenda Accoyer".

[97] Especialmente "Uma árvore que ameaça esconder a floresta".

[98] "Para uma Coordenação Psi" e "A ação enérgica das entidades psicanalíticas".

[99] O "Agente público, governamental, administrativo" passivizou apenas 39 vezes o lacano-millerianismo, enquanto que o "Agente religioso / místico" o fez tão-somente 17 vezes.

[100] No interior da supercategoria das "Ações de oposição sujeito-objeto", as passivizações perpetradas pelo agente estatal se distribuíram nas seguintes categorias gerais de ação: "Ação de controle e poder diante de alguém" (10 vezes); "Ação de contraposição a alguém" (5 vezes); "Ação de desvalorizar/desqualificar alguém" (4 vezes); "Ação de ataque contra alguém" (3 vezes) e; "Ação de suspeitar acerca de alguém" (1 vez). O agente religioso, por sua vez, passivizou ofensivamente nos seguintes termos: "Ação de controle e poder diante de alguém" (11 vezes); "Ação de contraposição a alguém" (2 vezes) e; "Ação de ataque contra alguém" (1 vez).

cuja forma textual invertida admite-se a derrota ante a lei regulamentadora: “Nossos avaliadores ganharam!” (FAVEREAU, 2004, p. 24). Também no Brasil a psicanálise estava sob a mira do Estado: “Foram iniciativas que têm tido até agora um efeito quase fatal, o de desagradar a todos. Mas sempre recomeçam, periodicamente. E visam diretamente à psicanálise...” (BARROS, 2004, p. 67). Nos dois países o Estado dizia intentar defender a sociedade contra charlatães. Para os psicanalistas, uma iniciativa imprópria:

> Os legisladores tentam legislar sobre um campo – o freudismo – que escapa inteiramente à sua jurisdição. Procuram definir, por maioria legislativa, o que é a psicanálise, o que é um psicanalista e quem está autorizado a exercê-la (BOGOCHVOL, 2004, p. 80).

Mais que impróprias, verdadeiros atos de violência, como se lê nesta citação da Revista Correio: "A regulação se apresenta sob sua face de coação regulamentar" (Coussot, 2004*a*, p. 29); ou nesta outra: "o Relatório da etapa da Missão Cléry-Melin não é por certo uma lei; é uma trama" (DEBRUYNE-GANIVET, op. cit., p. 31). A intenção estatal maligna seria a de “...fazer os analistas passarem pelo crivo, calar a boca da psicanálise da qual os "sociômanos", como diz Sollers, acham que ela passou a ocupar demasiado espaço na França...” (FAVEREAU, op. cit., p. 24).

No caso da religião, eram pastores evangélicos – alguns deles políticos ou relacionados à bancada evangélica no parlamento - que há tempos viam na psicanálise um recurso extra às suas práticas de orientação espiritual, desde que exorcizados seus elementos menos aceitáveis, como a ênfase no sexual, o ateísmo de Freud e sua crítica à religião.

> ...A psicanálise se torna um “filão” para os fundamentalistas religiosos que necessitam de algumas legitimações sociais para as suas práticas dogmáticas e moralistas. Ora, ao pretenderem estender os seus tentáculos para diversos setores da sociedade, a clínica psicanalítica lhes aparece como um campo promissor onde poderão exercer a sua “prática clínica para a cura” (ASSAD, 2015*c*, p. 140).

A Revista Correio detalhou esses movimentos político-religiosos na direção da psicanálise brasileira, com destaque para as ações de uma certa Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB), entidade controversa, de matriz religiosa evangélica, que desde meados da década de 1990 pretendia tomar para si a legitimidade do controle da psicanálise. O tema rendeu muitas matérias, que também versavam sobre as relações entre psicanálise e religião (ANTELO, 2004; GUERRA, 2004; ASSAD, 2015*a*; ASSAD, 2015*b*; PIMENTA, op. cit.).

Para a análise dos dados a SPOB foi categorizada como “Outras Psicanálises”, porém com muitas ressalvas, face sua flagrante ilegitimidade. De todo modo, do ponto de vista

quantitativo, os números de orações a ela referidos foram pífios, mesmo porque o foco das críticas recaiu sempre mais genericamente sobre os "pastores" usurpadores da psicanálise.

Passemos ao segundo momento dessa agonística, cuja crise desencadeada no seio da psicanálise reeditou a antiga "narrativa da caçada ao inimigo interno". A imagem de um agente regulador maligno e infiltrado parece ter revivido, entre os lacano-millerianos, a *caça às bruxas* do tribunal lacaniano contra o inimigo interno da Associação Psicanalítica Internacional. A EBP acusaria a IPA de complacência e mesmo anuência em relação aos projetos de regulamentação da psicanálise: "Desnecessário dizer que esse projeto [de regulamentação da psicanálise] recebeu o apoio declarado das sociedades ipeístas" (FORBES, 2004*a*, p. 62), que teriam inclusive contratado um advogado para elaborar tal projeto segundo seus termos. Ressentimentos antigos ressurgiram, e com ele a memória de que outrora a IPA teria lutado para limitar o uso da palavra "psicanalista" a ela e seus associados, como lembrou outro autor na Revista Correio (BARROS, 2004).

Apesar disso, em meio a um amplo *front*, uma linha de contato inesperada foi aberta entre os lacanianos brasileiros e representações da IPA no país, no sentido de um combate conjunto à regulamentação da psicanálise, o que comentaremos só no final deste trabalho[101].

Chegamos, por fim, ao último momento desses embates, que levaram à revisitação do tema da extraterritorialidade psicanalítica, que se verá mantido, embora com cicatrizes. O autor de uma matéria da Revista Correio abre a questão: "a psicanálise deverá permanecer fora da lei?" (VERAS, op. cit.). Em sua opinião, sim! Porém outros, assustados com a avalanche regulamentadora, indagaram se o cômodo e frágil autoexílio da psicanálise não teria contribuído para tal. Leituras *passivas* da extraterritorialidade foram questionadas, levando em conta outras formas de relação entre o *dentro* e o *fora*. "O psicanalista, da posição êxtima que é a sua, não deve mais estar em uma posição de extra-territorialidade" (ALVARENGA, 2004, p. 61). O conceito lacaniano de "extimidade" retrata algo profundamente íntimo, porém externo, guardando semelhanças com a noção de "não familiar" em Freud (IANNINI, 2015). Na Revista Correio, outra autora, aparentemente cansada da celeuma sobre o assunto, admitiu a hipótese de uma regulamentação estatal da psicanálise – portanto, flexibilizando a ideia de extraterritorialidade radical -, desde que isto não ferisse o específico da formação do analista (FUENTES, 2004).

Para além da questão da regulamentação, a extraterritorialidade da psicanálise comporta diversos aspectos. As leis do Inconsciente, o logicismo quase não humano,

[101] Trata-se da criação, no ano 2000, da "Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras", que reuniu psicanalistas das várias tendências, mas também representantes da psicologia e da psicoterapia, motivo pelo qual optamos por analisar o assunto no tópico final, dedicado às representações sociais quanto ao campo psicológico no sentido amplo.

firmaram a crença numa extraterritorialidade radical da psicanálise. Numa reflexão a respeito, uma reconhecida psicanalista brasileira – que também transita pelo pensamento de Lacan - descreve esse ideal questionável de uma apartação em relação ao mundo. Em seu comentário ela recupera justo o posicionamento do psicanalista Jacques-Alain Miller – a quem nos referimos inúmeras vezes aqui – para tecer uma crítica a nosso ver muito precisa:

> *Vale lembrar que em seu último seminário traduzido no Brasil, Jacques Alain Miller proclama que, se o mundo tem sido cada vez mais hostil à verdade psicanalítica, cabe aos psicanalistas que se recusam a trair o legado de Freud e Lacan isolarem-se do mundo e fazer da psicanálise uma espécie de* seita, *fundada a partir de uma língua cifrada incompreensível para o resto da sociedade. De acordo com Miller, os psicanalistas "precisam ser formados numa língua especial. E à parte. Eles precisam de um enclave". Tal atitude segregacionista me parece oposta à do próprio fundador da psicanálise, interessado em repensar continuamente sua teoria a partir dos sintomas sociais que o interrogavam em sua época, sempre em diálogo com outras áreas das ciências humanas: a literatura, a filosofia, a antropologia* [itálico da autora] (KEHL, 2012, p. 14-15).

3.3.2 O fundo analítico do mundo

3.3.2.1 A extraterritorialidade intraterritorial da psicanálise

No percurso que temos desenvolvido na "Segunda Movimentação Histórica" até aqui, a psicanálise lacaniana procedeu a algumas ações estratégicas relevantes: a) reafirmou sua posse sobre o objeto institucional do Inconsciente, ampliando-o a partir de conexões com a linguagem, até abranger a própria "subjetividade"; b) delimitou o Inconsciente e a linguagem em referenciais logicistas, que os tornaram pretensamente imunes à crítica mundana; c) assimilou, sociologicamente, o próprio movimento psicanalítico a esse lugar extraterritorial. Na sequência, como vimos, forças socioculturais (principalmente o Estado e a religião), a despeito da reivindicação extraterritorial da psicanálise, pretenderam submetê-la. A partir de agora avançaremos um passo a mais na concepção lacaniana de extraterritorialidade, que torna mais difícil seu quadramento a partir de fora: o fato de que, para o lacanismo, as categorias do "fora" e do "dentro" se continuam reciprocamente...

Como vimos, a extraterritorialidade foi sofrendo reparos no lacano-millerianismo, afinal havia um mundo a conquistar. Segundo Nasio (2011), visando superar a distinção freudiana – e científica - entre o "interno" e o "externo", Lacan recorrera ao estudo da topologia, área da matemática que estuda figuras que mudam de forma, mantendo suas

propriedades. Uma dessas figuras, a "Banda de Moebius"[102] foi-lhe particularmente útil para demonstrar a contínua passagem do "interior" ao "exterior" (psicanálise-mundo) e vice-versa:

> A psicanálise, por sua vez, repousa num modo de pensar topológico (com retorno ao exterior, por exemplo, do que estava recalcado no interior) que também se exerce na sua relação com o espaço social: a relação da psicanálise com o espaço social se inscreve na mesma superfície moebiana que a do espaço social com a psicanálise (PORGE et al., op. cit., p. 15-16).

Essa relação interior-exterior não implica somente ou primeiramente o Inconsciente enquanto "Sujeito do Inconsciente", mas aquilo que chamamos aqui de "Sujeito do Psicanalítico", ou seja, o aspecto agente da psicanálise comunitária-identitária-institucional:

> O que Lacan está chamando de *mundo* pode ser considerado o que denominamos *social*. O Outro social, como o mundo, é o Outro para a Escola, é onde a Escola está inserida. O mundo de que se trata aqui não é uma bola redonda, o mundo que tem a estrutura da esfera; o mundo que interessa à psicanálise é *aesférico*, porque tem uma estrutura moebiana. Esse mundo, ao qual Lacan se refere, é uma banda de Moebius cuja psicanálise em intensão, que é a própria experiência analítica, está do mesmo lado que a psicanálise em extensão, que engloba a transmissão e a presentificação da psicanálise na *polis* como laço social (QUINET, op. cit., p. 95).

Esses dois sujeitos (o do Inconsciente e o do Psicanalítico) cooperam politicamente entre si. A quase sinonímia estabelecida por Lacan entre o "Inconsciente" e a "linguagem" amplificou *ad infinitum* o alcance do "psicanalítico", agora presente em *todos* os atos humanos. O "objeto institucional" da psicanálise seria, agora, o mundo inteiro.

Em nossa pesquisa documental esta senha linguística para a expansividade da psicanálise foi uma constante, posto que naturalizada pelo lacano-millerianismo. Numa entrevista à Revista Correio Jacques-Alain Miller chega a antever um futuro onde toda a humanidade seria analisada, simplesmente porque o ser humano "fala" (MANDIL, 2013, p. 8).

O "contra-ataque dos psicanalistas" não se dará nos moldes convencionais, de uma "ocupação" a partir de fora, mas desde o interior da máquina social, azeitada pela linguagem, na forma de uma extraterritorialidade intraterritorial. Exibindo ao mundo (pela linguagem) sua natureza (linguageira, Inconsciente) obscura, a psicanálise se mostraria desveladora de uma "verdade" perene e oculta. A forma, o teor e os efeitos disso são "representações" e "discursos", injetados onde a psicanálise deseje eclodir (na ciência, na academia, no mundo psi...). Ela toma o enigma do social (estranheza original), o explica teoricamente

[102] Esta figura pode ser representada por uma tira de papel emendando-se as pontas, porém com uma delas havendo feito antes um giro de 180º sobre seu próprio eixo, de modo que o "verso" dessa ponta encontraria o "anverso" da outra. Feito isto, tomando-se qualquer ponto da figura como sendo a face "exterior" e percorrendo linearmente seu comprimento, gradativamente veremos um caminho retorcido que logo levará à face "interior" da figura, e assim indefinidamente.

(familiarização), mas instaurando no núcleo de cada realidade o Inconsciente (estranheza produzida). Agora, ciente de sua ignorância e fragilidade, o mundo se renderia à psicanálise.

Nossa pesquisa, ao contrário, pretende comutar o não familiar (razões inconfessas) da psicanálise política em algo familiar (senso crítico) para o mundo não psicanalítico.

3.3.2.2 O Inconsciente e a negatividade no núcleo central da vida

A tese de uma extraterritorialidade intraterritorial implica que o Inconsciente não é algo que está na vida, posto que seria ele a condição para o próprio viver, intuição que Lacan irá buscar já no pai da psicanálise, levando-a às últimas consequências.

Numa bela descrição da profícua produção textual de Freud, Meltzer (1989) descreve duas "floradas" em sua vida: uma entre 1900 e 1905, com escritos sobre sonhos, sexualidade infantil, casos clínicos; outra, entre 1920 e 1926, quando introduziu temas controversos como o masoquismo, a pulsão de morte, o superego, a angústia, a psicologia das massas.

Marco inicial da "segunda florada", *Além do princípio de prazer* (FREUD, 1969*k*) apresenta a ideia de que, além do sexual, operariam no Inconsciente impulsos de morte, visando à nossa destruição física, à humilhação moral do ego através da culpa, ações que anos depois Freud atribuirá a um superego cruel, parte do próprio Inconsciente. Se a sexualidade busca *positivamente* o prazer e a vida (que ele chamará, em conjunto, de "pulsão de vida"), a pulsão de morte os extingue através de um movimento de inércia em direção ao *negativo*, conceito central deste item do nosso trabalho.

No contexto das reflexões teórico-clínicas ensejadas pela teoria da pulsão de morte, Freud publica um pequeno ensaio intitulado *A negação* (FREUD, 2014), texto despretensioso que, no entanto, inspirará futuramente Lacan a pensar a subjetividade, a intersubjetividade e a política (SAFATLE, 2012), o que o torna importante para entendermos a política lacaniana de sua relação com o mundo extrapsicanalítico, em especial nos casos da ciência, da universidade e do universo psi e, dentro deste, em particular, a psicologia acadêmica.

Através de leituras recentes desse texto por autores lacanianos aprofundaremos a problematização da questão da extraterritorialidade *intraterritorial* da psicanálise. Além do prefácio e do posfácio desses autores, acrescidos ao texto de Freud, seguiremos um deles, o filósofo lacaniano Vladimir Safatle, que adensa sua análise do tema em outros escritos.

Já na introdução à referida edição do texto freudiano *A negação*, uma outra autora dá o lugar dessa preciosa produção psicanalítica, que vai além do fenômeno clínico da negação:

> Aparentemente simples, é, no entanto, um ensaio extremamente complexo, não linear, ousado e descontínuo do ponto de vista temático. Incorpora as grandes descobertas mais recentes de Freud (pulsão de morte e a segunda tópica) e realiza um esforço de síntese metapsicológica, trazendo à baila questões como a origem do pensamento e as distinções subjetivo-objetivo, representação-percepção, interno-externo, real-não real (CARONE, 2014, p. 12).

O texto teria ainda o mérito de ver no âmago do ser a experiência do não ser (SAFATLE, 2014), inserindo a psicanálise no debate atual sobre as políticas de destranscendentalização do sujeito e os fenômenos do reconhecimento intersubjetivo (SAFATLE, 2012).

Na negação algo inconsciente é admitido na consciência, desde que seguido por um "não" (FREUD, 2014). O proibido é tanto aceito como negado. Atento ao paradoxo, Lacan chegará a Hegel e sua teoria do reconhecimento da negatividade (SAFATLE, 2012), nela integrado o desejo, caro à psicanálise. Se no reconhecimento meu desejo se dirige ao desejo do outro, não desejamos *coisas*, mas *reconhecimento*. O objeto do desejo, acrescentará Lacan, é a *falta*, não só de um objeto específico para ele, mas a "falta-a-ser", condição ontológica do humano. Segundo Safatle (2012), entretanto, a falta-a-ser teria o foco não na ausência, mas na positividade da presença do negativo no âmago do ser. O processo de cura, para ele, passaria pelo reconhecimento da presença de uma falta impreenchível por objetos que, no máximo, alimentam a ilusão narcísica de um "eu", que nada tem a ver com o "sujeito" e a "verdade"[103].

Lacan constrói, assim, um projeto ontológico de *dissolução* do eu - refém do "Imaginário" - e da noção de "identidade"[104], trabalho a cargo da pulsão de morte, algo afim a Hegel, que via na morte (e na angústia) um *negativo* em relação ao ser (SAFATLE, 2012).

A angústia seria subjetivante por acusar o encontro com o "estranho", em situações e objetos que disparam o afeto de angústia, cumprindo a função dissolutiva da pulsão de morte:

> Esse é o ponto central. Quando Lacan determina tais objetos como aquilo que satisfaz a pulsão (de morte), satisfação estranhamente marcada pela angústia, é porque a negatividade da pulsão de morte pode se satisfazer com o gozo de um objeto que traz em si mesmo sua própria negação, que é a destruição de si, torção de seus protocolos de identidade (protocolos que, para Lacan, são fundamentalmente vinculados à ordem do Imaginário) (SAFATLE, 2012, p. 152).

Safatle tem sido um grande divulgador desse projeto lacaniano, inclusive afinando-o ao pensamento de outros filósofos, como Adorno. No final de seu *Grande Hotel Abismo* (SAFATLE, 2012) o filósofo brasileiro Bento Prado Júnior - que quis injetar no debate

[103] Este aspecto da "verdade", num sentido mais ético que científico, será mais desenvolvido no item 3.3.3.1, a seguir.
[104] Observe-se, mais uma vez, as implicações disto para a psicologia social, a quem o conceito de identidade é central.

acadêmico acerca da subjetividade "um mínimo de negatividade" - é homenageado em cinco tópicos, cujos títulos expressam aquilo que temos chamado de *extraterritorialidade intraterritorial*: "Um corpo estranho dentro do Si mesmo"; "Fundamentos indeterminados"; "On est toujours l'irrationaliste de quelqu'un"; "Pensar no limite" e; "Muito longe, muito perto".

Conexões outras também têm sido feitas. Num apêndice ao texto *A negação* (FREUD, 2014) dois psicanalistas lacanianos (LEITE; CESAROTTO, 2014) entrevistam o renomado filósofo e logicista brasileiro Newton da Costa, criador da "lógica paraconsistente", disposta a ultrapassar os limites da lógica clássica, a exemplo do "princípio da não contradição", de modo a que "A" e "não A" possam coexistir ao mesmo tempo. Para o entrevistado, "(...) a negação, como se manifesta num curso analítico, é uma negação paraconsistente" (LEITE; CESAROTTO, op. cit., p. 66-67). Além disso, o logicista vê no uso, por Lacan, da "Banda de Moebius" tanto uma metáfora como uma extensão do matemático no psicanalítico:

> É evidente, por exemplo, que a fita de Moebius esclarece várias coisas em psicanálise. (...) Quanto mais ela a representar, mais haverá possibilidade de se raciocinar geometricamente, tirar consequências importantes para a psicanálise (LEITE; CESAROTTO, op. cit., p. 81).

A nosso ver, a mais importante consequência daí extraída seria política: uma vez que no âmago do *ser* do mundo habitaria o *negativo*, o *não-ser*, a psicanálise a ele identificada estaria, em germe, por toda parte, em todas as organizações e instituições sociais, apenas à espera do momento certo de sua eclosão.

Esta lógica (e política) do negativo, contudo, sofreria duros ataques. Em *O anti-Édipo* (DELEUZE; GUATTARI, 2011) denunciou-se que a função proibitiva (negativa) no "Complexo de Édipo", serviria à reprodução da sujeição capitalista no seio da família. O sexo e o desejo, enquanto funções "reprodutivas" teriam sido – através de Freud – capturados para fins de perpetuação do capitalismo. Deleuze e Guattari estenderam essa crítica ao "negativo" no próprio desejo.

A filósofa e psicanalista Monique David-Ménard – que integrou a Escola Freudiana de Paris, de Lacan – fez um estudo do principal alvo do ataque do *Anti-Édipo* à psicanálise: a teoria da negatividade do desejo (DAVID-MÉNARD, 2014). Para Deleuze, em síntese, o desejo seria uma força de expansão criativa, e não uma força compensatória, fruto de uma falta, a partir do "não" edipiano. *Ao desejo nada faltaria*, ao contrário da *falta-a-ser* lacaniana.

Para David-Ménard (op. cit.), porém, a crítica deleuziana à psicanálise é, antes, uma crítica a Hegel, que, não vendo a multiplicidade das possibilidades de Ser, fixou-se na suposta norma ontológica da "contradição". Não se abrindo à *diferença*, reduzira tudo ao *negativo*.

> Uma contradição é uma luta constitutiva entre dois termos dos quais um arruína o outro ao mesmo tempo em que é constituído por ele, por essa própria ação, destruidora de si. Para Deleuze, a contradição hegeliana é ainda uma vitória imaginária do mesmo sobre a diferença quando ela é mal pensada... (DAVID-MÉNARD, op. cit., p. 33).

Ora, se um termo arruína o outro, isto não implica que introduzir "um mínimo de negatividade" num discurso tenderia sempre a se tornar um *máximo*, uma forma de poder?

Se a crítica de Deleuze à psicanálise tem por foco o desejo, a filósofa-analista aponta o viés do pensador, que leu Freud nos anos 1960 através "...das concepções do desejo como falta-a-ser, levadas dos textos de Lacan para os de Freud" (DAVID-MÉNARD, op. cit., p. 52). Segundo ela, outro viés da crítica generalizada à psicanálise em Deleuze, um spinoziano, seria sua ignorância de que há na clínica um tipo de negativo diverso do lacano-hegeliano, fundado na experiência do sofrimento. Assim, ela recusa igualmente o spinozismo deleuziano, não reconhecedor da dor empírica, e o hegelianismo lacaniano, que reduz a dor à lógica. No lugar da "lógica da negação" ela propõe uma "epistemologia da inadequação", mais modestamente voltada para o acolhimento daquilo que "não vai bem" na vida do analisando:

> Esse desacordo entre Deleuze e Lacan é bastante interessante e instrutivo. Será, porém, que, tanto na versão deleuziana quanto na versão lacaniana, não se perde o fato de que o corpo de um outro, nos prazeres sexuais, sempre nos descobre – parece-me o caso de dizer – mais alterados do que faltosos? (DAVID-MÉNARD, op. cit., p. 43).

Se, segundo nosso olhar, houve no lacanismo uma hipertrofia (fetiche?) da falta, o "Sujeito do Inconsciente", *faltoso*, talvez não esteja ontologicamente espraiado por toda parte. E sendo assim, não estando, como justificar a pretendida extraterritorialidade intraterritorial da psicanálise no mundo? O "negativo", assim, não parece ontológico, mas um hipóstase convertida numa verdadeira "ideologia psicanalítica do desejo como falta-a-ser" (DAVID-MÉNARD, op. cit., p. 261), a serviço da psicanálise comunitária-identitária-institucional.

3.3.2.3 A engenharia cognitiva da política psicanalítica: representações, discursos e subjetivação

Alheio a objeções, o Inconsciente – linguístico, moebiano, negativo - segue se proliferando na psicanálise lacano-milleriana e nos lugares aonde ela vai. Explicá-lo *analiticamente* como efeito do encontro do sujeito com a "verdade" é, como vimos,

questionável epistemológica e sociologicamente. Explicá-lo *politicamente* como o resultado da estratégia psicanalítica de inseminar o mundo com a ideia de um Inconsciente onipresente, onipotente e onisciente, seria mais apropriado a um estudo crítico, ainda mais quando suspeitamos de certas qualidades do "Sujeito do Psicanalítico": ele parece menos regulado por um Inconsciente ascensional que por um pensamento compartilhado horizontalmente; parece menos movido por um desejo negativo que por um conjunto bastante positivo de interesses[105]; parece pronunciar-se menos pela lógica do significante que por discursos calculados. Como explicar, porém, o sucesso dessa estranha inseminação (infiltração do discurso analítico nos espaços extrapsicanalíticos) sem o recurso à própria teoria da existência de um Inconsciente universal aprisionado em cada um, à espera da libertação? A saída para esta aporia pressupôs o encontro de uma teoria alternativa, menos comprometida ideologicamente que a lacaniana, que possibilitasse a investigação da microfísica psicossocial operante na suscetibilização de estruturas subjetivas nas pessoas "contagiadas" pela psicanálise. Esta teoria precisaria dar conta, particularmente, do sucesso da inseminação psicanalítica nas mentes dos leitores de textos psicanalíticos em espaços extrapsicanalíticos, como a universidade e os cursos de psicologia, fenômenos que nos interessam diretamente. Esta teoria viria da 'análise de discurso crítica', em seus aportes socioantropológicos.

Segundo a linha sociocognitivista em 'análise de discurso crítica' (VAN DIJK, 2008), a tríade "discurso", "cognição" e "sociedade" constitui a realidade compartilhada. A cognição, sendo a mais empírica, funcionaria como suporte aos demais. Ao contrário da psicanálise, que extrai do Inconsciente as qualidades definidoras do social, em van Dijk estruturas cognitivas não se projetam sobre o mundo; elas *interagem* no mundo. Como, então, o lastro cognitivo do "Sujeito do Psicanalítico", adensando em si discursos e estruturas sociais, manejaria, através de textos, estruturas cognitivas de indivíduos no interior e no exterior da instituição psicanalítica? Aqui, o conceito de "modelos mentais", de van Dijk é fundamental.

Na epistemologia sociocognitiva uma das estruturas cognitivas são os "modelos mentais" - conceito oriundo da psicologia cognitiva -, entendidos como as unidades de conteúdo do conhecimento, cujas disposições na memória processam discursos; teoria esta

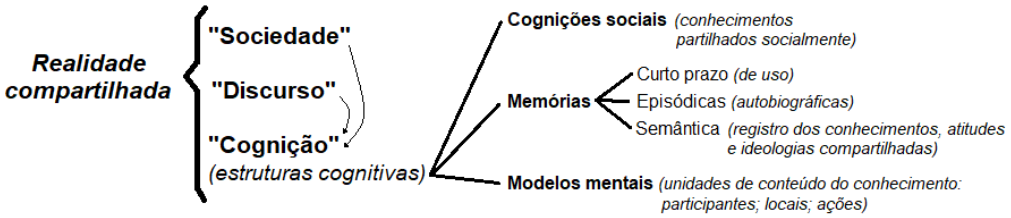
[105] A referência aqui a "interesses" não é meramente descritiva, posto que inspirada na própria teoria pulsional freudiana inicial, que opõe a "libido" (que significa "desejo", em latim) - enquanto energia desejante própria às pulsões sexuais do Inconsciente - ao "interesse", que seria a energia própria às pulsões de autoconservação, a serviço do ego consciente, em sua luta por autoafirmação em face das vicissitudes da vida. Em que pese, como bem argumentou Garcia-Roza (2000), esse dualismo tenha sido mitigado a partir de 1914, com a teoria freudiana do "narcisismo" - onde reinaria no psiquismo a libido, seja voltada aos objetos externos erotizados, seja voltada para dentro, para o próprio ego, erotizado -, entendemos que há sempre, em Freud, um espaço para o não sexual, como bem demonstraria, seis anos após o texto sobre o narcisismo, sua proposição da teoria da pulsão de morte, sobre a qual discutimos há pouco.

que se opõe à epistemologia clássica, para quem "proposições" ordenadas sequenciam discursos (VAN DIJK, 2014). Os "modelos mentais" segmentam a "corrente de consciência" em unidades discretas compostas por distintos *participantes, locais, ações*, permitindo seu estudo entender como conhecimentos, atitudes e ideologias são adquiridos na vida (VAN DIJK, 2008). (Observe-se que a conjugação participantes-locais-ações muito se assemelha, em nossa metodologia documental, ao "Eixo de análise I" [tópico 2.2.2], composto por agentes textuais e suas ações). Condição comum aos dois atores que nos interessam na pesquisa – numa ponta analistas autores de textos (modelados institucionalmente), e na outra seus leitores – os "modelos mentais" serão o ponto de partida para o estudo da eficácia discursiva lacano-milleriana em âmbitos intra e extrapsicanalíticos.

As outras duas estruturas cognitivas, além dos "modelos mentais" são as "cognições sociais" (conhecimentos produzidos socialmente) e a "memória" (VAN DIJK, 2016), esta subdividida em memória de curto prazo, memória episódica e memória semântica. A primeira corresponde à memória procedimental, de uso, com pouca duração. Na memória episódica arquivamos experiências autobiográficas, enquanto que na semântica registramos conhecimentos, atitudes e ideologias compartilhadas socialmente. É fácil intuir o quanto a memória semântica formada nos destinatários psicanalíticos interaja eficazmente com suas memórias autobiográficas, afetivas.

O esquema a seguir faz uma síntese dos processos sociocognitivos que articulam cognições sociais, memórias e modelos mentais.

Imagem 5 - Realidade cognitivamente compartilhada, segundo a ADC.



Fonte: o autor, 2022.

A teoria dos modelos mentais não nos deixará escapar, aqui, uma analogia com o caráter profundamente conversivo da experiência no divã, condição *sine qua non* para a cura analítica e também para a formação do analista. O filósofo e sociólogo Ernest Gellner, em sua leitura antropológica da psicanálise, reduziu os conceitos desse saber a meras abstrações sobre

o descontentamento humano, tomadas de empréstimo a Nietzsche, exceto um, sustentado com grande força empírica:

> ...existe, pelo menos, uma flagrante e brilhante exceção a isso: é a doutrina de transferência. Neste caso, temos uma impressionante generalização que *não* pôde ter sido facilmente antevista, cuja verdade parece ser genuinamente evidente (em vez de equilibrar-se, como as outras, entre pesos igualmente pesados de exemplos positivos e negativos), e cujo significado parece razoavelmente preciso (GELLNER, op. cit., p. 54-55).

De fato, a transferência parece estar na encruzilhada da realidade definida pela ADC: em termos de "cognição", ela explica as raízes afetivas infantis nos vínculos atuais com o mundo; enquanto "sociedade", ela firma como menor configuração social o binarismo (analista-analisando, por exemplo); como "discurso", ela implica sua efetivação na fala, pela linguagem. Perscrutando esse "mínimo sociológico", Gellner (op. cit.) relê extrapsicanaliticamente o fenômeno da transferência, em nove aspectos: 1) o simples fato de "falar" livremente alivia, por poupar energia com cautelas; 2) poder "dizer tudo" tende a gerar um sentimento de autoperdão; 3) a cena do tratamento alimenta a fé profunda na cura; 4) o analista acompanha os gestos do paciente sem confrontá-lo, envolvendo-o no jogo; 5) o contrato terapêutico reforça a esperança de restauração de relações passadas precárias; 6) as interpretações do analista tendem a reinstaurar aspectos da identidade do analisando; 7) o dualismo da relação preenche, no analisando, suas carências de atenção; 8) a relação analítica dual parecerá infalível ao analisando, se convertendo em seu mais poderoso vínculo emocional e; 9) a análise produz um intenso duplo vínculo no paciente, onde o analista amado exerce sobre ele, ao mesmo tempo, um poder, qual se dá nos vínculos humanos primários.

Posição semelhante encontramos nesses autores da sociologia do conhecimento:

> O conceito psicanalítico de "transferência" refere-se precisamente a este fenômeno. O que os psicanalistas que o empregam não compreendem, evidentemente, é que o fenômeno pode ser encontrado em *qualquer* processo de re-socialização, com sua resultante identificação com os outros significativos encarregados dele, de modo que não se pode tirar conclusões desses fenômenos referentes à validade cognoscitiva das "compreensões" que ocorrem na situação psicanalítica (BERGER; LUCKMANN, op. cit., p. 208-209).

Nada disso prova que não haja um Inconsciente na transferência, mas sugere que ela poderia advir de fatores sociais "cognitivados" num paciente já banhado por um caldo cultural "psicanalitizado"; ambiência, aliás, estudada por Moscovici (2012*a*). Nada disso, porém, importa à psicanálise comunitária-identitária-institucional, que replicará a máquina transferencial para além da clínica. Na formação de analistas "...seus duradouros efeitos secundários [da transferência] também dotam a comunidade inteira com sua estrutura de

relações binárias" (GELLNER, op. cit., p. 56). O mesmo ocorrerá no ensino da psicanálise (dentro ou fora da instituição analítica), para o qual Lacan criou o conceito de "transferência de trabalho", descrito numa matéria no site da Escola Brasileira de Psicanálise (patrona da Revista Correio) como o que "...enlaça a Escola" (CERVELATTI, 2018), amarrando as partes num dualismo vetor-contagiado (analista-analista, analista-aprendiz, analista-aluno, etc.):

> O que fazemos quando damos aula num Instituto? Mesmo quando se fala numa atividade da Seção [da EBP], estaria aí a transferência de trabalho? Um ponto a ser destacado é que a transferência de trabalho não é dada a priori, ela é efeito, algo ressoa ou não nos presentes. Isso está diretamente relacionado à posição do sujeito em relação à ex-sistência do saber inconsciente (CERVELATTI, op. cit.).

Alastrando-se ainda mais, a transferência retranscreverá todos os fatos sociais à sua imagem e semelhança (BAKHTIN, op. cit.), de modo que o binarismo transferencial acabou convertido numa poderosa arma institucional para o projeto expansionista da psicanálise:

> No início deste ensaio, eu dizia que o suscetível de ser provado nesta *démarche* era um novo arranjo de um duplo movimento inverso: o que desloca o questionamento do "compromisso" da psicanálise de suas "aplicações" exteriores para o centro do dispositivo dual originário, e o que desloca do divã para os novos dispositivos institucionais as mais importantes jogadas da psicanálise. Para demonstrá-lo, esforcei-me em fundar duas proposições essenciais: 1) "O extra-analítico" está presente no dispositivo analítico, mas sob uma forma em geral *dissimulada*. 2) Esta dissimulação não é uma simples ignorância, nem mesmo uma pura ocultação, mas uma *reinterpretação unilateral* (parcial e parceladora), portadora direta de efeitos sociais igualmente unilaterais (CASTEL, op. cit., p. 191).

A transferência (de trabalho) operaria ainda num dispositivo de transmissão indireta da psicanálise, mediada pela escrita? É possível, afinal o que enlaça os sujeitos, no lacanismo, não é sua presença física, mas a linguagem. Se em Bakhtin, como nos referimos (JOBIM; SOUZA, op. cit.), a presença do leitor já é antecipada na ação de quem escreve, van Dijk (2014) esclarece que em toda situação comunicativa, oral ou *escrita*, o comunicador deve manter continuamente em mente (em seu "modelo mental") não só o ritmo semântico da fala/texto, mas sua modulação conforme anteveja as características e capacidades do interlocutor:

> Pragmatic rules of shared knowledge in an epistemic community allow language users to produce discourse that is much less detailed than their mental models, since recipients are able to reconstruct mental models on the basis of inferences from the same socially shared generic knowledge (VAN DIJK, 2014, p. 88).

Pensando na Revista Correio, muito do não exposto pelos autores pode ter sido presumido como presumível pelos seus leitores da comunidade lacaniana. Nem tudo.

Mantendo a estratégia de deixar coisas no ar, a lembrar a presença da "falta", os textos *dizem* mas *ocultam*, esclarecem, mas escapam pelas mãos. Fora da comunidade analítica – na academia, por exemplo – sua persuasiva instauração da falta e da transferência pode ser ainda mais eficaz quanto a remodelar memórias autobiográficas, o que levanta questões éticas:

> We also have assumed that such control is first of all a control of the mind, that is, of the beliefs of recipients, and indirectly a control of the actions of recipients based on such manipulated beliefs (VAN DIJK, 2008, p. 213).

O discurso manipulador faz o manipulado crer que ele age em seu melhor interesse (VAN DIJK, 2008). A nosso ver, no entanto, esse discurso não necessariamente precisa explicitar *conteúdos* de dominação ou sugerir *intenções* dominadoras. Sua *forma* textual pode, por si mesma, alçá-lo a um patamar subjugador, anda mais quando ele é capaz de provocar comoções, alterações subjetivas potencialmente profundas em quem os consome. Assim como na política e na religião, os níveis de mudança subjetiva são múltiplos, variando desde uma completa e incondicional conversão à psicanálise, até casos mais superficiais de identificação com alguns de seus aspectos, possibilidade também prevista pela sociologia do conhecimento:

> Existem naturalmente na prática muitos tipos intermediários entre a re-socialização, tal como acaba de ser examinada, e a socialização secundária, que continua a ser construída sobre as interiorizações primárias. Nestas há transformações parciais da realidade subjetiva ou de particulares setores dela. Estas transformações parciais são comuns na sociedade contemporânea em ligação com a mobilidade social do indivíduo e o treinamento profissional (BERGER; LUCKMANN, op. cit., p. 213-214).

Para a tese de que a afetação por um texto dirá apenas do desejo de quem lê, entendemos que esse desejo pode, em certo grau, ser inventado pelo texto, tornando-se verossímil por uma *coincidência* prevista na teoria dos "modelos mentais": a presença comum - nos autores e em seus leitores - das mesmas estruturas organizativas das memórias (VAN DIJK, 2014). Na leitura, a transição das memórias de curto prazo (o ato de ler, oração após oração) em memórias de longo prazo – episódico-semânticas - vai segmentando cada dado conforme os "modelos mentais" do leitor, hierarquizando os conteúdos em *participantes* (identidades, papeis e relações), *locais* (configurações socioespaciais) e *ações* (atos, eventos e metas dos participantes no espaço e no tempo). Antes disso, os autores já dispunham de seus próprios "modelos mentais", igualmente configurados. Em acréscimo, estas estruturas hierárquicas estariam presentes ainda nas memórias semânticas (sociais) compartilhadas institucionalmente, tornando fluido e bidirecional o elo documento-leitor, coletivo-individual:

> The generalization and abstraction of similar models produces, bottom-up, *generic knowledge* about the world, and this knowledge in turn is used, top-down, in the construction of new models of experience (VAN DIJK, 2014, p. 49).

O leitor da psicanálise, então, poderá ter reescritas suas experiências pessoais segundo "cognições sociais" forjadas pela psicanálise comunitária-identitária-institucional. Pensemos, portanto, no quanto uma comunhão individual-coletiva de modelos mentais psicanalíticos possa reordenar nosso estudo inteiro, a começar pelas narrativas psicossociais da história da psicanálise, com seus grandes episódios, cenários, personagens heroicos, objetivos e lutas, percorrendo assim todos os níveis explicativos em psicologia social (DOISE, 1986; DOISE; VALENTIM, 2015), especialmente os intra-individual, inter-individual e o posicional...

A aproximação entre a ADC e a psicologia social é muito promissora. Van Dijk (2014) assume que sua perspectiva sociocognitiva pode contribuir para os estudos identitários, bem como para uma "psicologia social do conhecimento" (lembremos da "epistemologia psicossocial", de Jovchelovitch). Para ele, a psicologia social seria a disciplina chave de um novo campo multidisciplinar, a "epistêmica dos discursos", integrando discurso e conhecimento. Além disso, importantes conexões poderiam ser feitas entre a ADC e a TRS:

> Indeed, of the few approaches to (commonsense) knowledge in social psychology, that on *social representations* by Moscovici and others has been most consistent, but hardly integrated in the international literature on cognition, memory or discourse processing (VAN DIJK, 2014, p. 319).

A 'análise de discurso crítica' também contribuiria para com os estudos sobre ideologia no campo das representações sociais, como ratificou um autor da ADC, assim se referindo à perspectiva sociocognitiva de Teun van Dijk: "Ela utiliza os estudos da psicologia social e a teoria das representações sociais para tratar da representação de modelos mentais que orientam a ideologia" (MELO, 2018, p. 30). A relação entre psicanálise e ideologia, a propósito, é um dos temas do próximo tópico do trabalho.

3.3.3 A legitimação do psicanalítico no mundo dos outros: Imperativo ético, imperativo de poder

O Inconsciente linguístico, moebiano, negativo, transferencial, opera (*é operado sociocognitivamente*, segundo nós) na psicanálise, seja "em intensão", seja "em extensão". Ele é a semente levada ao mundo pelo lacano-millerianismo, que dirá apenas tê-la feito germinar ali onde sempre estivera. A justificativa ética para essa política da militância analítica em espaços extrapsicanalíticos é o que veremos a partir de agora.

3.3.3.1 Uma nova ética para a humanidade: a verdade do desejo e o salvamento do sujeito

A psicanálise está no mundo, mesmo afirmando não pertencer a ele; declara deter a verdade desse mundo, que ela mesma concebeu. Isso tudo requereu de Lacan uma doutrina ética para legitimar sua política, que ele condensou em seu *Seminário 7*, intitulado *A ética da psicanálise* (LACAN, 1988*a*), referência maior para nossa leitura do tema.

Nesse texto Lacan se empenha num ambicioso projeto de revisão de todas as doutrinas éticas, de Aristóteles a Kant, a partir da psicanálise, revisitando os fundamentos do campo:

> A ética consiste essencialmente – é sempre preciso tomar a partir das definições – num juízo sobre nossa ação, exceto que ela só tem importância na medida em que a ação nela implicada comporta também, ou é reputada comportar, um juízo, mesmo que implícito. A presença do juízo dos dois lados é essencial à estrutura (LACAN, 1988*a*, p. 373).

Se o tema da emissão de juízos acerca da ação parece trivial, o apelo à noção de "estrutura" já anuncia que nem toda ação importa à psicanálise, senão a *do* Inconsciente. A ética da psicanálise supõe, assim, retirar consequências da relação com o Inconsciente:

> É o que justifica o ponto ao qual lhes levei este ano, quero dizer, onde lhes propus de seguirem-me, e onde se abre a questão de saber quais são as conseqüências éticas gerais que a relação com o inconsciente, tal como foi aberto por Freud, comporta (LACAN, 1988*a*, p. 350).

Do ponto de vista teórico o problema da moral, em Freud, se relacionava ao tema da repressão sexual infantil, instituindo o "supereu" como juiz interno na criança. Lacan conectará essa teoria (que é de 1923) às da pulsão de morte (de 1920) e do mal-estar na civilização (1930), reforçando o lado mais autodestrutivo do supereu, já antevisto por Freud:

> Falo do que ele enuncia no Mal-estar na civilização, quando formula que a forma sob a qual a instância moral se inscreve concretamente no homem, e que absolutamente não deixa de ser racional em seu dizer, essa forma que ele chamou de supereu, é de uma economia tal que se torna tanto mais exigente quanto mais sacrifícios se lhe prestam (LACAN, 1988*a*, p. 363).

É assim que Lacan critica um dos pilares da ética moderna: o imperativo categórico kantiano, atestando a semelhança entre a máxima do "dever" moral de Kant e o despotismo sádico na perversão do Marquês de Sade, mandando gozar a todo custo (LACAN, 1988*a*).

Além disso, segundo a visão freudiana trágica da vida, o supereu, a pulsão de morte, o mal-estar, vetariam a realização do maior de todos os sonhos, a *felicidade*, tão cara à ética de Aristóteles. Nem na prática individual, nem por ingerência política, se chegaria à felicidade, mas apenas na experiência do amor erótico, no *desejo*, portanto fora dos discursos moralistas e também das normalizações psicológicas da psicanálise estadunidense (LACAN, 1988*a*).

Para Lacan, haveria três ideais éticos em psicanálise: o amor (erótico); a autenticidade (a partir do desmascaramento, na análise) e; a não dependência (a autonomia do sujeito). Na ascese clínica o analisando partiria de suas miragens egoicas até chegar ao encontro com o Inconsciente desejante. Nessa ética, a única culpa moral seria a da renúncia ao desejo:

> Proponho que a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de seu desejo. Essa proposição, aceitável ou não em tal ética, expressa suficientemente bem o que constatamos em nossa experiência. Em última instância, aquilo de que o sujeito se sente efetivamente culpado quando apresenta culpa, de maneira aceitável ou não pelo diretor de consciência, é sempre, na raiz, na medida em que ele cedeu de seu desejo (LACAN, 1988*a*, p. 382).

Para concluir esse breve resumo, numa bela passagem Lacan traça uma linha demarcatória bastante nítida entre o que seria a ética psicanalítica e todas as outras éticas:

> Creio que ao longo desse período histórico, o desejo do homem, longamente apalpado, anestesiado, adormecido pelos moralistas, domesticados por educadores, traído pelas academias, muito simplesmente refugiou-se, recalcou-se na paixão mais sutil, e também a mais cega, como nos mostra a história de Édipo, a paixão de saber. É essa que está tendo um andamento que ainda não deu sua última palavra (LACAN, 1988*a*, p. 389).

Após dois mil anos de moral cristã, a ética do desejo – resgatando o corpo, o prazer e os discursos em torno deles – seria a esperança libertadora para nossos tempos (Maurano, 2010); a única esperança para o amor tal qual vivido, como destaca outro lacaniano:

> O sujeito só pode, assim, atravessar a experiência de sua análise ao atravessar, no mesmo trajeto, o campo do amor; e a psicanálise é a única forma de experiência que inclui o amor em sua dimensão real... (ELIA, 2010, p. 33-34).

Esta ética do desejo, do encontro do sujeito com a sua *verdade* singular, será, por extensão, critério universal, com implicações tanto na visão lacaniana de ciência[106] como no campo da política, tema desenvolvido pela psicanalista Maria Rita Kehl – que mais atrás, como vimos, fez duras críticas a Miller sobre a extraterritorialidade psicanalítica – em *Sobre ética e psicanálise* (KEHL, 2002). Ela sinaliza o papel ético-político desse campo em face tanto à perda da capacidade de "pensar" – materializada nos campos de concentração nazistas – como à crise geral dos valores ocidentais, questionados pelos jovens nos anos 1960, e não mais ancoráveis no "amor ao próximo", recurso fragilizado por sua lógica imaginária da identificação com o outro. Fruto da horizontalização das relações na modernidade, a ética da psicanálise revalorizaria a linguagem em sua função de reconhecer a estética presente na dor,

[106] A relação entre ética e ciência é fundamental na teoria lacaniana do sujeito, do desejo e da verdade. Retornaremos a ela no tópico 3.3.4 do trabalho, destinado ao estudo das representações sociais da ciência pelo lacano-millerianismo.

simbolizável pela palavra (pelo Inconsciente). No balanço entre o "pensar" e o deixar-se atravessar pelo gozo estético, tal ética escaparia às amarras do supereu (KEHL, 2002).

Escaparia também de todas as outras modalidades de autoritarismo, inclusive político. Assim sendo, tudo que se oponha ao fundamento desejante do sujeito deve ser denunciado pela psicanálise. Esta seria sua a grande missão política: salvar o sujeito das ameaças de seu apagamento num mundo de ilusões, idealidades e formas dessubjetivantes de controle sobre o outro. Estas formas habitariam o mundo inteiro, decaído eticamente, de modo que enorme seria o canteiro de obras para a ação psicanalítica. Num mundo de injustiças, desigualdades, exclusões, nada mais ético que assumir compromissos sociais, ainda mais quando se leva a tiracolo uma concepção ética altamente libertária como a lacaniana. O acesso ao social e suas dores legitimará ainda mais a política psicanalítica em seu trabalho de extraterritorialidade intraterritorial, constituindo o tema do próximo item do trabalho.

3.3.3.2 A ética da parceria com os oprimidos e a promessa da esquerda psicanalítica

O sujeito a ser salvo pela psicanálise se deita no divã, mas trafega pelo mundo, onde também circula a *psicanálise em extensão*, que chegou à universidade e à psicologia, como ainda veremos. No Brasil o lacano-millerianismo tem levado a ética analítica a causas sociais, no que chamamos de "parceria com os oprimidos" - pobres, negros, mulheres, minorias sexuais, doentes mentais, infratores legais -, desafiando o rótulo de prática burguesa à psicanálise associado, como detectou Moscovici (2012*a*). A Escola Brasileira de Psicanálise tem feito todo um esforço no sentido do reforço do compromisso cidadão do psicanalista no séc. XXI. Nada mais ético (e politicamente correto) do que isto.

Em nossa pesquisa documental os oprimidos estiveram associados a condições de vulnerabilidade e marginalidade, dispostas em dois principais grupos de dimensões identitárias: aquelas relativas ao sofrimento psicobiológico[107] e; as ligadas ao sofrimento psicossocial[108]. Juntas, elas nos darão pistas numéricas que ensejarão uma análise qualitativa mais rica e nuançada.

Os dados demonstram que a *saúde* que importa à psicanálise é mesmo a mental, pois em todo o *corpus* apenas três vezes a o adoecimento físico foi tratado pelos textos. Diferentemente, o sofrimento mental e a psicopatologia, surgiram passivizados pelo lacano-

[107] Categorias: "Condição de enfermidade(s), adoecimento" e; "Condição de psicopatologia, sintoma, sofrimento, mal-estar".
[108] Categorias: "Condição de debilidade, fragilidade, carência"; "Condição de alienação, alheiamento, apatia"; "Condição de vítima/de objeto"; "Minoria(s)" e; "Condição de exclusão e marginalização (geral/de alguém)".

millerianismo 48 vezes, que cuidou em descrevê-los e discuti-los[109], montante elevado se considerarmos o recorte operado no *corpus*, que selecionou textos não clínicos. Quase quatro vezes mais expressivas foram as categorias da saúde mental na condição perspectivada, ou seja, em orações onde o lacano-millerianismo passivizou a si mesmo ou a agentes socioculturais, mas levando em conta algum aspecto da clínica do sofrimento psíquico[110].

O olhar e o cuidado sobre o sofrimento subjetivo, ao deixar as quatro paredes do consultório, o encontrou por toda parte, inclusive na forma da precariedade das condições materiais de vida. A ética da parceria com os oprimidos é aqui ainda mais evidente, a demonstrar um desprendimento da psicanálise indo ao encontro das outras formas de miséria, ainda mais num país como o Brasil, com extenso histórico de exclusão social. Entretanto, o número de orações passivizadoras de agentes textuais relativos aos desfavorecidos socialmente foi bastante baixo, quase o mesmo acontecendo nas suas perspectivações[111]. Em parte a discrepância entre os números das passivizações do sofrimento mental e do sofrimento psicossocial pode ser creditada ao fato de, em geral, o doente mental (o psicótico, o "louco") ter sido categorizado no primeiro grupo, embora muitas vezes, marginalizado socialmente, vindo a compor o segundo, a concentrar em si o pior desses dois mundos[112].

O baixo volume de referências *explícitas* aos oprimidos esconde a importância do tema nos textos da Revista Correio, cujas sutilezas os tornaram *implícitos*, muito dependentes dos contextos de frases, parágrafos e matérias inteiras. Assim, recorrendo alternativamente a outro método qualitativo, nos voltaremos a um conjunto de treze pequenos textos[113] da edição número 76 da Revista Correio, comemorativa aos 20 anos da EBP, cuja sessão intitulada "Ação Lacaniana – Territórios Lacanianos", a ocupar quase todo o volume, diz muito sobre a ética da parceria com os oprimidos, articulada à política dessa instituição no interior de espaços extrapsicanalíticos. Se nos atentarmos que esses 13 textos correspondem a 11,81% do número de textos do *corpus* (110), vemos a dimensão do assunto para a EBP. Logo na introdução da edição podemos ler:

---

[109] A categoria geral da "Ação de problematizar sobre algo/alguém", da supercategoria de relações de enquadramento sujeito-objeto, pontuou 37 vezes, enquanto que a categoria geral da "Ação de descrever alguém", da supercategoria das relações neutrais, registrou 11 orações.

[110] Foram 183 orações perspectivadoras das dimensões identitárias relativas ao sofrimento mental, aos sintomas psíquicos, à psicopatologia, das quais, curiosamente, 165 encontravam-se atreladas ao agente textual "Ente humano / condição humana", contra apenas 7 vinculadas ao agente "Clientela da(s) psicanálise(s)". Além dessas 183 orações, o sofrimento mental foi passivizado 47 vezes por outros agentes socioculturais não psicanalíticos.

[111] O lacano-millerianismo passivizou explicitamente os agentes ligados ao sofrimento psicossocial 10 vezes, em ações descritivas e problematizadoras, passivizando-os outras 25 vezes.

[112] No próximo item do trabalho exploraremos melhor esse aspecto da ética psicanalítica da parceria com os oprimidos.

[113] Textos voltados para ações sociais práticas do lacanismo, de cujo conjunto serão excluídos da relação os projetos referidos ao ensino de alunos ou formação de analistas, permanecendo apenas aqueles efetivamente voltados à prestação de serviços a algum público externo fragilizado, desfavorecido ou marginalizado socialmente.

> Território Lacaniano, longe de sugerir fechamento e isolamento, sugere abertura, movimento, permeabilidade e circulação. Podemos constatar que, independente da região geográfica onde está alojado um projeto em particular, há sempre um ponto no horizonte mais além de suas fronteiras. (...) O contorno moebiano das fronteiras dos territórios coloca em relevo a psicanálise em extensão em sua articulação à psicanálise em intensão, preservando a posição de extimidade que lhe é própria (MARON; REIS, 2015, p. 47).

O "moebiano" e a "permeabilidade" convivem aqui com o "alojado", a imagem da intrusão nos espaços dos outros, espaços ameaçadores à subjetividade, subvertendo-os:

> Cada projeto dentro da especificidade de sua prática *constitui uma casuística que contribui para questionar diagnósticos, interrogar classificações, modos de tratamento e demonstrar a orientação pelo real em jogo para cada sujeito.* Mais ainda, cada projeto contribui para transmitir a força viva do momento atual da interlocução da psicanálise com o Outro da Saúde Mental, da Justiça, da Educação, do Desenvolvimento Social e outras figuras do Outro Social [itálicos das autoras] (MARON; REIS, op. cit., p. 48).

Se a representação do mundo como "o Outro" automaticamente reforça a representação identitária da própria psicanálise, por outro lado as ações da psicanálise em extensão pretendem alojar um *quantum* dessa identidade na alteridade. Vejamos, portanto, uma síntese desses projetos de parceria psicanalítica com os oprimidos: 1) *Programa "Cuca Legal": uma aposta na transformação cultural de membros da comunidade pela psicanálise* (CASTRO; CARVALHO, op. cit.): trabalho na área de direitos humanos e cidadania, numa comunidade carente no Rio de Janeiro; 2) *Uma nota sobre o PAI-PJ. Um território lacaniano instalado no campo da criminologia* (BRISSET, 2015): acolhimento do portador de transtorno mental desinstitucionalizado, que se via nas ruas de Belo Horizonte, estigmatizado como "perigoso"; 3) *Programa de responsabilidade social FAPEX Criamundo* (MAGNELLI, 2015): inserção do portador de transtorno mental no mundo do trabalho, na Bahia; 4) *Projeto Genoma* (FORBES, 2015): acolhimento clínico a pessoas com doenças genéticas no Centro do Genoma Humano, na Universidade de São Paulo; 5) *Digaí-Maré* (CARVALHO, 2015): trabalho vinculado à ação social de uma ONG numa comunidade carente do Rio de Janeiro, problematizando a expressividade da singularidade em atividades grupais; 6) *CLIPP – Seção clínica entrevista de apresentação de pacientes: O quê? Por quê? Para quem?* (DIAS; MEDRADO; GROSTEIN, 2015): atendimento e "apresentação de pacientes" perante uma audiência num hospital psiquiátrico de Belo Horizonte; 7) *Um Laboratório de Psicanálise e Educação em Florianópolis* (BUSATO, 2015): ação em atenção à demanda da pasta da Educação sobre dificuldades de professores quanto aos "limites" na relação pedagógica com crianças; 8) *Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais* (ALVARENGA, 2015):

organização voltada para a saúde mental, conveniada à seção da EBP naquele Estado; 9) *Oficina: Política Lacaniana. Toxicomanias: Pluralização das práticas de intoxicação* (REYMUNDO, 2015): escuta subjetiva de usuários de drogas e debates sobre os tóxicos como fenômeno na sociedade contemporânea; 10) *CLIN-a, um dos territórios lacanianos* (BADARI; PECEGO; MATTOS, 2015): escuta clínica e apresentação de pacientes psiquiátricos em São Paulo; 11) *Supervisão clínico-institucional e seus desafios* (VASCONCELOS, 2015): supervisão aos profissionais que trabalham em dois CAPS de Recife; 12) *Residência em Psicologia Clínica e Saúde Mental. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. Hospital Especializado Juliano Moreira. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia* (CALMON; RESTRÊPO; HAGE, 2015): serviço de residência em psicologia, demandado por um hospital psiquiátrico cujo então diretor era membro da EBP e; 13) *Apresentação do CAPUT* (FEU, 2015): ação junto a uma ONG de Minas Gerais que lida com jovens usuários de drogas, visando criar práticas institucionais não moralizantes.

Os "territórios lacanianos" são enclaves psicanalíticos no estrangeiro, principalmente em espaços psiquiátricos, mas não apenas, em ações de resgate da "singularidade" dos "sujeitos" oprimidos através do uso da "fala", da "palavra", da "linguagem", segundo uma ética da "responsabilidade" e "cidadania", termos estes recorrentes nos textos dos projetos. Os mesmos ingredientes podemos encontrar em referências bibliográficas atualizadas, inclusive em capítulos psicanalíticos de livros recentes em psicologia social que discutem a psicologia na assistência social (SCARPARO; POLI, 2014; SUSIN; POLI, 2014). Neste último, por exemplo, as autoras lacanianas quase repetem os termos da Revista Correio: "...a intervenção clínica se constitui em fazer a oferta da escuta aos sujeitos a partir do compromisso ético de possibilitar lugar à palavra..." (SUSIN; POLI, op. cit., p. 198).

Estamos em pleno domínio do que Castel (op. cit.) chama de "esquerda psicanalítica":

> Não nego a existência de uma "esquerda" psicanalítica. Mas enquanto tal, não é porque seja psicanalítica mas porque é política, e tão logo confunda os dois, simplesmente a esquerda se engana. Para nos convencermos, basta ver as contradições em que caem seus representantes quando pretendem explicitar um projeto político em nome da psicanálise. Tomemos dois exemplos, escolhidos porque se tratam de dois trabalhos sobre os quais não temos o direito de suspeitar nem do rigor de sua orientação psicanalítica, nem de seu engajamento político. *O psiquiatra, seu louco e a psicanálise*, de Maud Mannoni e *La Médicine du Caputal* de Jean-Claude Polack. O que, entretanto, em última análise caracteriza um e outro é a incoerência. Em outras palavras eles sustentam um discurso duplo: de um lado, importantíssima análise política, em ambos os casos, da infiltração da medicina, geral ou mental, dos imperativos da produtividade e dos desígnios normativizadores das classes dominantes; irrepreensível ortodoxia lacaniana (tanto quanto posso julgar), do outro lado. Entre os dois, nada, ou antes, uma série de saltos, de passagens incessantes do radicalismo político ao

> radicalismo psicanalítico e vice-versa, servindo de caucionamento recíproco, nunca, porém, de fundamento. Tudo repousa, como em M^me^ Chasseguet-Smirgel, sobre um postulado: a psicanálise é revolucionária "por definição" (CASTEL, op. cit., p. 20-21).

Que psicanalistas lacanianos brasileiros venham assumindo compromissos com os oprimidas, levantando sua voz contra injustiças sociais, isto é louvável; mas nada disso faz da psicanálise *condição* libertadora no sentido social. Afirmá-lo é recair nos saltos de que fala Castel. Em nosso *corpus* tais inconsistências se repetem à exaustão, quando se diz que a psicanálise é libertadora porque se sustenta na palavra, na linguagem, na fala do sujeito. Ora, antes de existir psicanálise o ser humano já falava (e já enganava através da palavra, também). Antes de existirem os projetos de *psicanálise em extensão* também já havia trabalhos inclusivos de discussão política com a participação de populações vulnerabilizadas.

A psicanálise bem poderia assumir-se como uma teoria e uma clínica, e mesmo como um movimento que estabelecesse compromissos também com as classes desfavorecidas. O problema começa quando pretende afirmar que uma coisa implica na outra, que o político *é* psicanalítico porque o político é constituído pelas subjetividades, e o subjetivo *é* psicanalítico. Uma afirmação extrema assim faz parte, a nosso ver, da política do psicanalítico no sentido de legitimar-se por todas as partes, pressupondo que em cada fragmento da realidade social ali habita o Inconsciente, naquilo que chamamos de extraterritorialidade intraterritorial, a operar discursivamente sobre os modelos mentais daqueles que recebem as proclamações psicanalíticas, que doravante se tornarão "realidade", realidade sociocognitiva.

3.3.3.3 O impulso à ocupação de espaços e a gestação de um discurso de dominação

A psicanálise tem legitimado sua ação no mundo a partir de uma ética salvacionista em relação à subjetividade, e de uma opção cidadã pelos menos favorecidos, acessados muitas vezes através de parcerias com outras instituições. A análise dessas parcerias com órgãos públicos, ONGs, entretanto, evocando Maquiavel, mostra que elas mais pareciam *pactuações*, *meios* para a realização de *fins* ético-políticos. O gesto *colaborativo* existiu, porém menos visível que os pactos circunstanciais e frágeis, instrumentos para a afirmação psicanalítica.

Para uma incursão inicial nos dados da pesquisa a este respeito, consideraremos três movimentos: primeiro, o empuxo lacano-milleriano ao social; depois, as pactuações com a *diferença* socioprofissional, no social, e; por fim, as tensões nessas pactuações[114].

[114] O primeiro movimento foi analisado numericamente através da presença, no *corpus*, da dimensão identitária "Processos de expansão e conquista de espaços", suplementada ulteriormente por outros dados qualitativos. Quantitativamente, o

Das quarenta vezes em que o tema da expansão psicanalítica foi tornada objeto ao longo do *corpus*, 38 tiveram como agente textual ativo o próprio lacano-millerianismo, ao que se somaram mais seis ocasiões em que essa psicanálise perspectivou o assunto ao discutir algum outro aspecto de seu interior. Ou seja, quando a expansão psicanalítica foi comentada, o foi em primeira pessoa, e não por delegação a um outro agente social extrapsicanalítico[115], em ações principalmente descritivas e problematizadoras[116]. Deixaremos para evocar citações textuais a este respeito no fim do presente item do trabalho, vez que seus registros apareceram quase sempre já implicados numa relação tensionada com outros agentes socioculturais.

Da expansão, passemos ao segundo movimento, dela decorrente, de pactuação entre o lacano-millerianismo e alguns espaços socioprofissionais relacionados a diversos tipos de populações vulneráveis. Pactuações supõem relações favoráveis entre as partes[117]. Dentre os agentes, os "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)" foram os que mais pontuaram nas passivizações neutrais e amistosas do lacano-millerianismo[118], porém em todo o *corpus* apenas uma única oração trouxe a dimensão mais clara para o que importa aqui: a dos "Processos de aliança e parceria" entre o lacano-millerianismo e esses outros agentes. Um olhar qualitativo dirá que essa ausência diz muito sobre uma indisposição para parcerias *reais*.

Por outro lado, quando se tratou de descrever ou discutir não *parcerias* explicitamente, mas a própria *presença* consolidada de um serviço psicanalítico no interior de organizações extrapsicanalíticas, os números foram maiores: em 73 ocasiões o lacano-millerianismo se referiu direta ou indiretamente e esses serviços[119], em geral inseridos em hospitais psiquiátricos, em ações muito mais descritivas que problematizadoras[120]. De fato, condizente com nossa hipótese para a definição da "Segunda Movimentação Histórica" da psicanálise está o fato de que há muitas décadas ela já conquistou institucionalidade extrapsicanalítica, especialmente junto à psiquiatria. Tanto isto faz sentido, que essa mesma dimensão identitária dos serviços analíticos instalados no social assumiu 10 vezes no *corpus* o papel de agente psicanalítico ativo, protagonismo que confirma uma suficiente segurança institucional.

---

segundo movimento foi lido por meio das dimensões "Setor ou serviço de psicanálise (junto a outras organizações / instituições)" e "Processos de aliança e parceria", também enriquecidas qualitativamente. Quanto ao último movimento, o abordamos apenas a partir do destaque de citações textuais representativas.

[115] De fato, houve apenas uma passivização da expansão lacano-milleriana por outro agente.

[116] Foram 14 orações segundo a supercategoria das "Ações neutrais sujeito-objeto", com ênfase descritiva e relacional, e 13 orações na supercategoria das "Ações de enquadramento sujeito-objeto", com destaque para as problematizações.

[117] Os melhores parâmetros para avaliar estas relações correspondem aos das supercategorias das "Ações neutrais sujeito-objeto" e das "Ações amistosas sujeito-objeto".

[118] Foram 159 orações. Como elas implicam diversos agentes privilegiados para a pesquisa (a psicologia, a psiquiatria e a psicoterapia), esses dados serão analisados em detalhes no tópico 3.3.6 da pesquisa.

[119] Foram 52 orações onde o "Setor ou serviço de psicanálise (junto a outras organizações / instituições)" apareceu passivizado pelo lacano-millerianismo, e mais 21 orações onde ele surgiu perspectivado, em orações nas quais se passivizavam outros agentes.

[120] O agente passivizado representativo dos manicômios foi os "Outros agentes sanitários (medicinais, de cuidados, etc.)", e no seu interior o serviço psicanalítico foi descrito 37 vezes e problematizado sete vezes pelo lacano-millerianismo.

Chegamos, enfim, às ponderações psicanalíticas quanto à viabilidade de suas pactuações com espaços socioprofissionais externos. Dificuldades, limites e impossibilidades são aventadas nos textos da Revista Correio, além de algumas avaliações mais otimistas, como a que segue:

> As instituições que demandam supervisão aos analistas da EBP - que aceitamos porque funciona como uma espécie de reunião clínica - se encontram no campo da saúde, da saúde mental, do direito ou da educação (ALVARENGA, 2013, p. 71).

Para este outro psicanalista, no entanto, a questão permanece em aberto: "Mais difícil é pensar a "psicanálise em extensão" como extensão da mesma a outras causas que não são as suas" (VERAS, op. cit., p. 73). Problemas práticos e desafios éticos afloram nessas parcerias institucionais, dentre elas o equilíbrio entre ceder ou se impor na presença do outro:

> ...sustentar sua posição sem ceder às demandas imperativas do campo social e político, nem tampouco utilizar os significantes [“conceitos”, a grosso modo] da psicanálise de forma impositiva no campo da saúde mental (FONTE, op. cit., p. 68).

Ao contrário, vozes conclamavam a inserções mais agressivas, como na sequência de argumentos de uma única matéria (BRISSET, op. cit., p. 50-51): 1) "A ação lacaniana faz-se à altura de sua época quando recolhemos, nos territórios onde se instala, seus efeitos"; 2) “A novidade do PAI-PJ acontece ao introduzir o ensino de Lacan, como passageiro clandestino, no campo da criminologia para, ali, como de costume, promover a subversão necessária”; 3) “Orientados quanto a não relação, os praticantes do Programa sustentam a convivência entre o discurso analítico e os outros discursos, forçando a passagem para a leitura do singular engendrado em cada caso, sem recuar face à tensão que afeta seus laços”. Mais que uma política de reservas, a metáfora do “passageiro clandestino” evidencia os limites do pacto e ao mesmo tempo a ressurgência da velha metáfora do “corpo estranho”, que fica ainda mais evidente em textos voltados para a o engajamento da comunidade lacano-milleriana interna, como por exemplo no poético discurso de posse de um presidente recém-eleito da EBP:

> Portanto, Escola, tu necessitas ser mais do que um refúgio para o mal-estar na cultura; necessitas ser uma fortificação, uma fortaleza, onde se espera defender a psicanálise e também intervir como uma cunha na sociedade contemporânea (CAMPOS, 2015, p. 20).

A imagem da “cunha” fixa bem a ideia de uma *separação*, algo bem diferente de uma *pactuação*. Na sequência, utilizando-se da mesma metáfora, o psicanalista assim se refere a alegadas duas forças interventivas da psicanálise nos espaços extrapsicanalíticos:

> A primeira, uma força centrífuga vetorizada e endereçada à sociedade que, como uma cunha, influencia os seus modos de vida, e de onde emana a

> psicanálise aplicada e a psicanálise em extensão, no que concerne à presença da psicanálise no mundo (CAMPOS, 2015, p. 20).

A segunda força seria o trabalho de vigilância interno da psicanálise, corrigindo "desvios de rota" advindos desse encontro com o exterior. A psicanálise vai ao mundo e ali provoca modificações, mas ao receber do mundo suas contribuições, as trata como impurezas a serem esterilizadas. Inevitavelmente o suposto pacto, no fundo, nascera condenado à morte.

Acolher o sofrimento mental e psicossocial confere à psicanálise um distintivo ético, enquanto um campo *a mais* nas lutas libertárias humanas. Mas ela se autorrepresenta como *único* discurso libertador. Numa matéria que descreve uma ação lacaniana de atendimento a adolescentes usuários de drogas afirma-se: "Essa "instituição a ser inventada", modificada cada vez pelos seus sujeitos, só poderá continuar existindo se puder ser, como ela se propõe, uma "instituição de analistas"" (FEU, op. cit., p. 73). Noutra matéria – relativa ao projeto "PAI-PJ" acima referido - evidencia-se a mesma presunção: "O acolhimento desses sujeitos pela psicanálise de orientação lacaniana foi um ato capaz de realizar uma torção nessa lógica, um corte na prática secular de segregação" (BRISSET, op. cit., p. 50).

A presença ética da psicanálise no mundo é, paradoxalmente, sustentada por uma ação política muito incisiva, perigosamente próxima a práticas de poder e dominação, em que pese a advertência de Lacan, num texto reproduzido na Revista Correio, de que "seria melhor que ele [o discurso analítico] dominasse, poder-se-ia concluir, mas justamente esse discurso exclui a dominação ou, dito de outro modo, ele nada ensina (LACAN, 2010, p. 31). Inspirando-nos no próprio Lacan (1988*a*) que articulou a ética kantiana à perversão de Sade, esperamos a seguir alinhavar teoricamente a agulha do poder à linha da ética que estamos discutindo.

3.3.4 A ciência representada pelo seu pior

A psicanálise comunitária-identitária-institucional lacano-milleriana, identificada com o Inconsciente linguístico, moebiano, negativo, a proclamar sociocognitivamente suas verdades e a procurar legitimar-se eticamente através de pactuações com ações sociais inclusivas tem, no entanto, um alvo mais sofisticado: o plano da intelectualidade. Nele, o debate teórico de alto nível faz lembrar, sempre, sobre a inserção do discurso psicanalítico no plano da alta cultura, que pode ser representado pelo campo da "Ciência", nosso primeiro objeto representacional-discursivo privilegiado, na pesquisa.

As relações entre psicanálise e ciência são antigas e difíceis. Por toda a vida Freud considerou seu campo como uma ciência da natureza (SIMANKE, 2009), lamentando seu não

reconhecimento: “Sempre julguei grave injustiça que as pessoas se tenham recusado a tratar a psicanálise como qualquer outra ciência. Essa recusa encontrou expressão no levantamento das mais obstinadas objeções” (FREUD, 1969*c*, p. 74). Ele sabia da estranheza dessa ciência, aberta aos sonhos, aos mitos, à poesia. Mesmo quando triunfou nas humanidades, a crítica epistemológica, como a de Popper, nunca cessou de questionar seus fundamentos (JAPIASSU, op. cit.). A aceitação da psicanálise como ciência exigiria uma mudança no sentido do que fosse “ciência”, consequência da própria existência da psicanálise. Este paradoxo faria da psicanálise, mais que uma ciência, uma (talvez *a*) “contraciência”, a pôr em movimento, na ciência, algo fundamental e esquecido, de que ela seria portadora (JAPIASSU, op. cit.).

A cientificidade da psicanálise está fora do âmbito de nossa discussão, centrada nas *relações* entre os campos e nas representações sociais da ciência, sustentadas pela psicanálise, cuja matriz lacaniana foi a que mais profunda e insistentemente problematizou a questão.

3.3.4.1 O lugar crítico da ciência na teoria lacaniana dos discursos

Como referido antes, a teoria dos quatro discursos problematiza os liames entre o indivíduo e os modos de ser no social, segundo as leis estruturais da linguagem. Nela é onde as relações psicanálise-ciência são mais profundamente elaboradas, integrando aspectos anteriores e preparando outros posteriores, no conjunto da produção de Lacan.

Na aula inaugural de seu seminário anual de 1965, sob o título *A ciência e a verdade* (LACAN, 1998*b*), Lacan critica toda a epistemologia, até então inepta a chegar ao fundamento do sujeito da ciência, anunciado por Descartes, por conta de um dinamismo de *eliminação do sujeito*[121], típico da cultura contemporânea em seu mal-estar (CARVALHO, 2011), cuja origem estaria na física newtoniana e seu realismo dessubjetivado (LACAN, 1998*b*), paradigma que só seria posto em xeque nas revoluções científicas do séc. XX (CARVALHO, 2011)[122].

Esse tensionamento inicial entre a psicanálise lacaniana e a ciência apresenta nuanças, inclusive um aparente paradoxo, apontado por Lacan, que diz que “o sujeito sobre quem

[121] Que Lacan chama de “foraclusão” do sujeito, uma rejeição em reconhecê-lo, tradução para a palavra alemã *verwerfung*, utilizada por Freud. A foraclusão é o mecanismo de defesa típico da psicose, diferentemente do “recalcamento”, característico das neuroses. Na foraclusão, o futuro psicótico rejeita, ainda na primeira infância, um dado da “realidade” perceptiva: a ausência do pênis no feminino. Sentida como “castração” – ensejadora de angústias intensas - essa pseudorrealidade é expulsa do psiquismo, cujo “buraco” será tamponado por substitutivos da realidade, que na psicose são os delírios e alucinações. A foraclusão do sujeito da ciência seria algo semelhante, numa escala macrossocial.

[122] No item 3.3.4.3, logo adiante, exploraremos melhor a questão das revoluções paradigmáticas na ciência.

operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência" (LACAN, 1998*b*, p. 873), independentemente do quanto se possa considerar a psicanálise uma ciência:

> Eis por que era importante promover, antes de mais nada, e como um fato a ser distinguido da questão de saber se a psicanálise é uma ciência (se seu campo é científico), exatamente o fato de que sua práxis não implica outro sujeito senão o da ciência (LACAN, 1998*b*, p. 878).

A categoria "sujeito", ausente no texto de Freud, estaria ali suposta num Inconsciente enquanto agência. O sujeito do conhecimento em Descartes seria o mesmo da psicanálise, atuante na abertura do psiquismo infantil para o mundo, numa epistemologia conduzida pelo *desejo de conhecer* (inspiração freudiana para a epistemologia psicossocial de Jovchelovitch), desejo que, assim, conectaria subjetividade, ética e ciência. Como na psicanálise, o sujeito cartesiano também estaria marcado pela angústia, na forma da "dúvida" (ELIA, 2010).

Uma segunda nuança na tensão psicanálise-ciência tem como foco a "verdade". Diversamente de outras iniciativas psicanalíticas de ampliar o sentido de "verdade" na ciência para acomodar a subjetividade (REZENDE, 1999), Lacan revisou o lugar da verdade para toda a ciência. Identificando a "verdade" ao "sujeito" (do Inconsciente), acusaria o erro da ciência em buscar no exterior a verdade que é interior, fazendo uma disjunção entre "saber" e "verdade". A ciência, optando pelo saber, deixara à psicanálise a verdade da ética e da própria ciência.

Sequer o princípio científico da causalidade lhe passaria incólume. Resgatando a doutrina aristotélica das quatro causas, Lacan criticará a ciência por seu apego à "causa formal" e por não ter reconhecido a "verdade como causa", a pressupor a agência causal do Inconsciente (1998*b*), "causa material" objetivada na palavra, no significante linguístico.

Como dissemos, a teoria dos discursos será o clímax das reflexões de Lacan sobre a ciência. Nela, um certo "discurso da ciência" fará diferentes elos com cada um dos quatro discursos radicais. Segundo Couto et al. (op. cit.), no discurso do mestre o poder como agente (S_1) pretende dominar o Outro; no universitário, o "saber" (S_2), no lugar do agente, submete o Outro do estudante, destituído de saber; no discurso da histérica, o sujeito do Inconsciente ($) enquanto agente se dirige ao "mestre" que supõe existir no analista que lhe curará e; no discurso do analista o agente seria a própria condição faltosa (*a*) a tomar o sujeito barrado (o Inconsciente) como o Outro. O "discurso da ciência" se aproximaria do da "histérica" porque em ambos os casos há um gesto de interrogação em relação à realidade (LOPES, 2007).

> A convergência entre os discursos científico e histérico está no saber. O sujeito histérico, assim como o sujeito da ciência, é suposto não saber. A histérica interroga o mestre da mesma forma que o sujeito cartesiano, sujeito da ciência por excelência, interroga o saber constituído. Lacan afirmou que,

> embora se trate de um saber que logo estará defasado, o imperativo categórico da ciência é "Continue a saber!" (OLIVIERI, 2002, p. 72).

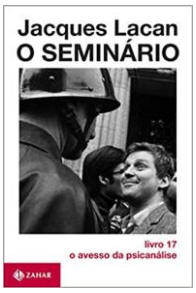
Se o "discurso da histérica" coloca a falta (*a*) no lugar topológico da "verdade", e se o "discurso da ciência" tem com ele similitudes, então, a psicanálise teria salvo não apenas o sujeito da ciência e o princípio da causalidade, mas também lhe teria fornecido o objeto:

> Repetimos que há alguma coisa no status do objeto da ciência que não nos parece ter sido elucidada desde que a ciência nasceu. (...) O objeto da psicanálise (anuncio meu naipe e vocês o verão com ele chegar) não é outro senão aquilo que já expus sobre a função que nela desempenha o objeto *a* (LACAN, 1998*b*, p. 877).

A similitude não implica em igualdade. Olivieri (op. cit.) lembra que, para Lacan, inversamente ao caso da histérica, a ciência foraclui a falta, se ligando, nesse ponto, ao "discurso do mestre", do qual seria uma mutação, a querer impor um senso de *realidade* (LACAN, 1992). O absolutismo do mestre seria o mesmo da ciência, em seu afã de *tudo explicar*. Para o paradoxo de uma ciência que nega a incompletude, ao tempo em que se lança numa busca infinita pelo saber, Carvalho (2011) diz que o verdadeiro absolutismo da ciência seria o de ditar seu método como universal, ajuste argumentativo este que parece bem evocar a figura da "condição *ad hoc*" em análise de discurso (vide Apêndice A, Quadro 13).

Noutra prévia da 'análise de discurso crítica' no exame da visão lacaniana de ciência (que exploraremos mais adiante, no estudo documental) recorremos à "leitura multimodal do discurso", de van Dijk (2012) – que abrange vasta semiologia para além de textos, como fotos, vídeos, sons; em cores, posições, formas e escalas – para comentar a capa do seminário *O avesso da psicanálise* (LACAN, 1992), que contrapõe os discursos do mestre e da ciência ao psicanalítico. Nela, a cena do sorriso zombeteiro do estudante anarquista Daniel Cohn-Bendit, diante da polícia francesa no maio de 1968, ilustra o que seria uma encarnação do "Sujeito do Inconsciente", desafiando o mestre:

Imagem 6 - Capa de uma edição do seminário 17, de Lacan.



Fonte: GRUPO COMPANHIA DAS LETRAS. **Companhia das Letras**, c2019. O seminário, livro 17. Disponível em <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788571102354/o-seminario-livro-17>. Acesso em 18 de abr. de 2022.

O Inconsciente rebelde teria mais um *avesso*, além do mestre e da ciência: o capitalismo. Lacan, assim, associa o "discurso da ciência" ao suspeitíssimo "discurso capitalista". À denúncia da promiscuidade entre a ciência moderna e formas de dominação, presente na Escola de Frankfurt (RUSH, 2008), em Heidegger (GIACOIA JUNIOR, 2013) e noutros autores, Lacan acrescenta a tese radical de que apenas a psicanálise estaria em verdadeira oposição a essa conjugação (CARVALHO, 2011), tão bem maquinada pelo capitalismo.

Contemporâneos em sua origem, ao capitalismo e à ciência, se somará a crítica de Lacan ao "humanismo". Como estruturalista, atacará sua crença na centralidade do "homem", imagem totalizadora, caminho para a servidão (LACAN, 1998*b*). Com isto, questionará as próprias bases das humanidades: "Não há ciência do homem porque homem da ciência não existe, mas apenas seu sujeito" (LACAN, 1998*b*, p. 873). Noutro texto ele dá um exemplo radical de como a psicanálise poderia corrigir os limites da pesquisa em ciências humanas:

> Quando digo que não é pela psicanálise que se pode entrar numa pesquisa etnográfica, todos os etnógrafos estariam certamente de acordo. Talvez estivessem menos se eu lhes dissesse que, para ter uma pequena idéia da relativização do discurso da ciência, quer dizer, para ter quem sabe uma pequena chance de fazer uma boa pesquisa etnográfica, seria preciso, repito, não proceder pela psicanálise, mas talvez, se isso existir, ser um psicanalista.(LACAN, 1992, p. 86).

Como ele próprio admite, isto soaria extravagante a um cientista social. Mas, sua mensagem aqui não é dirigida primeiramente a eles, mas aos próprios analistas, soldados da causa da verdade, para revolucionarem o mundo: "...é à solicitação de cada um desses modos de relação com a verdade como causa que vocês têm de resistir" (LACAN, 1998*b*, p. 891).

Tamanho engajamento sacudiu a intelectualidade francesa dos anos 1960, mas também precipitou cisões no próprio lacanismo. Um dos primeiros casos – sobre o qual já falamos – foi o de Jean Laplanche, que num "pós-escrito" de 1985 a um texto originalmente publicado em 1965 em parceria com seu colega Jean-Baptiste Pontalis, também dissidente, assim descrevem a decisão de não seguirem o mestre em seu projeto político-epistemológico:

> *O presente texto (...) foi escrito com uma certa urgência e essa urgência era imputável, em primeiro lugar, a um ato de ruptura. Em 1964, acabávamos, como efeito, de assinalar a nossa recusa em acompanhar Lacan no que ele chamava agora de Escola e iria converter-se em* sua *escola, mas relutávamos em ver plenamente que já tínhamos assumido uma atitude de prudente distância em relação ao pensamento dele. (...) Ao efetuarmos,* à nossa maneira*, um "retorno à Freud", indicávamos a nossa recusa em adquirir uma passagem de ida sem volta na direção de Lacan* [itálico dos autores] (LAPLANCHE; PONTALIS, 1985, p. 7-8).

Os destaques conferidos ao "sua" e "à nossa maneira", indicam, tanto para a psicologia social como para a ADC, uma oposição identitária e discursiva, enquanto a metáfora da "passagem de ida sem volta" reforça a imagem de uma relação do tipo tudo-ou-nada: ou se estaria com Lacan, portanto com a verdade, ou se cairia no abismo do erro.

Outro ex-discípulo fez severas críticas ao cientificismo de Lacan, tanto com relação ao absurdo da ideia, por ele sustentada certa feita, de que o pleno reconhecimento da psicanálise viria quando todas as pessoas se tornassem analistas, como a respeito de seu uso dos conceitos de "significante" e "real", o primeiro reduzindo a linguagem a uma combinatória sem significados, o segundo confundindo realidade com subjetividade (ROUSTANG, 1988).

Nesse momento de seu projeto científico Lacan pretendia estabelecer nexos entre sua psicanálise e a física moderna quântico-relativística, cujos conceitos de "relatividade" e "incerteza" seriam compatíveis com o Inconsciente. Segundo Roustang (op. cit.), nos anos 1970 esta ambição de cientificização da psicanálise ou psicanalização da ciência ter-se-ia esgotado. A psicanálise não seria mesmo uma ciência, mas um "delírio científico":

> O que se passou então para que toda a doutrina, já em fase final, reconhecesse como necessário para se sustentar um estado de dissolução generalizado? A que impulso interno inevitável foi ela submetida para que a loucura se transformasse no princípio único de coesão? (ROUSTANG, op. cit., p. 91).

Toda essa epopeia intelectual seria recontada e revivida na Revista Correio, quando seus autores se referiram representacional e discursivamente à ciência, como veremos a seguir.

3.3.4.2 A exceção psicanalítica e suas representações de ciência

Em nosso estudo psicossocial da psicanálise, chegamos, enfim, ao primeiro dos agentes privilegiados a serem investigados: a ciência, em suas representações sociais psicanalíticas, a abranger, de descrições mais neutras, teorizações e críticas abertas, até discursos ora de incompatibilidade entre psicanálise e ciência, ora de conciliações possíveis.

Primeiramente tomaremos os dados numéricos relativos ao assunto, contabilizando, na categorização, os números da passivização e da perspectivação da ciência pelo lacano-millerianismo. Conforme anunciado no "Preâmbulo" (tópico 3.1) introdutório à parte do nosso estudo documental, analisaremos tanto as referências expressas ao científico como aquelas mais amplas, atinentes aos mundos do *conhecimento* e da *intelectualidade*, onde o campo da ciência se apresenta como uma de suas formas. Nessa primeira parte citações

textuais serão eventualmente evocadas, em caráter ilustrativo, ao passo que na etapa posterior, à parte os números, serão muitas delas, a fundamentar uma análise mais profunda do tema.

Na notável fração de 3,27% de todas as orações do *corpus* a psicanálise passivizou, genericamente, o plano epistemológico e do intelecto em múltiplos aspectos, com ênfase para as questões da "Verdade" – tão cara à ética e à ciência lacaniana -, das conceptualizações, da produção de conhecimento, e de certas personalidades nesses e noutros domínios da alta cultura[123]. Eis aí a aura do "sujeito" lacaniano, substrato da natureza investigativa humana, pautado em ações textuais, sobretudo problematizadoras; sujeito puro, distinto daquele corrompido pela cultura do tecnicismo, conhecimento decaído que também foi representado pelo lacano-millerianismo em ações textuais de oposição[124], como neste exemplo:

> Temos consequentemente duas formas distintas de lidar com o ser "bio-psico-social", uma de inspiração nitidamente positivista visando desenhar o humano como a soma dos conhecimentos adquiridos, repertoriados e, por que não dizer, dominados por um saber, e outra, na qual a psicanálise tem algo a dizer, em que a amarração entre o "bio", o "psico" e o social se faz por uma contingência singular, o sintoma, que se opõe à toda elevação totalitária (VERAS, op. cit., p. 71).

Além de passivizadas, as instâncias não científicas do conhecimento e do intelecto foram perspectivadas num bom número de situações outras, em que a psicanálise lacano-milleriana enquadrava e problematizava ou o próprio plano do conhecimento ou a si mesma; ou seja, discutia algo do conhecimento e da intelectualidade evocando perspectivamente outros elementos desses âmbitos, ou, alternativamente, analisava algo da própria psicanálise à luz da epistemologia e da intelectualidade[125]. Entre as dimensões identitárias - muito pulverizadas - desse agente passivizado, a "Verdade" voltou a prevalecer, discretamente[126].

A passivização e a perspectivação do conhecimento e da intelectualidade em sentido *lato* servem de contexto para a representação social da ciência, que veio expressa em 64 orações, concentradas na dimensão identitária dos "Saberes e Campos", mas com traços do "Discurso / Paradigma"[127], em ações de problematização[128], mas também de oposição, tanto

---

[123] Foram 209 orações passivizadoras do "Agente epistêmico / intelectivo" não científico, tipificado em 40 dimensões identitárias, com destaque para: "A "Verdade" / noção de "Verdade"" (34 vezes); "Personagem(ns)" (29 vezes); "Conceito, concepção, teoria (conceptualização, teorização)" (17 vezes) e; "Processos de estudo, pesquisa e produção de conhecimento" (17 vezes). Em 3 dessas orações, a ciência em específico foi "citada" junto ao agente passivizado.

[124] No primeiro caso, 87 "Ações de enquadramento sujeito-objeto"; no segundo, 50 "Ações de oposição sujeito-objeto".

[125] Foram 257 perspectivações – 121 das quais segundo a supercategoria das "Ações de enquadramento sujeito-objeto" - do "Agente epistêmico / intelectivo", em situações envolvendo inúmeros agentes passivizados, com destaque para ele próprio, em 64 orações, e para o lacano-millerianismo, em 49 orações.

[126] Entre as 59 dimensões identitárias que surgiram, em primeiro lugar, com 27 orações, apareceu "A "Verdade" / noção de "Verdade"", seguida de "Fenômeno simbólico / linguístico" (23 orações) e "Conceito, concepção, teoria (conceptualização, teorização)" (21 orações).

[127] Em 38 orações. No mais, foram outras catorze dimensões evocadas, com algum destaque para "Discurso / Paradigma", presente em 8 orações.

no conteúdo como na forma[129]. Se na representação da intelectualidade em geral a dimensão da "Verdade" sobressaiu, aqui, na representação da ciência, quem insistiu foi a do "saber". Portanto, num caso mais geral (o conhecimento, o intelecto) prevaleceram as condições de possibilidade do conhecimento e da própria ciência, enquanto que no caso mais particular (a ciência em si) dominaram os tópicos mais tipificadores da identidade científica.

Nas perspectivações da ciência manteve-se a tendência das passivizações: em primeiro lugar ela como "saber", e mais atrás, como "discurso", coincidência identitária que atesta um grau elevado de estabilidade na representação social da ciência pelo lacano-millerianismo[130]. Nestes casos, dos vários agentes originalmente passivizados tomando-se em perspectiva a ciência, a própria psicanálise lacano-milleriana fora objeto em 48 das 129 orações, em ações predominantemente de enquadramento problematizador. Nas perspectivações epistêmico-intelectuais não científicas, diferentemente, o sujeito mais passivizado havia sido o "Agente epistêmico / intelectivo". Assim, quando se tratou de levar em conta a própria ciência – e não apenas o conhecimento ou a intelectualidade – houve uma tendência maior à psicanálise lacano-milleriana de aparecer passivizada em orações autorreferenciadas, o que nos indica que se a representação da ciência é bastante estabilizada para o lacanismo milleriano, as conexões entre ele próprio e a ciência ainda permanecem como alvo de autorreflexão.

Apresentados os dados numéricos sobre a ciência, pensamos que seus escores relativamente baixos – comparados aos das representações psicanalíticas do social – se devam a três fatores: a) a amplitude do "social" ser bem maior que a do "científico"; b) a urgência das questões da regulamentação da psicanálise e da ameaça evangélica ofuscou outros temas e; c) um certo refluxo das posições lacanianas mais radicais quanto à ciência, desapaixonando o tema. Sobre o último ponto, é plausível supor, numa análise discursiva, que ausências podem significar muitas coisas, como ações estratégicas de ocultação, evitação a temas sensíveis, ou mesmo que algo não foi explicitado por já ser de conhecimento tácito geral.

Estes e outros elementos se tornam mais evidentes com uma análise mais qualitativa dos dados, que agora desenvolveremos através do estudo de citações textuais que organizam o entendimento tácito e principalmente estratégico do "Sujeito do Psicanalítico" em relação à ciência, que subdividimos em cinco grupos, num sequenciamento que vai de posturas mais críticas e oposicionais até aquelas de certa pactuação com o campo científico.

---

[128] Foram 27 orações com "Ações de enquadramento sujeito-objeto" e 16 com "Ações de oposição sujeito-objeto". Na sequência decrescente (que foi idêntica ao verificado nas passivizações não científicas do conhecimento e da intelectualidade), apareceram as ações neutrais, as ações ativas e as amistosas, com números baixos.

[129] Das 64 orações com passivizações da ciência, 6 trouxeram estilisticamente textos com estruturas argumentativas do tipo "argumentos de ataque", da modalidade que "desqualifica o que o outro diz".

[130] A ciência foi perspectivada 129 vezes, 58 das quais enquanto "Saberes e Campos", 14 como "Discurso / Paradigma", e nas demais vezes através de um conjunto de 27 outras dimensões, pouco pontuadas.

1) Incompatibilidades psicanálise *versus* ciência:

Segundo essa linha discursiva, a psicanálise não é ciência. Suas posições frente à ciência serão sempre de antagonismo e denúncia, com base na teoria lacaniana dos quatro discursos. A ciência, esquecida do "sujeito" e da "Verdade", seria "descontextualizada", incapaz de avaliar a psicanálise. Numa das matérias da Revista Correio encontramos esta proclamação: "...a crítica de Popper é que a psicanálise está sempre errada em só dizer a verdade..." (MILLER, 2011, p. 18). O mesmo autor, o genro de Lacan, sentencia:

> Talvez pudesse dizer que a psicanálise não é situável como uma ciência entre outras. Não vejo de que modo seria possível confundir a teoria e a prática do analista com a do cientista, tratando-se dos critérios fundamentais da ciência (MILLER, 2011, p. 30).

O "talvez" e o "não vejo" sugerem as dificuldades atuais em sustentar uma relação de exclusão absoluta, embora a perspectiva persista em outros textos da Revista Correio:

> Ela [a ciência] não segue os mesmos critérios da linguagem que nos constitui como sujeito do inconsciente, visto que na escrita científica não há nem equívoco, o jogo de palavras e o dito espirituoso, que estão na base do inconsciente - que é produto da linguagem corrente, aquela que nós falamos (RAMON, op. cit., p. 131).

Para além das oposições com seu discurso, a ciência seria criticada por seus elos com ideais "publicitários" do tecnicismo atual (BARROS, 2005*a*), algo avesso à "...cientificidade que sempre interessou Lacan..." (CASTRO, op. cit., p. 65). A ciência seria ainda duramente denunciada por compromissos escusos com grandes males surgidos no séc. XX, que "...viu nascer uma nova aliança entre o poder político e o saber científico" (ANSERMET; BASSOLS, 2015), cujo monumento do "campo de concentração", uma vez desfeito, restou como meta na cultura, na forma de pesquisas biomédicas objetificadoras do sujeito (RAMON, op. cit.).

2) Problematizações sobre os limites da ciência:

Nessa outra linha discursiva, pouco explorada, a ciência é representada em seus limites: "Por mais que a ciência avance, haverá sempre um não saber, um inconsciente" (COUTINHO, op. cit., p. 111). A psicanálise fiscaliza uma ciência internamente fragilizada: "...como o sujeito da psicanálise é o sujeito da ciência, a psicanálise acompanha suas circunvoluções e o fracasso da ciência em suturá-lo" (TEIXEIRA, op. cit., p. 132).

3) Problematizações sobre a psicanálise em relação à ciência:

Aqui, os traços de negociações começam a aparecer. Miller (2011) lembra que Freud era um positivista, compartilhando a ideia de ciência de seus contemporâneos. Grostein (2011) retrata Freud e Lacan como personagens de seu tempo, a sustentar debates com as

ciências de então, embora a psicanálise permanecesse como "...o judeu entre as ciências: rejeitada e buscando conservar o seu lugar" (MILLER, 2011, p. 16).

Problematizando uma quase incompatibilidade, este autor da Revista Correio conjectura que "a psicanálise gostaria, talvez de inserir-se entre as ciências, mas seu lugar aí é bastante incerto" [grifo nosso] (MILLER, 2011, p. 16). Numa análise de discurso a presença do advérbio "talvez" tanto abre possibilidades como permite uma evasão. O mesmo acontece com o uso da conjunção condicional "se", nas três citações a seguir: "se a psicanálise não é uma ciência, ela é, entretanto, condicionada pela ciência" [grifo nosso] (MILLER, 2011, p. 30); "Ela [a psicanálise] deve travar batalha - digamos assim - se ela quiser ter um lugar entre as ciências" (MILLER, 2011, p. 16); "No entanto, se a psicanálise pretende ser uma ciência, ela deve poder avaliar os critérios da "cientificidade" de seu método" (ATTIÉ, op. cit., p. 52).

4) Ponderações sobre os limites da psicanálise frente à ciência:

Neste item as posições mais ousadas do lacano-millerianismo em relação à ciência recuam para um discurso mais realista quanto a seus limites em revolucionar a ciência. Esse tom pessimista permeia vários textos da Revista Correio, a exemplo do trecho a seguir:

> A regressão que opera aos nossos olhos, nos tempos atuais, é, dissemos, completamente espantosa. E nos reencontramos em pleno obscurantismo em nome da ciência e do bem público. No entanto, acreditávamos que a psicanálise tivesse operado uma verdadeira revolução epistemológica. Tudo isso parece ter desaparecido no horizonte. Como isso foi possível? (ATTIÉ, op. cit., p. 52).

Talvez o autocentramento (identitário) da psicanálise lacano-milleriana, como endogrupo excessivamente autonomizado em relação ao meio, tenha sustentado a falsa crença – fadada ao falseamento - de que o mundo externo existiria à imagem e semelhança de seu mundo interno.

5) Compatibilidades entre psicanálise e ciência:

Esta última linha discursiva está implícita nas demais. Toda a ambiguidade das relações entre psicanálise e ciência decorre de que ela sempre reconheceu um terreno comum aos dois campos, como vimos nas posições de Freud e Lacan a respeito. Na Revista Correio essa atitude, digamos *favorável*, é recorrente: "Ela [a psicanálise] nasceu no seio da própria ciência, pois pedir a alguém que fale ao acaso, do que quiser, e supor que há uma lei no que ela diz, é uma manifestação do espírito científico..." (MILLER, 2011, p. 30). Está aí o fundamento maior que impede a incompatibilidade entre a psicanálise lacaniana e a ciência: a referência à "lei", ao "simbólico", reduzido, no discurso psicanalítico, ao Inconsciente.

Concluindo, percebe-se que as representações sociais da psicanálise lacano-milleriana quanto à ciência trazem elementos contraditórios que ora se compatibilizam, ora se estranham, nos seus discursos, ambivalência que talvez espelhe a contradição psicanalítica de colocar-se em exílio social e ao mesmo tempo esperar e desejar reconhecimento. Como essas representações e discursos ambivalentes ressoarão nos modelos mentais daqueles que produzem ciência (extrapsicanalítica) é algo que veremos bem mais adiante, quando do estudo documental dos agentes privilegiados da "universidade" e do "mundo psi".

3.3.4.3 Contraponto: o campo científico e sua polifonia contemporânea

Nada obstaríamos à crítica lacaniana ao tecnicismo e à opressão presentes na ciência, nem à sua avaliação das conexões ciência-capitalismo, senão no que ela distorce quanto à realidade dos fatos a partir da tese da exceção psicanalítica, que toma a parte pelo todo (o pior da ciência por *toda* a ciência) e o todo pela parte (a psicanálise representando *todo* o espaço de renovação). A ciência é uma construção plural, também abrigando em seu interior movimentos emancipatórios. É dessa polifonia que falaremos agora, colhendo suas contribuições para uma epistemologia produzida pela psicologia social, uma *ciência* social.

Para uma crítica das confusões entre o uno e o múltiplo quanto à ciência, recorreremos a dois eixos conexos de análise, que terão por fundo implícito a 'teoria dos campos' de Bourdieu, já discutida no item 3.3.1.4: a) as revisões operadas na história das ciências no séc. XX e; b) o crescimento do pluralismo epistemológico na ciência contemporânea.

Quanto ao primeiro eixo, evocamos de saída Bachelard, que em sua bela apologia à ciência – que é também uma homenagem à psicanálise – a vê como uma grande luta contra formas arcaicas de "resistência" que pessoas, costumes e tradições erigem contra o conhecimento (BACHELARD, op. cit.). O sujeito e o objeto do conhecimento são delicados, carecendo ser cuidados e burilados; daí, o auxílio da psicanálise, a desobstruir o caminho à verdade. Assim como fizera a Escola de Frankfurt nas ciências sociais, o epistemólogo Bachelard mostra que é possível uma parceria ciência-psicanálise diversa daquela de Lacan.

Bachelard produziu no contexto das grandes agitações sociais, políticas, militares, que, nas primeiras décadas do séc. XX, punham em xeque a ética na ciência, ao tempo em que rupturas no seio da física moderna cindiam a unicidade epistêmica e metodológica em ciência. Se nos anos 1930 o indutivismo fora duramente atacado por Popper (2013), na década de 1960 seria a vez do positivismo, destroçado por Thomas Kuhn, com sua tese de que a ciência se transforma não por acúmulo de conhecimentos, mas através de revoluções paradigmáticas

nas comunidades científicas (KUHN, 2017). Sob estes e outros impactos, abria-se um processo de crescente relativismo em ciência, fomentando desde posições radicais em sociologia do conhecimento até a "anarquia epistemológica" de Paul Feyerabend (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJ, 1998). Lacan foi contemporâneo de todos esses acontecimentos.

Já adentrando no eixo do pluralismo epistemológico, a fragmentação na ciência produziu, em contrapartida, reações diversas, tanto na direção da ressurgência conservadora do positivismo, como no sentido de novos empreendimentos de busca por princípios básicos do trabalho científico (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJ, op. cit.). Segundo esta última linha, era evidente que sozinha a epistemologia não daria conta desse trabalho; mas, por outro lado, reduzir toda a ciência a uma luta sociológica pelo poder não seria a melhor alternativa. Emergiram, então, projetos mais holísticos, a procurar integrar processos micro e macro, ascendentes e descendentes, técnicos e éticos, cognoscentes e políticos, no trabalho científico. Faremos menções agora a dois desses projetos de superação da crise na ciência, ambos se servindo da noção fundamental de "paradigma", um vindo do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, e outro do epistemólogo Edgar Morin, referências importantes para nossa perspectiva de ciência psicossocial e para nossa crítica das concepções de ciência do lacanismo.

Santos (2010) diferencia o "paradigma dominante", determinista, mecanicista, ainda hegemônico nos anos 1980, do "paradigma emergente", de margens difusas, mas presente em projetos inovadores, mais focados na dimensão ética da ciência (a "causa final", segundo Aristóteles) que em leis científicas (a "causa formal")[131]. O gatilho para sua origem foram as novas concepções de realidade da física moderna, como a indeterminação, a interpenetração, a desordem, a reversibilidade de processos, etc., com profundos impactos nas ciências humanas:

> A análise das condições sociais, dos contextos culturais, dos modelos organizacionais da investigação científica, antes acantonada no campo separado e estanque da sociologia da ciência, passou a ocupar papel de relevo na reflexão epistemológica (SANTOS, 2010, p. 50-51).

Entre as vertentes desse novo paradigma emergente, o sociólogo propõe que a nova ciência deva reconhecer que todo conhecimento é ao mesmo tempo local e total, que todo conhecimento é autoconhecimento e visa também à construção de um senso comum (observe-se a afinidade com a TRS) e, acima de tudo, que a nova ciência seja capaz de integrar

[131] Note-se que já nos referimos à crítica lacaniana à ciência, na qual o psicanalista também propusera a mitigação da busca pela "causa formal" em ciência, porém em favor da "causa material" da palavra falada, do "significante".

conhecimentos das ciências naturais e sociais, mas sob a égide dessas últimas (SANTOS, 2010).

Morin (2011), por sua vez, propõe, em substituição à ilusão reducionista em curso no "paradigma da simplicidade", um "paradigma da complexidade", crítico à fragmentação dos conhecimentos e afinado a três princípios: o *princípio da dialogicidade* (o conhecimento comporta contradições, que devem dialogar); o *princípio da recursão organizacional* (cada ente é ao mesmo tempo causa e efeito de sua relação com outro ente) e; o *princípio hologramático* (o todo é composto de suas partes mas, como num holograma, cada parte traz informações do todo). No novo paradigma o epistemológico se vê imbricado a compromissos éticos e sociais, bem como à consciência para com os riscos ideológicos de seu fazer.

O novo paradigma interdisciplinar é convergente com as tendências atuais em psicologia social, que também têm incorporado a ideia de "complexidade", como na citação a seguir, em que duas autoras do campo, havendo mencionado Morin, afirmam que

> ...a pesquisa em Psicologia Social, nos anos 1990 assume outras peculiaridades. Adota como suporte uma concepção de ciência que propõe a complexificação, a pluralidade teórico-metodológica (rompendo o falso dilema de evocar UM objeto, de almejar UMA unicidade para dar conta da complexidade do real), a intersecção de diferentes áreas do conhecimento e a prática interdisciplinar e, ainda, uma preocupação ética em relação aos seus compromissos sociais e políticos (TITTONI; JACQUES, 2013, p. 77).

Logo se vê o abismo que separa estas abordagens *complexas* da leitura lacaniana da ciência em geral, *simplificada* como um erro, e da ciência psicanalítica, *simplificada* em seu reducionismo matemático, alvo de inúmeras críticas, como a de um matemático e um epistemólogo denunciadores de imposturas intelectuais de grandes pensadores da atualidade:

> O aspecto mais surpreendente de Lacan e seus discípulos é provavelmente sua atitude diante da ciência, privilegiando – indo a extremos difíceis de imaginar – a "teoria" (ou, mais precisamente, o formalismo e o jogo de palavras) em detrimento da observação e da experiência. Além do mais, a psicanálise, supondo que ela tenha uma base científica, é uma ciência muito jovem. Antes de se lançar em vastas generalizações teóricas, seria prudente checar a adequação empírica de pelo menos algumas de suas proposições. Ora, nos escritos de Lacan se encontram principalmente citações e análises de textos e conceitos (SOKAL; BRICMONT, 2016, p. 48).

Havendo supostamente conquistado a ciência, o lacanismo partiria para o campo empírico; não no sentido do que os autores acima falaram, e sim no sentido de empiricamente ocupar o lugar que por excelência representa o *fazer* científico: a universidade.

3.3.5 Tomar a universidade de assalto

As relações entre a psicanálise e a universidade envolvem aproximações e teorizações a respeito, implicando temas como o ensino da psicanálise na universidade, a formação universitária de analistas, e a militância psicanalítica na universidade. Grande parte disso implica diretamente a psicologia, vez que a presença da psicanálise na universidade, em grande medida, se dá em face da psicologia. Como essa relação, em particular, será objeto do próximo tópico do trabalho (3.3.6), focaremos agora apenas nos elementos teóricos e nos dados de pesquisa relativos à existência extraterritorial da psicanálise na universidade.

3.3.5.1 Histórias da psicanálise na universidade: do Prof. Freud à teoria lacaniana do discurso universitário

A primeira aproximação psicanálise-universidade remonta à experiência de Freud como professor visitante da Universidade de Viena (LAPLANCHE, 1993). Mas é em seu pequeno artigo *Sobre o ensino da psicanálise nas universidades*, de 1919 (FREUD, 1969*l*), que os parâmetros dessa relação serão dados, estabelecendo-se que a universidade não deveria formar analistas, orientação reproduzida até hoje na psicanálise, notadamente na lacaniana.

Segundo Roudinesco e Plon (op. cit.), contudo, o "boom" de uma invasão universitária só se deu após o "maio de 68", na França, com Lacan atraindo alunos de psicologia para sua Escola Freudiana de Paris. Fonteles e Coutinho (2019) relatam esse avanço frisando o caso da libertária Universidade de Vincennes, onde Serge Leclaire, discípulo próximo de Lacan, fundara, em 1969, o Departamento de Psicanálise, o que não chegou a aplacar as ressalvas do mestre em relação à universidade. Num prefácio seu a uma tese doutoral sobre a teoria lacaniana (LEMAIRE, 1988), ele se compara a Freud, lamentando: "É que ele teve a felicidade de não ter em seu encalço a matilha universitária" (LACAN, 1988*b*, p. 26). Mantinha, contudo, um fio de esperança de que ali linguística, lógica, topologia, etc., pudessem se renovar, a partir do espírito freudiano (LACAN, 2003*c*). Em suma, este seria um retrato do cenário francês.

No Brasil, a primeira onda da psicanálise na universidade se deu precocemente, antes mesmo do surgimento da psicologia como profissão, nos anos 1960. Porém, o clima revolucionário dessa década acabou favorecendo a entrada da corrente lacaniana em nossas universidades, nos anos 1970 (VALE, 2003), quando o foco geopolítico da psicanálise passou

finalmente da Europa para a América Latina (ROUDINESCO; PLON, op. cit.; LEITE et al., 2013).

No Brasil e na França, então, a produção acadêmica de orientação lacaniana explodiu. Mesmo aí Lacan permaneceu reticente. No mesmo prefácio à tese acima referida, ele *revela* que a única forma de acessar à verdade psicanalítica seria submeter-se passivamente a ela: "Meus *Ecrits* são impróprios para tese, universitária especialmente: antitéticos por natureza, pois que, ao que formulam, não há senão se lhes aderir ou deixá-los" (LACAN, 1988*b*, p. 17). Ao final, conclui poeticamente: "[Os textos universitários] interessar-se-ão por transmitir literalmente o que eu disse: tais como o âmbar que guarda a mosca por nada saber de seu vôo" (p. 27). Noutro texto, escrito antes da publicação dessa tese doutoral, Lacan diz que toda uma incomensurabilidade separaria o "discurso analítico" do "discurso universitário":

> Seguramente, a dificuldade própria em me traduzir para a linguagem universitária é também a que atingirá todos aqueles que, pela razão que for, se arriscarem a fazê-lo - e, na verdade, a autora da tese que mencionei foi impelida pelas melhores qualificações, as de uma boa-vontade imensa. Essa tese, que vai então sair em Bruxelas, não deixa de conservar todo o seu valor, seu valor de exemplo em si mesma, seu valor de exemplo também pelo que promove de distorção, de alguma forma obrigatória, em uma tradução ao discurso universitário de algo que tem suas próprias leis. (LACAN, 1992, p. 39).

Lacan diagnosticara a instituição universitária que, desde sempre, teria se afirmado a partir do lugar discursivo do "especialista", aquele que conhece e controla tudo mediante um "saber" (COUTO et al., op. cit.), no matema a seguir representado pelo S_2 no lugar do agente:

Imagem 7 - O matema do "discurso universitário".

$$\frac{S_2}{S_1} \longrightarrow \frac{a}{\not{S}}$$

Fonte: Couto et al., 2005.

O agente, na universidade, é o professor, apoiado no S_1, o "significante mestre", o poder; no pólo oposto, "no lugar, digamos, do explorado pelo discurso universitário, que é facilmente reconhecível – trata-se do estudante" (LACAN, 1992, p. 139). Sua vítima não será apenas o aluno. O professor, representante do "saber", recusa a aceitação da verdade da falta, fundando uma "Eu-cracia" (LACAN, 1992, p. 59), iludida pelo "discurso do mestre":

> No discurso universitário o significante-mestre, S_1, está recalcado, no lugar da verdade. Há uma disjunção estrutural, marcada pelas barras, entre o lugar de produção, que é um $, e o lugar da verdade, o que quer dizer que o saber

> produzido por esse discurso é marcado pelo equívoco: o mestre não ascenderá, por mais que "saiba", ao lugar da verdade (CARVALHO, 2011, p. 144).

Qual o papel da psicanálise no interior desse lugar de fracasso e opressão?

> Ora, é o discurso psicanalítico que pode trazer à tona a importância característica do discurso da ciência (enquanto discurso universitário que produz saberes como em linha de produção) que é a de não incluir o "furo" de seu discurso. Ou seja, o discurso da ciência "nunca cava um furo em seu próprio cálculo", já que demonstra uma profunda fascinação pelo ideal de completude. É a reintrodução desse "furo" que pode ser o papel esclarecedor a ser ocupado pelo discurso analítico; desconfiar dos saberes, acuar o impossível do discurso da ciência, colocar em questão o lugar ocupado pelo estudante em seu trabalho movido pelo saber e pelo Outro (CARVALHO, 2011, p. 155).

A missão ético-política da psicanálise comunitária-identitária-institucional numa universidade assim caracterizada representacional e discursivamente é a mesma utilizada quanto à ciência: desqualificar para ocupar. A teoria do "discurso universitário" pode ser útil para pensar excessos que *também* ocorrem na universidade e no "saber"; seu defeito está na tentação ideológica de silenciar críticas à psicanálise, diagnosticadas em seus termos. Mesmo um filósofo lacano-marxista crítico como Slavoj Zizek parece não ter se dado conta do quanto, invertendo-se as coisas, essa teoria também pode ser autoritária:

> Um dos elementos que evidenciam que é o discurso universitário que está operando é que o oponente é acusado de ser "dogmático" e "sectário". O discurso universitário não pode tolerar um posicionamento subjetivo mais engajado. Nosso primeiro gesto, como lacanianos, não deveria ser o de heroicamente assumir essa designação de ser "sectário" e se engajar numa polêmica "sectária"? (ZIZEK *apud* GASPARINI, 2013, p. 117).

A manutenção de posições firmes num debate não é o mesmo que sectarismo. Parece haver uma confusão, no lacanismo, entre estas coisas. Vejamos a seguir como estas e outras questões aparecem nas representações lacano-millerianas sobre a universidade e a educação.

3.3.5.2 Representações e discursos sobre a universidade: deslegitimar para ocupar, legitimando-se

A universidade brasileira está no foco dos interesses da psicanálise lacano-milleriana, que sobre ela mantém uma política de proclamações representacionais-discursivas. Como no caso da ciência, o clímax qualitativo será precedido por considerações numéricas, cujo elemento chave será a identidade do "Agente educacional", passivizado/perspectivado pela psicanálise, tanto genérica como especificamente na condição de educação universitária.

Enquanto contexto para as representações da universidade, o "Agente educacional" amplo foi passivizado 43 vezes no *corpus*, sendo descrito, problematizado e às vezes contraposto em seus processos de ensino-aprendizagem, mas também em suas filiações aos nomes dos grandes educadores[132]. Nestes números modestos, as descrições se resumiram à caracterização de um projeto de "parceria" pedagógica do lacano-millerianismo na educação infantil, sobre o qual já falamos (BUSATO, op. cit.). Nas problematizações o debate se deu sobre as diferentes concepções de "ensino" para a psicanálise e para a pedagogia, e sobre como a primeira poderia eventualmente se servir da segunda, como nesta citação da Revista Correio:

> As duas têm em comum o fato de serem divididas em dois tempos, que correspondem a diferentes acepções do verbo ensinar: há o que ensina a experiência de uma análise, e o que se pode ensinar fora ou a partir dela (BARROS, 2006, p. 54).

O pequeno traço crítico quanto à educação reverbera o lugar comum que o tema ocupa na psicanálise desde Freud, para quem ela seria uma das "profissões impossíveis", sempre dada ao fracasso final, sendo as outras duas a análise e o governo (FREUD, 1969*m*).

Talvez por ser ponto pacífico a educação *lato sensu* foi ainda menos perspectivada, ou seja, levada em conta em outros debates, ora ligados ao mesmo assunto educacional, ora relacionados a reflexões quanto ao próprio lacano-millerianismo passivizado[133].

Situação bem diferente se deu quando o tema em questão foi, no interior do campo da educação, a *universidade*. Alvo atual dos interesses da psicanálise lacano-milleriana, a universidade foi por ela passivizada 160 vezes (2,5% de todas as orações do *corpus*), quase metade delas referidas à organização universitária, em ações textuais enquadradoras e opositoras[134]. A citação a seguir ilustra as posições da EBP em relação à estrutura universitária brasileira, imprópria para lidar com o ofício de formação de analistas:

> Acreditamos que isso se deve, em certa medida, às características da Universidade brasileira contemporânea, que tem nas Universidades federais

---

[132] A educação foi passivizada em dezesseis diferentes dimensões identitárias, com destaque para "Processos/ações de ensino/aprendizagem e reprodução social" (11 orações) e "Personagem(ns)" (6 orações), em ações tipificadas principalmente em três supercategorias: "Ações neutrais sujeito-objeto" (18 vezes, 17 das quais na categoria geral da "Ação de descrever alguém"); "Ações de enquadramento sujeito-objeto" (15 vezes, onze delas segundo a categoria geral da "Ação de problematização sobre algo/alguém") e; "Ações de oposição sujeito-objeto" (8 vezes, 4 delas como "Ação de contraposição a alguém").

[133] Foram apenas 31 perspectivações educacionais não universitárias, em catorze dimensões identitárias, com um mínimo destaque para os "Processos/formação de ensino/aprendizagem e reprodução social" (6 vezes), em orações que passivizavam originalmente "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" (13 orações) e o "Agente educacional" (10 orações), em ações principalmente de enquadramento e de descrição.

[134] Quanto às dimensões identitárias, a universidade foi caracterizada 71 vezes como "Organização(ões) / ente institucional, 17 vezes como "Processos/ações de ensino/aprendizagem e reprodução social", e também 17 vezes em termos de "Processos internos de formação, habilitação, supervisão". No que diz respeito às principais ações passivizadoras, 75 delas foram "Ações de enquadramento sujeito-objeto", e 31 delas "Ações de oposição sujeito-objeto".

> o seu paradigma (CONSELHO DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE, 2005, p. 18-19).

A primazia das ações enquadradoras fez da universidade *objeto* de reflexões e discussões sobre sua situação, funções, práticas, bem como *parâmetro* para ações do próprio lacano-millerianismo[135]. A tais ressalvas somaram-se ataques à universidade, a questionar suas competências, a denunciar suas práticas[136], conjunto tal de ações condizentes com o subtítulo deste item do trabalho: "deslegitimar para ocupar, legitimando-se". Esta citação ilustra a deslegitimação da universidade, representada como vítima e agente de processos burocratizantes estéreis, que lhe retiram o valor enquanto supostamente garantem-no:

> Para aqueles que estudam ou lecionam na pós-graduação brasileira, são conhecidos os efeitos deletérios desse empuxe à avaliação por meio dos quais os programas de pós-graduação recebem notas, através da quantificação de artigos publicados em revistas qualificadas, defesas de dissertações e teses. Dependendo de sua classificação, em um *ranking* cada vez mais exigente, o programa de pós-graduação recebe mais ou menos verbas, podendo inclusive receber um cartão vermelho. Os resultados dessa célebre linha de montagem são por vezes pífios: artigos ou dissertações que, montados às pressas, via recorta e cola, pouco ou nada inovam (VIDAL, 2015, p. 119).

A universidade também foi bastante perspectivada pela psicanálise lacano-milleriana, especialmente em orações reflexas onde se discutiam assuntos da própria psicanálise[137], relacionados, porém, à universidade enquanto organização (muitas vezes identificada pelo nome ou pela sigla), ou exercidos no contexto da existência ou da presença de questões universitárias. Assim, como apêndice às representações *diretas* da universidade, o lacano-millerianismo presentificou o tema universitário nas ruminações internas a seu campo.

Muitos aspectos do debate interno sobre a universidade não foram bem capturados pelos números, em cujo auxílio o estudo diretamente quantitativo adveio, a mostrar o quanto postulados psicanalíticos centrais possam ter sido só aludidos, ou que aspectos raramente evocados possam ter reverberado implicitamente ao longo dos textos. Exploremos alguns desses pontos, evocados em diversos textos da Revista Correio.

---

[135] Das 75 ações de enquadramento, 60 corresponderam à categoria geral da "Ação de problematização sobre algo/alguém", e 15 à "Ação de posicionamento acerca de algo/alguém", distribuídas em três categorias específicas de ação: "Problematizar, explicar, fundamentar"; "Indagar, instigar reflexão acerca de" e; "Problematizar sobre alguém (situação/posições/funções/ações)".

[136] O desmembramento da supercategoria das "Ações de oposição sujeito-objeto" trouxe o seguinte panorama, em termos de categorias gerais de ação: "Ação de desvalorizar/desqualificar alguém" (14 orações, distribuídas nas categorias específicas de "Fragilizar, desqualificar alguém" e "Questionar a competência de alguém") e; "Ação de contraposição a alguém" (12 orações, subdivididas nas categorias específicas de "Questionar, criticar alguém", "Denunciar, acusar alguém de algo" e "Emitir alerta a respeito de alguém"). As oposições também foram vistas, embora muito discretamente, em estruturas argumentativas questionáveis: foram 15 estruturas, 12 delas tipificadas como "Argumentos de ataque".

[137] Foram 76 orações que perspectivaram a universidade em catorze diferentes dimensões identitárias, com largo predomínio para "Organização(ões) / ente institucional", que pontuou 47 vezes. Das 76 perspectivações, 42 delas se deram em orações que originalmente passivizavam o próprio lacano-millerianismo, em ações problematizadoras e descritivas.

Discutindo as relações gerais entre psicanálise e universidade, Caldas (2016), lembra que ambas são frutos da modernidade, embora a psicanálise não tendo surgido na universidade. Vidal (op. cit.), por sua vez, convoca a "...extrair consequências dessa presença da psicanálise na universidade e da universidade na psicanálise" (p. 116). Relações sempre tensionadas, "o fato é que psicanálise e universidade se namoram, numa parceria sintomática de altos e baixos, rupturas e enleios" (CALDAS, op. cit., p. 140), a produzir verdadeiros paradoxos nesse encontro: "A universidade nos é necessária, mas não é graças à universidade que a psicanálise poderá avançar; e não poderá fazê-lo também sem a universidade" (RAMON, op. cit., p. 133). Este paradoxo forçado onde o fora está dentro, e vice versa, evoca a ideia de uma extraterritorialidade intraterritorial, autorizando a seguinte pergunta de outro autor: "Onde e como se encaixa a Universidade nessa topologia?" (HORNE, 2005, p. 15).

Na história da psicanálise a formação analítica é o foco de maior tensão com a universidade, tema evocado em várias matérias da Revista Correio: "Ora, desde que Freud inventou a psicanálise, o que permite a formação de um psicanalista é a experiência analítica, que é singular a cada um, e não um diploma universitário" (VILELA, op. cit. p. 29), posição ratificada por Holck e Rosa (2004). Daí a aflição com a regulamentação da psicanálise, que poderia atribuir à universidade parte da formação analítica (VILELA, op. cit.; GONÇALVES; MANDIL, 2005), inclusive com o aval inadvertido de analistas não lacanianos (CONSELHO DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE, op. cit.). Contra isto, outro autor evoca a própria teoria de Lacan: "Se a Universidade pode conferir títulos de habilitação, ela garante o analista. Ela se erige no grande Outro da garantia" (HORNE, 2005, p. 15), ou seja, no "discurso do mestre". O antídoto seria cada analista se fortalecer, imergindo em sua "análise em intensão": "Assim, recolocaremos a Universidade em seu lugar e, nele, não devemos abandoná-la, lugar que, para nós, é na extensão do discurso analítico" (HORNE, 2005, p. 16). Em nenhuma dessas matérias foi dito que a universidade precisaria ser consultada a este respeito...

Outro ponto propício a uma análise refere-se ao longo histórico de aproximações à universidade pela psicanálise, desde Freud, que teria tido para com ela uma "grande transferência" (MILLER, s/d), apesar de reconhecer aí um nó mal resolvido:

> O fato de que uma organização dessa natureza existe [as instituições psicanalíticas], deve-se, na verdade, à exclusão da psicanálise das universidades. E, é, portanto, evidente que esses sistemas de organização continuarão a desempenhar uma função efetiva enquanto persistir tal exclusão (FREUD, 1969*l*, p. 217).

Essa passagem freudiana, sobre a exclusão psicanalítica da universidade, é problematizada numa matéria da Revista Correio, quanto a ser ela necessária ou contingente:

> Se é contingente, podemos supor que ao se transformar a universidade, ou seja, ao se ampliar sua capacidade de incluir, haverá lugar para a psicanálise. Os tempos mostraram que isto é possível. Se é porém necessária – o que torna a questão bem mais interessante -, a exclusão indica simplesmente que a psicanálise ocupa o lugar do excluído que está presente em cada discurso (HORNE, 2006, p. 56).

Esta última hipótese sustenta a tensão da extraterritorialidade intraterritorial, de onde partem as seguidas ondas de ocupação da universidade pela psicanálise. Na Revista Correio tal estratégia é reforçada pela imagem de uma "virulência" a ser inoculada: "Nós, analistas, vamos à Universidade para levar a peste, difundir seus fundamentos, criar transferências e análises" (HORNE, 2005, p. 15). Noutra matéria, a mesma imagem de que os analistas sonham "...em instalar na universidade o vírus da peste" (CALDAS, op. cit., p. 140). Fora do *corpus* da pesquisa documental, num livro sobre a psicanálise na universidade, idêntica metáfora se repete: "*levaremos a peste*" (AIRES, 2013, p. 70).

Nessa mesma obra Askofaré (op. cit.) sugere que os embates travados na universidade devam ser conduzidos por analistas e alunos aderentes à "causa" psicanalítica. Seria preciso salvar os estudantes das garras da universidade, como também salvar a universidade de si própria, de suas ilusões de completude, quando a falta e a estranheza de si seriam constitucionais (CARVALHO, 2013; ELFAKIR, 2013). Na Revista Correio, essa política da "causa" analítica na universidade também foi lembrada (VERAS, op. cit.). Segundo nossa leitura, a animação de professores e alunos militantes da causa psicanalítica impõe questões para a psicologia social acerca das relações entre endogrupos e exogrupos, ali *infiltrados*.

Um terceiro ponto qualitativo na representação social da universidade pelo lacano-millerianismo concerne à desqualificação. A Revista Correio traz desde críticas à cultura da busca por titulação acadêmica no Brasil (GONÇALVES; MANDIL, op. cit.), ao burocratismo nas pesquisas (CALDAS, op. cit.), ao abuso de poder nas bancas de mestrado e doutorado (MILLER, s/d), até ataques a alicerces da universidade contemporânea, como a democracia e a interdisciplinaridade (CONSELHO DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE, op. cit.), no que um autor extra-*corpus* chamou de "pluralismo igualitarista" (GASPARINI, op. cit.), a negar o viver radical.

Tais desqualificações se lastreiam na teoria do "discurso universitário", a identificar o acadêmico com o autoritarismo dessubjetivante. Em todo o *corpus* uma única voz dissidente ousou levantar-se para questioná-la: "Já passamos da época de associar tudo o que se ensina

na universidade como sendo típico do discurso universitário conforme Lacan o descreveu no Seminário 17" (CALDAS, op. cit., p. 140). Para a autora, a "transmissão da psicanálise" no seio das próprias instituições psicanalíticas acaba repetindo o discurso universitário.

O lacano-millerianismo desqualifica a universidade, mas desqualifica também o ensino da psicanálise na universidade por professores não analistas, especialmente em cursos rápidos que se proliferam no Brasil (HOLK; ROSA, 2004; CONSELHO DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE, op. cit.; INSTITUTO DE PSICANÁLISE DA BAHIA, 2015).

O último ponto na representação discursiva quanto à universidade diz respeito à política voraz de ocupação da universidade pelo lacano-millerianismo. A universidade seria uma grande oportunidade para ela, que pode "...mesmo fazer uso das novas organizações sociais contemporâneas que nossa civilização vem produzindo" (CONSELHO DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE, op. cit., p. 23). O modelo foi, como vimos, o da Universidade de Vincennes: "A criação do departamento universitário de Vincennes obedeceu a esse objetivo [do ensino psicanalítico no que há de universalizável], e os nossos institutos seguem desde então a mesma lógica" (BARROS, 2006, p. 55). Num texto de Lacan reproduzido na Revista Correio ele condiciona a presença da psicanálise na universidade à garantia de total liberdade: "Fora da Universidade, caso ela [a liberdade] lhe seja reduzida" (LACAN, 2010, p. 32). Tal liberdade plena exige da universidade um pleno não questionamento à psicanálise.

Segundo os textos da Revista Correio, o êxito da missão psicanalítica na universidade cabe ao psicanalista-professor, que deveria proceder como Lacan em seus seminários, a falar aos estudantes como um analisando falaria ao analista, deixando fluir o Inconsciente (CALDAS, op. cit.) e não movido por razões pedagógicas, como faz um professor comum. MILLER (s/d) associa esse processo a um tipo de "magia analítica", expressão que, por contraste, relega à universidade o lugar da aridez racional e burocrática. Um autor externo ao *corpus* da pesquisa documental o confirma, advertindo que o psicanalista-professor jamais recue dos desafios do encontro entre a posição de analista e a universitária (DARRIBA, 2011). Outro autor externo, no entanto, propõe que o professor-analista matize seu ensino, dosando sua intervenção propriamente analítica com certas conformações curriculares, transitanto entre as duas formas de linguagem (HOUNIE, 2013). Afinal, questionamos: quem deve decidir o quê e como se ensinar na universidade? A psicanálise ou a própria universidade?

O psicanalista-professor não apenas ministra aulas; ele produz artigos acadêmicos em profusão, orienta seus alunos em atividades de pesquisa, extensão, supervisão[138], etc.. Ele também está presente na pós-graduação, a estabelecer pontes e túneis, junto com seus orientandos, entre a universidade e as instituições psicanalíticas:

> Entretanto, no que diz respeito às pesquisas, Dissertações e Teses que se pautam por referenciais psicanalíticos, é importante sublinhar que esse aprimoramento proporcionado pelas instituições universitárias tem sido ainda mais efetivo quando a orientação de tal trabalho textual é realizada por professores universitários que também são membros aderentes da Escola e/ou quando os orientandos que produzem esses textos mantêm vínculos transferenciais com a Escola e/ou com os Institutos brasileiros (CONSELHO DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE, op. cit., p. 20).

Esta citação remete à nossa leitura de que os textos da Revista Correio *conversam* com seus leitores extensivos, *persuadem-nos*, particularmente na universidade e entre os jovens pós-graduandos, funcionando como um quase irrecusável convite de asilo político na nação psicanalítica, que tem ali na universidade uma espécie de embaixada para cuidar de seus interesses. Eis a imagem dos sonhos de qualquer forma de monopólio: um capitalismo sem riscos. Esta imagem não deixa de ser paradoxal para um lacanismo que tantas denúncias fez e faz ao capitalismo, embora talvez seja menos paradoxal se evocarmos algo da tese de Deleuze e Guattari (op. cit.) de que há algo de capitalista na lógica da negatividade do desejo.

Diante de tamanha *proclamação* lacano-milleriana, é espantoso o silêncio da comunidade acadêmica a respeito, cujas parcas respostas vêm de professores-analistas (observe-se a inversão dos termos aqui) capazes de uma apreciação desapaixonada: "Acredito que se avaliarmos esta conjuntura sem toldarmos o horizonte com a militância embandeirolada, o que encontraremos é um conflito entre instituições, uma competição entre a instituição psicanalítica e a universidade" (SOUZA, 2001). Para ele, são razões políticas que, por exemplo, julgam que alunos de psicologia, mesmo ingressos na pós-graduação e fazendo análise pessoal, teriam uma "formação psicanalítica" desqualificada se não chancelada por instituições analíticas; ou ainda, que sustentam a estranheza radical do analista na universidade: "É fundamental que os psicanalistas deixem de se sentir na universidade como se fossem convidados obrigados a se comportar conforme uma etiqueta acadêmica que apenas existe aos olhos de quem acaba de chegar" (SOUZA, 2001). Uma outra psicanalista (SIGAL, 2009), vinculada ao Instituto Sedes Sapientae, instituição não universitária, chega a conclusões semelhantes, afirmando que se de um lado a formação de um analista só se dá na situação clínica de transferência – e portanto, não na universidade -, a crítica à universidade

[138] Este assunto será analisado no item 3.3.6.3, dedicado às representações do psicológico.

seria efeito de uma política de dogmatismo institucionalista das associações psicanalíticas. O professor e psicanalista Luís Cláudio Figueiredo também tece críticas a essa política mais agressiva de ataques generalizados à ciência e à universidade (além da psicologia), por parte de certa tendência psicanalítica. Ele pondera acerca da metáfora da "peste", que poderia justificar a proliferação "descontrolada" da psicanálise na universidade, discordando da tese do "discurso universitário" de que a universidade é sempre um obstáculo à psicanálise:

> Na verdade, quando se fala muito a favor de uma suposta incompatibilidade, epistemológica por exemplo, entre a Psicanálise e os saberes universitários, esta fala se sustenta em várias ficções. A primeira ficção é a da homogeneidade dos saberes universitários. Eles não são homogêneos. (...) Não há absolutamente a suposta homogeneidade universitária diante da qual ou no seio da qual a Psicanálise seria "o estranho". (...) A outra ficção é a de que fora da Universidade a Psicanálise goza de melhor acolhida, mais espaço, maiores garantias etc. (...) As Sociedades de Psicanálise podem muito bem ser túmulos do pensamento psicanalítico, muito mais hermeticamente fechados que um Departamento universitário, onde o pensamento pode ser livre e é sempre obrigado a justificar-se racionalmente (FIGUEIREDO, 2001).

3.3.5.3 Contraponto: a universidade enquanto construção crítica permanente

Para a psicanálise, a educação e a universidade estão muito associadas, a primeira enquanto problema, a segunda como alvo, ambas trespassadas pelos "discursos" da ciência e do mestre. Para marcar contrapontos à leitura lacaniana da universidade (e da educação) chamaremos outra vez, dentre outros, Edgar Morin – um epistemólogo que é um educador – e Boaventura de Sousa Santos – um sociólogo da ciência que é um pensador da universidade.

Se, para Freud, educar é um ofício impossível, os educadores sempre souberam disso e, por isso, persistem. Se o sistema educacional, como outros tantos, tem suas amarras tecnicistas e burocráticas, a serviço da reprodução social (BOURDIEU, 2014), seus maiores expoentes sempre lutaram por emancipação. Morin é um desses exemplos. Em seu livro *Os sete saberes para a educação do futuro* (MORIN, 2002), ele critica o paradigma dominante em ciência, propondo uma educação libertadora para o séc. XXI, tempo que coincide com o recorte de nossa pesquisa sobre o que pensa o lacano-millerianismo no novo século.

O livro/documento de Morin responde a uma demanda da UNESCO sobre pensar o futuro da educação, no qual ele elenca sete competências para esse fim: a) o reconhecimento da ilusão na confiança na racionalidade, incapaz de acolher as incertezas da vida; b) a compreensão das interações todo-partes, a exigir um olhar plural; c) o reconhecimento simultâneo da identidade da espécie humana, e de sua diversidade comunitária; d) a

consciência ecológica; e) a capacidade de operar nos paradoxos da vida, entre o individual e o coletivo, o ímpeto e a cautela, os fins e os meios; f) a qualidade de compreender o outro e; g) a concepção de uma ética universal dialógica e democrática. Estas ideias vêm mobilizando educadores de todo o mundo, inclusive no Brasil (MORAES; ALMEIDA, 2012), numa comunidade ciente das contradições que existem e exigem enfrentamento; afinal, "como os meios e os fins inter-retro-agem uns sobre os outros, é quase inevitável que meios ignóbeis ao serviço de fins nobres os pervertam e acabem por substituir os fins" (MORIN, 2002, p. 94). Isto não autoriza, no entanto, a desqualificação geral da educação e a eleição da psicanálise como remédio para seus males.

Seguindo a mesma diretriz, entraremos agora no debate específico sobre a universidade, convidando de início autores que pensaram-na crítica e construtivamente, em textos publicados entre 2001 e 2013, período aproximado ao recortado em nosso *corpus*.

Dois eixos enlaçam esses textos: eles têm por foco, por um lado, a crise da universidade e a universidade como projeto e; por outro, a crise da universidade sendo tratada no interior do amplo contexto de uma crise na ciência moderna (MORIN, 2011) e na sociedade moderna (PENA-VEGA, 2013). Trata-se dos mesmos temas pensados pela psicanálise, em nossa pesquisa, mas vistos sob outro olhar, como bem expressa a citação seguinte, sobre o lugar da universidade no séc. XXI:

> A universidade no século XXI será certamente menos hegemônica, mas não menos necessária que o foi nos séculos anteriores. A sua especificidade enquanto bem público reside em ser ela a instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz e pelo espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica que constitui (SANTOS, 2011, p. 111).

Para ele, a universidade pública é um lócus de criticismo, excelência e lucidez, razões que a tornam alvo de ataques neoliberais, que assaltam estados nacionais, e que desde os anos 1990 vêm delegando à OMS tratar a educação num "paradigma empresarial", que questiona o exercício livre e crítico dos professores, chamando-o de "poder docente" (SANTOS, 2011).

Se o capitalismo persegue a universidade, como sustentar ainda o brado lacaniano de que ela estaria a serviço do capitalismo e de que o professor seria o maior dos tiranos? Na leitura de um ex-ministro da educação durante um raro momento de governo popular no Brasil – que expandiu a universidade pública – o papel do ensino universitário é bem outro:

> Na universidade, por isso mesmo, deve-se formar um espírito inquieto. Os alunos devem aprender que a cultura, a ciência, o saber não se congelam, não se totalizam, mas formam sempre contas incompletas, desenhos ásperos, figuras mal acabadas (RIBEIRO, 2003, p. 51).

Isto nos remete a Edgar Morin, à incompletude do saber, à crítica às pretensões totalizantes. Deveria o lacanismo, ainda, insistir na sua radicalização contra a universidade?

Projeto contínuo em construção, a universidade pública luta contra pressões externas do capitalismo e contra formas arcaicas em seu interior. A este respeito, Romano (2006) lembra que ela é uma conquista do Estado democrático de direito, sendo regida por leis, e não por interesses sectários ali alojados, sejam de teor religioso ou político-partidário. Lendo a questão a partir de Bourdieu, ele reitera a subordinação de cada subcampo em seu interior à regulação maior do campo do Estado, remédio contra abusos: "Todos os que se movem nas sombras e fogem do controle público merecem o mais veemente repúdio das consciências livres" (ROMANO, op. cit., p. 21). Os inflamados ataques lacanianos à universidade podem, assim, configurar atos clandestinos, à revelia da lei e do pacto democrático. Os exemplos da da religião e do partido político, inclusive, remetem a algo da própria natureza das instituições psicanalíticas (ROUDINESCO, 1995), como vimos. Além disso, o autoproclamado direito de julgar as práticas universitárias como um todo configura, para o lacanismo, um *direito de exceção*, portanto estranho aos princípios do pluralismo e da democracia.

O autoritarismo psicanalítico na universidade – mero *meio* - se justificaria por seus alegados nobres *fins*, por seu valor libertário. Para Ribeiro (op. cit.), contudo, inclusive citando a psicanálise, esse duplo polo instrumental/criativo (Consciente/Inconsciente) pode conviver ao mesmo tempo. A universidade, portanto, não é essencialmente tecnicista e conservadora em sua vocação política.

> A articulação das duas vocações da universidade [a científica e a política], quando feita a partir dela mesma e por iniciativa dela, tende a nos oferecer a face luminosa das duas vocações, pois a universidade assume explícita e publicamente tal articulação como algo que a define internamente. A articulação das duas vocações da universidade, quando feita do prisma da reprodução sociopolítica e da formação de um grupo social específico – o que chamo de intelectuais orgânicos da classe dominante -, tende a oferecer a face sombria, pois a articulação é tácita, implícita e, muitas vezes, secreta e, frequentemente, determinada pela via indireta do modo de subvenção e financiamento das pesquisas como se fossem "ciência pura" (CHAUÍ, 2001, p. 119).

Assim como na educação, a autocrítica acerca de suas contradições é uma constante na universidade. Se autoritarismos existem – como identificou Lacan -, as comunidades acadêmicas também se levantam contra eles – o que Lacan parece não ter desejado ver.

Como já referido, o autodiagnóstico da dita "crise da universidade" é algo perene. Segundo Santos (2011) no seu cerne está o impasse de ela ter somado às suas funções

clássicas as exigências modernas de profissionalização, paradoxo que para Ribeiro (op. cit.) deve ser enfrentado aceitando-se o que o espírito ocidental sempre temeu: as incertezas.

Em nosso recorte, Santos (2001) foi quem melhor analisou essa crise, em seu tríplice aspecto: crise de hegemonia; crise de legitimidade e; crise institucional. A primeira adveio da perda da exclusividade formadora elitista, conforme a universidade foi atendendo demandas para a produtividade econômica, além de fatores diversos, desde os mais amplos, como as tribulações das mudanças epistemológicas na contemporaneidade, até aqueles intestinos, como a crescente fragmentação departamental de suas estruturas (SANTOS, 2011; RIBEIRO, op. cit.), o corporativismo dos processos internos de autoavaliação por pares, a má comunicação da universidade com a sociedade (RIBEIRO, op. cit.). Estas dificuldades, que incidiram muito fortemente no prestígio e no lugar antes hegemônico da universidade, comprometeram também sua credibilidade, culminando na crise de legitimidade, ou seja, na perda de apoio social à universidade, inclusive dividida entre atender aos tradicionais requisitos de excelência e assumir uma política de popularização (SANTOS, 2001). A crise de legitimidade seria contornável por todo um esforço de redefinição do papel social da universidade. A perda da hegemonia, por sua vez, seria irrecuperável:

> O que resta da hegemonia da universidade é o ser um espaço público onde o debate e a crítica sobre o longo prazo das sociedades se pode realizar com muito menos restrições do que é comum no resto da sociedade (SANTOS, 2011, p. 91).

Segundo o mesmo autor, as crises de hegemonia e de legitimidade se condensam na crise institucional, esta sim mais ameaçadora à universidade, pois caracterizada pela perda de seu amparo estatal, com cortes orçamentários e precarização de sua estrutura. Assim,

> ao contrário do que o capitalismo educacional faz crer, as deficiências no desempenho da responsabilidade social da universidade não decorrem do excesso de autonomia, mas, pelo contrário, da falta dela e dos meios financeiros adequados (SANTOS, 2011, p. 89).

Publicados num intervalo de dez anos, os dois textos de Boaventura de Sousa Santos que nos orientaram mantiveram praticamente o mesmo diagnóstico (SANTOS, 2001; 2011).

Nesse cenário, não faz sentido a equivalência lacaniana entre Estado e universidade, ambos sinônimos de opressão. Ora, se o Estado ameaça *regulamentar* a psicanálise, esse mesmo Estado – neoliberalizado - luta para *extinguir* a universidade. Em todo o nosso *corpus* da pesquisa, uma única voz, entre os lacano-millerianos, atentou para isto:

> Há ainda uma outra questão importante: será que a universidade é ainda hoje, nos tempos da tecno-ciência e da democracia de massas, o que era nos tempos de Freud? Ou, pelo contrário, ela própria faz parte, em alguns dos seus setores, dos excluídos? Para se poder dizer isto, basta que se demonstre

> que já não passam por ela as grandes linhas de produção de saber e de poder do discurso – e da economia – capitalista na sua forma atual (BARROS, 2006).

O mundo acadêmico é ciente dessa crise, embora responda com ambivalência, ora com insurreição, ora com acomodação, devida a uma perda de referências na pós-modernidade:

> Não admira que em face disto muitos tenham assumido uma atitude futuricida; assumir a morte do futuro para finalmente celebrar o presente, como sucede em certo pós-modernismo, ou mesmo para celebrar o passado, como sucede com o pensamento reacionário (SANTOS, 2001, p. 322).

Chauí (op. cit.), por sua vez, vocalizando uma atitude ainda mais crítica, cobra da universidade brasileira tomar posição ante a alegada "crise da razão" na pós-modernidade, cujo discurso seria mesmo um instrumento a serviço ideológico do próprio neoliberalismo.

Santos (2001), no entanto, reconhecendo o caminho sem volta da pós-modernidade, propõe pensá-la sob dois enfoques: um, hoje reinante na área, que se contenta em "celebrar" o presente; outro, disposto a criar um novo futuro. Inspirando-se talvez no clima cultural do séc. XVII, onde conviviam diferentes utopias, a pós-modernidade válida para a universidade buscaria a heterotopia, as "margens" do que fora excluído pela corrida cega pelo "centro".

Sendo irrecuperável a hegemonia de outrora, a superação da crise de legitimidade seria o único caminho para a reversão da crise institucional da universidade na atualidade (SANTOS, 2011). Para ele, a universidade pública deve reforçar sua operação em rede, sua democracia interna e sua avaliação participativa. Além disso, segundo o mesmo autor, ela deve não só fortalecer a pesquisa-ação, a extensão universitária, a ecologia dos saberes, as políticas de acesso e a aproximação à escola pública, mas confrontar o discurso neoliberal, que tem definido a "crise universitária" segundo seus termos. Ribeiro (op. cit.), por seu lado, propõe "teses" para a restauração da legitimidade da universidade, que deve ser antiburocrática, interdepartamental, aberta às influências do meio, afeita ao experimentalismo, imune ao mercado e à tentação de grandes sínteses teóricas todo explicativas. Se a defesa, por Santos (2011) de uma autoavaliação participativa se choca com a crítica lacano-milleriana generalizada à "ideologia avaliativa", o questionamento de Ribeiro (op. cit.) a discursos todo explicativos parece se aplicar muito bem ao projeto lacano-milleriano para a universidade. Curiosamente, quando este autor falou a respeito, o exemplo negativo que trouxe foi o do projeto de Althusser, de uma crítica totalizante ao caráter ideológico da escola, por extensão à universidade. Ora, Althusser não só era amigo de Lacan como esse seu estudo (ALTHUSSER, 1985) surgiu quase ao mesmo tempo que a teoria lacaniana do "discurso universitário". Não é à toa que a teoria todo explicativa do "discurso universitário" é

praticamente ignorada pelos principais pensadores que discutem a universidade sob um enfoque prospectivo e pluralista.

Como temos visto, os pensadores da universidade problematizam-na ao mesmo tempo como ela *tem sido* e como ela *pode* ou *deve* ser, não no sentido normativo, mas inventivo, não enquanto uma forma de escapismo, mas como parte necessária de um agir no presente:

> mas a universidade, como já foi referido, se situa além do seu tempo (...), deve trabalhar e produzir para a recriação de sua época superando os limites das demandas atuais do macro ambiente. Ao mesmo tempo em que responde a estas demandas, a Universidade pública prepara o futuro e antecipa necessidades que ainda não se manifestam e que, pelo contrário, pode abrir novas vertentes de desenvolvimento econômico e social, antecipando o conhecimento científico e os avanços tecnológicos para o desenvolvimento (BUARQUE, 2013, p. 52).

O "dever ser" não se reduz a um aprisionamento a "ideais", como dizia Lacan que, mais uma vez, tomando a parte pelo todo, critica o *instituído* na universidade, não vendo seus processos *instituintes*. Existem processos instituídos questionáveis na universidade, mas eles não são os únicos. A crítica lacaniana precisa ser uma autocrítica, porque se há pesquisas universitárias que apenas replicam conhecimento, isto não difere em nada do que se vê nos trabalhos acadêmicos de orientação lacaniana, que tão somente aplicam a teoria lacaniana a algum objeto de investigação, como é o caso da teoria do "discurso da ciência" e do "discurso universitário" replicados *ad infinitum* em artigos, dissertações e teses lacanianas.

É também nos termos de um *dever ser* que podemos refletir, de modo desideologizado, as relações entre a psicanálise e a universidade. Como são duas instituições distintas, talvez o melhor operador para pensar essa interação seja o da "extensão". A "extensão universitária" pode ir até a psicanálise, assim como a "psicanálise em extensão" pode se dirigir à universidade, mas não para legitimar-se deslegitimando-a, o que está em visível contradição com os interesses atuais da universidade, de buscar fortalecer sua legitimidade social através da extensão. O fiel da balança em qualquer projeto de parceria universidade-comunidade será a produção de inclusões, a integrar universidade pública, Estado e cidadãos, naquilo que Santos (2011) denominou de "pluriversidade", lógica transdisciplinar, portanto, insubordinável a dominações de qualquer tendência teórica ou ideológica, inclusive da psicanálise lacaniana.

3.3.6 Desfazer a psicologia a partir de dentro

Nosso estudo das relações da psicanálise lacano-milleriana com o mundo iniciou-se pelas amplidões da cultura e da civilização, depois entrou na ciência e na universidade. Chegamos agora ao epicentro dos interesses da psicanálise, na academia: a psicologia.

O universo psi é o *lócus* da psicanálise, da psiquiatria, da psicoterapia, da psicologia, e também a culminância do nosso trabalho. Aqui, as relações do endogrupo psicanalítico com estes "outros" reinstauram identidades enquanto engendram representações que têm como destinatários psicanalistas, seu público frequentedor e, na universidade, estudantes (de psicologia), todos susceptíveis cognitiva e afetivamente em seus "modelos mentais".

O presente tópico será dividido em quatro itens. No primeiro, faremos, com base na literatura, um panorama das disputas entre a psicanálise e outros psis a partir do séc. XX, abstraindo o tema da universidade. No segundo, teremos a literatura acerca das disputas entre o lacanismo e a psicologia, na universidade e em suas publicações. No terceiro, passaremos à análise de dados da nossa pesquisa documental com as representações discursivas psicanalíticas sobre o universo psi. No último item traremos como contraponto o papel crítico que a psicologia, enquanto ciência e profissão, tem procurado ocupar na atualidade.

3.3.6.1 O campo psi em disputa no século da subjetividade

Entre o fim do séc. XVIII e o término do séc. XIX a ciência e a sociedade viram eclodir três, digamos, "submundos" de saberes e práticas ligados à subjetividade, seus abismos e suas luzes: cronologicamente, a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise, cujos pactos e confrontos político-epistemológicos moldaram o ambiente sociocultural ocidental do séc. XX. Analisemos esses embates a partir da psicanálise (em geral, e a lacaniana), a fazer conexões ora com a psiquiatria, ora com a psicologia, ora com as duas simultaneamente.

Um exemplo psicanalítico inicial das interações nessa tríade de saberes encontramos em Freud, num texto de 1913, quando a psicanálise ainda se institucionalizava: "A psicanálise mostra à psicologia a solução de metade dos problemas da psiquiatria" [grifos nossos] (FREUD, 1969*n*, p. 209). Trata-se da parte psíquica nos transtornos mentais, a outra sendo a orgânica. Doze anos depois, num balanço prognóstico, Freud afirmava: "Mesmo hoje, é-me naturalmente impossível prever o julgamento final da posteridade sobre o valor da psicanálise para a psiquiatria, a psicologia e as ciências mentais em geral" [grifos nossos] (FREUD, 1969*c*, p. 64).

Décadas depois o debate ainda estava em aberto. Numa entrevista concedida apenas dois dias após o falecimento de Lacan, Foucault assim se referiu ao psicanalista, quanto ao que este pretendia acerca das relações entre a psicanálise, a psiquiatria e a psicologia:

> Ele queria apenas ser "psicanalista". Isso supunha, aos seus olhos, uma ruptura violenta com tudo o que tendia a fazer depender a psicanálise da psiquiatria, ou a fazer dela um capítulo sofisticado da psicologia [grifos nossos] (FOUCAULT, 2006*b*, p. 329).

No prefácio a um texto bem mais recente, do psicanalista (e professor do Instituto de Psicologia da USP) Christian Dunker, o prefaciador assim situa as relações no triângulo psi:

> A clínica psicanalítica, e seu trabalho teórico correlato, circula entre múltiplos e perpendiculares universos simbólicos, marcada pelo confronto agonístico entre discursos que envolvem a psicanálise, mas também a psicologia, a psiquiatria, a moral, as políticas públicas, a educação e assim por diante [grifos nossos] (PARKER, 2011, p. 17).

Mais atrás criticamos Parker por seus ataques extremados à psicologia social e à TRS. Assim, nossos autores para um estudo dessas relações agonísticas serão outros: *Michel Foucault*, com sua genealogia histórica dos saberes psi (FOUCAULT, 1978; 2014; FILHO, 2014; FERREIRA, 2014); *Nikolas Rose*, com seu estudo genealógico das relações presentes entre os saberes psi e suas práticas subjetivantes (ROSE, 2011) e; *Robert Castel* – que já tem nos acompanhado neste trabalho – com sua análise institucional da questão (CASTEL, op. cit.).

Nikolas Rose retratou as continuidades e rupturas nessa tríade como um *objeto articulado* (ROSE, op. cit.), uma cultura que transformou o séc. XX no século da subjetividade através de regimes de verdades engendrados pelos experts psis e suas tecnologias de subjetivação, a forjar nossa autoimagem como um *self* identitário autocentrado. No interior desse mapa interpretativo – ao qual retornaremos mais adiante – introduziremos as considerações de Foucault e Castel, que serão precedidas por um breve exemplo ilustrativo sobre como o lacanismo vê a história da relação entre a psicanálise e a psicologia.

Para essa prévia tomamos um texto onde dois analistas (e professores universitários) lacanianos da Escola Brasileira de Psicanálise apresentam um trabalho do psiquiatra Georges Lanteri-Laura sobre as relações psicanálise-psiquiatria, através do tema da psicopatologia (FERRARI; LAIA, 2009). A história da psiquiatria é contada em três momentos/paradigmas: o da "alienação mental", surgido com manicômio, a separar os loucos dos sãos; o das "enfermidades mentais", com a multiplicação dos tipos clínicos da loucura e; o das "grandes estruturas", marcado pela presença da psicanálise na psiquiatria da primeira metade do séc. XX, e mais além, a orientar-lhe na matriz teórica. Apesar do desfecho triste do declínio dessa

influência, com o posterior avanço da psicofarmacologia, o texto celebra o terceiro paradigma sem, contudo, tocar nas questões político-institucionais de base, o que iremos fazer agora.

Castel (op. cit.) remonta à busca da psiquiatria do início do séc. XX por alternativas ao seu reducionismo biologicista, a exemplo da fenomenologia e a psicanálise, que por aí adentrou na psiquiatria. Na França, tal processo se daria após a II Guerra Mundial, com a realização de jornadas psicanalíticas em hospitais psiquiátricos, que abriram as portas a uma invasão de analistas nas décadas seguintes, com o ápice nos anos 1970, quando o lacanismo estava em alta na cena francesa: "A fascinação pela psicanálise nos meios psiquiátricos e parapsiquiátricos, nestes últimos anos, produziu, ao menos na região parisiense, uma pletora de jovens analistas no livre mercado da clientela privada" (CASTEL, op. cit., p. 133). Segundo Albuquerque (op. cit.), essa tomada de mercado se valeu, inclusive, do uso de um vocabulário esotérico que, enquanto atraía o público, fortalecia as próprias instituições psicanalíticas.

Esse período também coincidiu com o da reforma psiquiátrica francesa, quando a psicanálise fora convocada pela psiquiatria que, segundo Castel (op. cit.), se via incapaz de realizá-la sozinha, tamanho o peso negativo de sua história manicomial. Assim, apesar de algumas reticências entre os lacanianos, a invasão de psicanalistas nesses espaços – inclusive de gestão – acelerou ainda mais a *psicanalitização* da psiquiatria: "O *pathos* psicanalítico hipertrofiado abocanha um pouco das práticas institucionais efetivas" (CASTEL, op. cit., p. 151).

A senha para o sucesso psicanalítico na psiquiatria teria sido a supressão, por Freud, da fronteira rígida entre o "normal" e o "patológico", linha de continuidade humanizante que instaurara outras duas, a continuidade institucional psiquiatria-psicanálise e a continuidade personalizada psiquiatra-psicanalista. Segundo Castel (op. cit.) o preço do passado sombrio da psiquiatria retornaria, assim, sobre uma psicanálise herdeira das contradições de sua origem liberal, entre um discurso libertário e práticas de controle, mais perigosas porque sutis:

> Os agentes da psicanálise infiltrados nos novos setores da saúde mental não são soldados transviados. Nem nesmo franco-atiradores, mas os primeiros batalhões do exército substitutivo da psicanálise investindo sobre as linhas principais do fronte do controle social (CASTEL, op. cit., p. 135).

Isto valeria para psicanalistas das mais diversas tendências, incluídos aqueles oriundos da Escola Freudiana de Paris, dirigida por Lacan, cujo trabalho de anexação psiquiátrica não poderia tolerar inclusive leituras alternativas acerca do sofrimento psíquico (CASTEL, op. cit.).

O sociólogo também atenta para o não questionamento, por parte dos psiquiatras-analistas, de suas práticas de poder. Para ele "se esta crítica mal foi feita, *é porque a psicanálise foi cuidadosamente mantida fora do debate, quando é ela que constitui seu coração*" (CASTEL, op. cit., p. 167). Essa projeção na psiquiatria do não reconhecido na psicanálise faria parte de uma política de autoblindagem, capaz, inclusive, de mitigar e assimilar críticas como a d'*O anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari, neutralizado pelo lacanismo.

Nenhum autor foi tão capturado quanto Foucault. A recente coletânea "Ditos e escritos", com entrevistas e artigos do filósofo, por exemplo, tem como organizador brasileiro um psicanalista lacaniano que, no volume dedicado ao exame da psicanálise, da psiquiatria e da psicologia, fez um longo texto (MOTTA, 2006) destacando as muitas afinidades de Foucault para com Lacan, quando se sabe que em sua obra o filósofo oscilou muito entre posições favoráveis e desfavoráveis à psicanálise (FERREIRA, op. cit.; TESHAINER, 2006). Apenas na penúltima página o psicanalista tocou na crítica de Foucault à teoria sexual psicanalítica.

Passemos agora às relações psicanálise-psicologia, a começar por Freud. Voltemos à sua citação que abriu este item do trabalho, relacionando os três campos psi. Ela foi extraída do texto *O interesse científico da psicanálise*, cujas duas partes são "O interesse psicológico da psicanálise" e "O interesse da psicanálise para ciências não-psicológicas". Cinco anos depois, o primeiro congresso internacional de psicanálise seria intitulado "Encontro dos psicólogos freudianos" (ROUDINESCO, 1995). A psicologia, portanto, era uma grande interlocutora para a psicanálise.

As relações psicanálise-psicologia têm sido caracterizadas de dois modos gerais: indiferenciação/enlaçamento problemático e; diferenciação/confrontação. Nossos três autores de referência tendem ao primeiro modo. Foucault, por exemplo, separa a psicologia científica da psicologia como "forma cultural", a presença do *psicológico* nas práticas socioculturais, cuja culminância teria se dado com o conceito freudiano de Inconsciente (FOUCAULT, 2006*c*). Na mesma linha Castel (op. cit.) considera a psicanálise como o cume da ideologia psicologizante, a fazer equivaler o *psicológico* a uma força normalizadora, por apresentar-se epistemológica e socialmente como recurso exclusivo no cuidado dos problemas psíquicos. Segundo Foucault, a psicanálise teria, mais que isto, *psicologizado* as ciências humanas:

> Eu acho, aliás, que é precisamente em torno da elucidação do que é o inconsciente que a reorganização e o recorte das ciências humanas foram feitos, quer dizer, essencialmente, em torno de Freud; e essa definição positiva, herdada do século XVIII, da psicologia como ciência da consciência e do indivíduo, não pode mais valer, agora que Freud existiu (FOUCAULT, 2006*c*, p. 222).

A partir dos anos 1950 seria a vez de Lacan invadir as humanidades através de uma leitura semiológica da psicanálise (MOTTA, op. cit.).

Foucault faz um diagnóstico da psicologia como forma cultural potencializada pela psicanálise e propõe superar o "sono antropológico" por ela induzido. Esta é a via seguida por Rose (op. cit.), para quem, com o vocabulário *psicológico* emprestado ao mundo, "...acabou por tornar-se impossível conceber a subjetividade, experienciar a subjetividade própria ou de outrem, ou governar a si ou a outros sem as disciplinas *psi*" (ROSE, op. cit., p. 56).

Ao questionar as "tecnologias do *self*", Rose nomeia a psicanálise freudiana, o behaviorismo e o humanismo. Na prática seu alvo maior é a psicologia, seja enquanto ciência – exemplo maior do tecnicismo controlador -, seja como "forma cultural", também mais afetada pelo discurso da psicologia científica do que pela psicanálise ou psiquiatria. Recapitulando seu longo histórico de disciplinarização, o sociólogo acusa a psicologia de criar a realidade do psicológico, projetando no mundo o que fabrica em seu laboratório de ideias (ROSE, op. cit.), tese que, a nosso ver, merece ajustes. Primeiro porque reduzir toda a psicologia à tecnocracia é desconsiderar as forças emancipatórias ali existentes. Segundo, porque incluir apenas discretamente a psicanálise (freudiana) nesse "psicológico" não se coaduna nem com a posição de Foucault nem com a pesquisa de Moscovici (2012*a*), segundo as quais a psicanálise na cultura e no senso comum moldou o modo como nos pensamos.

O lacanismo foi ainda mais poupado por Rose, que nele elogiou o caráter subversivo, inclusive frente ao mundo psi; posição diversa da de Castel, que criticou a ideologia lacaniana na psiquiatria. Mas Rose levantou objeções a certos pontos chave do lacanismo, como o papel da linguagem na subjetivação, para ele mais dependente de práticas sociais, a empoderar uns e enfraquecer outros através de regimes de enunciação, que de algum fundamento linguístico: "...é hora de questionar toda a tirania da "linguagem", da "comunicação", do "sentido" que há muito tem sido invocada pelas ciências "sociais" em virtude da natureza essencial de seus objetos" (ROSE, op. cit., p. 246). A partir de Deleuze e Guattari, também pôs em xeque a ontologização do desejo: "...desejo é apenas um dos vetores da maquinação psicológica contemporânea do ser humano, de nosso atual "efeito psíquico"" (ROSE, op. cit., p. 270).

Dissemos antes que psicanálise e psicologia se apresentavam à análise ora numa relação indiferenciada e de enlaçamento problemático recíproco, ora numa relação de diferenciação/confrontação. Passemos a este segundo modo, típico dos discursos dos psicanalistas quando se referem à psicologia e ao psicológico.

Não sendo nossa proposta uma reconstituição histórica desse processo, faremos apenas uma breve contextualização de algumas de suas linhas passadas e de seus efeitos presentes. Se

apenas com Lacan houve uma decidida campanha de radicalizar a distinção entre psicanálise e psicologia/*psicológico*, desde Freud já se sentia a dificuldade nessa conciliação:

> Quando Freud e seus discípulos contrapõem a sua concepção de psíquico a toda psicologia restante – sem sequer se darem ao trabalho de diferenciar essa psicologia – eles fazem contra ela uma acusação: *de identificar o psíquico com o consciente*. Para a psicanálise, o consciente é apenas um dos sistemas do psíquico. Será que essa diferença entre a psicanálise e a psicologia restante é efetivamente tão grande que entre elas já não pode haver nada em comum, nem mesmo aquele mínimo de linguagem comum que é indispensável para o ajuste de contas e a demarcação de fronteiras? Tudo indica que Freud e seus discípulos estão convencidos disso (BAKHTIN, op. cit., p. 68).

A tese questionável da redução de toda a psicologia ao estudo da consciência ainda faz eco em nossos dias, como bem expressa este conhecido autor freudo-lacaniano brasileiro:

> ...a grande preocupação de Freud é deixar bem clara a distinção tópica entre os dois grandes sistemas psíquicos. Essa preocupação é justificada, na medida em que Freud considera que é a partir dessa divisão tópica que a psicanálise poderá situar-se fora da problemática da consciência e, portanto, fora da problemática da psicologia (GARCIA-ROZA, 2005, p. 178).

Com mais sofisticação, Elia (2010) aparta "a" psicanálise "das" psicologias, a primeira centrada no conceito de sujeito, qualidade que "emerge", as segundas presas à concepção comum de uma pessoa, que "matura", se "desenvolve". Caberia à psicanálise, assim, os domínios da verdade lógica, do profundo, restando às psicologias as superfícies do humano.

É neste sentido político que Nikolas Rose também analisa os embates entre psicanálise e psicologia pela posse da verdade, embora não uma verdade intangível, senão uma verdade estabelecida pela própria luta de vida e de morte entre diferentes discursos:

> Caso se queira um exemplo disto, não se precisa procurar para além das "batalhas pela verdade" que têm caracterizado a relação entre a Psicologia e a Psicanálise em diferentes territórios nacionais: batalhas pelo *status* de suas teorias, seus resultados, suas descobertas, seus profissionais. Essas batalhas pela verdade não são abstratas, pois a verdade existe inerentemente em formas materiais. Para pertencer ao verdadeiro, fatos e argumentos devem ser autorizados a fazer parte de aparatos complexos de verdade – periódicos acadêmicos, conferências, entre outros – que impõem suas próprias normas e padrões às retóricas das verdades (ROSE, op. cit., p. 83).

O problema filosófico da verdade interessa à ciência. O problema científico da verdade foi atacado duramente por Lacan, como vimos. A universidade, guardiã do fazer científico, também. As batalhas pela verdade psi, na universidade, é o que veremos a seguir.

3.3.6.2 A psicanálise e a subversão da psicologia no espaço universitário

As complexas relações psicanálise-psicologia se dão, mormente, no contexto da universidade, origem histórica da psicologia, cujas linhas mais gerais lembraremos aqui, a bem da clarificação de nosso tema imediato. Em primeiro lugar, o registro de que se a psicologia surgiu num contexto experimental, conforme uma matriz epistemológica nomotética e quantificadora (FIGUEIREDO, 2014), ela logo se espraiaria para outras áreas de investigação. Mueller (1978) faz um retrato interessante dessa evolução, através da descrição dos quatro primeiros congressos internacionais de psicologia, todos ocorridos ainda no séc. XIX (Paris, 1889; Londres, 1892; Munique, 1896; Paris, 1900). O primeiro deles, presidido pelo neurologista Jean-Martin Charcot – com quem Freud estudara quatro anos antes – trazia no título a especificação "Experimental", abolida na terceira edição, face à inclusão de temas outros, como teorias das localizações cerebrais, hipnose, introspecção, sentimentos, pensamento conceitual, psicologia da religião, psicologia animal, psicologia das multidões...

Às portas do séc. XX a psicanálise, por sua vez, dava passos iniciais, embora firmes. Em 1899 já definira o Inconsciente e os métodos da associação livre e da interpretação de sonhos. Havia pontos em comum com a psicologia, mas cada uma acabou seguindo um rumo:

> A opção metodológica da Psicologia, na busca de converter-se em disciplina científica e independente, implicou a expulsão de seu interior de temas que a tradição da cultura ocidental moderna circunscreveu como temas psicológicos, tais como, "liberdade", "consciência", "sentimento", "interioridade", "realização pessoal" etc. Ora, são assuntos desta espécie, como propriamente psicológicos, que retornam pela Psicanálise, ou que pela Psicanálise se revigoram no interior da Psicologia acadêmica (CELES, 1988, p. 73).

Com a futura entrada da psicanálise na universidade teria havido um "retorno do recalcado" (CELES, op. cit.) do *vivido*, a alimentar a psicologia com o "modelo psicodinâmico" psicanalítico, embora, em sentido inverso, a psicologia tenha sido quase ignorada pela psicanálise, que poderia ter se beneficiado de testagens experimentais de suas hipóteses.

Dentro da psicologia acadêmica, com o progresso da área clínica, a psicanálise seria vista como uma de suas abordagens, embora ela seguisse autônoma no mundo extra-acadêmico. Em 1949, na França, Daniel Lagache (o futuro orientador de Moscovici) propôs, em vão, unir os campos, com vistas a proteger o caráter não médico da psicanálise (ROUDINESCO; PLON, op. cit.). A ideia de que a psicanálise seria uma "teoria psicológica

global" levantou protestos diversos, como o de Lacan e de Laplanche – à época próximo ao primeiro -, que acusaram-na de diluir o Inconsciente e a sexualidade num psiquismo genérico.

No Brasil as relações psicanálise-psicologia acadêmica seriam pouco refletidas pelas partes (CELES, op. cit.), em que pese já nos anos 1940 psicanalistas darem cursos de psicologia na universidade, mesmo antes da regulamentação da profissão do psicólogo (VALE, op. cit.).

A invasão psicanalítica na psicologia acadêmica francesa se deu a partir de Vincennes, nos anos 1970: "Assim, os estudantes formados em psicologia clínica na universidade formaram progressivamente a base das escolas psicanalíticas. Esse fenômeno era ainda mais evidente na EFP do que nas outras associações" (ROUDINESCO; PLON, op. cit., p. 253). Logo chegando ao Brasil, essa tendência instalaria analistas lacanianos nos jovens cursos de psicologia (o reconhecimento da profissão se deu em 1962), que mudariam currículos, fundariam pós-graduações, etc.. Segundo Vale (op. cit.), alunos e profissionais da psicologia se tornaram, então, a principal clientela dos psicanalistas, ao ponto de a chamada "psicanálise leiga" (praticada por não médicos) dever agora abranger "não psicólogos".

A expansão psicanalítica na pós-graduação brasileira foi objeto da tese doutoral de Fonteles (2015), que num levantamento da produção de teses entre os anos de 1987 e 2012 contabilizou 1.010 trabalhos em psicanálise, sendo a orientação teórica freudo-lacaniana a dominante, a grande maioria deles em programas de pós-graduação em psicologia, nas sub-áreas clínica, do desenvolvimento, social, experimental, cognitiva, etc.. A autora também fez um histórico do desenvolvimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* em psicanálise no Brasil, a partir da iniciativa pioneira do Mestrado em Psicanálise da UFRJ, em 1988 (que se tornaria também doutorado em 1994), chegando, em 2015 a quatro programas (UFRJ, UERJ e UVA, no Rio de Janeiro; UFRGS, no Rio Grande do Sul), incrementando ainda mais a psicanálise – lacaniana, em especial - na universidade, para além da psicologia.

Muitas das produções saídas daí têm como objeto *a presença da psicanálise na psicologia acadêmica*. Assim, por exemplo, Michelli (2006) analisa treze cursos de psicologia, mostrando a força da psicanálise enquanto conteúdo exclusivo e parcial nas disciplinas ministradas. Mielke (2013), por sua vez, faz um estudo de caso de um curso, com foco no ensino de psicanálise, evidenciando diferenças na percepção da qualidade do ensino, conforme matérias psicanalíticas fossem ministradas por analistas ou não analistas. Caramalac (2008), também num estudo de caso, investiga a "transmissão da psicanálise" numa graduação, refletindo sobre como professores e alunos poderiam operar uma transferência que permitisse ultrapassar os limites curriculares e pedagógicos. Costa (2013), de sua parte, vai ao

cerne desse contrassenso analisando como o aluno de psicologia - de um lado conectado transferencialmente ao psicanalista-professor, de outro aprisionado ao autoritarismo curricular – poderia produzir efeitos de fuga do "discurso universitário", identificando-se ao "discurso da histérica". Cardoso (2008), por seu lado, analisa, na perspectiva freudo-lacaniana, a psicanálise na clínica-escola de psicologia, estabelecendo nas posições de sujeito um professor que se torna supervisor e um aluno que se torna um terapeuta em formação.

A psicanálise está na psicologia, na sala de aula dos cursos de psicologia, nas supervisões de formação de psicólogos. A psicanálise está na pós-graduação em psicologia, pesquisando como é estar presente na psicologia. Da trincheira da teoria lacaniana do "discurso universitário" combaterá todos os saberes, em especial o da própria psicologia:

> A ciência - e, mais propriamente, a Psicologia, que perdeu toda a visão de conjunto do humano, parcializando-o, fragmentando-o numa série de especialidades sociais, organizacionais, educacionais ou clínicas busca amparar-se no mito de uma cientificidade que poderia dar-lhe a ilusão de um todo, sempre em vias de esfacelar-se (SCOTTI, 2006).

Na literatura analítica em geral a relação psicanálise-psicologia será descrita de forma similar. Mourão (1993) considera dispensável a formação prévia em psicologia, para alguém ser psicanalista. Góes et al. (2009) define a psicanálise como uma *ética* fundada na singularidade, distinta das terapias psicológicas, calcadas apenas no instrumentalismo da *técnica*. Para Martins (1993) a psicanálise seria libertadora, enquanto a psiquiatria e as psicologias seriam agentes psicopatologizantes. Bucher (1993), por sua vez vê na psicanálise um antídoto contra o autoritarismo da psicologia, que nada teria a ensinar à psicanálise:

> ...a seguinte questão: se o advento da psicanálise não provocou uma mudança no campo da psicologia. Se a psicanálise não engendra mudanças, movimentos e condições de questionamentos na psicologia. Eu não diria que a recíproca seja verdadeira. A psicologia se identifica muito mais a um espaço estagnado, anêmico e carente de questionamentos. (...) Se eu afirmo que a psicanálise instrui a psicologia – e a recíproca não é verdadeira – isso não quer dizer que se trate de comparar contínuos. Não, a psicanálise nada tem a ver com a psicologia. (...) Nesse sentido, *a psicologia é a própria resistência à psicanálise* (BUCHER, op. cit., p. 115).

Vivendo daquilo/naquilo que critica, a psicanálise "...criou um campo de saber nos limites da própria Psicologia, que a questiona a partir de dentro..." (SCOTTI, op. cit.), a nosso ver seguindo certas etapas: 1) a distinção radical psicanálise *x* psicologia; 2) a automarginalização da psicanálise na psicologia acadêmica; 3) a denúncia das resistências acadêmicas à psicanálise; 4) a reafirmação de uma missão a ser cumprida na psicologia e; 5) o uso das estruturas administrativa e científica da psicologia para o fortalecimento de sua causa.

A resistência à psicanálise no interior da universidade e da psicologia é sempre *interpretada psicanaliticamente*. Lash (2013), invertendo as coisas, diz que os analistas resistem (no sentido de "luta") contra as resistências (no sentido de "mecanismo de defesa") da parte da universidade. Leituras moralistas como esta opõem a coragem dos psicanalistas universitários ao medo dos professores, esquecendo de considerar que os universitários também podem antepor corajosamente uma outra forma de resistência ao avanço político da psicanálise em seus domínios. Assim, vozes críticas de psicanalistas que são professores de psicologia têm protestado contra abusos da própria psicanálise. Figueiredo (2001), por exemplo, responsabiliza a automarginalização dos psicanalistas na academia pelas resistências contra a psicanálise, enquanto Sigal (op. cit.) interpreta o dogmatismo psicanalítico na universidade como política das instituições de psicanálise. Vorcaro (2013), uma psicanalista lacaniana, denuncia a crítica da psicanálise à universidade como efeito alienante e autoritário das instituições psicanalíticas, algo agravado nos cursos de psicologia, onde psicanalistas-professores muitas vezes produziriam um mal-estar desrespeitoso e pouco democrático:

> A meu ver, o que se constitui em problema é que os agentes da transmissão da psicanálise, geralmente perfilam sua especificidade apresentando-se aos alunos a partir da demarcação da psicanálise como "oposição" à psicologia. Isso é tomado como ofensa aos colegas psicólogos com quem partilham espaços e alunos. Esse modo de funcionamento reverte contra o ensino da psicanálise. A declaração doutrinária insistente e explícita dos limites da psicologia e da medicina no território delas tem/surte efeito de provocação. Discordâncias teóricas e desprezo por práticas psicológicas oferecem-se como sectarismo, na medida em que reconhecem seus agentes como oponentes (VORCARO, op. cit., p. 42).

Mais raras são as formas de resistência crítica às posições da psicanálise quanto à psicologia que partam não de uma análise *política*, mas *epistemológica*. Por esse caminho, Filho (1996) se propôs a refutar alegações da psicanálise lacaniana quanto à ciência, à universidade e à psicologia. No tocante às relações entre a psicanálise e a psicologia ele traz o seguinte conjunto de pontos e contrapontos: a) para a tese de que a psicologia estaria a serviço da "reprodução da ordem social", a antítese de que esta é uma afirmação generalizada que desconhece a autocrítica pela qual o campo vem passando, que tem assumido verdadeiros compromissos com o social; b) para a tese de que a psicologia seria um todo homogêneo, o autor corrige, mostrando a imensa diversidade entre as psicologias; c) para a tese de que a psicologia funcionaria segundo uma epistemologia simplista, dependente do princípio de correspondência entre o mundo e sua representação - princípio este que seria a marca "da" ciência -, o autor rebate, esclarecendo que tanto no meio científico como na psicologia esta posição tem sido duramente criticada; d) para a tese de que a psicologia cuidaria apenas da

consciência, o autor discorda, mostrando que muitas áreas da psicologia incluem aspectos não conscientes ou mesmo teorias freudianas ligadas à noção de Inconsciente.

Um exercício crítico como este ainda está em fase incipiente no universo da psicologia acadêmica, para o qual pretendemos colaborar com nosso próprio estudo. Enquanto isto, a psicanálise comunitária-identitária-institucional de extração lacano-milleriana continua a produzir representações e discursos sobre a psicologia e o psicólogo, discursos que têm seus destinatários diretos e indiretos, fora e dentro da academia, discursos que disparam processos de subjetivação e produzem poderosos efeitos psicossociais. Este é nosso próximo tema.

3.3.6.3 Representações e discursos psicanalíticos quanto à psicologia no contexto de uma guerra em várias frentes

As representações discursivas da psicanálise lacano-milleriana quanto à psicologia como ciência e profissão estão emaranhadas na leitura geral da psicologia enquanto "forma cultural": o *psicológico*. Esse domínio amplo apareceu em nosso *corpus* associado a diversos campos "psi", além da psicologia propriamente dita, nosso foco maior. Assim, este item do trabalho seguirá as orientações do "Preâmbulo" (tópico 3.1), que guiaram os estudos quanto à ciência e à universidade, porém agora separando o objeto *psicológico* em "psicologia", "psiquiatria" e "psicoterapia", incluindo ainda o pluralismo das "psicanálises" (correntes vistas pelo lacanismo como partes do mundo "psi" externas a si) e mesmo os vastos campos da "saúde mental" e da "saúde" em geral. Nossa análise será desenvolvida em cinco partes, na seguinte sequência de objetos representacionais-discursivos: a) saúde e saúde mental[139]; b) campo "psi" plural[140]; c) psiquiatria[141]; d) psicoterapia[142] e; e) psicologia[143]. Os três últimos objetos formam o cerne de nossa análise do mundo "psi", se caracterizando como alvos preferenciais das produções representacionais/discursivas da psicanálise lacano-milleriana, conforme podemos ver no quadro a seguir, onde se encontram computados os números de orações em que cada um dos três agentes estiveram presentes textualmente, seja na posição ativa, na passiva ou na perspectivada:

---

[139] O agente textual caracterizador da saúde em geral é o dos "Outros agentes sanitários (medicinais, de cuidados, etc.)"; o da saúde mental, é o "Universo psi, atenção clínica e saúde mental".

[140] Agente textual: "Comunidade psicanalítica plural". O lacano-millerianismo aí se encontra contido, partilhando um espaço comum com outras correntes psicanalíticas, em disputa com outros agentes psi no contexto da situação franco-brasileira do início do séc. XXI.

[141] O agente textual aqui é o dos "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)", ativada a função identificadora, dentre eles, do agente privilegiado "Psiquiatria".

[142] Novamente, o agente em questão é o "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)", ativada a identificação dos agentes privilegiados "A Psicoterapia (campo de práticas, habilitação)", "Psicoterapias não analíticas em geral" ou "Psicoterapias não médicas".

[143] O agente textual em questão foi o "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)", identificados um dos seguintes agentes: "Psicologia" ou "Terapia Cognitivo-Comportamental".

Quadro 1 - Números da presença dos agentes psiquiátrico, psicoterápico e psicológico nas condições textualmente ativa, passiva e perspectivada.

	Agente ativo	*Agente passivo*	*Agente perspectivado*
Psiquiatria	130	362	178
Psicoterapia	32	153	109
Psicologia	209	367	206
TOTAL	371	882	493

Fonte: o autor, 2022.

Quase todos estes elementos se encontram dispersos nas configurações históricas das relações entre os psis que acabamos de apresentar nos itens 3.3.6.1 e 3.3.6.2[144].

a) Representando a saúde geral, a saúde mental e a transversalidade entre os psis:

O mundo psi orbita o sistema trinário psiquiatria/psicologia/psicanálise – além da nebulosa das "psicoterapias" -, interagindo ainda no interior da "saúde mental" e com as vastidões da "saúde" em sentido *lato*. Iniciaremos por este último, que representa a medicina não mental na pesquisa. São médicos, paramédicos, hospitals, prontos socorros, policlínicas, leis sanitárias, manuais classificatórios de doenças, a própria Organização Mundial da Saúde... Os "Outros agentes sanitários (medicinais, de cuidados, etc.)" foram passivizados 80 vezes no *corpus*, ¼ delas segundo a dimensão identitária do "Setor ou serviço de psicanálise (junto a outras organizações / instituições)", e uma parte menor referida aos profissionais da saúde[145], em ações sobretudo descritivas e, em segundo lugar, problematizadoras-opositivas, nos casos em que o lacano-millerianismo questionou as instituições médicas e seu poder[146].

O agente sanitário genérico – seja enquanto campo, seja ligado a organizações e serviços de saúde, profissionais, questões financeiras - também foi considerado em 126 ocasiões, onde o lacano-millerianismo passivizava terceiros[147]. Assim, ele contou mais como

[144] As discussões sobre a saúde, saúde mental e campo "psi" plural correspondem, grosso modo, ao segmento mais inicial do que discutimos no item 3.3.6.1 do trabalho. As discussões quanto à psiquiatria se enquadram no segmento mais mediano desse mesmo item. O tema das psicoterapias não apareceu explicitamente nos itens 3.3.6.1 e 3.3.6.2 pelo fato de sua relevância no contexto psi ter assumido proporções mais significativas apenas mais recentemente, no período coberto pela pesquisa documental. Quanto ao objeto psicologia, seu estudo corresponde ao segmento final do item 3.3.6.1 e a todo o item 3.3.6.2, onde problematizamos as relações entre a psicanálise e o psicológico, fora e dentro da academia.

[145] Todas estas referências apareceram numa única edição da Revista Correio, a de número 76, dedicada exatamente às ações nos espaços que foram denominados de "territórios lacanianos". Além daquela relativa aos setores psicanalíticos em outros espaços, e à dimensão identitária do(s) "Profissional(is)", outras 22 dimensões apareceram, pontuando pouco.

[146] Foram 33 orações segundo a supercategoria das "Ações neutrais sujeito-objeto", 16 como "Ações de enquadramento sujeito-objeto" e 15 nos termos das "Ações de oposição sujeito-objeto".

[147] Em termos de dimensões identitárias perspectivadas, foram 20 "Organização(ões) / ente institucional", 15 vezes o(s) "Profissional(is)" e os "Processos/valores mercadológicos-financeiros-privatistas", 14 vezes os "Saberes e Campos" e os "Processos ou projetos de políticas/ações prestadoras de serviços".

contexto que como alvo representacional. Tanto é verdade que na situação oposta, da passivização da psicanálise pelos agentes sanitários, essa forma textual quase não apareceu[148].

Passemos ao caso da saúde mental, onde se acotovelam as psicanálises, a psiquiatria, a psicoterapia, a psicologia, e outros ofícios em saúde mental, como a enfermagem, a nutrição, a terapia ocupacional, etc.. O espaço organizacional tipificador desse campo plural foi o hospital psiquiátrico. Além dele, os serviços substitutivos em saúde mental, a assistência comunitária ampliada, bem como os dispositivos técnicos, administrativos, legais, associados. Vemos aqui o mesmo predomínio do *contextual* encontrado na saúde em geral: a saúde mental foi passivizada 89 vezes e perspectivada outras 142, pelo lacano-millerianismo, que basicamente a descreveu e a discutiu em seus projetos, ações e realizações, confrontando-a apenas onde pudesse eventalmente ameaçar a psicanálise[149]. Assim como no caso da saúde em geral, aqui o agente da saúde mental pouco passivizou a psicanálise lacano-milleriana[150].

O menor número de ações opositoras não impede uma análise qualitativa de suas implicações para a representação social do *psicológico* (mundo psi) ampliado, mesmo porque sob oposição o lacano-millerianismo representou o campo psi em geral e a saúde mental ora colocando-se à margem destes, ora inserindo-se estrategicamente aí. Assim, por exemplo, um esforço de *distinção* foi empreendido pelos autores da Revista Correio, procurando-se dar destaque às diferenças radicais a separar a psicanálise dos demais psis quanto às visões de ser humano e sua dor. Eles, não partilhando da ética da psicanálise, se converteriam facilmente em instrumentos de dominação, despertando o temor de que "...cada prática "psi" torne-se um fator que favoreça a engrenagem dos dispositivos normalizadores e das técnicas de fabricação de indivíduos úteis para a sociedade disciplinar" (SANTIAGO, op. cit., p. 85). O mesmo valeria para o caso do campo interdisciplinar da saúde mental, que teria também se desvirtuado no modo como concebe o sofrimento e o tratamento do sofrimento psíquico:

> O sintoma na psicanálise deixa de ser pensado apenas como o que vai mal, e desautoriza que seja medido por escalas de uma suposta saúde mental, assim como desencoraja qualquer reflexão filosófica ou pedagógica a seu respeito (LEITE, 2004, p. 60).

Aproximar-se ao campo da saúde mental passa a ser uma ação cautelosa: "A Escola [a EBP] nada perde ao sentar-se à mesa de negociações junto à Saúde Mental, se ela mantiver

---

[148] Em apenas 9 orações o agente textual sanitário passivizou o lacano-millerianismo na dimensão “Saberes e Campos”.

[149] O agente “Universo psi, atenção clínica e saúde mental” foi passivizado em 19 dimensões identitárias, com ênfase para “Processos factuais, acontecimentos / Eventos” (16 vezes), “Processos/projetos de investigação na área psi / neuropsicológica” (12 vezes) e “Organização(ões) / ente institucional” (11 vezes), em “Ações neutrais sujeito-objeto”, (30 vezes), “Ações de oposição sujeito-objeto” (22 vezes) e “Ações de enquadramento sujeito-objeto” (21 vezes). Quando perspectivado, o agente o foi principalmente nas dimensões identitárias “Profissional(is)” (23 vezes), “Processos internos de formação, habilitação, supervisão” (18 vezes), “Processos factuais, acontecimentos / Eventos” (16 vezes).

[150] Foram não mais que 14 orações.

afastada a causa dos ideais" (VERAS, op. cit., p. 74). A causa *é* a analítica, "simbólica"; os ideais, meras fantasias "imaginárias" sobre uma realidade pré-estabelecida a ser conquistada. O paradigma interdisciplinar da saúde mental precisaria ser torcido de modo a admitir no campo a supremacia psicanalítica, mesmo quando o tema é a luta conjunta contra a mercantilização na área: "Haveremos de continuá-la [a luta], juntos, no mundo, pela psicanálise e pela psicanálise aplicada à Saúde Mental, o que inclui todos os praticantes psi" (ALVARENGA, 2004, p. 61). Tal movimento delicado exige também uma modificação estratégica na linguagem psicanalítica, de modo a ir aos poucos conquistando adeptos no campo:

> Um direcionamento de algumas publicações aos significantes da reforma psiquiátrica, seguramente ampliaria o respaldo que diversas instâncias poderiam dar à causa analítica. (...) Uma discreta mudança editorial poderia aproximar mais ainda a psicanálise sem, contudo, descaracterizá-la (VERAS, op. cit., p. 74).

b) Representando as inter-relações e vicissitudes no interior do campo plural psi, no contexto de novos desafios do início do século XXI:

As tensões entre os saberes/poderes do campo psi tomaram proporções extremas no Brasil e na França no contexto dos projetos de regulamentação da psicanálise, às portas do novo milênio. No país europeu a primeira grande reação a isto se deu no ano 2000, com a realização de um amplo evento coordenado pelo psicanalista René Major, os "Estados Gerais da Psicanálise", que reuniu analistas de 34 países para discutirem o futuro do campo. Este psicanalista, num texto externo ao *corpus* de nossa pesquisa documental, assim o descreve:

> Aqueles que tomaram conhecimento da Convocação lançada há três anos para a realização desses Estados Gerais, cujo texto está no programa preliminar, sabem que houve uma proposição prévia de que esse encontro estivesse em condições de debater ou convencer sobre sua própria legitimidade, e que, para isso, ele deveria ser aberto, estando nele implicadas organizações, sociedades ou escolas existentes e até mesmo as próprias pessoas que tomaram a iniciativa e a responsabilidade de convocá-lo. Dessa forma e com tais argumentos, ele é incontestavelmente inaugural na história da psicanálise (MAJOR, 2003, p. 13).

Ao final do evento um documento firmou dois princípios inegociáveis para a psicanálise: sua irredutibilidade às demais psicoterapias e; sua não regulamentação externa. Ambos os princípios reverberarão fortemente em nossa pesquisa documental. Assim, quatro anos depois desse grande evento, matérias alarmantes da Revista Correio - sobre as quais já falamos[151] – repercutiam a crise da regulamentação, mas relatavam também as iniciativas de coalizão entre psicanalistas, a incluir ainda psiquiatras, psicólogos e psicoterapeutas, mesmo

[151] Tópico 3.3.1.

porque os projetos regulamentadores, na França, visavam as “psicoterapias”, entre as quais, aos olhos da lei, a psicanálise se encontrava. Em 12 orações expressamente montadas para este fim, mas principalmente em inúmeras outras condições contextuais, os textos do *corpus* detalharam os meandros dessas coalizões francesas, com destaque para o fato de que, no meio do tumulto, ninguém menos que Jacques-Alain Miller fora escolhido – por seu engajamento e habilidade – para liderar a luta de todos os “psis”. O frenesi em torno do assunto e da liderança de Miller – celebrado como heroi pela Revista Correio - chegou às páginas de um grande jornal francês, que elevou o tema a dimensões verdadeiramente nacionais:

> No dia 14 de fevereiro, no jornal francês *Le Monde*, um artigo intitulado “J.-A. Miller – condutor dos Psis”, pelas mãos do jornalista Jean Birnbaum, desvela-se um novo horizonte: qual a influência do movimento dos psis, através de seu condutor, na eleição presidencial de 2007? (HARARI, 2004, pág. 66).

Das doze referências explícitas a essa coalizão, oito estavam no texto *Para uma coordenação psi*, escrito pelo próprio Miller (2004), e prenhe de referências à suposta harmonia entre os psis, traduzida através do uso de expressões como “articular juntos”, “interseção comum”, “o que tínhamos em comum”, “a unidade dos psis”, “ação em comum”, “acordo mínimo”, “comuns aos diferentes domínios psis”, “necessariamente plurais”, “conjunto dos psis”, “conjunto das atividades psi” e “compatíveis entre elas”. O clima prevalente, assim, era o de comunhão, celebrada como uma grande novidade (BRODSKY, 2004; HARARI, op. cit.; ALVARENGA, 2004; COUSSOT, 2004*b*; MALEVAL, 2004). Pela primeira vez duas identidades distintas e até então estranhas entre si – a dos psicanalistas e a dos psicoterapeutas – pareciam priorizar o que tinham em comum. Uma autora, em protesto contra um projeto de lei francês que não consultou os interessados, diz: "Nenhum representante de psicólogos, psicanalistas ou psicoterapeutas" (COUSSOT, op. cit., p. 43). A onda interdisciplinar chegou mesmo a entusiasmar alguns autores da Revista Correio: “Desta forma, a aliança histórica com os psicoterapeutas foi feita para durar” (HARARI, op. cit., p. 66). Mas durou pouco. No próprio texto de Miller referido (MILLER, 2004), após cada chamado à união ele inseria um comentário sobre a especificidade da psicanálise. Sob sua liderança, a horizontalidade do encontro cedeu à verticalidade do comando da psicanálise. Dois anos depois, o tom saudosista de um outro texto da Revista Correio sugere um refluxo da ampla parceria psi:

> Naquele momento em Paris, houve aproximação entre psicanalistas e psicoterapeutas na prática política-institucional e em debates científicos que diziam respeito à orientação seguida por cada tendência de pensamento (GARCIA, op. cit., p. 70).

No Brasil – que havia enviado delegados ao evento dos "Estados Gerais" – as repercussões foram imediatas, em face da urgência da ameaça de usurpação da psicanálise pelos pastores da SPOB, como referido. Ainda no ano 2000 surgia a "Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras", movimento não institucionalizado e plural (a própria EBP o subscreveu), que desde então vem se contrapondo a projetos de lei regulamentadores da psicanálise (LOPES, 2019), descritos em detalhes em dois livros publicados pelo próprio movimento (ALBERTI et al., 2009; SIGAL; COMTE; ASSAD, 2019)[152]. Diferentemente do caso francês, no Brasil o alvo regulamentador não são as psicoterapias, mas a psicanálise.

Em nosso estudo da representação social, a coalizão entre as psicanálises foi reportada como algo inédito, promissor e efêmero. Categorizada como "Comunidade psicanalítica plural" (aí inclusa a Escola Brasileira de Psicanálise), esta coalizão foi passivizada pelo lacano-millerianismo 21 vezes, seja descrevendo seus aspectos organizacionais, seja discutindo seu viés mobilizador[153]. Num primeiro momento esta aproximação entre o lacano-millerianismo e outros ramos do freudismo (inclusive da IPA), foi descrita favoravelmente, por "...criar o hábito de discussão entre colegas de orientações diversas" (BARROS, 2004, p. 69).

Refinando as subcategorias descritivas, cinco delas foram depoimentos dados pela EBP. Guardado (2015), por exemplo, registra a bem sucedida ação conjunta na "Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras", contra os projetos de regulamentação da psicanálise. O valor conferido à coalizão também se viu nos poucos mas valiosos depoimentos sobre o convívio com a diferença, aspecto expresso quando o pluralismo psicanalítico foi levado em conta (perspectivado) em outras tantas orações dirigidas pelo lacano-millerianismo[154].

A efetividade da luta comum marcou presença ainda nas orações em que a "Comunidade psicanalítica plural" – portanto, incluso o lacano-millerianismo – foi o agente textual ativo, passivizando principalmente o Estado (regulamentador)[155].

Ao longo das edições da Revista Correio, a partir de 2004, as referências à "Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras" e à psicanálise pluralizada foram rareando conforme as propostas legislativas foram sendo arquivadas, mantendo-se o

[152] Entre 1975 e 2017 já são onze projetos de lei, todos arquivados por pressão dos psicanalistas, exceto o último, ainda em tramitação.

[153] Foram passivizações principalmente nas dimensões identitárias dos "Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo" (10 vezes) e "Organização(ões) / ente institucional" (9 vezes). As principais ações, nessas orações foram "Ações neutrais sujeito-objeto" e "Ações de enquadramento sujeito-objeto", cuja relação par a par com os indicadores dimensionais identitários pode ser vista no Apêndice B, Imagem 6.

[154] A "Comunidade psicanalítica plural" foi perspectivada 23 vezes pelo lacano-millerianismo.

[155] O pluralismo psicanalítico apareceu como agente ativo 12 vezes, passivizando especialmente o "Agente público, governamental, administrativo", quase sempre em sua dimensão identitária de "Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)".

sobreaviso para alianças casuais, mas nada que se parecesse com a integração da diferença psicanalítica no seio da representação identitária da psicanálise lacano-milleriana.

c) Representações sociais e psiquiatria:

Nas representações discursivas quanto ao psicológico o *tempo* deve ser contado. À luz do modelo Toblerone (BAUER, op. cit.), na história da psicanálise a psiquiatria foi seu primeiro elo com o campo psi[156], que após um apogeu conheceu a perda de prestígio, como registra a Revista Correio: "...a época da psiquiatria dinâmica em que psiquiatras e psicanalistas formavam um par; foi a época das grandes estruturas dominantes, mas ela já entrou em declínio" (COUTINHO, op. cit., p. 109), face o avanço da psiquiatria química, nos anos 1950.

Em contraste com os casos da "saúde", "saúde mental" e "campo psi plural", nossa pesquisa, aqui, trouxe números bem elevados, espelho da notoriedade da "psiquiatria" para a psicanálise. Em 242 orações ela a passivizou em suas feições pessoais, institucionais, atitudinais, mas, em especial, em seu poder reificado[157] através do DSM, o "Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais", da Associação Psiquiátrica Americana, cuja 5ª edição saiu em 2013. O DSM – visto como aparelho rotulador a serviço dos interesses da indústria farmacêutica - foi alvo constante do lacano-millerianismo que, num momento, também criticou um instrumento alternativo, do National Institute of Mental Health dos EUA:

> É com essa rigorosa e viva pesquisa da prática que a psicanálise de orientação lacaniana poderá abordar o pior que, tanto o DSM-5 proposto pela APA quanto seu desabono pelo NIHM, vão disseminar nos caminhos (e descaminhos!) que eles passam e fazem bifurcar em nosso mundo (LAIA, 2015, p. 130).

As dimensões identitárias processuais (responsáveis pelos aspectos atitudinais, pelas ações), em que pese minoritárias nos dados, ajudaram a realçar, em doze ocasiões, as *práticas* de poder na psiquiatria, o *poder psiquiátrico*, a psiquiatria como uma *forma* de poder[158].

O poderoso enfrentamento lacano-millerianano ao poder psiquiátrico se evidencia ainda mais quando descobrimos que as ações de oposição dominaram as relações textuais de passivização da psiquiatria, confrontando-a, desvalorizando-a, desqualificando-a[159]. No caso das confrontações, seus subtipos remetem à crítica e à denúncia aos aspectos mais

---

[156] Como já apresentado no item 3.3.6.1.

[157] Entre as dimensões identitárias passivizadas, as abstratas foram referidas 111 vezes (83 das quais expressando a categoria "Codificação / manual classificatório"), contra 81 das dimensões posicionais, e 50 das processuais.

[158] Nestes casos, a categoria dimensional identitária em questão foi a das "Posições / práticas questionáveis e de poder".

[159] A força da supercategoria de ações opositoras em relação às demais podemos ver na classificação decrescente a seguir: "Ações de oposição sujeito-objeto" (99 orações, das quais 63 pertenciam à categoria geral da "Ação de contraposição a alguém", e 22 à categoria geral da "Ação de desvalorizar/desqualificar alguém"); "Ações de enquadramento sujeito-objeto" (70 orações); "Ações neutrais sujeito-objeto" (64 orações); "Ações do sujeito ativo" (4 orações); "Ações amistosas sujeito-objeto" (3 orações) e; "Ações assimétricas sujeito-objeto" (2 orações).

contestáveis da psiquiatria[160]. Mesmo a um olhar primário a partir da TRS e da ADC, as atitudes de questionar e confrontar não apenas diferenciam o enunciador do objeto, como colocam este sob o seu domínio julgador, conforme podemos ver nesta citação da Revista Correio: "O medicamento vale para todos e a desregulação de sua prescrição feita por qualquer praticante o confirma. A deriva da prescrição dos psicotrópicos desemboca em um super-consumo preocupante" (LAURENT, 2005*a*, p. 58). A denúncia faz do acusado alguém já condenado, aos olhos dos outros. A denúncia seguinte condena o DSM:

> Na demissão de todo esforço de teorização do padecimento psíquico, o DSM, por mais de vinte anos, reduziu a construção do saber à indigência epistemológica das listagens, destinadas, como se sabe, a compor os inventários constantemente requisitados por pesquisadores, reduzidos a técnicos de perícia no leito de Procusto da gestão (TEIXEIRA, op. cit., p. 131).

Outro autor ironiza esta mudança paradigmática na história da psiquiatria: "Jorge Forbes diz que passamos da era da Psiquiatria das Escolas para a era da Psiquiatria das Escalas" (COUTINHO, op. cit., p. 112). Eis um bom exemplo de ação desqualificadora[161]. Havendo denunciado os abusos da psiquiatria química, desqualifica-se a psiquiatria do DSM, incapaz de lidar com as complexidades da clínica: "Ora, um psiquiatra não recebe no curso atual nenhuma formação expressa nos diferentes métodos psicoterapêuticos" (Laurent, 2004, p. 39). Nas entrelinhas, a nostalgia de quando a psicanálise emprestava-lhe seus métodos...

A crítica ao DSM classificador é pareada à crítica à política de submissão das populações aos psicotrópicos, assentada na leitura biologicista e cientificista da vida psíquica:

> ...a psiquiatria, ao tentar localizar o sofrimento da pessoa em algum ponto no cérebro, vai falar também de uma outra cena, porém universal, procurando ter resposta correta e verdadeira para tal sofrimento e com a convicção de que pode saber tudo (COUTINHO, op. cit., p. 104).

A ação representacional fragilizadora também incidiu sobre o cientificismo da psiquiatria. Assim, por exemplo, Laurent (2015) prevê que essa forma psiquiátrica organicista terminará sendo deposta pelos avanços nas neurociências. O curioso aqui é que se a expansão das neurociências ameaça a psiquiatria, ela é ainda mais ameaçadora em relação à psicanálise.

Os conteúdos textuais das oposições, ataques, desqualificações foram por vezes reforçados por estruturas argumentativas questionáveis, que realçaram a distinção depreciativa entre a psicanálise e a psiquiatria, seja estilisticamente atacando a psiquiatria,

---

[160] A categoria geral da "Ação de contraposição a alguém" foi representada sobretudo pelas seguintes categorias específicas da ação: "Questionar, criticar alguém" (45 orações) e; "Denunciar, acusar alguém de algo" (17 orações).

[161] Das 22 ações opositoras desqualificadoras, 14 foram na categoria específica da ação "Fragilizar, desqualificar alguém".

seja sutilmente induzindo o leitor a aceitar seus ataques à psiquiatria[162]. O trecho a seguir – que historiciza as sucessivas edições do DSM ao longo das décadas - se vale desse estratagema: "Nenhum princípio organizador preside a esse recorte artificial, de modo que a lista dos sintomas sofre uma inflação desmesurada..." (MALEVAL, op. cit., p. 54-55). O próximo trecho seduz e persuade o leitor através do uso da expressão "com convicção": "Em recente mesa redonda sobre o futuro do hospital psiquiátrico no Brasil, uma psiquiatra de renome anunciava com convicção o retorno em larga escala do eletrochoque" (VERAS, op. cit., p. 72).

Até agora vimos as ações passivizadoras opositoras, que de fato predominaram. Mas, em segundo lugar estavam aquelas enquadradoras[163], que apenas discutiram com a psiquiatria alguns de seus aspectos, como por exemplo, a polêmica categoria clínica da "perversão":

> O catálogo clássico da psicopatologia das perversões do século XIX desapareceu. Se lermos esse catálogo, veremos que não resta grande coisa do ponto de vista da legalidade. Existem algumas práticas que eram consideradas desviantes, perversas, e que hoje são consideradas normais, como a homossexualidade, por exemplo (RAMON, op. cit., p. 127-128).

Foi também em orações enquadradoras[164] - que passivizavam ou a própria psicanálise, a psiquiatria ou o universo psi plural – que o agente psiquiátrico foi massivamente perspectivado pelo lacano-millerianismo[165], 1/3 das vezes identificado à figura do DSM.

As ações enquadradoras, somadas às neutrais, mostram que na representação social da psiquiatria nem tudo seria "poder". Se assim fosse, estaria selado o fechamento dos espaços psiquiátricos à psicanálise. Daí a reserva (estratégica) de firmar uma diferença e, ao mesmo tempo, garantir sua presença no hospital psiquiátrico, nos serviços substitutivos em saúde mental, *apesar* (ou *por causa*) das diferenças. Estas representações servem discursivamente à função de separar as facetas mais ignóbeis da psiquiatria (os tecnicismos da cultura da sedação e da classificação generalizada), em aliança com os discursos "do mestre" e "da ciência", isentando outras aproveitáveis. Voltando ao estudo das passivizações psicanalíticas

---

[162] Nas passivizações da psiquiatria pela psicanálise foram identificadas 68 estruturas argumentativas consideradas questionáveis, 35 delas tipificadas como "Argumentos de ataque" a desqualificar as afirmações do outro psiquiátrico, e 21 qualificadas como "Argumentos indutores", com especificidade sedutora.

[163] Entre as "Ações de enquadramento sujeito-objeto", a categoria geral da "Ação de problematização sobre algo/alguém" registrou 48 das 70 orações da supercategoria.

[164] Observe-se que nos casos de perspectivação da psiquiatria as ações passivizadoras originais inverteram a relação que se viu nas passivizações diretas do mesmo objeto: ali, primeiramente ações opositoras; aqui, em destaque as "Ações de enquadramento sujeito-objeto" e as "Ações neutrais sujeito-objeto", ambas com 42 orações, seguidas das "Ações de oposição sujeito-objeto", com 24 orações.

[165] Foram 120 orações com perspectivações psiquiátricas, que incidiram sobre 32 diferentes dimensões identitárias, com maiores expressividades em: "Codificação / manual classificatório" (41 vezes); "Saberes e Campos" (12 vezes) e "Profissional(is)" (11 vezes). Nessas perspectivações, os principais agentes que haviam sido passivizados foram: "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" (30 vezes); a "Psiquiatria" (27 vezes) e; o "Universo psi, atenção clínica e saúde mental" (22 vezes).

da psiquiatria, esses nichos conservados envolveram orações onde o agente psiquiátrico em questão era o profissional ou personagens da psiquiatria, ou a própria psiquiatria como campo[166]. Uma citação extraída da Revista Correio ilustra bem esse compartimento deixado intacto no edifício de uma psiquiatria em ruínas: "Foi na psiquiatria, que Freud apoiou-se para nomear sua "clínica", para a qual a psicopatologia era diferente da médica, a outra psicopatologia" (LEITE, 2004, p. 56).

Estas relações mais amenas com a psiquiatria surgiram em terceiro lugar, após as opositoras e as problematizadoras, mas demarcaram esse lugar possível a um convívio. Na maioria desses casos, o lacano-millerianismo cuidou tão-somente de descrever[167] coisas da psiquiatria, como personagens, sua história, seus métodos, sem emissão de juízos de valor.

Talvez o espírito de marcar diferenças, pontuar divergências, firmar críticas, mas sem fechar todas as portas de negociação, tenha facultado aos autores das matérias da Revista Correio conceder à psiquiatria assumir, recorrentemente, o lugar de agente textual ativo, a passivizar a si, a outros agentes psi e à psicanálise lacano-milleriana também[168], principalmente assumindo posições, descrevendo ou fazendo algo, poucas vezes se contrapondo a alguém[169]. Numa dessas raras indisposições, o autor do texto deixa falar um psiquiatra que descreve a própria psiquiatria (passivizada), enaltecendo-a em suas evoluções para além da psicanálise (aqui perspectivada): "O Dr. Stagnaro diz que a psiquiatria só tomou corpo através da psiquiatria dinâmica [de inspiração psicanalítica], mas que hoje em dia ela poderia mesmo dispensá-la deixando em seu lugar a neurobiologia" (COUTINHO, op. cit., p. 111-112). De qualquer modo, tratou-se de uma liberdade vigiada pelos autores-psicanalistas, que algumas vezes incutiam nas orações estruturas argumentativas questionáveis, e que em muitas outras vezes se deixavam ver nas entrelinhas da alteridade, a insinuar sentidos[170].

Para nosso estudo das relações psicanálise-psiquiatria, no entanto, mais significativo seriam os dados da passivização *direta* do lacano-millerianismo por esse campo da medicina

---

[166] O(s) "Profissional(is)" foi/foram referenciado(s) 24 vezes; o(s) "Personagem(ns)", 18 vezes; os "Saberes e Campos", 19 vezes. Curiosamente, a terceira condição posicional, a "socializada" (referida aos coletivos, às comunidades e públicos da psiquiatria), quase não apareceu, caracterizando apenas duas orações.

[167] Das 64 ações neutrais, nada menos que 62 corresponderam à categoria geral da "Ação de descrever alguém".

[168] Foram 130 orações onde a psiquiatria protagonizou a cena, passivizando 12 agentes textuais, especialmente a si própria (57 vezes), o "Universo psi, atenção clínica e saúde mental" (25 vezes) e "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" (15 vezes).

[169] Em termos de categorias gerais da ação, a frequência decrescente trouxe: "Ação de posicionamento acerca de algo/alguém" (19 vezes); "Ação de descrever alguém" (16 vezes); "Ação de execução de algo" (13 vezes) e; "Ação de problematização sobre algo/alguém" e "Ação de contraposição a alguém", ambas com 12 orações.

[170] Relativamente poucas estruturas argumentativas questionáveis compuseram as ações psiquiátricas. Foram 31 No total, 21 delas como "Argumentos de ataque", 8 como "Argumentos indutores" e 2 como "Argumentos sem fundamento". No caso da insinuação do agente autoral, das 120 orações, 76 contaram com essa presença invisível, a executar as seguintes estratégias de presença: "Crítica contundente" (20 orações); "Descrição opinativa/interpretativa" (20 orações); "Narrativa ilustrativa (real ou hipotética)" (18 orações) e; "Uso conveniente" (8 orações).

mental. Mas os números baixos (somente 15 orações) confirmam que os psicanalistas não incluíram, no protagonismo concedido à psiquiatria, o direito de objetificar sua psicanálise.

Tudo isto indica que sob a ótica do lacano-millerianismo a existência atual da psiquiatria é muito enfraquecida. O *poder psiquiátrico*, assim, não habitaria mais nela, sequestrada que teria sido pelo tecnicismo cientificista e pelo Estado controlador, numa vergonhosa rendição de um saber a interesses externos. Isto nos obriga a complexificar a tese exposta por Deschamps e Moliner (op. cit.) de que a agressão de um endogrupo aos exogrupos seria uma resposta aos ataques destes. Ora, segundo nossa pesquisa documental, o alvo da psiquiatria (corrompida) nem seria a psicanálise, mas a sociedade em geral hipnotizada quimicamente. Indagaríamos se esta representação de uma psiquiatria que se perdeu de si não cumpriria a função de alimentar a militância da psicanálise comunitária-identitária-institucional no sentido de voltar a ocupar esse edifício histórico vazio de razões de ser. A psicanálise nunca desistiu de reaver seu laço com a psiquiatria, como vemos nesta citação da Revista Correio: "Poder-se-ia pensar em agregar uma representação dos psiquiatras e dos universitários, sob a condição de que sejam favoráveis à psicanálise e às terapias pela palavra" (MILLER, 2004, p. 23).

Se a psiquiatria surgira para lidar com a estranheza da loucura e, sem entendê-la, tentou dominá-la; se, um século depois a psicanálise mergulharia nessa estranheza, com ela se identificando; se, mais algumas décadas à frente a psiquiatria dinâmica abriria os braços à psicanálise, reencontrando a estranheza humana; por fim, com a invenção dos psicotrópicos a estranheza da loucura seria novamente expulsa da psiquiatria. A psicanálise se representa como guardiã de uma estranheza que precisa ser continuamente reafirmada, enquanto que cabe à 'teoria das representações sociais' procurar estar à altura do fenômeno da construção social da estranheza (PURKHARDT, op. cit.; KALAMPALIKIS, op. cit.). Segundo nosso entendimento, a psicanálise lacano-milleriana comunitária-identitária-institucional, através de seu agente intelectual, o Sujeito do Psicanalítico, produz, alimenta, reproduz nos modelos mentais de sua audiência (inclusive e em especial junto a psiquiatras e psicólogos) o sentimento de estranheza, cujas funções estratégicas já nos são bastante familiares.

d) Representando as psicoterapias e os psicoterapeutas:

O estudo da representação social do universo psi evidenciou que além da psiquiatria e da psicologia, o campo plural e difuso da "psicoterapia", em processo de autonomização, tem chamado a atenção do lacano-millerianismo. Ele, na verdade, não é novo. Ainda no séc. XIX falava-se dos "psicoterapeutas" e sua clínica médica alternativa, que se valia da sugestão, da hipnose, do vínculo de confiança na relação inter-humana, para a cura da alma. Freud se

referia a seus mestres franceses Charcot, Liébault e Bernheim como psicoterapeutas, traduzindo e prefaciando desde último o livro *Hypnotismus, Suggestion und Psychotherapie* (JONES, op. cit.). No início da psicanálise, ele nomeava seu tratamento como uma "psicoterapia". Muitos psiquiatras passaram a se dizer "psicoterapeutas", e com o posterior florescimento da psicologia clínica, muitos psicólogos também. O campo das psicoterapias foi ainda alargado e pulverizado em centenas de vertentes não médicas e não psicológicas. São terapias/psicoterapias "corporais", "naturalistas", "holísticas", "integrativas", "yogues", "quânticas", etc., que, assim como a psicanálise, gozam, em geral, da não regulação legal.

Na Revista Correio a profusão de sentidos da "psicoterapia" chegou a ser objeto de algumas reflexões, quando de discussões sobre os projetos de regulamentação, na França: "Legislar sobre a psicoterapia supõe reduzir esta polissemia que de fato existe" (LAURENT, 2004, p. 38). Em nossa pesquisa, encontramos no mínimo três sentidos para a palavra "psicoterapia", categorizados separadamente: a) a prática mesma de tratamento psíquico por um profissional (psiquiatra ou psicólogo)[171]; b) um domínio descritivo agregador do rol das práticas de psiquiatras, psicólogos, psicanalistas, entre outros[172] e; c) a autonomização desse domínio como protocampo ampliado, a incorporar psicoterapeutas leigos (sem formação superior)[173]. Nas raras vezes em que a "psicoterapia" foi referida explicitamente como conceito em oposição à medicina ou à psicanálise, sua categorização teve outros destinos[174].

Decidir sobre qual dos múltiplos sentidos definia cada aparição da palavra "psicoterapia", nos textos, foi tarefa árdua, pois tínhamos a impressão de que os autores, olvidando a polissemia, quase sempre se referiam "à" psicoterapia como monobloco, em contraste absoluto com "a" psicanálise. Ainda que a pluralidade fosse indicada, nela em geral não se via a *diversidade* em si, mas uma simples colagem de facetas do *mesmo*. Na citação a seguir – que aliás reduz as diferentes abordagens em psicoterapia a uma confusão de "métodos" – um autor da Revista Correio afirma: "Todos esses métodos são eficazes, tal como algumas centenas de outros, até a recém–nascida psicoterapia integrativa que autoriza a utilização sucessiva ou simultânea de cada um dos métodos (MALEVAL, op. cit., p. 55). A redução de abordagens teóricas a simples métodos faz parte de um esforço de desqualificação da diferença. Além disso, é preciso lembrar que muitas vezes por trás desses "métodos"

---

[171] Categorizada na dimensão identitária das "Ações psicoterápicas, de tratamento psíquico", atrelada ao agente textual "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)", ativado o agente privilegiado "Psiquiatria" ou "Psicologia".

[172] Categorizada na dimensão identitária das "Ações psicoterápicas, de tratamento psíquico", vinculada ao agente textual "Universo psi, atenção clínica e saúde mental".

[173] Categorizada enquanto agente privilegiado "A Psicoterapia (campo de práticas, habilitação)", especificidade do agente textual "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)".

[174] No primeiro caso, como agente privilegiado "Psicoterapias não médicas", e no segundo, o agente privilegiado "Psicoterapias não psicanalíticas", em geral ligados ao agente textual "Universo psi, atenção clínica e saúde mental".

existem movimentos organizativos, grupos, instituições, que são invisibilizados na condição de "métodos". O ataque não se restringe ao tema mais superficial dos "métodos", penetrando nas próprias bases sociais que os sustentam. Esses grupos externos (ao psicanalítico), invisibilizados, podem ser lidos como exogrupos para o endogrupo psicanalítico. De conformidade com o que afirma a psicologia social, no interior dos exogrupos homogeneizados não haveria espaço para as diferenças, a pluralidade, a criatividade, havendo apenas uma coleção do mesmo (DESCHAMPS; MOLINER, op. cit.), de indivíduos iguais, aqui uniformizados por sua crença nos "métodos". Na ADC também é central a leitura acerca da alta diferenciação percebida no endogrupo e a indiferenciação atribuída aos exogrupos (VAN DIJK, 2008). Mais adiante voltaremos a isto, com todas as implicações na pesquisa.

O sentido de "psicoterapia" como campo emergente (a letra "c" acima indicada) é o que mais nos interessa. Enquanto tal, ela foi passivizada 153 vezes no *corpus*, 93 das quais pelo lacano-millerianismo, que destacou mais sua institucionalidade e aspectos personalísticos que ações ou abstrações[175], em ações muitas vezes críticas, outras mais descritivas ou analíticas[176]. A referência à institucionalidade pode ser ilustrada pelo excerto a seguir, que menciona duas organizações psicoterapêuticas emergentes reunindo afiliados, no contexto dos projetos de regulamentação da psicoterapia na França: "bipartição do espaço psicoterapêutico entre a AFFOP e a FFdP" (MILLER, 2004, p. 20). Esta última é a Fédération Française de Psychothérapie; a AFFOP - Assocation Fédérative Francophone des Organismes de Psychothérapie Relationnelle et de Psychanalyse – por sua vez, agrega também psicanalistas e psiquiatras. Ambas são amostras do processo de autonomização das psicoterapias na França.

O predomínio, ainda que relativamente discreto, das ações opositoras desqualificadoras reforçou a distinção psicanálise-psicoterapia e a superioridade da primeira: "Consequentemente, não poderíamos inseri-la entre as psicoterapias, ou então seria preciso considerá-la como uma psicoterapia inteiramente diferente de todas as outras" (MALEVAL, op. cit., p. 56). A próxima citação, no mesmo texto, é ainda mais clara a respeito:

> Desde então, ao constatarmos que o princípio unificador das psicoterapias reside na sugestão, verificamos imediatamente que, nesse sentido, a

[175] As dimensões identitárias da psicoterapia passivizada assim contabilizaram: "posições" (53 vezes); "abstratas" (20 vezes) e; "processuais" (20 vezes). Entre as posicionais, as categorias "institucionalizadas" em destaque foram "Saberes e Campos", com 16 orações, e "Organização(ões) / ente institucional", com 12 orações. Entre as posicionais personalísticas a categoria "Profissional(is)" pontuou 16 vezes, enquanto "Personagem(ns)" apareceu 6 vezes. No caso das dimensões identitárias abstratas, a categoria mais recorrente foi a do(s) "Método(s), metodologia, critérios". Entre as dimensões processuais, as categorias mais relevantes foram a dos "Processos/lógica de tratamento ou serviço externo especializado", com 10 orações, e a dos "Processos de correção de rumos, reforma / Abertura à inovação", com 6 referências.

[176] 37 das passivizações se deram na supercateogoria das "Ações de oposição sujeito-objeto" (20 delas na categoria geral da "Ação de contraposição a alguém", 14 como "Ação de desvalorizar/desqualificar alguém"), 25 conforme a supercategoria das "Ações neutrais sujeito-objeto", e 24 na supercategoria "Ações de enquadramento sujeito-objeto".

> psicanálise é exceção, visto que ela é orientada por uma ética que lhe interdita a utilização da sugestão (MALEVAL, op. cit., p. 56).

A expressão "princípio unificador" cumpre a função discursiva de homogeneização, já referida, desqualificadora do campo inteiro da psicoterapia, referido certa feita no *corpus* da pesquisa como uma cópia mal feita da psicanálise: "Com seu sucesso mundial, inúmeras pequenas psicoterapias passaram a existir, tantos mestres quanto pequenas psicoterapias" (VILELA, op. cit., p. 41).

Além de rebaixadas como sugestionadoras, as psicoterapias teriam outros pontos fracos, como sua ignorância quanto ao valor do passado na determinação dos fatos psíquicos: "O tempo presente é o tempo da precariedade, da carência. Com isso nos aproximamos da psicoterapia que esteve sempre aderida ao presente" (GARCIA, op. cit., p. 71), marca típica da noção de subjetividade herdeira da filosofia clássica. A crítica aqui incide tanto sobre o *campo* da psicoterapia quanto sobre seus *profissionais*, cuja competência foi posta em dúvida pelo lacano-millerianismo: "Sabe-se que a prática da psicoterapia não é ensinada na universidade, nem na psiquiatria, nem na psicologia" (MALEVAL, op. cit., p. 54). Conforme a ADC, endogrupos dominantes costumam ver seu saber como "verdade", em oposição à mera "opinião" do não saber dos outros (VAN DIJK, 2008), em sua má formação.

Se à luz da psicologia social a homogeneização do exogrupo o empobrece, o nivelamento por baixo agride seus membros. Segundo Deschamps e Moliner (op. cit.), no primeiro caso temos uma "estereotipia", e no segundo uma "discriminação", que desqualifica os adversários, vistos como mera "agregação" de indivíduos, enquanto no endogrupo seus membros se percebem como uma "coleção" de diferenças, ou um coletivo ordenado segundo um "protótipo" inspirador. Os dois processos parecem fundar a identidade lacano-milleriana: alta diferenciação interna; alta identificação com os personagens unificados Freud-Lacan. Num passo teórico a mais, podemos supor uma ponte entre a "semelhança" (do exogrupo) e a noção de "familiaridade", de um lado, e entre a "diferenciação" (do endogrupo) e a noção psicanalítica de "não familiaridade", com a qual a psicanálise é identificada.

Além das desqualificações, as ações de ataque também produziram críticas[177], às vezes ácidas, contra a alegada bruteza psicoterápica. Uma autora, na Revista Correio, questiona uma técnica psicoterapêutica levada a cabo num hospital psiquiátrico, que consistiria em produzir um surto mental nos pacientes, para ali intervir (LUCHINA, op. cit.). Noutro relato de

[177] No interior da supercategoria das "Ações de oposição sujeito-objeto", a categoria geral da "Ação de contraposição a alguém" computou, em sua subcategoria específica "Questionar, criticar alguém", 13 orações.

experiência, o autor da Revista Correio admoesta práticas de psicoterapeutas da antiga Europa Oriental socialista, afeitos ao autoritarismo atribuído aos respectivos regimes políticos:

> Descobrimos como os psicoterapeutas floresceram por muito tempo nos regimes autoritários, sob controle dos médicos e dos responsáveis universitários, e só pediam para que se expandissem da maneira mais selvagem assim que o jugo econômico fosse levantado, enquanto que a psicanálise permanecia uma atividade clandestina, reduzida, cuja seriedade rechaçava os mais afobados em ter sucesso rápido (MATET, 2004, p. 52).

Ao autoritarismo se somaria a frieza tecnicista, como na crítica a seguir, voltada para a prática da psicoterapia na saúde pública: "Uma anoréxica condicionada com sucesso a retomar seu peso, e que se suicida alguns meses mais tarde, morre estatisticamente curada" (MALEVAL, op. cit., p. 55). São as mesmas críticas feitas à psiquiatria tecnicista, como vimos.

As ações opositoras da parte do lacano-millerianismo em relação à psicoterapia foram bastante incrementadas por recursos estilísticos que realçaram principalmente a cizânia entre eles[178]. No trecho a seguir, a psicoterapia é caricaturada por desconhecer a dimensão trágica do humano, marcada pela finitude: “O psicoterapeuta realmente não quer se preocupar com a morte, sua morte” (GARCIA, op. cit., p. 71). Entretanto, como sabemos, não só existem abordagens psicoterápicas de base existencialista, que conferem à temporalidade e à morte uma centralidade (FRANKL, 1992), como há aquelas voltadas especificamente para as questões que envolvem a perda, a morte, o luto (KÜBLER-ROSS, 1994; KOVÁCS, 1992).

Além de passivizada, a psicoterapia também foi perspectivada pelo lacano-millerianismo, num quantitativo quase 50% menor do que fora a psiquiatria na mesma situação[179], desigualdade que pode indicar tanto que o protocampo da psicoterapia ainda é insuficientemente estabelecido para servir de referência para ações envolvendo outros agentes, como que ele também é percebido como menos ameaçador à psicanálise, o que se confirma quando vemos quão poucas vezes a psicoterapia apareceu textualmente como agente ativo, a passivizar o lacano-millerianismo: apenas 4 vezes[180]. Em outras 28 vezes a psicoterapia passivizou diferentes agentes, e nessas orações a presença insinuada do autor-

---

[178] Das 93 passivizações da psicoterapia pelo lacano-millerianismo, 56 (60,21%) trouxeram estruturas argumentativas questionáveis, com franco domínio dos “Argumentos de ataque”, com frequência 41, em particular na modalidade “Espantalho”, que desqualifica o que o outro diz, retratando-o de forma caricatural.

[179] Foram 65 perspectivações d’“A Psicoterapia (campo de práticas, habilitação)”, e uma única vez as “Psicoterapias não analíticas em geral”, principalmente nas dimensões identitárias “Saberes e Campos” (21 vezes) e “Profissional(is)” (15 vezes), em orações que originalmente passivizavam o “Agente público, governamental, administrativo” (20 vezes), “A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)” (19 vezes) e “Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)” (16 vezes).

[180] A psicoterapia apareceu como agente ativo 32 vezes, passivizando os seguintes agentes: “Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)” (14 vezes); “Ente humano / condição humana” (5 vezes) e; “A psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)” (4 vezes).

psicanalista dos textos foi relativamente discreta[181], o que indica, mais uma vez, que a psicoterapia detém menos relevância que a psiquiatria, para o lacano-millerianismo.

O fato de que o nível de tensionamento com a psicoterapia é visivelmente menor que com a psiquiatria, facultou, nos textos do *corpus*, uma certa quantidade de ações neutrais nas passivizações da psicoterapia pelo lacano-millerianismo[182]. Ora, se alianças precisaram ser feitas com os psicoterapeutas, no contexto das ameaças de regulamentação dos psis, tanto na França como no Brasil, era importante que alguns aspectos mais amenos na representação se presentificassem. Nesse sentido, um dos autores da Revista Correio chega a enaltecer um ponto positivo da psicoterapia, alçando-a quase à altura da dignidade psicanalítica: "Nesse sentido, psicanálise e psicoterapia não estão tão distantes, ambas reconhecendo que a questão da verdade é uma questão do homem, ser falante por excelência" (GARCIA, op. cit., p. 70). Na página seguinte, entretanto, um novo elogio à psicoterapia deixa escapar, no seu desfecho, uma distinção valorativa a ela desfavorável: "A originalidade da psicanálise será tanto mais marcante na etapa atual, quando sabemos que nossos colegas psicoterapeutas trabalham a nosso lado, também eles marcados por alguma originalidade" [grifo nosso] (p. 71).

Psiquiatras e psicoterapeutas – seja por rendição ao mercado, à cultura tecnicista ou ao metodologismo – se apresentam aos destinatários da Revista Correio como agentes diminuídos em sua legitimidade. As representações assim engendradas passam a integrar os "modelos mentais" de seus leitores, idealmente identificados à causa da psicanálise. Entre os potenciais públicos externos desse veículo de comunicação nenhum será tão importante quanto o da psicologia acadêmica.

e) Representando a psicologia e o psicológico no início do século XXI:

Como vimos mais atrás, se a maior "parceria" interdisciplinar/interinstitucional da psicanálise até meados do séc. XX foi com a psiquiatria, após o esfriamento dessa relação a psicologia passou a ser a alternativa. Esta mudança não foi só reativa, mas também *proativa*: era evidente que a autoimagem do homem no séc. XX devia menos à psiquiatria que à psicologia e à psicanálise. Estas duas, portanto, teriam de disputar a posse do "psicológico" em sentido *lato*.

Nesta última parte do estudo veremos a Revista Correio representar a psicologia e, em seu interior, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). Três considerações metodológicas são necessárias: 1) não tratamos da TCC no item do trabalho voltado à "psicoterapia", deixando-a para agora, porque tomamo-la como subárea da psicologia clínica, herdeira da

[181] Foram 19 presenças insinuadas do autor.
[182] Das 25 orações neutrais, 22 foram segundo a categoria geral da "Ação de descrever alguém".

confluência das psicologias cognitiva e comportamental, origem não negada por seus adeptos, quase todos psicólogos. Isto nos possibilitou um estudo comparativo entre a psicologia *em geral* e a TCC, *em particular*; 2) deixamos para tratar somente agora do tema da Associação Brasileira de Psicoterapia – que caberia no item anterior do trabalho – porque essa instituição fora criada pelo Conselho Federal de Psicologia, acirrando as tensões entre a psicologia e a psicanálise; 3) optamos começar pela a análise qualitativa pura do *corpus*, extraindo o tema geral da *infiltração da psicanálise na psicologia*, para, só depois, considerarmos, também, os números na dinâmica entre agentes textuais, suas ações, suas estruturas argumentativas.

Existe um grande mal-entendido entre a psicologia e a psicanálise: a psicologia acadêmica tende a vê-la como uma de suas abordagens; os psicanalistas lacano-millerianos vêm a psicologia como um mundo alienígena onde passaram a habitar no pós-psiquiatria, como evidencia esta passagem da Revista Correio:

> Consideremos por exemplo o fato de que a maioria daqueles que hoje atuam como analistas, diversamente do que ocorria na época de Freud, e também de Lacan, é formada profissionalmente em psicologia e não mais em medicina, particularmente em psiquiatria (VIDAL, op. cit., p. 116).

A Revista Correio descreve a expansão lacano-milleriana na psicologia brasileira, precedida, como sabemos, pela introdução na Argentina, onde "recentemente, nosso [deles] Ministro da Saúde lamentou publicamente a obstinada preferência que, todavia, os psicólogos sustentam pela psicanálise de orientação lacaniana" (BARROS, 2005*b*, p. 67). Esta "obstinada preferência" alude ao *desejo* dos alunos portenhos, manejado por seus psicanalistas-professores: "Algumas cadeiras psicanalíticas incluíram em seus programas o estudo crítico de terapias não analíticas, o que indica o avanço dessas orientações" (BARROS, 2005*b*, p. 67). Replicado no Brasil, este modelo tem prosperado largamente:

> Nas atividades (seminários, núcleos, cursos, jornadas etc.) das Seções da nossa Escola, é obviamente maciça a frequência de estudantes de psicologia e de psicólogos que fazem mestrado ou doutorado. Nas grandes e pequenas universidades, públicas ou particulares, sobretudo nas faculdades de psicologia, é igualmente ampla a presença de analistas como professores de graduação e pós-graduação, supervisores de estágio, conferencistas em congressos acadêmicos etc. (VIDAL, op. cit., p. 116).

Como efeito dessa overdose de presença, surgem 'embaixadas' psicanalíticas para além de suas fronteiras: "contamos com psicólogos presentes na Saúde Mental (Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Ambulatórios, clínica de rua junto a usuários de drogas), em hospitais, escolas, no âmbito jurídico, na polícia militar e outros (VIDAL, op. cit., p. 117). A citação seguinte – que descreve uma ação lacaniana num hospital psiquiátrico - ilustra bem a profunda infiltração capilar, simultaneamente na psiquiatria e na psicologia:

> Foi então que o diretor do hospital, na época representada por Marcelo Veras (membro da EBP/AMP), dirigiu-se à coordenação do Serviço de Psicologia da universidade, na época representada por Analícea Calmon (membro da EBP/AMP), buscando uma parceria para a criação de uma residência em Psicologia Clínica e Saúde Mental. Esta iniciativa inovadora no Nordeste resultou na elaboração de um projeto de trabalho orientado pela psicanálise que, tendo sido aprovado pelo Departamento de Psicologia da UFBA, possibilitou, no ano de 2005, o surgimento da 1ª turma de residência (CALMON; RESTRÊPO; HAGE, op. cit., p. 71).

As duas pessoas referidas eram membros da EBP (Escola Brasileira de Psicanálise) e da AMP (Associação Mundial de Psicanálise, à qual a EBP é filiada). Em resumo: a EBP psiquiátrica procurou a EBP psicológica para ampliar o alcance social da EBP institucional.

O interesse da Escola Brasileira de Psicanálise pelo mercado da psicologia é notório. Numa das matérias da Revista Correio, Vidal (op. cit.) dá os números: em 2015 o Brasil tinha nada menos que 216.000 psicólogos, superando inclusive os EUA, com 137.000. Eis o caminho das pedras para a psicanálise:

> Por isto, nos hospitais, quando os especialistas em órgãos como o coração, pulmão, etc., fracassam nos seus esforços junto a um paciente, é suposta e intervenção de um órgão a mais – a psique -, cujo especialista é o psicólogo. Tal psicólogo bem pode ser um sujeito mordido na faculdade pela psicanálise, lecionada como um dos paradigmas conceituais de importância na formação do psicólogo (VIDAL, op. cit., p. 116-117).

O agente dessa alquimia é o psicanalista-professor, que atuará em muitos outros espaços acadêmicos, além da sala de aula, como cursos de extensão de extração lacaniana (INSTITUTO DE PSICANÁLISE DA BAHIA, 2015) e, o mais importante: a supervisão clínica de alunos de psicologia (CONSELHO DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE, op. cit; LUCHINA, op. cit). Para fidelizar os psicólogos já formados, a EBP também oferece cursos especiais (BARROS, 2015*b*).

O psicanalista-professor se esmera para conferir um clima mais transferencial que didático-pedagógico junto ao estudante, protagonista inconsciente (nos dois sentidos) da aventura do conhecimento. Mais que o ensino teórico (reificado) psicanalítico, na sala de aula o encontro se daria com o saber consensual do estudante, com a sua vida. O caminho para a formação do psicólogo-psicanalista, futuro psicanalista (talvez *ex-psicólogo*) passa, então, pela transferência de trabalho com o analista-professor, a proclamar nos aprendizes representações sociais que a psicanálise constitui sobre o mundo – em especial o mundo psíquico -, erigindo "modelos mentais" (VAN DIJK, 2008) prenhes de significações sociopessoais: o Inconsciente não é um conceito, mas a *minha* verdadeira essência; o Complexo de Édipo não fala do amor e do ódio na família humana, mas retrata *o que eu sinto*

por meus pais; a psicopatologia psicanalítica não descreve as formas do sofrimento psíquico, posto que ela é o "raio-x" *do que eu sofro*. O grau de inevitabilidade de afetações assim, em qualquer ensino que lide com a subjetividade, é algo que pode ser discutido; a questão aqui é que submetemos a política desse manejo em específico ao escrutínio de um olhar psicossocial, e principalmente crítico-discursivo, quando sabemos que discursos de poder podem violar o direito de estudantes quanto a serem adequadamente informados (VAN DIJK, 2008).

O estudante "mordido" pela psicanálise poderá frequentar a instituição psicanalítica proclamadora da "verdade" na universidade, iniciando uma quase formação paralela, tema delicado sobre o qual nos faltam dados de estudos atuais. Neto (2004), entretanto, descreve uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia, ainda em 1987, que avaliou, dentre outras coisas, as "formações complementares" ofertadas a estudantes de psicologia:

> A maior parte dessa formação era realizada em organizações privadas, geralmente em institutos, escolas ou associações que representam linhas de psicoterapia específicas (de psicanálise, psicodrama, gestalt, existencial etc.). Curiosamente, a pesquisa assinala que é dentro da própria faculdade de psicologia que esse caminho é, de modo paradoxal, indicado ao aluno. O paradoxo é que a própria instituição universitária se desqualifica ao apontar que é em outro lugar que acontecerá a verdadeira formação. Em decorrência disso, essa formação se apresenta como mais que um complemento (...). O resultado de tudo isso é que alguns estudantes se "formam" antes mesmo de completarem a graduação. Esta passa a ser vista mais como lugar de obtenção de titulação que propriamente de formação. Cria-se, portanto, um circuito curioso de formação em paralelo, em que um dos lados oferece a legitimação oficial e legal e, o outro, a legitimação da formação verdadeira e competente. É importante lembrar que vários professores trabalham em dupla militância nesse circuito de formação em paralelo, como professores na graduação e membros de escolas de psicoterapia, ainda que isso justifique apenas parcialmente esse estado de coisas (NETO, op. cit., p. 87).

Se este já antigo fenômeno valeria para as múltiplas correntes psicoterápicas, supomos que o caso da psicanálise se diferencie duplamente das restantes: qualitativamente, por conta do discurso psicanalítico ser o mais francamente antagônico à psicologia; quantitativamente, por conta de o número e a capilaridade de instituições psicanalíticas das mais variadas matrizes parecer muito superior ao homólogo em outras abordagens.

Com base em Deschamps e Moliner (op. cit.) podemos problematizar, em psicologia social, as etapas desse processo de duplo vínculo. De saída, o encontro do estudante de psicologia com a psicanálise lhe acrescentaria uma "identidade pessoal positiva", condição para o pertencimento a um novo grupo. Em seguida, passando a frequentar instituições analíticas, nele se daria uma "socialização antecipadora", a operar a transição entre o grupo original de pertença (a psicologia) e um novo e atraente grupo de referência (a psicanálise),

que poderá se tornar depois *o* grupo de pertença. Seria esta a política deliberada do lacano-millerianismo na universidade? Vejamos o que dizem os dados numéricos...

Três são as configurações possíveis para nosso estudo das representações discursivas do lacano-millerianismo quanto aos agentes textuais da psicologia e da TCC na pesquisa qualitativa: os agentes psicológicos passivizados pela psicanálise; os agentes psicológicos perspectivados pela psicanálise e; os agentes psicológicos passivizando a psicanálise. Face à extensão e complexidade dos dados do primeiro caso, faremos um percurso diferente daquele das análises anteriores, começando pelas perspectivações do psicológico pelo lacano-millerianismo, levando em conta que esse tipo de relação textual é muito útil para a fixação de "contextos" que depois serão desdobrados em outras análises.

O campo psicológico foi bastante considerado pelo lacano-millerianismo ao refletir sobre si mesmo ou quando pensava outros agentes socioculturais, em especial o conjunto dos outros "psis", inclusive equilibrando com grande paridade as perspectivações da psicologia em geral e da psicologia particularizada enquanto Terapia Cognitivo-Comportamental[183], fenômeno que lemos como confirmação da pertença da TCC à psicologia, na representação. Esta simetria só sofreu uma discreta variação quando vemos que nas perspectivações da "Psicologia", a psicanálise e os outros psis tenderam a ser passivizados de forma mais *descritiva*, enquanto que nas perspectivações da "TCC", o foram de modo mais *analítico*[184].

A representação contextual do psicológico concentrou-se em alguns de seus aspectos identitários. No caso da "Psicologia", os psicólogos, suas organizações e seu próprio campo de saber. Em relação à "TCC", seu campo, seus métodos e serviços, sua expansão enquanto movimento[185]. Neste último caso, a fusão entre métodos e movimento social sugere um diferencial em relação à "psicologia" em geral, dando os sinais, aqui, de uma *tecnopolítica* associada intimamente à Terapia Cognitivo-Comportamental.

Após este sobrevoo, chegamos ao ponto forte desta parte do estudo: a análise qualitativa baseada na frequência das representações *diretas* do psicológico pelo "Sujeito do Psicanalítico", que caracterizaram 256 orações, com uma dispersão desigual entre os agentes

---

[183] Das 149 perspectivações do psicológico, 72 se referiram ao agente "Psicologia", e 77 ao agente "Terapia Cognitivo-Comportamental". Em ambos os casos, o agente que havia sido mais passivizado fora "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" (23 vezes nas perspectivações da "Psicologia", e 38 vezes nas da TCC) e os "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)" (15 vezes nas perspectivações da "Psicologia", e 16 vezes nas da TCC).

[184] Nas perspectivações da "Psicologia" a psicanálise e os outros psis haviam sido passivizados segundo estas supercategorias de ações: "Ações neutrais sujeito-objeto" (29 vezes); "Ações de enquadramento sujeito-objeto" (27 vezes); "Ações de oposição sujeito-objeto" (10 vezes). Nas perspectivações da "TCC": "Ações de enquadramento sujeito-objeto" (28 vezes); "Ações de oposição sujeito-objeto" (12 vezes); "Ações assimétricas sujeito-objeto" (10 vezes).

[185] No caso da "Psicologia", foram dezenove dimensões identitárias, com destaque para "Profissional(is)" (24 vezes); "Organização(ões) / ente institucional" (10 vezes); "Saberes e Campos" (9 vezes). Quanto à "TCC", foram vinte e uma dimensões identitárias, sobressaindo: "Saberes e Campos" (29 vezes); "Processos/lógica de tratamento ou serviço externo especializado" (13 vezes); "Processos de expansão e conquista de espaços" (8 vezes).

passivizados: a "Psicologia" foi objetificada 91 vezes, contra 165 da "Terapia Cognitivo-Comportamental", a primeira na *grande maioria das vezes* como especificidade privilegiada do conjunto dos outros psis, e a segunda, *sempre*[186]. Esta defasagem já indica uma maior ênfase na caracterização do específico da TCC na representação social do psicológico.

A análise comparativa das feições identitárias da psicologia, em geral, e da TCC, em particular, permite interpretações adicionais. Assim, a "Psicologia" foi mais caracterizada em seus aspectos personalísticos, individuais (o psicólogo, o psicólogo fulano de tal...), enquanto que a TCC foi mais representada como campo teórico-prático, com alguma ênfase para seus aspectos abstrato-conceptuais[187]. A diversidade da(s) psicologia(s) pode ter favorecido a sua objetivação – no sentido moscoviciano – na imagem social estável do profissional da psicologia, enquanto que a TCC, especificada, surgiu mais institucionalizada.

A grande atenção dada à TCC na Revista Correio espelhou a preocupação dos psicanalistas com o rápido avanço dessa abordagem psicológica na contemporaneidade, cuja constância no *corpus* da pesquisa, entretanto, poucas vezes assumiu uma forma textual direta, a ponto de evocar a categoria identitária específica para tal: os "Processos de expansão e conquista de espaços"[188]. Miller (2005), por exemplo, questiona se esse fenômeno não seria uma ressurgência de uma "vontade de sugestão", contra a qual a psicanálise teve de lutar em suas origens. Até na Argentina, maior fortaleza mundial da psicanálise hoje, o avanço da TCC nos cursos de psicologia passou a chamar a atenção (FERNANDEZ, 2005). Assustada com tal paradoxo esta autora supõe que a escalada da TCC possa ter se dado por conta de uma

---

[186] O agente privilegiado "Psicologia" surgiu associado aos seguintes agentes textuais passivizados: "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)" (62 vezes); "Agente representativo de classe" (10 vezes); "Agente educacional" (9 vezes); "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana" (6 vezes); "Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)" (2 vezes) e; "Outros agentes sanitários (medicinais, de cuidados, etc.)" (2 vezes). A "TCC" esteve sempre associada aos "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)".

[187] Das 91 passivizações da "Psicologia", 59 corresponderam ao grupo das dimensões posicionais, 23 às dimensões processuais, e 9 às dimensões abstratas. Das 59 orações em que a "Psicologia" fora passivizada posicionalmente, 49 vezes foi na condição "personalizada", sendo que destas, 28 tinham como dimensão identitária o(s) "Profissional(is)", e 10 correspondiam ao(s) "Personagem(ns)". Nas dimensões processuais, a "Psicologia" foi representada de forma um tanto dispersa, pontuando em diversos subgrupos, como "Ação coletiva / institucional" e "Produção de conhecimento / tecnologia" (5 vezes, cada), "Serviços institucionais" e "Processos sociais gerais" (4 vezes, cada), "Atos gerais" e "Internalidades institucionais" (2 vezes, cada), e "Movimento" (1 vez). Entre as abstrações, a "Psicologia" fora referida principalmente no subtipo "reificada", como "Bibliografia / Texto / Escritos" (2 vezes), "Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)" (2 vezes), e "Documento / relatório / diretriz / manifesto" (1 vez). Com relação à "Terapia Cognitivo-Comportamental", das 165 passivizações, 81 disseram respeito a dimensões identitárias posicionais, 42 às dimensões processuais, e 39 às dimensões abstratas. Entre as dimensões posicionais o destaque recaiu sobre aquelas "institucionais", presente 53 vezes, sendo que nada menos que 52 disseram respeito à TCC enquanto "Saberes e Campo". Entre as dimensões processuais, das 42 orações a "TCC" foi representada no subtipo "Serviços institucionais" (22 vezes, todas elas na categoria específica dos "Processos/lógica de tratamento ou serviço externo especializado"), no subtipo "Posições / práticas questionáveis e de poder" (8 vezes, dispersa em seis categorias específicas), no subtipo da "Ação coletiva / institucional" (7 vezes, seis das quais na categoria específica dos "Processos de expansão e conquista de espaços"). Nas abstrações a TCC sobressaiu no subtipo "conceitual", com destaque para a categoria "Método(s), metodologia, critérios", que caracterizou 19 dessas orações, enquanto as abstrações "personalizadas" estiveram presentes em 8 orações, as "reificadas" em 2 orações, e as "socioculturalistas" e as "factual / fenomenal", com 1 oração, cada uma.

[188] Esta categoria foi referida apenas seis vezes em todo o corpus. Como veremos mais adiante, o teor mais urgente das críticas psicanalíticas à TCC acabou concentrando o ataque a vários aspectos atribuídos à TCC (como seu tecnicismo, seu absolutismo, seus compromissos escusos, etc.), implícitos no processo de rápida expansão da abordagem.

tendência descuidada dos psicanalistas, muito atentos à "realidade psíquica", mas desatentos em relação à realidade política. Barros (2005*b*) critica alguns analistas argentinos que teriam reconhecido na "eficácia" um aspecto positivo nas TCCs, enquanto Miller (2005) chega a debochar de um ex-psicanalista que, entediado com sua prática anterior, trocou a psicanálise pela TCC. Este sumário de *mea-culpa* psicanalítica, a sugerir descuido para com a política, contradiz tudo que temos visto aqui quanto à enérgica militância política dos lacanianos. Argumentos desse tipo cumprem mesmo uma função discursiva de creditar o sucesso do "outro" não a suas qualidades, mas a um deslize do "eu" que o representa socialmente.

A partir do grande conjunto de orações onde o lacano-millerianismo tomou como objeto representacional-discursivo a psicologia, passemos ao estudo do teor das *ações*, às vezes concentrando-nos no nível categorial máximo, das supercategorias, outras vezes acessando níveis medianos ou refinados, das categorias gerais das ações, e das específicas.

O estudo comparativo das ações lacano-millerianas perante o agente geral "Psicologia" e o específico "Terapia Cognitivo-Comportamental", mostra que as relações entre essa psicanálise e a psicologia são complexas, até contraditórias. Por um lado, os dados mostram que a "Psicologia" foi representada mais descritivamente, em formas neutrais, em contraste com a "TCC", sobre a qual recaíram mais ações marcadamente hostis, seguidas daquelas de teor analítico, a emitir juízos ou tomar posições[189]. Por outro lado, noutras vezes, a hostilidade psicanalítica foi distribuída igualmente a ambos os âmbitos do psicológico.

As representações ligadas a ações mais neutrais em relação à "Psicologia" não apenas descreveram-na, mas reconstituíram acontecimentos envolvendo a psicologia e condensaram depoimentos de psicanalistas quanto a ela[190]. Isto evidencia uma relação bastante aproximada do "Sujeito do Psicanalítico" com seu objeto representacional. Assim, por exemplo, Luchina (op. cit.) consome um bom espaço textual, na Revista Correio, para caracterizar o curso de psicologia (currículo, número de alunos matriculados) onde ministrava aulas sobre psicopatologia e orientava estágios. Outra matéria cuidou de caracterizar detidamente as relações entre psicólogos e seu órgão representativo de classe no Canadá (BÉRAUD, 2004).

---

[189] Das 91 vezes em que foi passivizada, a "Psicologia", em geral, foi referida segundo as seguintes supercategorias de ações, por ordem decrescente: "Ações neutrais sujeito-objeto" (37 vezes); "Ações de oposição sujeito-objeto" (22 vezes); "Ações de enquadramento sujeito-objeto" (17 vezes); "Ações assimétricas sujeito-objeto" (12 vezes); "Ações amistosas sujeito-objeto" (2 vezes) e; "Ações do sujeito ativo" (1 vez). Das 165 vezes em que foi passivizada, a "Terapia Cognitivo-Comportamental" foi abordada conforme as seguintes supercategorias: "Ações de oposição sujeito-objeto" (77 vezes); "Ações de enquadramento sujeito-objeto" (53 vezes); "Ações neutrais sujeito-objeto" (25 vezes); "Ações do sujeito ativo" (5 vezes); "Ações amistosas sujeito-objeto" (3 vezes) e; "Ações assimétricas sujeito-objeto" (2 orações).

[190] Das 37 ações neutrais da psicanálise em relação à "Psicologia", 36 se deram conforme a categoria geral da "Ação de descrever alguém". Mas quando desmembramos esta em suas categorias específicas de ação, encontramos o seguinte quadro categorial: "Descrever/afirmar algo factual, com isenção", com 12 orações; "Dar depoimento sobre", com 11 orações; "Descrever/conceber alguém", com 11 ações; "Narrativar, mitificar sobre" e "Diagnosticar situação/fazer balanço de", ambas com 1 oração.

Em todos os casos, no entanto, estas descrições/depoimentos cumpriram uma função mais introdutória a abordagens mais complexas da relação psicanálise-psicologia.

Conforme penetramos nessa complexidade, a tendência majoritariamente pacífica em relação à psicologia em geral foi sendo posta em dúvida. Além de dar seus depoimentos sobre, o lacano-millerianismo também colocou a psicologia sob seu escrutínio[191], o que é bem diferente de algo neutral, como no trecho a seguir, que a problematizou sob uma forma quase crítica: "O Sr. Roussillon, professor de psicologia, deseja reduzir a contradição entre diploma e análise pessoal selecionando personalidades adequadas ao exercício da psicoterapia no início de um processo de "pós doutorado"" (LAURENT, 2004, p. 35). Num número um pouco maior de ocasiões o elemento pacífico na representação foi sendo quebrado por gestos textuais de contraposição, crítica, denúncia e desqualificação da psicologia[192]. O alto tensionamento resultou em verdadeiras rupturas nas seguintes circunstâncias: quando a identidade da psicologia foi confundida com a da TCC e; quando a psicologia institucionalizada tomou alguma iniciativa lida como prejudicial à psicanálise. Esta duplicidade representacional quanto à "Psicologia" nos evocaria a imagem de uma *ambivalência* entre os autores da Revista Correio. Houve quem condenasse a psicologia por sua "multiplicidade" obscurecedora da "diferença" típica da singularidade humana (VIDAL, op. cit.), perdida em seu ecletismo teórico (HOLK; ROSA, op. cit.), como também quem recomendasse expressamente que analistas lacanianos se aproximassem não apenas de outras correntes psicanalíticas, mas da psicologia, justo por conta do pluralismo (CALDAS, op. cit.).

Estes casos, no entanto, não mostram uma verdadeira *ambivalência* quanto à psicologia, mas uma *conveniência*. Quando o lacano-millerianismo agiu de forma mais neutra ou mesmo favorável à psicologia, sempre deixou clara sua posição de distanciamento prudente; ao contrário, quando agiu de forma opositora, não fez questão de matizar esse desafeto. As desconfianças psicanalíticas em relação à psicologia têm longa história, mas, nos primeiros anos do séc. XXI, duas ações simultâneas da psicologia institucional brasileira em relação à psicanálise reforçaram representações ambivalentes-convenientes quanto ao psicológico: de um lado, o Conselho Federal de Psicologia se opondo à regulamentação da psicanálise; de outro lado, o mesmo CFP criando um órgão interno para o qual a psicanálise seria uma psicoterapia. Esta última ação chocou a comunidade lacano-milleriana, justo quando o CFP havia dado claros sinais de "defesa" da psicanálise, ao tomar a iniciativa da

[191] Das 17 ações de enquadramento, 15 delas foram conforme a categoria geral da "Ação de problematização sobre algo/alguém", e 2 como "Ação de posicionamento acerca de algo/alguém".

[192] A supercategoria das "Ações de oposição sujeito-objeto" trouxe os seguintes números, em suas categorias gerais de ação: "Ação de contraposição a alguém" (11 orações, 6 delas na categoria específica "Questionar, criticar alguém", e 5 delas na de "Denunciar, acusar alguém de algo") e; "Ação de desvalorizar/desqualificar alguém" (10 orações).

criação da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, em parceria com a Associação Brasileira de Psicanálise, representante maior da IPA no Brasil (LOPES, 2019; ALBERTI et al., op. cit.; SIGAL; COMTE; ASSAD, op. cit.). A Revista Correio entrevistou um ex-presidente do CFP, a este respeito, no contexto das pressões evangélicas sobre a psicanálise:

> Diante desse cenário [a SPOB perguntando ao CFP se ele fiscalizava a prática da psicanálise], e, a despeito da nossa compreensão de que a psicologia e a psicanálise são campos distintos, entendemos que o CFP estava sendo demandado pela sociedade a partir do seu caráter de orientação e fiscalização, e pelo fato de que não haveria outro *locus* para se dirigirem. Após diversas discussões internas, o CFP entendeu que deveria acionar as entidades psicanalíticas para dividir essa questão e propor a criação de um espaço, ou melhor, de um fórum comum onde pudesse haver alguns consensos entre elas (ASSAD, 2015*c*, p. 137-138).

Algumas linhas adiante, Ricardo Moretzsohn, o ex-presidente do CFP acrescenta:

> Desde o início, o CFP, representado por mim, organizou e participou desse espaço gerando, por vezes, estranhamentos de alguns acerca da nossa presença. Com o passar do tempo, isso foi totalmente diluído e a nossa presença nesta cena foi acolhida como uma parceria importante (ASSAD, 2015c, p. 138).

Interessante observar que, mesmo estando a psicanálise sob ataque, foi preciso o CFP conclamar a diversidade psicanalítica, tão dividida! Talvez coubesse mesmo a ele fazê-lo, vez que ao campo da(s) psicologia(s) nunca foi estranha a pluralidade...

Muito cedo a "parceria" seria fraturada. Primeiro, a "Articulação" rejeitou uma proposta do CFP de que o credenciamento de analistas ficasse a seu encargo e do Conselho Federal de Medicina. Mas a ruptura veio quando o CFP criou, em 2003, a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP), para quem a psicanálise seria uma forma de terapia psicológica. Assim, tão logo os projetos de regulamentação da psicanálise – o inimigo comum das psicanálises e da psicologia – foram sendo arquivados, os alvos psicanalíticos passaram a ser a ABRAP e o CFP, que terminou se afastando da "Articulação", conforme registram outros autores externos ao *corpus* da pesquisa (LOPES; RIBEIRO, 2009). A imagem do "inimigo comum" é mesmo muito forte em momentos chave da história da psicanálise: inicialmente o inimigo comum para cada instituição psicanalítica eram as *outras psicanálises*; depois passou a ser os falsos profetas da psicanálise evangélica e; por fim, a psicologia...

Se na França houve uma aliança do lacano-millerianismo com os psicoterapeutas, ela só foi possível por conta da liderança de Jacques-Alain Miller. No Brasil a aliança com os psicólogos fora "liderada", inicialmente pela psicologia. Isto não seria tolerado. A ruptura foi inevitável e o lacano-millerianismo se viu numa guerra em duas frentes, como bem aponta esta citação da Revista Correio:

> ...a prática da psicanálise passa a ser alvo tanto da organização burocrático-avaliativa do campo das psicoterapias, cujo emblema é a criação da ABRAP (Associação Brasileira de Psicoterapia), quanto das inúmeras correntes protestantes que têm proliferado no Brasil (VIEIRA, 2004, p. 47).

Uma guerra, aliás, onde os dois inimigos teriam algo em comum:

> O argumento utilizado nos últimos projetos de lei que tentam regulamentar a profissão de psicanalista no Brasil, assinalados pelos deputados Éber Silva, em 2000 e por Simão Sessim, em 2003, a saber, proteger a população dos riscos das práticas não esclarecidas, reaparece, através da ABRAP, amplamente explorado, não mais pelos representantes do Estado, mas por uma iniciativa dos próprios profissionais psi (FUENTES, op. cit., p. 67).

Sobre a ABRAP recairiam suspeitas de seu suposto intento em controlar todo o campo psi (Bogochvol, op. cit.; Fuentes, op. cit.), instaurando um imperialismo psicológico:

> No Brasil, se o "Ato médico" - o projeto de lei do ex-senador Geraldo Althof, recém aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, e que outorga ao médico a exclusividade do diagnóstico de doenças e prescrição terapêutica - ata os profissionais psi, tal como destaca a última edição do Jornal do Federal do Conselho de Psicologia; com a ABRAP vislumbram-se as consequências do que poderíamos chamar de "Ato do psicólogo" (FUENTES, op. cit., p. 68).

O que restasse de amenidades nessas representações psicanalíticas para com a psicologia, logo reverterá num giro de 180º. Nuvens pesadas recobriam o céu dessas relações. Cenas de horror passam a ser evocadas para reforçar os perigos da psicologia, como algumas relacionadas ao tema das "práticas abusivas" de psicólogos, capazes de fazer seus pacientes acreditarem serem o que não eram ou terem sido submetidos a situações que não ocorreram:

> Eram qualificados e bem formados os psicólogos e médicos que geraram, por sua conduta orientada em psicoterapia, as três grandes epidemias de patologias iatrogênicas que se desfraldaram sobre os EUA, desde os anos 70: as personalidades múltiplas, as falsas lembranças e as abduções extra-terrestres (MALEVAL, op. cit., p. 53).

A própria visão de mundo da psicologia poderia ser qualificada como abusiva. Castro e Carvalho (op. cit.), reduzindo a psicologia inteira ao quantitativismo, a considera como afiliada a uma "lógica segregativa". Outro autor-analista, num texto cujo título diz muito – *Psicólogos, marchem!* – associa as orientações do CFP sobre como lidar em casos de suspeita de abuso sexual infantil, a uma vigilância fascista: "Esse princípio já foi tentado na primeira metade do século passado, para a vergonha da raça humana" (FORBES, 2004*b*, p. 79).

Afora em razão dos "ataques" da psicologia institucional brasileira à psicanálise, as piores hostilidades contra a "Psicologia" na Revista Correio decorreram, como dissemos, da confusão – típica do lacanismo - entre o todo e a parte. Muitas vezes a "Psicologia" acabou sendo *simplificada* como "ciência" da mera consciência ou da conduta; daí sua redução ao

modelito atribuído à TCC. Esta superposição do cognitivo-comportamental no psicológico se deu majoritariamente nas orações cujas ações textuais eram de oposição, inclusive sendo reforçadas pelo recurso estilístico das estruturas argumentativas questionáveis que, tanto na "Psicologia" como na "Terapia Cognitivo-Comportamental" foram em sua maioria argumentos de ataque[193].

Mesmo frágil epistemológica e eticamente, a "Psicologia" seria um mal necessário. Desnecessária seria a TCC, lastreada por uma epistemologia do erro, pois fundada na "consciência", e numa falsa ética, focada nos "resultados". É nessa linha discursiva que seguiremos agora, analisando as passivizações psicanalíticas da TCC, começando pelas poucas referências mais amenas, até chegarmos às mais severas e radicais.

Nas proporcionalmente escassas vezes em que a TCC fora concebida e descrita de forma mais neutra, às vezes testemunhal[194], amiúde ao elemento descritivo acoplava-se uma crítica indireta, uma lamentação. Vilela (op. cit.), assim, comenta a expansão da TCC na Europa, mas associando-a a uma indisposição para com a psicanálise. Brodsky (2005) descreve, com indignação, uma pesquisa francesa dos anos 2000 que concluíra pela cientificidade da TCC e pela inocuidade da psicanálise. Miller (2005) lamenta a tendência atual da substituição da psicanálise pela TCC como referência mor nas clínicas psi. Estas "descrições" mais se parecem "testemunhos", fazendo voltar o foco da representação para o lado de quem representa, o que concorda com Jovchelovitch (2008), para quem a representação do outro garante a representação de si, no ato mesmo de *representar*.

Essa propensão restritiva ao outro e confirmatória de si vemos quando a psicanálise, mais que descrever, examinou a TCC, interpretando-a, ponderando sobre ela, às vezes comparando-a[195]. Nessas raras comparações, o destino da TCC já estava decidido, como

---

[193] A prevalência e a quase equivalência percentual da estilística ofensiva, considerando os dois agentes psicológicos pode ser consultada aqui. Assim, das 91 orações que passivizaram a "Psicologia", 20 (21,97%) portaram essas estruturas argumentativas, das quais 12 (60%) foram na categoria geral dos "Argumentos de ataque" (todos no subtipo argumentativo que "desqualifica o que o outro diz", segundo a categoria específica do "Espantalho"), 6 foram na categoria dos "Argumentos indutores" (4 vezes no subtipo dos argumentos com "elementos para a sedução do interlocutor", e 2 vezes no subtipo do "apelo ao temor a fim de convencer", caracterizado na categoria específica do "Efeito dominó", onde se cria a imagem da precipitação de uma temida reação em cadeia), e 6 foram na categoria geral dos "Argumentos sem fundamento" (um deles no subtipo "elemento deduzido por desejo" e um no subtipo "elemento deduzido apressadamente"). No caso da "Terapia Cognitivo-Comportamental", do total de suas 165 passivizações, 88 (53,33%) foram acompanhadas de estruturas argumentativas questionáveis, com a seguinte distribuição: 56 (63,63%) "Argumentos de ataque", 53 deles conforme o subtipo do argumento que "desqualifica o que o outro diz" (49 das vezes na categoria específica do "Espantalho" e 4 na categoria da "Interpretação abusiva", e 3 no subtipo que "desqualifica o que o outro não diz" (categoria específica do "Golpe baixo"; 26 orações (15,75%) foram conforme "Argumentos indutores", 17 dos quais no subtipo "elementos para a sedução do interlocutor" (com destaque para as categorias específicas da "Linguagem emotiva", presente 11 vezes, e para os "Tropos" [metáforas], 5 vezes).

[194] Todas as 25 referências neutrais pertenceram à categoria geral da "Ação de descrever alguém", com destaque para as categorias específicas "Dar depoimento sobre" (11 vezes), "Descrever/conceber alguém" (7 orações).

[195] Das 53 passivizações enquadradoras, os números das categorias gerais da ação foram os seguintes: "Ação de problemtização sobre algo/alguém" (48 vezes, das quais se destacaram as categorias específicas de "Interpretar alguém", 14 vezes, "Indagar, instigar reflexão acerca de", 10 vezes, "Problematizar, explicar, fundamentar", 6 vezes, "Especular a

atesta uma matéria: “Há uma separação irremediável entre eles e nós” (VILELA, op. cit., p. 34), disjunção esta central para a psicologia social (DESCHAMPS; MOLINER, op. cit.) e para a ‘análise de discurso crítica’ (VAN DIJK, 2008). Alvarenga (2013) discute e compara as relações da psiquiatria com a TCC e com as neurociências, maiores obstáculos à psicanálise. As ações específicas mais referidas, no entanto, interpretaram e refletiram sobre a TCC. Paulino (op. cit.) relata a fala de um psicanalista que num evento advertiu os colegas para o fato de que não apenas a psicanálise questiona a TCC, mas que o contrário também se dá. Noutra apreciação é a elucidação da natureza profunda do outro comportamental que é buscada, como forma de arregimentar forças para o confronto, e como forma de angariar simpatizantes para a luta:

> Existe uma solidariedade entre as terapias cognitivo-comportamentais e a ideologia da avaliação, no sentido de que ambas partem da ideia de que há um pattern ótimo de desempenho, do qual todo sujeito, diríamos nós, é por definição um desvio (BARROS, 2005*a*, p. 85).

Interpretar assim a natureza da TCC beira a denúncia. O tempo todo a Revista Correio associou-a ao tecnicismo típico do “discurso da ciência” (BARROS, 2005*a*). Para além da natureza da TCC as interpretações incidiram ainda sobre suas *motivações*. Seja por orgulho, saudosismo, ressentimento, uma das matérias enaltece a época de ouro da psicanálise, rebaixando a fama atual da TCC: “A segunda época da psicanálise [após o período de rejeição social] coincide com um sucesso mundial. É justamente isso que as TCCs invejam” (VILELA, op. cit., p. 41). A psicanálise triunfara por seus méritos; a TCC, por seu demérito...

Interpretações ressentidas prenunciaram confrontações abertas, foco maior da representação social da TCC pela psicanálise. Tais hostilidades seguiram duas linhas: as contraposições, caracterizadas por críticas e denúncias e; as depreciações, marcadas por ironias e fragilizações do outro[196]. No primeiro caso o inimigo foi combatido; no segundo, debilitado. A primeira ação de debilitação – matando dois coelhos com uma só cajadada - foi fazer da TCC um resíduo da psicanálise norte-americana, eivada de “senso comum” (MILLER, 2005). Reduzi-la ao senso comum equivale a retirar-lhe a valiosa insígnia de “científica”. Outra autora decreta abertamente a TCC como “pseudocientífica” (LAURENT, 2005*a*).

---

respeito de alguém” e “Comentar sobre as relações de alguém com um outro alguém”, 5 vezes cada, “Comparar alguém com outro alguém”, 4 vezes, “Problematizar sobe alguém (situação/posições/funções/ações)”, 3 vezes, e “Preocupar-se diante de”, 1 vez) e; “Ação de posicionamento acerca de algo/alguém”, 5 vezes.

[196] Das 77 orações opositoras, 43 foram qualificadas na categoria geral da “Ação de contraposição a alquém” (26 vezes na categoria específica de “Questinar, criticar alguém”, e 14 vezes como “Denunciar, acusar alguém de algo”), e 25 delas tipificaram a categoria geral da “Ação de desvalorizar/desqualificar alguém” (13 vezes na categoria específica “Fragilizar, desquaificar alguém”, e 8 vezes na categoria “Ser irônico, debochar de alguém”.

Além de não ser ciência – sendo uma falsa ciência – sequer ela seria uma terapia:

> Esclarece [um psicanalista, num evento com os diversos "psis" em Buenos Aires] que as TCC não são psicoterapias, mas práticas de reeducação e recondicionamento que conduzem o sujeito a passar pelo trauma mesmo (COUTINHO, op. cit., p. 113).

O pacto com as "psicoterapias", visto na França, excluiu a TCC. O lacano-millerianismo separou-as com uma cunha, que também foi usada para dividir internamente o domínio da própria TCC, como evidente numa matéria em que o autor da Revista Correio se compraz do advento de uma nova terapia virtual para traumas, a ameaçar tornar obsoleta a TCC tradicional (LAURENT, 2005*b*).

Noutro ato fragilizador, um renomado autor cita uma pesquisa então recente que detectou que nos manicômios não predominava a TCC, não estando ela, ao menos ali, do lado do poder (MILLER, 2005). Ora, se não estava do lado do alienista, ela bem poderia estar do lado da doença! Isto, aliás, é o que diz outra matéria, ao citar a fala de um psicanalista num evento: "Todavia, ele [psicanalista] se pergunta se as TCC são uma forma de tratamento de sintomas ou um sintoma em si" (COUTINHO, op. cit., p. 112). Sendo a TCC uma doença, o diagnóstico de um outro autor foi bem mais pessimista que o de Miller: "Neste país [França], já chegamos no momento em que os chefes de serviço de psiquiatria pedem aos psicólogos que eles considerem engajar-se, seguir uma formação cognitiva" (LAURENT, 2005*a*, p. 60).

Menos presentes, desqualificações irônicas tripudiaram da TCC. Assim, uma psicanalista entrevistada pela Revista Correio disse que num debate franco com a TCC a psicanálise muito lhe ensinaria sobre sua própria história: "Vai fazer muito bem às TCCs saberem a base com que foram criadas!" (VILELA, op. cit., p. 35). Outro autor zomba de dois terapeutas cognitivo-comportamentais argentinos que compararam psicanálise e psicologia: "...o artigo consegue um matiz de comédia, sobretudo pela seriedade com que seus autores se esmeram em difundir a importância que concedem à sua prática" (ERNETA, 2005, p. 91).

Mas a oposição radical virá na forma das confrontações explícitas, a maioria delas focada nos fundamentos técnicos da TCC e em suas consequências sociais e políticas. Numa entrevista, uma psicanalista ataca a TCC por reprisar uma conduta médica tradicional, de impor um saber suposto ("discurso do mestre"), corrigindo a verdade do paciente com uma explicação científica (VILELA, op. cit.). Outro psicanalista enumera os passos desse processo:

> 1) Ignora-se a polissemia linguística do objeto da fobia; 2) Elimina-se a pergunta sobre a causa do sintoma; 3) Opera-se uma reeducação do paciente; 4) O paciente é considerado como cliente, como o consumidor do discurso capitalista (COUTINHO, op. cit., p. 113).

Noutro texto a oposição mirou um novo tratamento precoce para o autismo, o método ABA ("Advanced Behavioral Analysis"): "Em outros termos, a TCC desde a mamadeira" (PAQUIER, 2005, p. 74). Curiosa e paradoxalmente, o próprio lacanismo tem proposto uma "intervenção precoce" nesses casos, tida, no entanto, como avessa à "estimulação precoce" da TCC (ROSI; LUCERO, 2018).

Para além das querelas técnicas, confrontações psicanalíticas também visaram abalar a moral da TCC. Assim, uma psicanalista entrevistada pela Revista Correio conclama a comunidade analítica a denunciar as ambições financeiras da TCC, manipulando a credulidade social através da propaganda de "cientificidade", em busca de subvenções estatais (VILELA, op. cit.). Outro psicanalista, entretanto, teve o cuidado de deixar claro que as contendas com a TCC não devem ser confundidas com disputas de mercado (MANDIL, 2005).

Tudo na TCC teria de ser desqualificado e atacado. Esse estado de beligerância é bastante patente no discurso de posse de um então (2015) recém-eleito presidente da EBP, no qual pintou um quadro dos inimigos da psicanálise, dentre eles, em especial, a TCC:

> Se, por um lado, o rechaço se expressa como ódio mediante a utopia totalitária daqueles que pretendem normatizar a clínica, que se propalam arautos das verdades supostamente científicas, patrocinadas pelo mercado e que bradam ataques com a pretensão de desqualificar a psicanálise, diluindo-a numa psicoterapia vulgar; por outro lado, os ensaios de apropriação advêm das tentativas de regulamentar a psicanálise, seja pela igreja ou pelos conselhos de classe, das tentativas de domesticá-la, através do discurso do mestre ou do universitário em enquetes avaliadoras, cegando o seu fio de corte e, por consequência, transformando-a em uma terapia de efeitos nefastos, braço terapêutico da filosofia, da religião ou da terapia cognitivo-comportamental (TCC) (CAMPOS, 2015, p. 19).

A imagem dominante é a da guerra: "Algo diz que o combate tem aliados lá e aqui" (PÉREZ, 2005, p. 76). O progresso das batalhas é registrado, em tom jornalístico: "Essa confrontação, porém, já está colocada há anos e continua progredindo" (BARROS, 2005*b*, p. 66).

Na guerra a honra está de um lado; a falta de escrúpulos, do outro. A representação, aqui, é ancorada na imagem do "perverso", algo só prenunciado quanto à psicologia em geral. Um autor diz que a técnica da TCC seria propensa a "...conduzir o terapeuta a um abuso de poder e a condutas sexuais complicadas" (COUTINHO, op. cit., p. 113). Pérez (op. cit.) vê na TCC um instrumento moderno para a sujeição. Os horrores vão sendo descortinados. Uma psicanalista fala de "métodos de tortura" da TCC: "E de uma maneira sádica, perversa, aquele que tem medo de aranhas será colocado em contato com aranhas, inclusive crianças muito

pequenas, até mesmo bebês" (VILELA, op. cit., p. 34). Ela corre em defesa das vítimas: "É preciso lhes dizer que elas não são obrigadas a deixar seus filhos serem maltratados assim" (p. 34); e ao final, desabafa: "É preciso ver até onde vai a satisfação perversa" (p. 34).

A associação *técnica-perversão* gerou outra objetivação (também atrelada à guerra): o nazismo. Uma das matérias traz como título *O modelo concentracionário e as TCC* (MANDIL, 2005), onde o "concentracionário" se refere aos campos de concentração nazistas, cujos métodos de "pesquisa" biológicos se assemelhariam aos da TCC. Para outro autor: "Trata-se de um combate contra a instalação de uma lógica de funcionamento social que tem, em muitos aspectos, suas raízes na estrutura do Campo de concentração" (BARROS, 2005*b*, p. 73).

Fossem vindas de um paciente, do "Sujeito do Inconsciente", tais objetivações radicais pareceriam *delirantes*. Aqui, vindas do "Sujeito do Psicanalítico", elas são *politizantes*.

A terceira e última etapa do nosso estudo das representações psicanalíticas – após as perspectivações e passivizações do psicológico – concerne às orações cuja configuração textual colocou esses agentes privilegiados na posição *ativa*, a passivizar outros agentes, inclusive o lacano-millerianismo. Estes dados indicam o quanto o psicológico mereceu, na decisão dos autores da Revista Correio, aparecer em primeiro plano.

Um aspecto notável nesse estudo foi a discrepância numérica entre a "Psicologia" e a "TCC" na condição ativa, a primeira aparecendo três vezes mais que a segunda[197]. A Revista Correio privou a TCC – maior inimiga psicológica - do protagonismo textual. Outra diferença se deu na comparação entre quais agentes estiveram atados a esses dois agentes privilegiados, na condição ativa: enquanto a "Terapia Cognitivo-Comportamental" esteve todas as vezes atrelada ao grupo dos outros psis, a "Psicologia", além desse agente óbvio surgiu vinculada também ao Conselho Federal de Psicologia, à educação, ao tecnicismo em geral, e mesmo à psicanálise lacano-milleriana[198]. A diversidade da psicologia e a estabilidade identitária da TCC sugerem uma representação mais nuançada da primeira, e mais estereotipada da última.

Ainda sobre a natureza do agente psicológico ativo, nos dois casos dominaram as dimensões identitárias personalísticas (profissionais e certos personagens da área, para a

[197] Foram 154 orações protagonizadas pela "Psicologia" e 55 pela "Terapia Cognitivo-Comportamental".

[198] O agente privilegiado "Terapia Cognitivo-Comportamental" esteve sempre ligado ao agente "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)". A "Psicologia" surgiu conectada aos seguntes agentes textuais, por ordem decrescente de ocorrências: "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)" (84 vezes); "Agente representativo de classe" (50 vezes); "Agente educacional" (11 vezes); "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" (7 vezes) e; "Agente técnico" (4 vezes). O vínculo da psicologia, em geral, e da TCC em particular, aos outros psis, é evidente, posto serem elas subdivisões privivlegiadas dos primeiros. O caso do CFP é interessante porque mostra o quanto este agente foi propositivo nos textos da Revista Correio, tomando iniciativas nem sempre favoráveis à psicanálise. Quanto ao agente educativo, o atrelamento apareceu em situações onde o destaque era para o ensino da psicologia. Em relação à psicanálise lacaniana, por causa de algumas referências ao psicólogo-psicanalista. Por fim, ao agente técnico por conta de muito eventualmente o protagonismo psicológico ter aparecido em seu aspecto mais tecnicista.

"Psicologia"; quanto à "TCC", personagens, mas também as "vítimas" de suas práticas) e, em segundo lugar, dimensões institucionais (para a "Psicologia", suas organizações; para a "TCC", seu campo de saber). Feições reificadas (leis, documentos, textos, etc.) e pragmáticas (procedimentos, ações, realizações, etc.) estiveram quase ausentes para ambos os agentes[199].

Aos perfis do psicológico como protagonista, somaremos seus movimentos de passivização no jogo representacional. A "Psicologia" e a "TCC" operaram semelhantemente: a primeira voltando-se mais a si, em ações reflexas, à psicoterapia, ao saber da psicanálise e, por vezes, ao Estado e à religião, instâncias *garantidora* e *ameaçadora*[200], respectivamente; a "TCC", passivizando sobretudo a si própria, e raramente o lacano-millerianismo[201].

As execuções textuais da "Psicologia" para com os demais agentes – excetuando-se o lacano-millerianismo – se equilibraram em quatro maiores disposições: analisar e descrever o outro, afirmar-se ante o outro, e opor-se ao outro[202]. Quando o alvo representacional foi a psicanálise, números bem menores apareceram, mas indicando que a anterior dispersão de disposições foi cedendo espaço às ações de oposição[203], como na citação a seguir, onde a psicologia – agente ativo, mas seguido de perto pelo autor do texto - pretenderia impor uma hegemonia sobre todo o campo psi: "A psicologia, perplexa diante do boom apocalíptico das psicoterapias, reivindica (...) exclusividade no diagnóstico, orientação e solução dos problemas de ajustamento" (VERAS, op. cit., p. 72-73). Esta vigilância do autor, insinuando-se nas ações da "Psicologia" foi, aliás, um recurso recorrente: 2/5 de todas as ações

[199] Quanto à "Psicologia", foram 147 dimensõs identitárias posicionais, 98 delas do subtipo "personalizada" (com destaque para as categorias: "Profissional(is)", 57 vezes e; "Personagem(ns)", 28 vezes), 48 no subtipo "institucionalizada" (todas conforme a categoria "Organização(ões) / ente institucional"), e apenas uma no subtipo "socializada" (categoria "Coletivo, colegiado, grupo de pessoas"); 5 dimensões identitárias abstratas (3 segundo a categoria "Documento /elatório/ diretriz / manifesto", e 2 na da "Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)"; e ainda 2 dimensões identitárias processuais (uma vez como "Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo" e uma vez como "Processos/meios comunicacionais, informativos, de divulgação". No caso da TCC, foram 52 dimensões identitárias posicionais, sendo 38 delas no subtipo "personalizada" (com destaque para as categorias "Personagem(ns)", 27 vezes, e "Indivíduo(s)", 10 vezes), 11 vezes no subtipo "institucionalizada" (todas conforme a categoria "Saberes e Campos"), e 3 vezes no subtipo "socializada" (duas vezes na categoria "Comunidade(s)" e uma vez na do "Coletivo, colegiado, grupo de pessoas"; 3 vezes nas dimensões identitárias abstratas (todas na categoria "Bibliografia / Texto / Escritos") e; por fim, nenhuma vez nas dimensões identitárias processuais.

[200] A "Psicologia" passivizou os "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)" 42 vezes (21 das quais associados ao agente privilegiado "Psicologia", 17 vezes ao agente privilegiado "A Psicoterapia (campo de práticas, habilitação)", e 3 vezes ao agente privilegiado "Psiquiatria"). Na sequência, ela passivizou ainda "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" 15 vezes (principalmente na dimensão identitária dos "Saberes e Campos", 8 dessas vezes), o "Agente público, governamental, administrativo" também 15 vezes, e o "Agente religioso / místico" 10 vezes.

[201] A "Terapia Cognitivo-Comportamental" passivizou os "Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)" 24 vezes (em 22 das quais era ela própria TCC passivizada, e 2 vezes a "Psicologia" em geral), e 11 vezes "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)".

[202] As supercategorias de ações assim pontuaram, por ordem decrescente: "Ações de enquadramento sujeito-objeto", (38 orações); "Ações do sujeito ativo" (32 orações); "Ações neutrais sujeito-objeto" (30 orações); "Ações de oposição sujeito-objeto" (29 orações); "Ações assimétricas sujeito-objeto" (15 orações); e, por fim; "Ações amistosas sujeito-objeto" (5 orações).

[203] Das quinze passivizações do lacano-millerianismo, 7 se deram segundo a supercategoria das "Ações de oposição sujeito-objeto" (3 delas conforme a categoria geral da "Ação de controle e poder diante de alguém", 2 como "Ação de desvalorizar/desqualificar alguém", 1 como "Ação de contraposição a alguém", e 1 como "Ação de ataque contra alguém". As demais foram: "Ações assimétricas sujeito-objeto" (3 vezes); "Ações amistosas sujeito-objeto" e "Ações de enquadramento sujeito-objeto" (2 vezes cada) e; "Ações do sujeito ativo" (uma vez).

protagonizadas por esse agente psicológico (passivizando o lacano-millerianismo e os demais agentes) foram assim escoltadas, de forma discreta, mormente com descrições e narrativas mais interpretativas que factuais[204]. Percentual menor (a metade disto) marcou a presença de estruturas argumentativas questionáveis nas passivizações perpetradas pela "Psicologia", embora se evidenciando, novamente, estruturas estilísticas reforçadoras de oposições[205]:

> Para muitos psicólogos, foi fácil incluir nessa prerrogativa a prática da psicanálise, considerada como uma espécie de extensão natural da psicologia clínica, ou como uma variante psicoterápica: assim sendo, qualquer regulamentação seria, não um erro, mas uma redundância (BARROS, 2004, p. 67-68).

Esta é uma *ação* de ataque da psicologia, porém reforçada *estilisticamente* com o "foi fácil", ou com o "extensão natural", a sugerirem uma prepotência do campo psicológico.

Comparando estas configurações com aquelas perpetradas pela "TCC", avançamos na caracterização da representação discursiva da psicanálise quanto ao psicológico. Conforme afirmado, a TCC – quase silenciada pela Revista Correio – passivizou agentes não lacano-millerianos principalmente discutindo-os, descrevendo-os, e menos vezes opondo-se a eles[206]. Quando se tratou de passivizar a psicanálise, quase todas as suas ações foram de oposição a ela[207]. Nessas pouquíssimas vezes em que foi concedido protagonismo sádico à TCC, a forma textual da ação apareceu sempre invertida, de modo que em vez de a TCC *vitimizar* a psicanálise, esta surgia *vitimizada* por aquela, como se vê nesta oração: "Atualmente, a psicanálise é atacada na universidade pela orientação cognitivista" (BARROS, 2005*b*, p. 67).

Assim como no caso da "Psicologia", as ações discursivas protagonizadas pela "TCC" foram mais atravessadas pelas intenções do autor (38,18% delas) do que por estruturas argumentativas questionáveis (25,45%). Os autores se insinuaram sobretudo através de sua interferência opinativa e interpretativa em ações que deveriam ter a forma mais descritiva[208]. Ilustremos a insinuação autoral, no entanto, com um caso do tipo "Distorção deliberada", que

---

[204] Das 154 orações protagonizadas pela "Psicologia", 61 (39,61%) trouxeram insinuações autorais, segundo a seguinte distribuição: 23 orações com "Descrição opinativa/interpretativa"; 19 com "Narrativa ilustrativa (real ou hipotética)"; 10 com "Critica contundente"; 8 com "Uso conveniente" e; 1 com "Distorção deliberada".

[205] Das 154 ações praticadas pela "Psicologia", 30 (19,48%) foram incrementadas por essas estruturas estilísticas, 14 das quais segundo a categoria dos "Argumentos de ataque", e as demais dispersas por outras configurações.

[206] Os quantitativos de orações, conforme as supercategorias de ações, perfizeram a seguinte hierarquia, em sentido quantitativo decrescente: "Ações de enquadramento sujeito-objeto" (19 orações); "Ações neutrais sujeito-objeto" (12 orações); "Ações de oposição sujeito-objeto" (10 orações); "Ações do sujeito ativo" (8 orações) e; empatadas, ao final, "Ações amistosas sujeito-objeto" e "Ações assimétricsa sujeito-objeto" (3 orações, cada).

[207] Foram apenas 11 orações passivizadoras da psicanálise lacano-milleriana, 9 delas na supercategoria das "Ações de oposição sujeito-objeto" (5 delas na categoria geral da "Ação de contraposição a alguém", e 4 na da "Ação de ataque contra alguém". As demais foram "Ações de enquadramento sujeito-objeto", com duas orações.

[208] Das 55 orações onde a "TCC" apareceu como agente ativo, 21 trouxeram o autor psicanalítico insinuado, segundo as seguintes categorias: "Descrição opinativa/interpretativa" (11 vezes); "Crítica contundente" (4 vezes); "Distorção deliberada" (4 vezes) e; "Uso conveniente" (2 vezes).

deixou mais evidente que uma ação praticada textualmente pelo agente adversário tinha como agente desejante ali, o autor e suas concepções acerca do outro, no caso, da TCC:

> ...as pseudociências (as TCCs em especial) promoverão suas investidas em estilo *bullying* (conforme significante usado por paciente que recebi recentemente e egressa de uma terapia cognitivo-comportamental) em seu afã de produzir felicidade e desempenho via erradicação dos sintomas e exigências de "qualidade total" (CASTRO, op. cit., p. 64).

Quanto à presença de estruturas argumentativas, mesmo considerando sua pouca expressividade numérica, predominou mais uma vez a retórica opositora[209]: "É por isso que os seus adeptos [das TCCs] querem fazer votar leis para nos interditar" (VILELA, op. cit., p. 41).

Especialmente no caso da TCC, seu parco protagonismo concedido parece cumprir a importante função performática de produzir no leitor uma impressão de indignação com o estado de coisas a envolver a ingerência do psicológico sobre o psicanalítico.

As representações sociais lacano-millerianas quanto ao campo psicológico são, portanto, marcadamente hostis. A cena cultural do séc. XX, o "século da subjetividade", alçou a individualidade humana, o mundo psíquico, o "eu", o "sujeito" a um patamar de valor inédito. As humanidades pensaram a subjetividade; as especialidades psi manejaram-na. Porém, os psis disputaram e disputam ferrenhamente sua posse, representam-na cada um a seu modo. Mas eles também, em meio às disputas, representam socialmente uns aos outros. Tempos depois de seu livro/tese sobre a representação da psicanálise, Moscovici problematiza os diferentes tipos de representações: elas poderiam ser hegemônicas (basicamente o mesmo que "representações coletivas", conceito de Durkheim, que o inspirou), emancipadas ou polêmicas. As primeiras seriam incomuns em sociedades tão cheias de diferenciações internas como as atuais. A segunda e a terceira interessam-nos diretamente. Assim ele as descreve:

> Other representations are the outgrowth of the circulation of knowledge and ideas belonging to subgroups that are in more or less close contact. Each subgroup creates its own version and shares it with the others. These are *emancipated* representations with a certain degree of autonomy with respect to the interacting segments of society. (...) Last, there are representations generated in the course of social conflict, social controversy, and society as a whole does not share them. They are determined by the antagonistic relations between its members and intended to be mutually exclusive. These *polemical* representations must be viewed in the context of an opposition or struggle between groups and are often expressed in terms of a dialogue with na imaginary interlocutor (MOSCOVICI, 1988, p. 221-222).

Se, em tese, todos os saberes psis representam uns aos outros, a reforçar representações identitárias de si, seriam elas *representações emancipadas* ou *polêmicas*? Para

[209] Foram 14 estruturas argumentativas nas passivizações produzidas pela "TCC", 11 delas segundo a categoria dos "Argumentos de ataque".

efeito de nosso objeto de estudo elas seriam, em princípio, emancipadas, geradas e levadas ao debate público em diversas esferas, particularmente na universidade. Porém, em face do grau extremo de disputa com os demais "psis", as representações psicanalíticas assumiram claramente uma qualidade *polêmica* em nossa pesquisa, destinadas a confrontar e silenciar o outro. São representações ideológicas, onde o poder se põe a serviço da exclusão da diferença.

A citação de Moscovici traz outro ponto importante: a tese de que as representações polêmicas visariam a um interlocutor imaginário, não necessariamente presente de forma imediata. Exatamente este foi o enquadre do nosso estudo: as representações e discursos produzidos para forjar (nos dois sentidos) um efeito subjetivo e político em seus destinatários, os leitores da Revista Correio, fossem psicanalistas ou simpatizantes da psicanálise, em especial os estudantes dos cursos de graduação em psicologia. As representações discursivas, portanto, formariam modelos mentais nas audiências, controlando sua cognição, seu discurso, sua prática social. Para a 'análise de discurso crítica' este é o âmago da questão nas interações discursivas: "...who can/may/must say what, to whom, how, in what circumstances and with what effects on the recipients?" (VAN DIJK, 2008, p. 84).

Refletir sobre as razões históricas, políticas, estratégicas para a construção psicanalítica de representações sociais quanto ao psicológico, e questionar ainda os efeitos dessas representações na construção e reconstrução de subjetividades, integram o compromisso ético de nossa pesquisa, que tomou para si um dos princípios éticos da 'análise de discurso crítica': a formação de estudantes críticos (VAN DIJK, 2008).

3.3.6.4 Contraponto: as psicologias, seu passado, seu compromisso social

Entre a crítica à psicologia e a psicologia crítica há todo um percurso. Foucault (2006*c*), e principalmente Rose (op. cit.), consideraram a psicologia e o psicológico instrumentos disciplinares, fundados numa visão positivista e tecnicista de mundo. Perspectivas assim alimentaram representações lacano-millerianas a respeito, como vimos. Três pontos, aqui, merecem o direito ao contraditório: primeiro, que as críticas *pós-modernas* à psicologia não invalidam a psicologia, tendo inclusive contribuído para o seu avanço; depois, que muito antes disso, a própria psicologia já desenvolvera seus próprios dispositivos *modernos* de autocrítica e; por fim, a psicanálise lacaniana não está imune às críticas ideológicas que faz à psicologia. Exploraremos agora cada um desses aspectos.

Assim como a crítica de Foucault à psiquiatria contribuiu para mudanças no campo, como a reforma psiquiátrica, a psicologia tem absorvido, produtivamente, muitos de seus

questionamentos. Para Hünning e Guareschi (2014), Foucault possibilitou um efeito de "desacomodação" na psicologia, opinião semelhante à de Neto (op. cit.). Diferentemente de Nikolas Rose, este autor faz uma crítica *da* psicologia, não *contra* a psicologia, mostrando suas fragilidades, seus aspectos duvidosos, seus compromissos com o mercado, mas também suas linhas de fuga, sua reconstrução interna, sua busca por compromissos éticos, etc..

Uma formação crítica em psicologia supõe, assim, a admissão de seus ranços acríticos. Ana Bock, ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia, faz a autocrítica do antigo uso higienista e excludente de "ideias psicológicas" em nosso país, situação agravada com a oficialização ideologizada da profissão, que naturalizou a mente, autocentrou o sujeito e despolitizou a prática (BOCK, 2009*a*). Nessa linha, Martinez (2009) reprova o não criticismo de muitos docentes de psicologia e aponta entraves à formação crítica numa área fragmentada, focada no infantil, presa ao mentalismo cognitivista e da psicanálise. Para Furtado (2009) essa visão acrítica viria da própria concepção psicológica conservadora de seu objeto, o psiquismo.

Desde meados do séc. XX, contudo, exposta às demandas sociais, a psicologia vem criticando seu passado (CAMPOS, 2014) e buscando práticas alternativas, processo que pode ser ilustrado com o caso da psicologia social, que a partir dos anos 1960, com Moscovici, se opôs ao individualismo e ao a-historicismo do paradigma estadunidense de então, inspirando todo o movimento na América Latina e Brasil (CAMPOS; GUARESCHI, 2014). Em nosso país, versões ainda mais radicalmente *sociais* da psicologia social viriam nas décadas seguintes, a exemplo da psicologia comunitária, da psicologia sócio-histórica e da psicologia política. A primeira, uma "área aplicada da psicologia social" (SARRIERA, 2010, p. 28) desenvolvida nos anos 1970 por uma minoria ativa de psicólogos, passou a executar ações politizantes junto a comunidades, contribuindo para o criticismo na psicologia como um todo (BOCK, 2009*a*), e inscrevendo, junto a abordagens teóricas colaterais, a escala "comunitária" na análise de fenômenos, caso da epistemologia psicossocial de Jovchelovitch (2008), nossa referência.

Em 1980, com a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), a psicologia brasileira deu um passo a mais no caminho da criticidade, numa década marcada pelo fortalecimento de movimentos sociais e pela luta pela redemocratização no Brasil. Nesse contexto emerge a psicologia sócio-histórica, fundamentada nas ideias de Vigotski e numa concepção materialista dialética do fenômeno psicológico (GONÇALVES, 2015). Se mesmo hoje muito da formação psicológica ainda resvala para o tecnicismo, o melhor antídoto seria a psicologia sócio-histórica, que tem crescido nos últimos tempos (LIEBESNY; SANCHEZ, 2015).

Por fim, temos a psicologia política, campo interdisciplinar autônomo que tem crescido na ABRAPSO, em geral junto à abordagem da psicologia social-crítica (LHULLIER, 2013). Esta autora fala das origens remotas do campo e de como ele passou a se estruturar nas ciências sociais do séc. XX, estudando desde a "personalidade autoritária" (a partir de Adorno), até atitudes e *omissões* políticas, tema de nossa crítica a Moscovici (2012*a*), que não problematizou politicamente a psicanálise, e de nosso questionamento quanto ao silêncio da psicologia em relação à presença barulhenta da psicanálise nos cursos de psicologia.

Desde o fim dos anos 1990 a psicologia brasileira vem promovendo novos projetos de politização, como as "Novas Diretrizes Curriculares" para a psicologia e a ética do "Compromisso social da psicologia". A primeira – através dos Conselhos de Psicologia, das universidades e da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) -, tem buscado, nos limites do possível, revolucionar a formação em psicologia, com uma leitura histórica, sociopolítica da realidade (psíquica, inclusive) e uma concepção de ensino focada nas competências do estudante e no trabalho multi e interdisciplinar (NETO, op. cit.).

Quanto ao compromisso social, a realização, em 2002, do maior evento na história da área, o "I Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão", estabeleceria como princípio ético maior da psicologia no Brasil o "compromisso social" (BOCK, 2009*b*), eco do trabalho pioneiro de Sílvia Lane, já anos 1970 (FURTADO, op. cit.), e da psicologia comunitária, nos anos 1970/80, que já apontavam para o compromisso social da profissão (BOCK, 2009*a*). A partir de ampla consulta às bases, o CFP tem estabelecido diretrizes para o trabalho do psicólogo na saúde, na saúde mental, na assistência social, no acolhimento a vítimas de violência, nas medidas socioeducativas com adolescentes em conflito com a lei, etc. (https://site.cfp.org.br).

A evolução desses trabalhos - e de seus efeitos politizantes - vem sendo acompanhada por estudos variados, que vão desde o levantamento da crescente produção acadêmica em psicologia junto a temáticas críticas (CAMPOS, 2014), até o exercício de reflexão sobre novas experiências de inserção do psicólogo em políticas públicas de assistência social (GONÇALVES, 2009; CRUZ; GUARESCHI, 2014). Não são promessas para o futuro, mas ações no aqui e agora. Embora haja ainda muito o que fazer, inclusive nos cursos de psicologia, que precisam investir mais fortemente na formação política do estudante (MARTINEZ, op. cit.), estaríamos já sofrendo as dores de uma mudança paradigmática na direção de uma ampla práxis calcada no compromisso social da psicologia (FURTADO, op. cit.; YAMAMOTO, 2009).

Este histórico mostra que a crítica da psicanálise lacano-milleriana à psicologia precisa ser discutida. De um lado, como vimos, ao menos há meio século a psicologia brasileira tem procurado intervir politicamente no social; de outro lado, conforme a literatura e nossa pesquisa documental, o próprio lacanismo apresenta uma face ideológica. São contradições que remontam ao pluralismo epistemológico no interior de cada campo. Assim, segundo Figueiredo (2014), a psicanálise freudiana tanto compartilharia com o behaviorismo e o cognitivismo uma matriz funcionalista e organicista, de inspiração cientificista, como, de outro lado, traria as marcas de matrizes românticas e pós-românticas (anticientificistas), típicas das psicologias humanísticas, fenomenológicas e da bioenergética. Já a psicanálise lacaniana ocuparia tanto partes da matriz romântica e pós-romântica, como elementos da matriz científica nomotética e quantificadora, face à sua filiação estruturalista, a buscar leis gerais a-históricas no fundo da experiência humana. Ao antissubjetivismo estruturalista, porém, Lacan acrescenta o "sujeito", embora calcado nas estruturas lógico-matemáticas da linguagem, o que contribuiria para desumanizar o homem, isto segundo certa leitura crítica expressa, por exemplo, por uma ex-funcionária de Lacan (uma estenotipista que transcrevia seus seminários, e que depois se tornaria psicanalista), que assim protesta contra essa concepção do humano:

> Se tratamos de afastar um a um, como as cortinas superpostas de um teatro, os períodos resplandecentes, as digressões espirituais, os virtuosismos de linguagem, as eruditas aproximações filosóficas, linguísticas, antropológicas, estruturalistas, o que aparece sob esses véus? Tentemos imaginar (sim, imaginar!) o homem descrito por Lacan: é um homem em negativo, uma radiografia; o que é vivo não aparece mais; um homem descarnado, desvitalizado, uma marionete cujos fios são puxados pelo significante... (PIERRAKOS, 2005, p. 58).

O estruturalismo também nos aliena da historicidade. Em suas considerações acerca de uma psicologia crítica, Neto (op. cit.) traz como contraexemplo a noção de sujeito a-histórico do lacanismo: "Portanto, o sujeito da psicanálise lacaniana fica referido a um campo conceitual que permita o maior nível de formalização possível, com sua consequente inserção no modelo de produção teórica e rigor científico" (NETO, op. cit., p. 24-25).

Pontos críticos e criticáveis assim não nos autorizam a desqualificar a psicanálise lacaniana, que tanto trouxe contribuições teóricas e práticas ao freudismo como tem chamado a atenção de que todo ato politicamente decidido precisa apresentar-se com certa *potência*. Nossa crítica repousa tão somente ali onde suas posições se absolutizaram, em especial no trato com a psicologia, o psicológico, extensivamente, o universo psi que, assim como o lacanismo, têm um lado conservador e instituído e outro lado transformador e instituinte.

4 CONCLUSÕES PARA *UM* FUTURO

Ainda que um tanto fora de uso, optamos por chamar de “conclusões” o que, de certa forma, não termina nunca. Mas eis que o documento, enquanto tal, se vê encerrado numa materialidade legível, julgável pelos pares e ímpares, que imprimirão suas próprias impressões a algo feito na esperança de *um* porvir incerto. Esse futuro ainda não existe e talvez nunca exista, exceto se àquilo sobre o que aqui se disse for concedida a ocasião de ser de direito o que nos parece já sê-lo de fato: a história de um silenciamento. A psicologia, a psicologia social, são quase mudas acerca da psicanálise, um dos maiores acontecimentos socioculturais do mundo contemporâneo, que as implica diretamente. Aos que fazem e farão a psicologia é que estas palavras foram pensadas, pesadas e prometidas.

Três reflexões para *um* futuro gostaríamos de deixar, as duas primeiras como contribuições à psicossociologia do conhecimento. A começar, nossas inquietações quanto às relações possíveis entre a psicologia social e a psicanálise, considerando o princípio ético da dialogicidade. Depois, nossas ponderações sobre o bônus e o ônus do uso, por parte da psicologia social, de elementos teóricos psicanalíticos. A terceira reflexão acena para a ética de uma aproximação ativa, crítica e inclusiva da parte da psicologia em relação à psicanálise.

4.1 IMPERIALISMO EPISTEMOLÓGICO *VERSUS* DIALOGISMO: A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE SOBRE OS EFEITOS POLÍTICOS DE UM DISCURSO

No interior da TRS, a epistemologia psicossocial, tomando o conhecimento como produção coletiva de sujeitos concretos, tem no dialogismo seu fundamento ético, a questionar a autoridade de sistemas de conhecimento desejosos de hegemonia (JOVCHELOVITCH, 2008). A controvérsia, o dissenso, as lutas pelo poder são admissíveis, respeitando-se as negociações e a partilha de significados (ARRUDA, 2014). Teorias *explicam* coisas, mas *implicam* pessoas, tornando político o problema epistemológico:

> Mais do que apenas “teoria”, estas concepções [dominantes] possuem implicações concretas para todos aqueles que estão implementando e recebendo as práticas que estas representações sustentam (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 237).

Desde Freud, ainda mais após Lacan, no entanto, o exclusivismo extraterritorialista da psicanálise tem ignorado ou degradado leituras outras do subjetivo, do sofrimento, da

sociedade, desqualificando, por consequência, aqueles que pensam diferentemente. Vasconcelos (2013) chama de "imperialismo epistemológico" pretensões todo-explicativas de certas teorias. No caso da psicanálise, um "imperialismo psicanalítico" (CASTEL, op. cit.), posto que "...o discurso do inconsciente fagocita tudo" (CASTEL, op. cit., p. 8).

Para a epistemologia psicossocial teorias e discursos são ações políticas que emanam conteúdos e formas sutis de poder, o que vemos claramente no lacanismo. Se Foucault, por ocasião da morte de Lacan, disse que este não exercia poder institucional e que sua "influência" não poderia ser tomada como "imposição" (FOUCAULT, 2006*b*), sabemos das práticas de poder de sua Escola Freudiana de Paris, como também o quanto uma "influência" possa ser *impositiva*. O discurso lacaniano do Inconsciente linguístico seria impositivo, pois aparelhador e capaz, portanto, de gerar assujeitamento (VIEIRA; MACEDO, op. cit.).

Partindo de estudos em psicologia social, van Dijk (1998) analisou os efeitos mentais de estruturas discursivas. Noutra obra, ele trata o tema influência-imposição através do par persuasão-dominação: "This negative consequence of manipulative discourse typically occurs when the recipients are unable to understand the real intentions or to see the full consequences of the beliefs or actions advocated by the manipulator" (VAN DIJK, 2008, p. 212). O público incapaz, no nosso caso, não é o dos psicanalistas, mas o público externo à instituição analítica. Uma postura discursiva ética exigiria, pois, o balanço entre o direito de dizer e o dever quanto ao quê dizer, para quem, como e quando: "Hence, especially, professional authors and organizations should have insight into the possible or likely consequences of their discourses on the social representations of the recipients" (VAN DIJK, 2008, p. 22).

Antes mesmo de Thompson (op. cit.) o filósofo brasileiro Danilo Marcondes – inspirando-se em Habermas (referência para Jovchelovitch) e na 'teoria crítica' – já advertia o quanto a ideologia operava um curto-circuito nos processos de argumentação justificada, induzindo a uma adesão emocional mais rápida e passiva a uma causa:

> a ideologia pode ser definida portanto como um *falso consenso*, ou uma situação de discurso distorcida, em que falante e ouvinte não se encontram em posição igual em relação ao acesso às regras. Este falso consenso deve manter no entanto a aparência de um verdadeiro consenso, o conflito existente nessa assimetria deve ser ocultado para que a aparência de comunicação se mantenha e o efeito ideológico se produza (MARCONDES, 2012, p. 133).

Ao criticar o formalismo linguístico, ele faz a defesa da dimensão pragmática da linguagem, com suas funções intersubjetivas e interativas, e seu compromisso com uma "ética do discurso" atenta aos efeitos do que vai ser dito e às armadilhas do dizer, como a sedução:

> O discurso da sedução é um dos bons exemplos em que a chance de haver dificuldade de comunicação é grande porque se trata de situação, bastante comum, em que queremos fazer com que alguém aceite, ou mesmo deseje, algo que pelo menos inicialmente não quer (MARCONDES, 2017, p. 10).

Interessante, aqui, é que o filósofo vai mais além do efeito da aceitação, para chegar ao *desejo*, pedra angular da psicanálise. Em sua recente análise acerca do poder, o filósofo coereano Byung-Chul Han também evoca o manejo poderoso do desejo:

> Em vez de proceder contra uma determinada ação do *alter*, ele influencia, adapta ou persuade as condições prévias de ação do *alter* de tal modo que sua decisão corresponde à vontade do *ego* de *livre-vontade*, sem qualquer objeção. Sem exercer o poder, o poderoso toma seu lugar na *alma* do outro (HAN, 2019, p. 13).

Se o *ego* não só se expande sobre o *alter*, mas nele se implanta como a miragem de um desejo, reduzindo-o à condição de *objeto*, isto traz implicações éticas, que abordaremos através do triângulo epistemológico, em TRS, que comporta diversas conjugações desses três elementos onto-epistemológicos. Marková (2017), por exemplo, tem postulado enquadres mais horizontalizados entre o *ego* e o *alter* segundo um dialogismo existencial bubberiano, que substitui a oposição "Eu-Ele" – que em nossa análise discursiva foi descrita como "Nós *versus* Eles" – pela conexão "Eu-Tu": "O Ego e o Alter agem sobre os Objetos para conhecê-los, para criá-los e destruí-los; os homens imaginam Objetos, desejam-nos, desejam Objetos de Outros e assim por diante" (MARKOVÁ, 2017, p. 156). Ainda que se desejem objetos de outros, esses "Outros" não são objetos. Em nossa pesquisa – cuja tríade Ego-Outro-Objeto se deu em escala posicional -, o *alter* ocupou dois lugares: o da psicanálise comunitária-identitária-institucional (o endogrupo lacano-milleriano) e; o do mundo extrapsicanalítico (os exogrupos), onde o "Outro" não passou de um objeto passivo do "Sujeito do Psicanalítico". Nestes termos não dialógicos, reescreveríamos assim a citação acima:

> *O "Sujeito do Psicanalítico" e a psicanálise comunitária-identitária-institucional agem sobre o mundo extrapsicanalítico para conhecê-lo, para recriá-lo representacionalmente à sua própria imagem e destruí-lo discursivamente naquilo que seja incompatível com seus termos; os psicanalistas imaginam o extrapsicanalítico, desejam possuí-lo, desejam os espaços e recursos que são dos outros profissionais psi, e assim por diante*.

Ao alçarmos a uma escala societal mais elevada o que a ética do discurso preconiza para a comunicação interpessoal e entre instituições e indivíduos, chegamos ao âmago do nosso problema ético-político: as relações entre a psicanálise lacano-milleriana e o Outro sociocultural, os outros saberes, os saberes dos outros, relações que podem ser dialógicas ou não dialógicas. A partir de bases principalmente habermasianas, Jovchelovitch traça, assim sua própria perspectiva de análise dialógica, no caso focada nas relações intersaberes:

"Eu os descrevo como: (a) dialógicos, envolvendo coexistência e inclusão, com potencial para hibridização; e (b) não-dialógicos, envolvendo deslocamento e exclusão, com potencial para segregação e, até mesmo, destruição" (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 238). O "deslocamento", aqui, se refere à imposição de um saber sobre esferas diferentes da sua, com prejuízo do reconhecimento do Outro, numa relação de força que não se reduz às tensões de uma presença face a face com a diferença, sendo uma ação estratégica e deliberada, para fins políticos:

> O deslocamento e a dominação do conhecimento de outros são, geralmente, efetuados com plena consciência da realidade do Outro porque, neste caso, o que está em jogo é a ação estratégica (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 242).

Para além dos processos não-dialógicos do deslocamento e da exclusão, fechados em si mesmos, a hibridização dialógica aponta para a atitude interdisciplinar, perspectiva afim à psicologia social, campo localizado nas franjas de interseções entre o psicológico e o sociológico. Afora isto, ao menos desde o advento do paradigma societal na psicologia social europeia, muitas conexões têm sido estabelecidas com fenômenos e saberes ligados à cultura, à linguagem, à história, etc.. É nesta direção, por exemplo, que Guareschi (2013*b*) chega a propor, inclusive, a alocação da psicologia social no interior do campo transdisciplinar dos 'estudos culturais', deste incorporando princípios como o da emancipação política e da bricolagem metodológica, a propósito, compatíveis, ambos, com a 'análise de discurso crítica'.

A pergunta que resta é: qual a abertura da psicanálise lacano-milleriana para o convívio dialógico, interdisciplinar, de mão dupla, com os demais saberes?

4.2 DA PSICANÁLISE PARA A PSICOLOGIA SOCIAL: SOBRE O CUSTO POLÍTICO DE UM EMPRÉSTIMO EPISTÊMICO NUMA VIA DE MÃO ÚNICA

Aproximações entre a psicanálise e a psicologia social são antigas, intuídas desde Freud: "A psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social" (FREUD, 1969*f*, p. 91). Foram ricas as reflexões travadas pelo 'interacionismo simbólico', ainda na primeira metade do séc. XX (MANNING, 2005), como foram profícuas as experiências práticas conduzidas pelo movimento da "psicossociologia", que desde os anos 1930 buscou intervir no funcionamento de grupos a partir de aportes psicanalíticos, como "transferência", "contratransferência", "pulsão", "narcisismo", etc.. (ENRIQUEZ; CASTILHO, 2006; MACHADO; ROEDEL, 1994).

A proposta de parceria trazida por Jovchelovitch (2008; 2019), portanto, tem antecedentes nestes e em outros exemplos. Sua originalidade foi ter integrado na epistemologia psicossocial a teoria freudiana do conhecimento, simpatia segundo ela já presente em Moscovici. Emergindo do Inconsciente, o conhecimento banharia de desejo o mundo a conhecer, processo ontogenético que ela integrará àqueles sociogenéticos em sentido inverso. Conforme lembra o filósofo lacaniano Vladimir Safatle:

> ...Freud não admite distinções entre o sujeito psicológico e o sujeito do conhecimento. Conhecimento e interesse são atividades que se sobrepõem, o que leva a procurar compreender como as funções do julgamento podem ser estruturadas a partir das dinâmicas pulsionais (SAFATLE, 2014, p. 44-45).

Em nossa pesquisa vimos como o desejo se tornou a política lacano-milleriana para com o mundo; uma força que, em nome de uma causa e de uma ética de jamais ceder do desejo (LACAN, 1988*a*), não parece conhecer limites, a despeito de o extremo egocentrismo do desejo infantil ter sido bem desnudado por Freud. Jovchelovitch é ciente disso, e como contrapeso a esse desejo expresso no saber, propõe a ética da dialogicidade, a nosso ver incapaz de garantir uma relação de mão dupla com a psicanálise lacaniana, ainda mais se considerarmos certos movimentos atuais no lacanismo brasileiro, que tem buscado uma aproximação bastante agressiva em relação à psicologia social, que comentaremos através de algumas posições de um de seus pensadores, o mesmo Vladimir Safatle acima citado.

Como vimos anteriormente, Safatle tem contribuído para o incremento filosófico do lacanismo através de estudos sobre a ontologia da negatividade hegeliana, presente ainda em Adorno, que escreveu bastante também sobre a psicologia social. A recente edição brasileira do livro-coletânea *Ensaios sobre psicologia social e psicanálise* (ADORNO, 2015), que tem como apresentador Christian Dunker, traz Safatle como integrante do conselho editorial. Em textos escritos entre 1942 e 1955 (exceto um pequeno pós-escrito, de 1966) Adorno critica a psicologia social por sua superficialidade conceitual, a ser superada apenas na condição de ela ser orientada teoricamente pela psicanálise. Dunker (op. cit.) endossa esta posição, sem considerar que de 1955 para hoje muita coisa aconteceu na psicologia social... Safatle (2012), por sua vez, faz toda uma defesa da teoria do reconhecimento intersubjetivo, calcada na ontologia da negatividade, que mais parece uma refutação ponto a ponto da epistemologia psicossocial de Jovchelovitch: a) ele rejeita o conceito de "identidade", tão caro a Jovchelovitch, à TRS e à psicologia social como um todo, acusando-o de débitos para com uma antropologia da igualdade absoluta de si a si; b) ele critica abertamente Habermas – uma das maiores referências para Jovchelovitch -, acusando seu paradigma comunicacional de

apelos racionalistas; c) também recusa o princípio de "normatividade" – evocado por Jovchelovitch como fundamento para a ética dialógica -, denunciando seu caráter conservador e disciplinador; d) critica as perspectivas desenvolvimentistas-maturacionais – que são parte essencial do processo de conhecimento, para Jovchelovitch – como opostas à noção de "sujeito" e; e) desqualifica o conhecimento do senso comum – central para Jovchelovitch e para a TRS -, como simplista, redutor da condição humana a autoevidências.

Na medida em que, para o lacanismo a *epistemologia* é *política*, que é *desejo*, contrapontos assim podem assumir facilmente funções não contraditáveis. É neste sentido que entendemos que o uso da teoria psicanalítica do conhecimento – ainda que bastante heurística, e ainda que, no caso de Jovchelovitch, restrita a Freud-Winnicott, omitindo-se Lacan – deve ser melhor problematizado e ponderado, politicamente. Além disso, se nós próprios nos posicionamos mais favoravelmente a metodologias *top-down* do que *botton-up* para pesquisas em psicologia social, pensamos que a tese da emergência pura e simples do desejo em direção ao mundo, possa ser insuficiente ou relativamente inadequada. Daí que, em nossa investigação, optamos não pelo modelo freudiano, mas pelo de van Dijk (2008), que concebe microestruturas cognitivas que *interagem* no mundo, mas não constituem o mundo.

4.3 "QUAL A PSICANÁLISE QUE QUEREMOS?"

Um capítulo sobre psicanálise num livro dedicado à diversidade da psicologia e seu compromisso social traz como título "Qual a psicanálise que queremos? Clínica psicanalítica e realidade brasileira" (VILHENA, 2009). Ali o psicanalista é convocado a tomar posições frente às injustiças de nossa sociedade de consumo. Essa seria a psicanálise que deveríamos querer. Ao tomarmos de empréstimo este título, pensamos não na opção por uma psicanálise engajada em lutas sociais, em oposição àquela tradicionalmente elitista; muito menos na escolha de uma corrente psicanalítica em detrimento de outras. A pergunta que (re)fazemos tem a ver com saber quais aspectos da(s) psicanálise(s) comunitária(s)-identitária(s)-institucional(is) podem ser mais produtivos para um trabalho em parceria dialógica com a(s) psicologia(s), e quais aqueles que, ao contrário, precisam ser melhor investigados.

A análise crítica que desenvolvemos ao longo deste trabalho não incidiu sobre a psicanálise como um todo, nem mesmo sobre a psicanálise lacano-milleriana em todas as suas concepções e práticas. Diferentemente da atitude da maioria dos autores críticos à psicanálise que consultamos (CASTEL, op. cit.; GELLNER, op. cit.; DELEUZE; GUATTARI, op. cit.; FOUCAULT, 2013; etc.), que a partir de *fora* procuraram solapar os fundamentos do campo

psicanalítico, nosso olhar, a partir de *dentro* do espaço de habitação comum do universo psi plural, objetivou questionar duramente certos aspectos de uma psicanálise que, apesar disso, deve ter reconhecido seu direito de cidadania. A psicologia clínica, como a conhecemos, surgiu da psicanálise; a psicologia em geral e a psicologia social lidam com objetos e fenômenos também apreciados psicanaliticamente. Não reconhecer o valor da psicanálise, neste sentido, equivaleria a um esforço político de desonestidade intelectual.

Num certo sentido a psicanálise é muito frágil, facilmente incompreendida e atacada por tantos, por ela incomodados. De fato, a psicanálise incomoda porque é portadora de uma mensagem importante sobre o humano, mensagem sobre a qual ele prefere não saber. Silenciar a psicanálise equivaleria a contribuir para obscurecer aspectos da alma (pessoal e coletiva) pouco conhecidos, pouco negociados; aspectos estes que têm nela uma importante via de reconhecimento. Noutro sentido, a psicanálise é muito poderosa, talvez excessivamente poderosa, em especial quando eventualmente convencida de ser a exclusiva fiel depositária da verdade da condição humana. Os saberes, como os indivíduos, podem ser muito controversos.

A constatação da contradição entre o libertário e o autoritário, entre a abertura dialógica e o fechamento não dialógico, considerando o caso da psicanálise lacano-milleriana, obriga-nos a pensar paradoxalmente uma das premissas éticas da 'análise de discurso crítica', aquela que prescreve um compromisso junto às vítimas de discursos dominadores (VAN DIJK, 2008). Ora, de um lado, como vimos, a psicanálise campeia pelas margens do mundo, que dela não quer saber; de outro, ela procura se infiltrar, sutil ou ruidosamente, pelas frestas do tecido social procurando subvertê-lo por dentro, à revelia de seu pleno consentimento. Em cada caso ela parece ocupar lugares diferentes no polo dominador-dominado. Na perspectiva sociocognitiva em ADC (VAN DIJK, 2008) a distinção entre conhecimentos e práticas neutros e aqueles politicamente engajados se dá a partir do conceito de "ideologia", inspirado no de John Thompson, mas com uma adaptação: para o analista de discurso, a ação ideológica tanto pode se expressar na forma de força dominadora como na de força de resistência. Havendo uma ideologia racista, por exemplo, haverá uma ideologia antirracista, por sua vez. A sociedade é vista, então, como espaço de lutas ideológicas por grupos rivais. Em nosso caso, no entanto, reconhecemos os dois modos de ideologia num mesmo sujeito: a psicanálise lacano-milleriana. Ora ela aparece libertária, lutando contra toda forma de dessubjetivação; ora ela se reveste do espírito do desejo de hegemonia, que silencia a diferença. Se um mesmo agente social pode ocupar, conforme o caso, tanto o lugar de opressor como o de oprimido, discursivamente falando, isto, a nosso ver, se constitui por si só num interessante e relevante campo para novas investigações, tanto para uma 'análise de discurso crítica' como – num foco

temático mais específico - para aquilo que propomos se chamar de psicologia social da psicanálise ou psicossociologia do conhecimento psicanalítico.

REFERÊNCIAS

ABRIL, N. P. Análisis crítico del discurso y representaciones sociales: um acercamiento a la comprensión de la cultura. *In*: BERARDI, L. **Análisis Crítico del Discurso**: Perspectivas latinoamericanas. Santiago: Frasis Editores, 2003.

ADORNO, T. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

AIRES, S. Do embaraço: Ensino e transmissão da psicanálise na universidade. *In*: LEITE, N. V. de A.; GASPARINI, E. N.; SOUZA JR., P. S. de (orgs.). **Psicanálise e mal-estar na universidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. (Coleção TerramaR)

ALAYA, D. B. Abordagens filosóficas e teoria das representações sociais. *In*: ALMEIDA, A. M. de, SANTOS, M. de F. de S., & TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

ALBERTI, S. et al. (orgs.). **Ofício do psicanalista**: Formação vs. regulamentação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Metáforas da desordem**: O contexto social da doença mental. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ALMEIDA, A. M. de, SANTOS, M. de F. de S., & TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. (Biblioteca de ciências sociais).

ALVARENGA, E. O movimento psi e a psicanálise no Brasil. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 59-61, mar. 2004.

ALVARENGA, E. Supervisão e relação com o Estado na EBP. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 72, p. 71-72, 2013.

ALVARENGA, E. Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 60-61, 2015.

ALVES-MAZZOTTI, A. J., & GEWANDSZNADJER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANTELO, M. Por que pastores se interessam pela psicanálise? **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 49-52, nov. 2004.

ANTONIO, M. C. de A. **A ética do desejo**: estudo etnográfico da formação de psicanalistas em escolas lacanianas de psicanálise. 297 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

ANSERMET, F.; BASSOLS, M. Psicanálise, ciência, técnica. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 77-78, 2015.

ARAÚJO, S. de F. **O projeto de uma psicologia científica em Wilhelm Wundt**: Uma nova interpretação. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

ARRUDA, A. Representações sociais: Dinâmicas e redes. *In*: ALMEIDA, A. M. de; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

ASKOFARÉ, S. Psicanálise e universidade: intervenção no Fórum de Toulouse, dezembro de 1998. *In*: LEITE, N. V. de A.; GASPARINI, E. N.; SOUZA JR., P. S. de (orgs.). **Psicanálise e mal-estar na universidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. (Coleção TerramaR).

ASSAD, S. Psicanálise e religião. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 135-137, 2015*a*.

ASSAD, S. Psicanálise, religião, política – Alguns desafios que o Brasil enfrenta. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 147-148, 2015*b*.

ASSAD, S. Entrevista: Da imposição de uma fé aos movimentos sociais, com Ricardo Moretzsohn. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 137-141, 2015*c*.

ASSAD. S. Uma observação lacaniana a respeito das questões do século XXI, em especial sobre a formação dos analistas. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 56-57, 2015*d*.

ASSOUN, P.-L. **O freudismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1991. (Biblioteca de Psicanálise).

ATTIÉ, J. Nos tempos atuais. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 50-53, ago. 2005.

AUGRAS, M. "Mil janelas": teóricos do imaginário. **Revista Psicologia Clínica: Departamento de Psicologia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, v. 12, nº 1, p. 107-131, 2000.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BADARI, P.; PECEGO, A. S.; MATTOS, M. de L. CLIN-a, um dos territórios lacanianos. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 65-66, 2015.

BAKHTIN, M. **O freudismo**: Um esboço crítico. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Estudos).

BANCHS, M. Leitura epistemológica da teoria das representações sociais. *In*: ALMEIDA, A. M. de; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. Introdução. *In*: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BAREMBLITT, G. **Lacantroças**: Duzentas troças para uma despedida. São Paulo: Hucitec, 1991.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: Teoria e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, M. Sobre as TCC. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, 66-68, ago. 2005*b*.

BARROS, M. do R. C. do R. Rio de Janeiro: Instituto de Clínica Psicanalítica – ICP-RJ. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 69-70, 2015*b*.

BARROS, R. do R. Sobre a regulamentação da profissão de psicanalista no Brasil. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, 67-70, mar. 2004.

BARROS, R. do R. O desempenho é o valor. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 84-85, ago. 2005*a*.

BARROS, R. do R. Os institutos e o ensino da psicanálise. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, s/n, p. 54-57, nov. 2006.

BARROS, R. do R. Brasil: Dois momentos de desencontro entre psicanálise e religião. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 142-143, 2015*a*.

BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. Introdução. *In*: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BATISTA, M. do C. D. Um editorial bem brasileiro... **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 80-81, ago. 2005.

BAUER, M. W. On (social) representations and the iconoclastic impetus. *In*: SAMMUT, G.; ANDREOULI, Gaskell, G.; VALSINER, J. **The Cambridge handbook of social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Z.; DESSAL, G. **O retorno do pêndulo**: Sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BÉRAUD, A. A avaliação em Quebeque. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 47-49, mar. 2004.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri (SP): Manole, 2004.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: Tratado de sociologia do conhecimento. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. (Antropologia).

BETTELHEIM, B. **Freud e a alma humana**. São Paulo: Cultrix, 1982.

BIRMAN, J. Governabilidade, hierarquias, feminilidade. *In*: MAJOR, R. (org.). **Estados gerais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (Sujeito e História).

BLOOR, D. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. *In*: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009*a*.

BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009*b*.

BOGOCHVOL, A. A ação enérgica das entidades psicanalíticas. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 79-82, nov. 2004.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Textos Fundantes da Educação).

BRISSET, F. O. Uma nota sobre o PAI-PJ. Um território lacaniano instalado no campo da criminologia. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 50-51, 2015.

BRODSKY, G. AMP: A delegada geral aos membros. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 19, mar. 2004.

BRODSKY, G. Você conhece o INSERM? **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 42-43, ago. 2005.

BROUSSE, M.-H. Surrupiar a psicoterapia. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 40-42, mar. 2004.

BUARQUE, S. C. Universidade no seu tempo e para além do seu tempo. *In*: MATTOS, A. G. de (org.). **Para que serve a universidade pública?** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

BUCHER, R. Conclusões: Psicanálise e interdisciplinaridade. *In*: BUCHER, R., Almeida, S. F. C. de (coords.). **Psicologia e psicanálise**: Desafios. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BUSATO, C. Um Laboratório de Psicanálise e Educação em Florianópolis. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 59-60, 2015.

CALDAS, H. Entre a psicanálise e a universidade, amuro. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 79, p. 139-143, 2016.

CALMON, A.; RESTRÊPO, M. I.; HAGE, M. Residência em Psicologia Clínica e Saúde Mental. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. Hospital Especializado Juliano Moreira. Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 71-72, 2015.

CAMARGO, B. V.; BOUSFIELD, A. B. S. Teoria das representações sociais: Uma concepção contextualizada de comunicação. *In*: ALMEIDA, A. M. de; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

CAMPOS, R. H de F. Tendências no estudo da evolução da psicologia na América Latina: Ensaio de historiografia quantitativa. *In*: CAMPOS, R. H de F.; GUARESCHI, P. A. (orgs.). **Paradigmas em psicologia social**: A perspectiva latino-americana. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Psicologia Social).

CAMPOS, R. H de F.; GUARESCHI, P. A. (orgs.) (2014). **Paradigmas em psicologia social**: A perspectiva latino-americana. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Psicologia Social).

CAMPOS, S. de. Discurso de posse do presidente da Escola Brasileira de Psicanálise. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 77, p. 13-22, 2015.

CARAMALAC, R. **Em busca de um lugar**: A transmissão da psicanálise num curso de psicologia. 224 p. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARDOSO, U. **O ensino da psicanálise na universidade e a clínica-escola de psicologia**: A relação da psicanálise com a esfera pública. 166 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2008.

CARONE, M. Introdução. *In*: FREUD, S. **A negação**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CARVALHO, S. M. de. **A psicanálise e o discurso da ciência**. 183 p. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CARVALHO, G. M. M. de. A presença da psicanálise na universidade: um enigma. *In*: LEITE, N. V. de A.; GASPARINI, E. N.; SOUZA JR., P. S. de (orgs.). **Psicanálise e mal-estar na universidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. (Coleção TerramaR).

CARVALHO, R. L. Digaí-Maré. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 54-55, 2015.

CASTEL, R. **O psicanalismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CASTRO, S. de. A psicanálise e o Estado na atualidade. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 72, p. 63-65, 2013.

CASTRO, B. R. de; CARVALHO, V. G. C. de. Programa "Cuca Legal": Uma aposta na transformação cultural de membros da comunidade pela psicanálise. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 49-50, 2015.

CELES, L. A. M. Psicanálise e psicologia. *In*: FIGUEIRA, S. A. **Efeito Psi**: A influência da psicanálise. Rio de Janeiro: Campus, 1988. (Série Campus de Psicanálise e Psicologia).

CERVELATTI, C. S. O ensino da psicanálise e a transferência de trabalho. **Escola Brasileira de Psicanálise – Seção São Paulo**, 2018. Disponível em: https://ebp.org.br/sp/o-ensino-da-psicanalise-e-a-transferencia-de-trabalho/ Acessado em 12-01-2022.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONSELHO DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE. A formação das novas gerações de analistas e a relação entre as escolas, os institutos e a universidade. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 54, p. 17-23, Nov. 2005.

COSTA, B. H. R. da. **Recomendações aos alunos universitários que exercem a psicanálise**: Artifícios para se permanecer não-todo na universidade. 138 p. 138 p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COTTET, S. Lacan e o futuro de Freud. *In*: GIROUD, F. et al. **Lacan, você conhece?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998.

COUTINHO, F. O primeiro Fórum Psi Americano. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 54, p. 106-115, nov. 2005.

COUTO, L. F. S., et al. Os discursos lacanianos como laços sociais. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, vol. 18, pp. 93-104, 2005.

COUSSOT, M. O relatório Cléry-Melin: Uma leitura instrutiva. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 25-29, mar. 2004*a*.

COUSSOT, M. Sobre o dossiê publicado no *Le Monde*. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 43-46, mar. 2004*b*.

CRUZ, L. R. da; GUARESCHI, N. M. de F. A constituição da assistência social como política pública: Interrogações à psicologia. *In*: CRUZ, L. R. da; GUARESCHI, N. (orgs.). **Políticas públicas e assistência social**: Diálogo com as práticas psicológicas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Coleção Psicologia Social).

DARRIBA, V. A. O lugar do saber na psicanálise e na universidade e seus efeitos na experiência do estágio nas clínicas-escola. Ágora, v. XIV n. 2, p. 293-306, jul/dez 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982011000200009

DAVID-MÉNARD, M. **Deleuze e a psicanálise**: A altercação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DEBRUYNE-GANIVET. Uma árvore que ameaça esconder a floresta. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 30-31, mar. 2004.

DE CERTEAU, M. **História e psicanálise**: Entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção História & Historiografia).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**: Capitalismo e esquizofrenia 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. (Coleção TRANS).

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: Teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE ROSA, A. S. de. 50 anos depois: a "Psychanalyse, son image et son public" na era do Facebook. *In*: ALMEIDA, A. M. de; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

DESCHAMPS, J.-C.; MOLINER, P. **A identidade em psicologia social**: dos processos identitários às representações sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Coleção Psicologia Social).

DIAS, E. C.; MEDRADO, P.; GROSTEIN, S. A. CLIPP – Seção clínica entrevista de apresentação de pacientes: O quê? Por quê? Para quem? **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 57-58, 2015.

DILTHEY, W. **Introdução às ciências humanas**: Tentativa de uma fudamentação para o estudo da sociedade e da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DOISE, W. **Levels of explanation in social psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. (European Monographs in Social Psychology).

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, vol. 18, n. 1, p. 027-035, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n1/a04v18n1. Acesso em 25-07-2016.

DOISE, W. Sistema e metassistema. *In*: ALMEIDA, A. M. de; SANTOS, M. de F. de S.;

TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

DOISE, W.; VALENTIM, J. P. Levels of analysis in social psychology. *In*: WRIGHT, J. D. (org.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2nd edition. Oxford: Elsevier, 2015.

DUNKER, C. Apresentação à edição brasileira. *In*: ADORNO, T. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

DUVEEN, G. Introdução: O poder das ideias. *In*: MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ELFAKIR, A. Psicanálise e Universidade entre discurso e enunciação. *In*: LEITE, N. V. de A.; GASPARINI, E. N.; SOUZA JR., P. S. de (orgs.). **Psicanálise e mal-estar na universidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. (Coleção TeramaR).

ELIA, L. Leiga por rigor: O que é impossível regulamentar na psicanálise? *In*: ALBERTO, S. et al. (orgs.). **Ofício do psicanalista**: Formação vs. regulamentação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010. (Psicanálise passo-a-passo; 50).

ENRIQUEZ, E.; CASTILHO, P. T. Entrevista: Acerca da psicologia social, da análise institucional, da psicossociologia e da esquizoanálise. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 20, p. 263-272, 2006.

ERNETA, L. A paixão da ignorância: Uma amostra. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 91-92, ago. 2005.

FAVEREAU, E. Primeira página do jornal *Libération* - 25/10/2003 – Acontecimento – Divan – Divisões do lado dos analistas. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 24, mar. 2004.

FERNANDEZ, D. Do banquete dos analistas ao piquenique nas ruas e nas estradas. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 62-65, ago. 2005.

FERRARI, I. F.; LAIA, S. Psicopatologia: A perspectiva freudiana. *In*: BESSET, V. L.; CARNEIRO, H. F. (orgs.). **A soberania da clínica na psicopatologia do cotidiano**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FERREIRA, A. A. L. A psicanálise e a psicologia nos Ditos e Escritos de Michel Foucault. *In*: GUARESCHI, N. M. de F.; HÜNING, S. M. (orgs.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. (Série Debates Contemporâneos em Psicologia Social; 3).

FERREIRA, I. F. R. **Três metáforas de Freud na descoberta do inconsciente**. 138 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
FEU, F. Apresentação do CAPUT. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 72-73, 2015.

FIGUEIREDO, L. C. Psicanálise e universidade: Perspectivas. **Psicol. USP**, São paulo, vol 12 n. 2, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ arttext&pid=S0103-65642001000200012

FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do pensamento psicológico**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FILHO, R. A. P. Psicanálise, psicologia e ciência: Continuação de uma polêmica. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 68-85, 1996. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1997000100005&script=sci_abstract&tlng=pt

FILHO, K. P. Para uma arqueologia da psicologia (ou: Para pensar uma psicologia em outras bases). *In*: GUARESCHI, N. M. de F.; HÜNING, S. M. (orgs.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. (Série Debates Contemporâneos em Psicologia Social; 3).

FONTE, R. da. Pernambuco: Supervisão institucional – Introdução. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 67-68, mar. 2015.

FONTELES, C. S. L.; COUTINHO, D. M. B. A presença da psicanálise na universidade francesa. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 513-531, ago. 2019. Disponível em: v25n2a09.pdf (bvsalud.org). Acesso em 03-02-2022.

FONTELES, C. S. L. **Psicanálise e universidade**: Uma análise da produção acadêmica no Brasil. 202 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

FONTENELLE, M. I.; OTERO, V. Uma ação no Congresso Nacional. *In*: ALBERTI, S. et al. (orgs.). **Ofício do psicanalista**: Formação vs. regulamentação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

FORBES, J. A sensibilidade brasileira – Regulamentação da psicanálise. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 62-64, mar. 2004*a*.

FORBES, J. Psicólogos, marchem! **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 78-79, nov. 2004*b*.

FORBES, J. Projeto Genoma. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 53-54, 2015.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Coleção Estudos).

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006*a*. (Ditos e escritos; V).

FOUCAULT, M. Lacan, o "Liberatore" da Psicanálise. *In*: FOUCAULT, M. **Problematização do sujeito**: Psicologia, psiquiatria e psicanálise. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006*b*. (Ditos e Escritos; I).

FOUCAULT, M. Filosofia e psicologia. *In*: FOUCAULT, M. **Problematização do sujeito**: Psicologia, psiquiatria e psicanálise. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006*c*. (Ditos e Escritos; I).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRANKL, V. **Psicoterapia y humanismo**: ¿Tiene um sentido la vida? México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FREUD, S. Construções em análise. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*a*.

FREUD, S. A história do movimento psicanalítico. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*b*.

FREUD, S. Um estudo autobiográfico. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*c*.

FREUD, S. O 'estranho'. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*d*.

FREUD, S. Totem e tabu. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*e*.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*f*.

FREUD, S. O futuro de uma ilusão. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*g*.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*h*.

FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*i*.

FREUD, S. A questão da análise leiga. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*j*.

FREUD, S. Além do princípio de prazer. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*k*.

FREUD, S. Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*l*.

FREUD, S. Análise terminável e interminável. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*m*.

FREUD, S. O interesse científico da psicanálise. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969*n*.

FREUD, S. **A negação**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

FREUD, S.; BREUER, J. Estudos sobre a histeria. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

FUENTES, M. J. S. A psicanálise nos tempos da regulamentação. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 65-70, nov. 2004.

FURTADO, O. Psicologia para fazer a crítica, a crítica para fazer a psicologia. *In*: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GARCIA, C. Psicoterapia e psicanálise. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, s/n, p. 69-71, nov. 2006.

GARCIA-ROZA, L. A. **Artigos de metapsicologia, 1914-1917**: narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000. (Introdução à metapsicologia freudiana; v. 3).

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. 21. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

GASPARINI, E. N. A resistência para além do dito: A assepsia relativista e o discurso universitário. *In*: LEITE, N. V. de A.; GASPARINI, E. N.; SOUZA JR., P. S. de (orgs.). **Psicanálise e mal-estar na universidade**. Campinas: Mercado das Letras, 2013. (Coleção TerramaR).

GAY, P. **Freud para historiadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GELLNER, E. **O movimento psicanalítico ou os ardis da não razão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

GERMANO, M. G. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

GIACOIA JUNIOR, O. **Heidegger urgente**: Introdução a um novo pensar. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

GIBSON, S. From representations to representing: on social representations and discursive-rhetorical psychology. *In*: SAMMUT, G.; ANDREOULI, E; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge handbook of social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

GOES, C. **História e psicanálise**: A construção da realidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GÓES, M. I.; ROCHA, E. de C.; COSTA-MOURA, F. A regulamentação, a psicanálise e as psicoterapias. *In*: ALBERTI, S. et al. (orgs.). **Ofício do psicanalista**: formação vs. regulamentação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. *In*: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

GONÇALVES, N. Comunicado da reunião do Conselho da EBP do dia 05 de agosto de 2005. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 54, p. 121, Nov. 2005.

GONÇALVES, N.; MANDIL, R. O Conselho da EBP. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 44-45, ago. 2005.

GONÇALVES, M. da G. M. A contribuição da Psicologia Sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas. *In*: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GONÇALVES, M. da G. M. Fundamentos metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica. *In*: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica**: Uma perspectiva crítica em psicologia. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social**: A emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004. (Coleção Psicologia Social).

GROSTEIN, S. Nasce a ciência desaparece o pensamento, nascem as neurociências desaparece o sujeito. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 69, p. 39-41, 2011.

GUARDADO, C. Três pontuações. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 144-145, 2015.

GUARESCHI, N. M. de F.; BRUSCHI, M. E. (orgs.) **Psicologia social nos estudos culturais**: Perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção Psicologia Social).

GUARESCHI, N. M. de F. Apresentação. *In*: GUARESCHI, N. M. de F.; BRUSCHI, M. E. (orgs.). **Psicologia social nos estudos culturais**: Perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013*b*. (Coleção Psicologia Social).

GUARESCHI, P. A. (2000). Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas: Edição Especial Temática**, Florianópolis, p.33-46, 2000.

GUARESCHI, P. A. Ideologia. *In*: STREY, M. N. et al. **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2013*a*. (Coleção Psicologia Social).

GUARESCHI, P. A. Sinais de um novo paradigma. *In*: CAMPOS, R. H. de F.; GUARESCHI, P. A. **Paradigmas em psicologia social**: A perspectiva latino-americana. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Coleção Psicologia Social).

GUERRA, K. Anexo: Artigo do Correio Brasiliense sobre a regulamentação e a SPOB: Tema do dia: Pastores x Psicanalistas. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 52-55, nov. 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HAN, B.-C. **O que é poder?** Petrópolis: Vozes, 2019.

HARARI, A. Maio/68 no *Meeting* da *Mutualité*. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 65-66, 2004.

HARRÉ, R.; MOGHADDAM, F. Positioning theory and social representations. *In*: SAMMUT, G.; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge handbook of social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HOLCK, A. L. L.; ROSA, M. A psicanálise, a escola e a universidade. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 82-84, nov. 2004.

HORNE, B. Psicanálise e universidade. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 54, p. 14-16, nov. 2005.

HORNE, B. Os institutos e o ensino da psicanálise. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, s/n, p. 54-57, nov. 2006.

HOUNIE, A. Psicanálise na escola e na Universidade: a transmissão nos espaços de fronteiras e o exercício da tradução. *In*: LEITE, N. V. de A.; GASPARINI, E. N.; SOUZA JR., P. S. de (orgs.). **Psicanálise e mal-estar na universidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. (Coleção TeramaR).

HOWARTH, C. "It's not their fault that they have that colour skin, is it?": Young british children and the possibilities for contesting racializing representations. *In*: MOLONEY, G.; WALKER, I. (ed.). **Social representations and identity**: Content, process, and power. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

HOWARTH, C. Representações, identidade e resistência na comunicação. *In*: HOOK, D.; FRANKS, B.; BAUER, M. W. (orgs.). **A psicologia social da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2017. (Coleção Psicologia Social).

HOWARTH, C.; CORNISH, F.; GILLESPIE, A. Making community: diversity, movement and interdependence. *In*: SAMMUT, G.; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge handbook of social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. de F. Efeito Foucault: Desacomodar a psicologia. *In*: GUARESCHI, N. M. de F.; HÜNING, S. M. (orgs.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. (Série Debates Contemporâneos em Psicologia Social; 3).

IANNINI, G. Extimus, intimus. **Boletim da Escola Brasileira de Psicanálise**, DR 2013-2015 / DR 2015, 2015. Disponível em: www.ebp.org.br/old/extimidade-extimus-intimus-gilson-iannini/ Acessado em 06-01-2022.

INSTITUTO DE PSICANÁLISE DA BAHIA. Bahia: Instituto de Psicanálise da Bahia. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 63-65, 2015.

JAPIASSU, H. **Psicanálise**: Ciência ou contraciência? 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

JOBIM E SOUZA, S. **Infância e linguagem**: Bakhtin, Vigotsky e Benjamin. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

JODELET, D. A fecundidade múltipla da obra "A psicanálise, sua imagem e seu público". *In*: ALMEIDA, A. M. de; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

JODELET, D. O encontro dos saberes. *In*: JESUÍNO, J. C.; MENDES, F. R. P.; LOPES, M. J. (orgs.) **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015. (Coleção Psicologia Social).

JONES, E. **Vida e obra de Sigmund Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1979.

JOURDAIN, A.; NAULIN, S. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Petrópolis: Vozes, 2017. (Coleção Sociologia: Pontos de Referência).

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber**: Representações, comunidade e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. (Coleção Psicologia Social).

JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão. *In*: ALMEIDA, A. M. de; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

JOVCHELOVITCH, S. **Knowledge in context**: Representations, community and culture. London and New York: Routledge, 2019.

JOVCHELOVITCH, S.; PRIEGO-HERNÁNDEZ, J. Cognitive polyphasia, knowledge encounters and public sphere. *In*: SAMMUT, G.; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge handbook of social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

KALAMPALIKIS, N. (2009). Le processus de l'ancrage : l'hypothèse d'une familiarisation à l'envers. **Carnets du GRePS**, 1, 2009. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/242326871_Le_processus_de_l%27ancrage_l%27hypothese_d%27une_familiarisation_a_l%27envers, pp 019-025. Acesso em 03-07-2021.

KALAMPALIKIS, N. (Ed.) **Serge Moscovici. Psychologie des représentations sociales**: textes inédits. Paris: Editions des archives contemporaines, 2019.

KEHL, M. R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KEHL, M. R. Apresentação. *In*: DIAS, M. M. **Os ódios**: Clínica e política do psicanalista. São Paulo: Iluminuras, 2012.

KOVÁCS, M. J. (coord.). **Morte e desenvolvimento humano**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KRONBERGER, N. Of worlds and objects: scientific knowledge and its publics. *In*: SAMMUT, G.; ANDREOULI, E; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge handbook of social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**: O que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiros, religiosos e aos seus próprios parentes. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. (Debates).

LACAN, J. **O seminário, livro 7**: A ética da psicanálise 1959-1960. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1988*a*. (Campo freudiano no Brasil).

LACAN, J. Prefácio. *In*: LEMAIRE, A. **Jacques Lacan**: Uma introdução. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988*b*. (Contribuição em psicologia, psicanálise e psiquiatria, 2).

LACAN, J. **O seminário, livro 17**: O avesso da psicanálise 1969-1970. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed,1992. (Campo freudiano no Brasil).

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998*a*. (Campo freudiano no Brasil).

LACAN, J. A ciência e a verdade. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998*b*. (Campo freudiano no Brasil).

LACAN, J. Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998*c*. (Campo freudiano no Brasil).

LACAN, J. A psicanálise verdadeira, e a falsa. *In*: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003*a*. (Campo freudiano no Brasil).

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. *In*: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003*b*. (Campo freudiano no Brasil).

LACAN, J. Talvez em Vincennes. *In*: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003*c*. (Campo freudiano no Brasil).

LACAN, J. **Meu ensino**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006. (Campo freudiano no Brasil; Paradoxos de Lacan).

LACAN, J. Transferência para Saint Denís? – Diário de Ornicar? – Lacan a favor de Vincennes. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 65, p. 31-32, ago. 2010.

LAGACHE, D. Prefácio: Razões e história desta obra. *In*: LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAGACHE, D. Prefácio. *In*: MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012. (Coleção Psicologia Social).

LAHLOU, S. Difusão das representações e inteligência coletiva distribuída. *In*: ALMEIDA, A. M. de; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (orgs.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

LAIA, S. O desabono do DSM-5 pelo National Institute of Mental Health (NIMH) – Considerações lacanianas. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 128-130, 2015.

LANNES, E. S. História das tentativas de regulamentação no Brasil. *In*: ALBERTI, S. et al. (orgs.). **Ofício do psicanalista**: Formação vs. regulamentação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

LAPLANCHE, J. **Novos fundamentos para a psicanálise**. São Paulo: Martins fontes, 1992. (Estante de Psicanálise).

LAPLANCHE, J. **Problemáticas I**: A angústia. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Estante de Psicanálise).

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Fantasia originária, fantasias das origens, origem da fantasia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. (Transmissão da psicanálise).

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LASH, M. Os escritores e a psicanálise: facetas diversas da resistência. Ou sobre as relações entre licenciatura, psicanálise e ciências humanas. *In*: LEITE, N. V. de A.; GASPARINI, E. N.; SOUZA JR., P. S. de (orgs.). **Psicanálise e mal-estar na universidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. (Coleção TeramaR).

LAURENT, D. Do desejo de padronização de massa. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 54-61, ago. 2005*a*.

LAURENT, E. Da inconsistência ao erro profundo. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 34-39, mar. 2004.

LAURENT, E. As terapias virtuais. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 46-49, ago. 2005*b*.

LAURENT, E. DSM5 – Muito barulho por nada? Fim de uma Época. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 122-127, nov. 2015.

LEITE, M. P. de. Formações do analista: Clínica, sintoma, tratamento: Porque a regulamentação da psicanálise não mais diz respeito aos médicos. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 56-63, nov. 2004.

LEITE, N. V. de A.; GASPARINI, E. N.; SOUZA JR., P. S. de (orgs.) **Psicanálise e mal-estar na universidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. (Coleção TerramaR).

LEITE, M. P. de S.; CESAROTTO, O. Apêndices: Psicanálise e lógica paraconsistente: Entrevista de Newton da Costa para Márcio Peter de Souza Leite e Oscar Cesarotto. *In*: FREUD, S. **A negação**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LEMAIRE, A. **Jacques Lacan**: Uma introdução. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988. (Contribuição em psicologia, psicanálise e psiquiatria, 2).

LHULLIER, L. A. Psicologia política. *In*: STREY, M. N. et al. **Psicologia social contemporânea**: Livro-texto. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Psicologia Social).

LIEBESNY, B.; SANCHEZ, S. G. Os desafios no ensino da Psicologia Sócio-Histórica. *In*: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs). **Psicologia sócio-histórica**: Uma perspectiva crítica em psicologia. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LIMA, D. M. de O. Uma abordagem sociológica para a constituição, legitimação e autonomização da psicanálise como um campo. *In*: TEIXEIRA, A. (org.). **Especificidades da ética da psicanálise**: Conferência, ética e real, ética e desejo, ética e filosofia, campo da psicanálise e regulamentação, desdobramentos da ética da psicanálise. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2005.

LIU, J. H.; LÁSZLÓ, J. A narrative theory of history and identity. *In*: MOLONEY, G.; WALKER, I. (ed.). **Social representations and identity**: Content, process, and power. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

LIU, J. H. Representações sociais de história e narrativas: Estudos interculturais. *In*: JESUÍNO, J. C.; MENDES, F. R. P.; LOPES, M. J. **As representações sociais em sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015. (Coleção Psicologia Social).

LOPES, R. G. **O desejo do analista e o discurso da ciência**. 248 p. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LOPES, C. A.; GASKEL, G. Social representations and societal psychology. *In*: SAMMUT, G. et al. **The Cambridge handbook of social representations**. London: Cambrigde University Press, 2015.

LOPES, A. J.; RIBEIRO, M. M. C. Apresentação das reuniões da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. *In*: ALBERTI, S. et al. (orgs.). **Ofício do psicanalista**: Formação vs. regulamentação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

LOPES, A. J. A sobrevivência da psicanálise no Brasil: O movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, 52, p. 161-172, 2019. Disponível em pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0100 -34372019000200018.

LUCHINA, M. R. V. O dispositivo de apresentação de pacientes nos ensina algo sobre as supervisões? **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 80, p. 49-59, 2016.

LUSTOSA, S. de C. Por uma análise de discurso crítica consistente. *In*: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

MACHADO, M. N. da M; ROEDEL, S. Apresentação. *In*: LÉVY, A. et al. **Psicossociologia**: Análise social e intervenção. Petrópolis: Vozes, 1994.

MAGNELLI, M. Programa de Responsabilidade Social FAPEX Criamundo. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 51-53, 2015.

MAJOR, R. Por que os estados gerais da psicanálise, hoje?. *In*: MAJOR, R. (org.). **Estados gerais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

MALEVAL, J.-C. Ilusões e desconhecimentos no campo da saúde mental: A Emenda Accoyer. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 53-58, mar. 2004.

MANDIL, R. O modelo concentracionário e as TCC. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 69-73, ago. 2005.

MANDIL, R. Bate pronto com Jacques-Allain Miller. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 72, p. 7-8, 2013.

MANNING, P. **Freud & American sociology**. Cambridge-UK: Polity Press, 2005.

MARASCHIN, C.; AXT, M. Conhecimento. *In*: STREY, M. N., et al. **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção Psicologia Social).

MARCONDES, D. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONDES, D. **As armadilhas da linguagem**: Significado e ação para além do discurso. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MARKOVÁ, I. Social identities and social representations: How are they related? *In*: MOLONEY, G.; WALKER, I. (ed.). **Social representations and identity**: Content, process, and power. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

MARKOVÁ, I. Ética na teoria das representações sociais. *In*: JESUÍNO, J. C.; MENDES, F. R. P.; LOPES, M. J. (orgs.) **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015. (Coleção Psicologia Social).

MARKOVÁ, I. **Mente dialógica**: Senso comum e ética. Curitiba: PUCPRESS, 2017.

MARON, G.; REIS, A. Ação Lacaniana – Territórios Lacanianos. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 47-48, 2015.

MARTÍNEZ, A. M. Psicologia e compromisso social: Desafios para a formação do psicólogo. *In*: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, F. Do normal à sublimação: da psicologia à psicanálise. *In*: BUCHER, R.; ALMEIDA, S. F. C. de (coords.). **Psicologia e psicanálise**: Desafios. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

MARTINS, A. R. N. Análise de discurso da mídia. *In*: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

MATET, J.-D. Nada escondido para reformar e regulamentar a abordagem da saúde mental. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 50-52, mar-2004.

MATTOS, S. de. Tempo Regulamentar, Boletim 04 – 10/set/2004. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 76-77, 2004.

MAURANO, D. **Para que serve a psicanálise?** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010. (Psicanálise passo-a-passo; 21).

MELO, I. F. de Histórico da análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JR., J. R. L., SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

MELTZER, D. **O desenvolvimento kleiniano I**: Desenvolvimento clínico de Freud. São Paulo: Escuta, 1989.

MEZAN, R. **O tronco e os ramos**: Estudos de história da psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MICHELLI, H. **A psicanálise nos cursos de graduação em psicologia no Estado de Santa Caratina**. 235 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MIELKE, R. **Concepção docente sobre o ensino da psicanálise nos cursos de psicologia**: Um estudo de caso. 83 p. Dissertação (Mestrado). Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MILLER, J.-A. Para uma coordenação psi. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 46, p. 20-23, mar-2004.

MILLER, J.-A. A resposta da psicanálise à terapia cognitivo-comportamental. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 36-41, ago-2005.

MILLER, J.-A. Sobre o sujeito suposto saber e o objeto *a*. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 59, p. 5-25, s/d.

MILLER, J.-A. A psicanálise, seu lugar entre as ciências. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 69, p. 15-30, 2011.

MOLONEY, G.; WALKER, I. Introduction. *In*: MOLONEY, G.; WALKER, I. (ed.). **Social representations and identity**: Content, process, and power. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

MORAES, M. C.; ALMEIDA, M. da C. (orgs.). **Os sete saberes necessários à educação do presente**: Por uma educação transformadora. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

MORIN, E. **Os sete saberes para a educação do futuro**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. (Horizontes Pedagógicos).

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOSCOVICI, S. Notes toward a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, 18, p. 211-250, 1988. Disponível em http://www.europhd.net/sites/europhd/files/images/onda_2/07/27th_lab/scientific_materials/pop/moscovici_1988.pdf

MOSCOVICI, S. **A invenção da sociedade**: Sociologia e psicologia. Petrópolis: Vozes, 2011. (Coleção Psicologia Social).

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012*a*. (Coleção Psicologia Social).

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012*b*.

MOTTA, M. B. da. Apresentação. *In*: FOUCAULT, M. **Problematização do sujeito**: Psicologia, psiquiatria e psicanálise. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e Escritos; I).

MOURÃO, A. A. M.. Psicologia: Um pré-requisito para uma formação em psicanálise? *In*: BUCHER, R.; ALMEIDA, S. F. C. de (coords.). **Psicologia e psicanálise**: Desafios. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

MUELLER, F.-L. **História da psicologia**: Da antiguidade aos dias de hoje. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

NASIO, J.-D. **Introdução à topologia de Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (Transmissão da psicanálise).

NEGURA, L.; PLANTE, N.; LÉVESQUE, M. The role of social representations in the construction of power relations. **J Theory Soc Behav**. v. 1, n. 17, 2019. Disponível em https://doi.org/10.1111/jtsb.12213.

NETO, J. L. F. **A formação do psicólogo**: Clínica, social e mercado. Belo Horizonte: Fumec/FCH, 2004.

NOGUEIRA, C. Construcionismo social, discurso e gênero. **Psicologia**, v. XV, n. 1, p. 43-65, 2001.

OLIVEIRA, F. O de; WERBA, G. C. Representações sociais. *In*: STREY, M. N. et al. **Psicologia social contemporânea**: Livro-texto. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Psicologia Social).

OLIVIERI, F. A aletosfera, lugar de objetos agalmáticos. *In*: RINALDI, D.; JORGE, M. A. C. (orgs.). **Saber, verdade e gozo**: Leituras de O seminário, livro 17, de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

PAQUIER, P. O tratamento comportamental intensivo para crianças pequenas autistas. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 74-75, ago. 2005.

PARKER, I.; SHOTTER, J. (eds.) **Deconstructing social psychology**. London: Routledge, 1990.

PARKER, I. Prefácio à edição inglesa. *In*: DUNKER, C. I. L. **Estrutura e constituição da clínica psicanalítica**: Uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. São Paulo: Annablume, 2011. (Coleção Ato Psicanalítico).

PAULINO, M. Primeiro Fórum Psi Americano – A reconfiguração da psicanálise no século XXI. A universidade. A avaliação. As TCC. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 54, p. 103-106, nov. 2005.

PENA-VEGA, A. A universidade à beira do abismo: Ambiguidade e obscuridades da crise. *In*: MATTOS, A. G. de (org.). **Para que serve a universidade pública?** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

PÉREZ, J. F. Editorial. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 53, p. 76-77, ago. 2005.

PERRIER, F. **Viagens extraordinárias pela Translacânia**. Campinas: Papirus, 1987. (Coleção Campo Freud-Lacan).

PERRUSI, A. **Imagens da loucura**: Representação social da doença mental na psiquiatria. São Paulo: Cortez; Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

PIERRAKOS, M. **A "batedora" de Lacan**: Lembranças de uma estenotipista irritada: reflexões de uma psicanalista aflita. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Elos; 56).

PIMENTA, J. Há possibilidade de invenção a partir da religião? **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 143-144, 2015.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

PORGE, E., et al. **Manifesto pela psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Sujeito e História).

PORTA, M. A. G. **A filosofia a partir de seus problemas**: Didática e metodologia do estudo filosófico. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PURKHARDT, S. C. **Transforming social representations**: A social psychology of common sense and science. London and New York: Routledge, 1993.

QUINET, A. **A estranheza da psicanálise**: A Escola de Lacan e seus analistas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

RAMON, F. Um futuro para a psicanálise: Entrevista com Marie-Hélène Brousse. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 79, p. 123-135, 2016.

REIS, J. C. **Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: Eduel, 2003. (Biblioteca Universitária).

REISIGL, M.; WODAK, R. The discourse-historical approach (DHA). *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of critical discourse studies**. 3. ed. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: Sage, 2016.

REYMUNDO, O. Oficina: Política Lacaniana. Toxicomanias: Pluralização das práticas de intoxicação. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 61-62, 2015.

REZENDE, A. M. de **A questão da verdade na investigação psicanalítica**. Campinas: Papirus, 1999.

RIBEIRO, R. J. **A universidade e a vida atual**: Fellini não via filmes. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RODRIGUES, H. de B. C. "Sejamos realistas, tentemos o impossível." Desencaminhando a psicologia através da análise institucional. *In*: JACÓ-VILELA, A. M. et al. (orgs.). **História da psicologia**: Rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2007.

ROMANO, R. Reflexões sobre a Universidade. *In*: SILVA, M. A. Da; SILVA, R. B. (orgs.). **A ideia de universidade**: Rumos e desafios. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs**: Psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROSI, F. S.; LUCERO, A. Intervenção precoce x Estimulação precoce na clínica com bebês. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 174-193, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101 -48382018000100009

ROUANET, S. P. **Teoria crítica e psicanálise**. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001. (Biblioteca Tempo Universitário).

ROUDINESCO, E. **Jacques Lacan**: Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

ROUDINESCO, E. **Genealogias**. Rio de Janeiro: Relime-Dumará, 1995.

ROUDINESCO, E. **Freud – mas por que tanto ódio?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. (Transmissão da Psicanálise).

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUSTANG, F. **Lacan**: Do equívoco ao impasse. Rio de Janeiro: Campus, 1988. (Série Campus de Psicologia e Psicanálise).

RUSH, F. As bases conceituais da primeira Teoria Crítica. *In*: RUSH, F. (org.). **Teoria Crítica**. 2. ed. Aparecida: Ideia & Letras, 2008.

SÁ, C. P. de **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SÁ, C. P. de **Estudos de psicologia social**: História, comportamento, representações e memória. Rio de janeiro: 2015.

SAFATLE, V. **Lacan**. São Paulo: Publifolha, 2007. (Folha explica).

SAFATLE, V. **Grande Hotel Abismo**: Por uma reconstrução da teoria do reconhecimento. São Paulo: Eitora WMF Martins Fontes, 2012.

SAFATLE, V. Posfácio: Aquele que diz "não": Sobre um modo peculiar de falar de si. *In*: FREUD, S. **A negação**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

SAINT LAURENT, C. de. **Social thinking and history**: A sociocultural psychological perspective on representations of the past. Routledge: London and New York, 2021. (Cultural Dynamics of Social Representation).

SALEME, M. H. **A normopatia na formação do analista**. São Paulo: Escuta, 2008.

SAMMUT, G.; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J.. Part II: Conceptual developments. *In*: SAMMUT, G.; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. **The Cambridge handbook of social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SANTIAGO, J. O significante contábil do neo-higienismo. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n.51, p. 84-90, 2004.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Questões da nossa época; 11).

SARRIERA, J. C. O paradigma ecológico na psicologia comunitária: Do contexto à complexidade. *In*: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (orgs.). **Introdução à psicologia comunitária**: Bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SCARPARO, M. de L. D.-E.; POLI, M. C. Psicanálise e assistência social. *In*: CRUZ, L. R. da; GUARESCHI, N. (orgs.). **Políticas públicas e assistência social**: Diálogo com as práticas psicológicas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Coleção Psicologia Social).

SCHNEIDER, M. **Afeto e linguagem nos primeiros escritos de Freud**. São Paulo: Editora Escuta, 1993.

SCOTTI, S. Psicanálise, universidade e capital intelectual. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 3, p. 440-449, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932006000300008&script=sci_abstract&tlng=pt

SIGAL, A. M. Entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas. *In*: ALBERTI, S. et al. (orgs.). **Ofício do psicanalista**: Formação vs. regulamentação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

SIGAL, A. M.; COMTE, B.; ASSAD, S. (orgs.) **Oficio do psicanalista II**: Por que não regulamentar a psicanálise. São Paulo: Escuta, 2019.

SIMANKE, R. T. A psicanálise freudiana e a dualidade entre ciências naturais e ciências humanas. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 221-235, 2009.

SOKAL, A.; BRICMONT, J. **Imposturas intelectuais**: O abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos. 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

SOUTO, S. Terceira plenária: As escolas da América no Segundo Encontro Americano. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 54, p. 115-118, 2005.

SOUZA, O. Psicanálise e universidade: Ensino. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200015

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: A perspectiva da psicologia social. *In*: SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: Aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

STRACHEY, J. Nota do editor inglês: Zur geschichte der psychoanalytischen bewegung. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

SUSIN, L.; POLI, M. C. O singular na assistência social: do usuário ao sujeito. *In*: CRUZ, L. R. da; GUARESCHI, N. (org.). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Coleção Psicologia Social).

TEIXEIRA, A. Nada a se comemorar: O National Institute of Mental Health (NIHM) finalmente abandona o DSM. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 131, 2015.

TESHAINER, M. **Psicanálise e biopolítica**: Contribuição para a ética e a política em Michel Foucault. Porto Alegre: Zouk, 2006.

THOMPSON, J. B. **Ideology and modern culture**: Critical social theory in the era of mass communication. Stanford: Stanford University Press, 1990.

TITTONI, J.; JACQUES, M. da G. C. Pesquisa. *In*: STREY, M. N. et al. **Psicologia social contemporânea**: Livro-texto. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção Psicologia Social).

VALE, E. A. N. do. **Os rumos da psicanálise no Brasil**: Um estudo sobre a transmissão psicanalítica. São Paulo: Escuta, 2003.

VALENTIM, J. P. Que futuro para as representações sociais? **Psicologia e Saber Social**, v. 2, n. 2, p. 158-166, 2013. Disponível em http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/8790/6658

VAN DIJK, T. A. **Ideology**: A multidisciplinary approach. London: Sage, 1998.

VAN DIJK, T. A. **Discourse and Power**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto**: Uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. **Discourse and knowledge**: A sociocognitive approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

VAN DIJK, T. A. Critical discourse studies: A sociocognitive approach. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of critical discourse studies**. 3. ed. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: Sage, 2016.

VANIER, A. **Lacan**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: Epistemologia e metodologia operativa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VASCONCELOS, A. Supervisão clínico-institucional e seus desafios. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 76, p. 68-69, 2015.

VERAS, M. A psicanálise, apesar da lei. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 70-75, 2004.

VIDAL, P. Todos para a universidade? **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 77, p. 115-120, 2015.

VIEIRA, M. A. Tempo Regulamentar: Boletim 02 – 27/ago2004: Editorial. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 51, p. 47-48, nov. 2004.

VIEIRA, J. A. As abordagens críticas e não-críticas em análise do discurso. *In*: SILVA, D. E. G. da; VIEIRA, J. A. (orgs.). **Análise do discurso**: Percursos teóricos e metodológicos. Brasília: UNB; Editora Plano, 2002.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

VILELA, Y. (org.). Entrevista com Agnès Aflalo. **Correio: Revista da Escola Brasileira de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 72, p. 27-45, 2013.

VILHENA, J. de. Qual a psicanálise que queremos? Clínica psicanalítica e realidade brasileira. *In*: SOUZA, M. R. de; LEMOS, F. C. S. (orgs.) (2009). **Psicologia e compromisso social**: Unidade na diversidade. São Paulo: Escuta, 2009.

VORCARO, A. Psicanálise e Universidade: "qual transmissão?". *In*: LEITE, N. V. de A.; GASPARINI, E. N.; SOUZA JR., P. S. de (orgs.). **Psicanálise e mal-estar na universidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. (Coleção TeramaR).

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. *In*: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

WAGNER, W. (1996). Queries about social representation and construction. **Journal for the Theory of Social Behavior**, v. 26, n. 1, p. 95-120, 1996. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/228018421_Queries_about_Social_Representation_and_Construction/link/60accdab458515bfb09f09a9/download

WAGNER, W. Representation in action. *In*: SAMMUT, G.; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSIER, J. **The Cambridge handbook of social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

WARBURTON, N. **Pensamento crítico de A a Z**: Uma introdução filosófica. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

WODAK, R.; MEYER, M. Critical discourse studies: History, agenda, theory and methodology. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of critical discourse studies**. 3. ed. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: Sage, 2016.

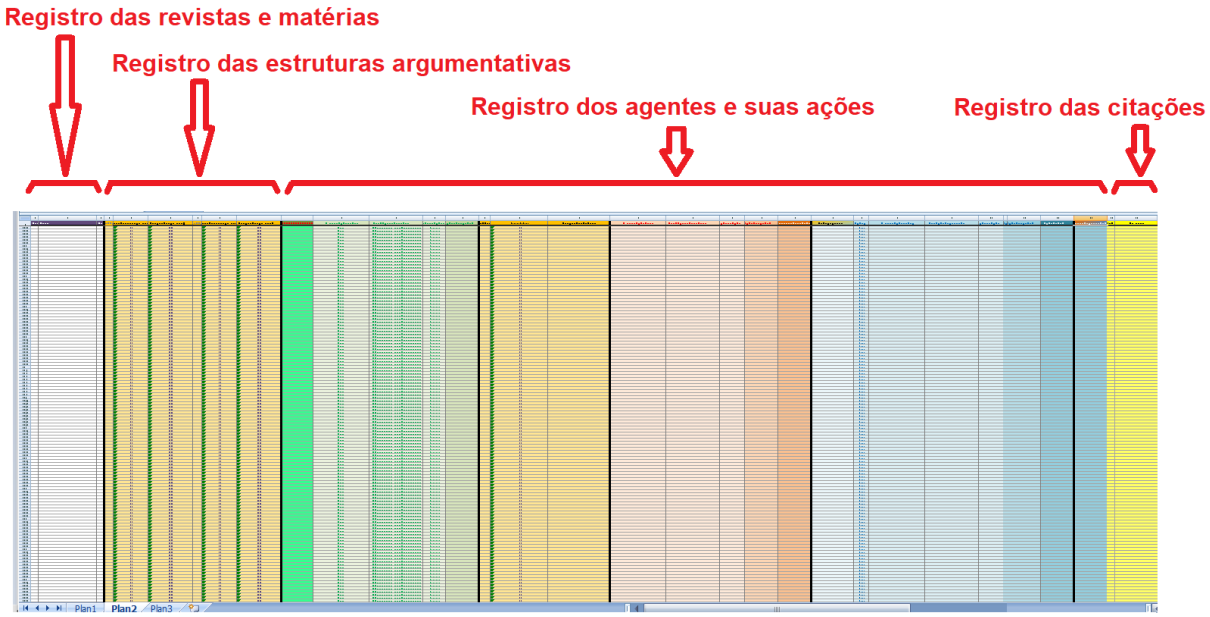
XAVIER, R. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 18-47, jul./dez.2002.

YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: Revendo o compromisso da psicologia. *In*: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE A - IMAGENS, LISTAS E QUADROS DA BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

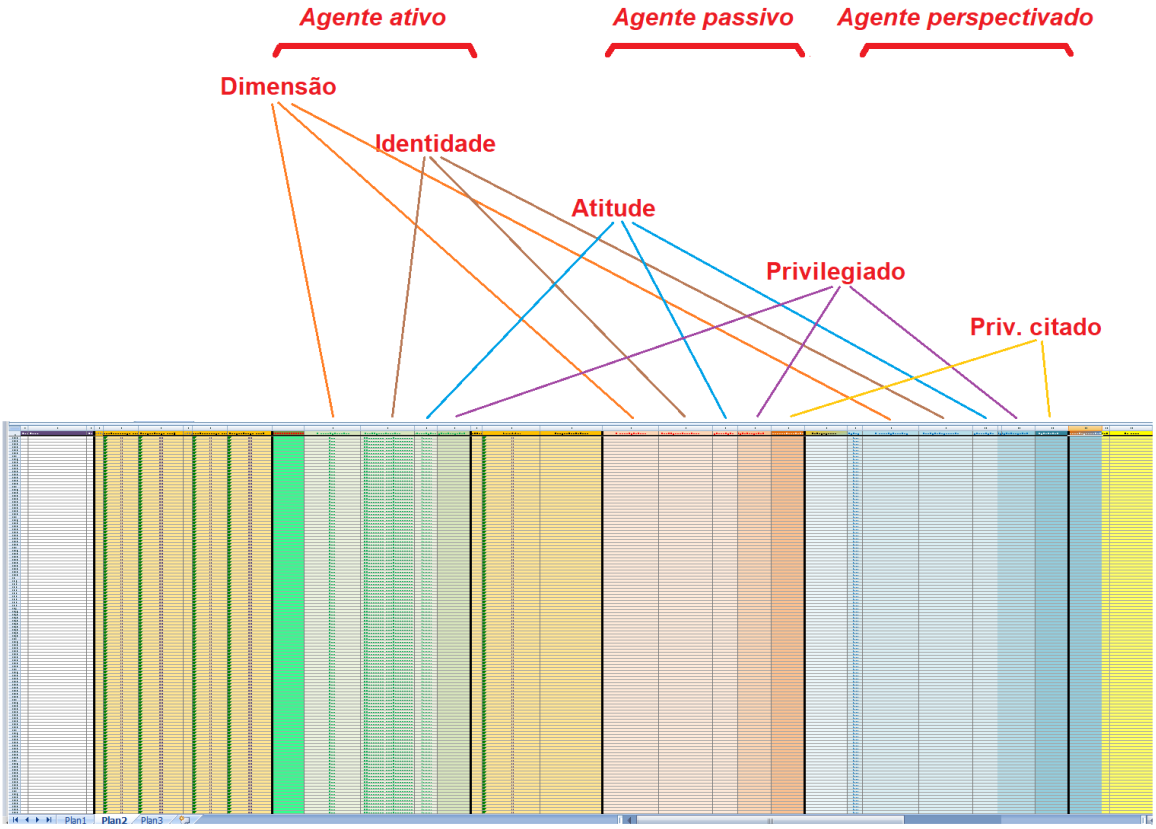
a. *Imagens*

Imagem 1 - Partes principais da planilha eletrônica.



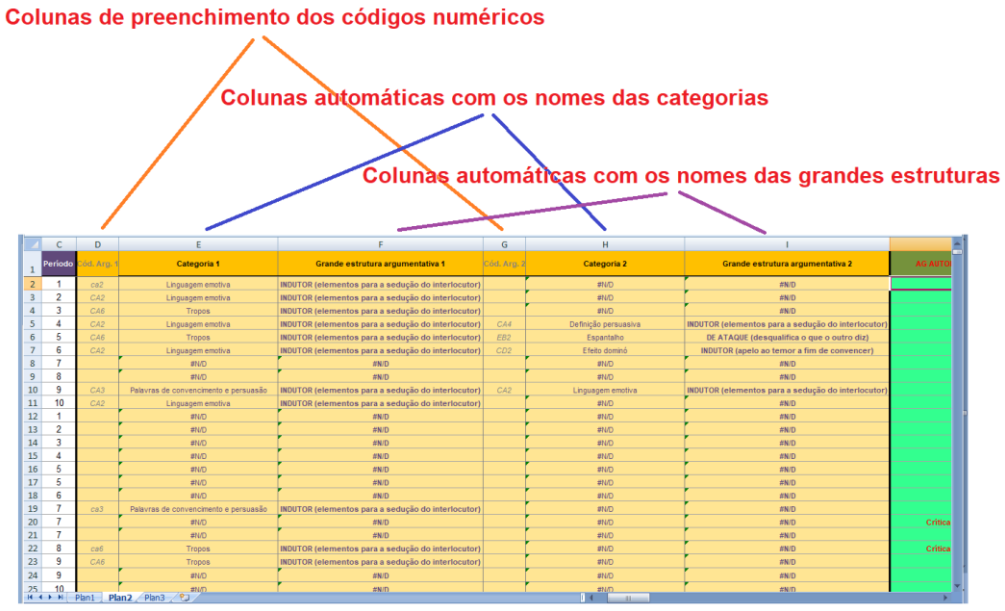
Fonte: o autor, 2022.

Imagem 2 - Os agentes textuais ativo, passivo e perspectivado.



Fonte: o autor, 2022.

Imagem 3 - Partes da planilha eletrônica referentes às estruturas argumentativas.



Fonte: o autor, 2022.

b. *Listas*

Lista 1 - Títulos das matérias selecionadas da Revista Correio, por edição

1. Edição nº 46 (Março de 2004; temas de capa: "XIV Encontro Brasileiro do Campo Freudiano: Fazer análise. Porque, quando e como"; "Suplemento especial: Regulamentação da psicanálise")

    - "AMP: A DELEGADA GERAL AOS MEMBROS" (Graciela Brodsky);
    - "PARA UMA COORDENAÇÃO PSI" (Jacques-Alain Miller);
    - "PRIMEIRA PÁGINA DO JORNAL *LIBÉRATION* – 25-10-2003 – ACONTECIMENTO – DIVAN – DIVISÃO DO LADO DOS ANALISTAS" (Éric Favereau);
    - "O RELATÓRIO CLÉRY-MELIN: UMA LEITURA INSTRUTIVA" (Martine Coussot);
    - "UMA ÁRVORE QUE AMEAÇA ESCONDER A FLORESTA" (Anne Debruyne-Ganivet);
    - "O QUE GARANTE O TÍTULO DE MÉDICO NO CAMPO DAS PSICOTERAPIAS?" (Dominique Laurent);
    - "DA INCONSISTÊNCIA AO ERRO PROFUNDO" (Éric Laurent);
    - "SURRUPIAR A PSICOTERAPIA" (Marie-Hélène Brousse);
    - "SOBRE O DOSSIÊ PUBLICADO NO *LE MONDE*" (Martine Coussot);
    - "A AVALIAÇÃO EM QUEBEQUE" (Anne Béraud);
    - "NADA ESCONDIDO PARA REFORMAR E REGULAMENTAR A ABORDAGEM DA SAÚDE MENTAL" (Jean-Daniel Matet);
    - "ILUSÕES E DESCONHECIMENTOS NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL: A EMENDA ACCOYER" (Jean-Claude Maleval);
    - "O MOVIMENTO PSI E A PSICANÁLISE NO BRASIL" (Elisa Alvarenga);
    - "A SENSIBILIDADE BRASILEIRA – REGULAMENTAÇÃO DA PSICANÁLISE" (Jorge Forbes);
    - "MAIO/68 NO *MEETING* DA *MUTUALITÉ*" (Angelina Harari);
    - "SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE PSICANALISTA NO BRASIL" (Romildo do Rêgo Barros);

2. Edição nº 51 (Novembro de 2004; temas de capa: "A psicanálise na cidade"; "V Congresso da EBP"; "II Encontro Americano")

    - "TEMPO REGULAMENTAR – BOLETIM 02 – 27/AGO/2004: EDITORIAL" (Marcus André Vieira);
    - "A REGULAMENTAÇÃO DA PSICANÁLISE NO BRASIL" ("dossiê constituído pela Comissão Matemas a partir de documentos da articulação das entidades psicanalíticas brasileiras);
    - "POR QUE PASTORES SE INTERESSAM PELA PSICANÁLISE?" (Marcela Antelo);
    - "ANEXO: ARTIGO NO CORREIO BRASILIENSE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E A SPOB: TEMA DO DIA: PASTORES X PSICANALISTAS – EM NOME DE FREUD" (Kiko Guerra);
    - "FORMAÇÕES DO ANALISTA: CLÍNICA, SINTOMA, TRATAMENTO: PORQUE A REGULAMENTAÇÃO DA PSICANÁLISE NÃO MAIS DIZ RESPEITO AOS MÉDICOS" (Marcio Peter de Souza Leite)
    - "TEMPO REGULAMENTAR – BOLETIM 03 – 03/SET/2004: EPÍGRAFE" Elisa Alvarenga"
    - "REGULAMENTAÇÃO, REGRA E LEI" (Romildo do Rêgo Barros);
    - "A PSICANÁLISE NOS TEMPOS DA REGULAMENTAÇÃO" (Maria Josefina Sota Fuentes);
    - "A PSICANÁLISE, APESAR DA LEI" (Marcelo Veras);
    - "TEMPO REGULAMENTAR – BOLETIM 04 – 10/SET/2004: EDITORIAL" (Sérgio de Mattos);
    - "CAROS COLEGAS" (Marcus André Vieira);
    - "PSICÓLOGOS, MARCHEM! 2054 É AQUI" (Jorge Forbes);
    - "A AÇÃO ENÉRGICA DAS ENTIDADES PSICANALÍTICAS" (Ariel Bogochov);
    - "PSICANÁLISE, A ESCOLA E A UNIVERSIDADE" (Ana Lucia Lutterbach Holck e Márcia Rosa);

- “O SIGNIFICANTE CONTÁBIL DO NEO-HIGIENISMO” (Jésus Santiago);

3. Edição nº 53 (Agosto de 2005; temas de capa: “II Encontro Americano do Campo Freudiano: Os resultados terapêuticos da psicanálise; novas formas de tratamento”; “I Fórum Psi-Americano)

- “I FÓRUM DOS PSIS: A RECONFIGURAÇÃO DA PSICANÁLISE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. A UNIVERSIDADE. A AVALIAÇÃO. AS TCC” (Jacques-Alain Miller)
- “A RESPOSTA DA PSICANÁLISE À TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL” (I Fórum dos Psis: A reconfiguração da psicanálise no início do século XXI: A universidade. A avaliação. As TCC) (Jacques-Alain Miller);
- “VOCÊ CONHECE O INSERM? (I Fórum dos Psis: A reconfiguração da psicanálise no início do século XXI: A universidade. A avaliação. As TCC) (Graciela Brodsky);
- “O CONSELHO DA EBP” (Nora Gonçalves);
- “AS TERAPIAS VIRTUAIS” (Éric Laurent);
- “NOS TEMPOS ATUAIS” (Jo Attié);
- “O DESEJO DE PADRONIZAÇÃO DE MASSA” (Dominique Laurent);
- “DO BANQUETE DOS ANALISTAS AO PIQUENIQUE NAS RUAS E NAS ESTRADAS” (Daniela Fernandez);
- “SOBRE AS TCC” (Marcelo Barros);
- “O MODELO CONCENTRACIONÁRIO E AS TCC” (Ram Mandil);
- “O TRATAMENTO COMPORTAMENTAL INTENSIVO PARA CRIANÇAS PEQUENAS AUTOSTAS” (Patrick Paquier);
- “EDITORIAL” (Juan Fernando Pérez);
- “PSICÓLOGOS, MÁRCHEM! 2054 É AQUI (reprodução do texto publicado na edição nº 51, com alguns acréscimos no final) (Jorge Forbes);
- “UM EDITORIAL BEM BRASILEIRO...” (Maria do Carmo Dias Batista);
- “UM MATERIAL ‘*USINÁVEL*’” (Christophe Guével);
- “O DESEMPENHO É O VALOR” (Romildo do Rêgo Barros);
- “SORRIA, VOCÊ ESTÁ FICHADO!” (Nathalie Jaudel);
- “A PAIXÃO DA IGNORÂNCIA: UMA AMOSTRA” (Luis Erneta);
- “GLOBAL GRADING SYSTEM” (Fernando Vitale);

4. Edição nº 54 (Novembro de 2005; temas de capa: “A psicanálise na cidade”; “Os colóquios da EBP”)

- “PSICANÁLISE E UNIVERSIDADE“ (Bernardino Horne);
- “A FORMAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES DE ANALISTAS E A RELAÇÃO ENTRE AS ESCOLAS, OS INSTITUTOS E A UNIVERSIDADE” (Conselho da Escola Brasileira de Psicanálise);
- “PRIMEIRO FÓRUM AMERICANO – A RECONFIGURAÇÃO DA PSICANÁLISE NO SÉCULO XXI. A UNIVERSIDADE. A AVALIAÇÃO. AS TCC) (Marizilda Paulino);
- “O PRIMEIRO FÓRUM PSI AMERICANO” (Fernando Coutinho);
- “TERCEIRA PLENÁRIA: AS ESCOLAS DA AMÉRICA NO SEGUNDO ENCONTRO AMERICANO” (Simone Souto);
- “PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO” (Elisa Monteiro);
- “COMUNICADO DA REUNIÃO DO CONSELHO DA EBP DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2005” (Nora Gonçalves).

5. Edição s/n (Novembro de 2006; tema de capa: “EBP: vejam como a esquematizamos”)

- “OS INSTITUTOS E O ENSINO DA PSICANÁLISE” (Romildo do Rêgo Barros);
- “PSICOTERAPIA E PSICANÁLISE” (Célio Garcia);

6. Edição 59 (s/d; tema de capa: “Sobre o sujeito suposto saber e o objeto *a*”)

- “SOBRE O SUJEITO SUPOSTO SABER E O OBJETO *a*” (Jacques-Alain Miller).

7. Edição 65 (2010; tema de capa: “15 anos da EBP: O nunca pensado e o delírio. Letra & Sinthoma. O

Passe")

- "TRANSFERÊNCIA PARA SAINT DENIS? DIÁRIO DE *ORNICAR?* LACAN A FAVOR DE VINCENNES!" (Jacques Lacan)

8. Edição 69 (2011; temas de capa: "Permutações na EBP"; "Psicanálise e ciência"; "Ressonâncias de Tiradentes")

- "A PSICANÁLISE, SEU LUGAR ENTRE AS CIÊNCIAS" (Jacques-Alain Miller);
- "POR UMA NOVA BÚSSOLA" (Jorge Forbes);
- "NASCE A CIÊNCIA DESAPARECE O PENSAMENTO, NASCEM AS NEUROCIÊNCIAS DESAPARECE O SUJEITO" (Sandra Grostein);

9. Edição 72 (2013; temas de capa: "Psicanalista-cidadão"; "Sinthoma e corpo"; "Entrevista com Agnès Aflalo")

- "BATE PRONTO COM JACQUES-ALAIN MILLER" (entrevista com Miller);
- "ENTREVISTA COM AGNÈS AFLALO (Entrevista coletiva sob a forma de plenária, por ocasião da XVII Jornada da EBP-MG);
- "O QUE A CIÊNCIA É INCAPAZ DE LER" (Patrícia Veras);
- "A PSICANÁLISE E O ESTADO NA ATUALIDADE" (Sérgio de Castro);
- "CARL SCHMITT: O ESTADO MODERNO E A PSICANÁLISE" (Jésus Santiago);
- "SUPERVISÃO E RELAÇÃO COM O ESTADO NA EBP" (Eisa Alvarenga);
- "ALGUMAS NOTAS SOBRE *SCIENCE ET TRADITION HERMÉTIQUE*, DE FRANCES A. YATES" (Romildo do Rêgo Barros);

10. Edição 76 (2015; tema de capa: "Dois anos, duas décadas")

- "AÇÃO LACANIANA – TERRITÓRIOS LACANIANOS" (Glória Maron e Andréa Reis);
- "ESPÍRITO SANTO: PROGRAMA "CUCA LEGAL": UMA APOSTA NA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL DE MEMBROS DA COMUNIDADE PELA PSICANÁLISE" (Bartyra Ribeiro de Castro e Vera Gaspar Chalhoub de Carvalho);
- "MINAS GERAIS: UMA NOTA SOBRE O PAI-PJ. UM TERRITÓRIO LACANIANO INSTALADO NO CAMPO DA CRIMINOLOGIA" (Fernanda Otoni Brisset);
- "BAHIA: PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL FAPEX CRIAMUNDO" (Marcelo Magnelli);
- "SÃO PAULO: PROJETO GENOMA" (Jorge Forbes);
- "RIO DE JANEIRO: DIGAÍ-MARÉ" (Rodrigo Lyra Carvalho);
- "MINAS GERAIS: UMA OBSERVAÇÃO LACANIANA A RESPEITO DAS QUESTÕES DO SÉCULO XXI, EM ESPECIAL SOBRE A FORMAÇÃO DOS ANALISTAS" (Samyra Assad);
- "SÃO PAULO: CLIPP – SEÇÃO CLÍNICA ENTREVISTA DE APRESENTAÇÃO DE PACIENTES: O QUÊ? POR QUÊ? PARA QUEM?" (Eliane Costa Dias, Perpétua Medrado, Sandra Arruda Grostein);
- "SANTA CATARINA: UM LABORATÓRIO DE PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS" (Cínthia Busato);
- "MINAS GERAIS: INSTITUTO DE PSICANÁLISE E SAÚDE MENTAL DE MINAS GERAIS" (Elisa Alvarenga);
- "SANTA CATARINA: OFICINA: POLÍTICA LACANIANA. TOXICOMANIAS: PLURALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE INTOXICAÇÃO" (Oscar Reymundo);
- "BAHIA: INSTITUTO DE PSICANÁLISE DA BAHIA" (sem autor);
- "SÃO PAULO: CLIN-a, UM DOS TERRITÓRIOS LACANIANOS" (Patrícia Badari, Alessandra Sartorello Pecego e Maria de Lourdes Mattos);
- "PERNAMBUCO: SUPERVISÃO INSTITUCIONAL – INTRODUÇÃO" (Rosane da Fonte);
- "RIO DE JANEIRO: INSTITUTO DE CLÍNICA PSICANALÍTICA – ICP-RJ" (Maria do Rosário Collier do Rêgo Barros);
- "BAHIA: RESIDÊNCIA EM PSICOLOGIA CLÍNICA E SAÚDE MENTAL. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. INSTITUTO DE PSICOLOGIA. HOSPITAL ESPECIALIZADO JULIANO MOREIRA. SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA" (Analícia Calmon, Maria Inês Restrêpo e Monica Hage);
- "MINAS GERAIS: APRESENTAÇÃO DO CAPUT" (Frederico Feu);

- "CAPUT – CENTRO DE ATENDIMENTO E PROTEÇÃO AO JOVEM USUÁRIO DE TÓXICOS" (Musso Greco)
- "MARÇO DE 2015: TERRITÓRIOS LACANIANOS NO DR – EDITORIAL" (Glória Maron e Andréa Reis);
- "A AMP NA ONU" (Antonio Beneti);
- "PSICANÁLISE, CIÊNCIA, TÉCNICA" (François Ansermet e Miguel Bassols);
- "APRESENTAÇÃO EBP DEBATES" (Marcelo Veras);
- "DSM – MUITO BARULHO POR NADA? FIM DE UMA ÉPOCA" (Éric Laurent);
- "O DESABONO DO DSM-5 PELO NATIONAL INSTITUTE OF MENTAL HEALTH (NIMH) – CONSIDERAÇÕES LACANIANAS" (Sérgio Laia);
- "NADA A SE COMEMORAR: O NATIONAL INSTITUTE OF MENTAL HEALTH (NIHM) FINALMENTE ABANDONA O DSM" (Antonio Teixeira);
- "A SE COMEMORAR" (Ariel Bogochvol);
- "A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR..." (Márcia Szajnbok);
- "TRÊS PONTUAÇÕES" (Adriano Aguiar, Henri Kaufmanner e Iordan Gurgel);
- "PSICANÁLISE E RELIGIÃO – APRESENTAÇÃO" (Samyra Assad);
- "ENTREVISTA: DA IMPOSIÇÃO DE UMA FÉ AOS MOVIMENTOS SOCIAIS" (entrevista a Samyra Assad, por Ricardo Moretzsohn);
- "BRASIL: DOIS MOMENTOS DE DESENONTRO ENTRE PSICANÁLISE E RELIGIÃO" (Romildo do Rêgo Barros);
- "HÁ POSSIBILIDADE DE INVENÇÃO A PARTIR DA RELIGIÃO?" (Jorge Pimenta)
- "TRÊS PONTUAÇÕES" (Cássia Guardado, Iordan Gurgel e Oscar Reymundo);
- "PSICANÁLISE, RELIGIÃO, POLÍTICA – ALGUNS DESAFIOS QUE O BRASIL ENFRENTA" (Samyra Assad);

11. Edição 77 (2015; tema de capa: "O corpo falante"; Analisar o *parlêtre*")

- "DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE" (Sérgio de Campos);
- "TODOS PARA A UNIVERSIDADE?" (Paulo Vidal);

12. Edição 79 (2016; tema de capa: "Psicanálise e política")

- "UM FUTURO PARA A PSICANÁLISE – ENTREVISTA COM MARIE-HÉLÈNE BROUSSE" (entrevistadora: Fabiola Ramon);
- "ENTRE A PSICANÁLISE E A UNIVERSIDADE, *AMURO*" (Heloísa Caldas);

13. Edição 80 (2016; tema de capa: "A psicanálise em tempos opacos")

- "O DISPOSITIVO DE APRESENTAÇÃO DE PACIENTES NOS ENSINA ALGO SOBRE AS SUPERVISÕES?" (Márcia Rosa Vieira Luchina);

Lista 2 - Dimensões identitárias dos agentes textuais.

P O S I Ç Ã O

① P E R S O N A L I Z A D A

- **Autor**
- **Personagem(ns)**
- **Indivíduo(s)**
- **Profissional(is)**
- **Membro(s), integrante(s)**
- **Gestor(es) / representante(s) institucional(is)**

- **Coordenador, orientador, supervisor**
- **Professor, instrutor**
- **Aprendiz(es)**
- **Pesquisador**
- **Representante(s) religioso(s) / representação religiosa**
- **Pseudoanalista(s)**

② INSTITUCIONALIZADA

- **Saberes e Campos**
- **Organização(ões) / ente institucional**
- **Multiplicidade institucional / de setores**
- **Espaços socioprofissionais**
- **Setor ou serviço de psicanálise (junto a outras organizações / instituições)**
- **Setor ou serviço na área da saúde**

③ SOCIALIZADA

- **Coletivo, colegiado, grupo de pessoas**
- **Comunidade(s)**
- **População, sociedade (no todo ou em parte)**
- **Público alvo (de conhecimento / evento / frequentação)**

ABSTRAÇÃO

❶ FACTUAL / FENOMENAL

- **Essência / Natureza / Concepção naturalística**
- **Coisas, objetos, produtos**
- **Manifestação fenomênica**
- **Fenômeno simbólico / linguístico**
- **Tempo, temporalidade / Transitoriedade, mudança**
- **Permanência, estabilidade**
- **O futuro / projeções futuras**
- **Atualidade**
- **Longa duração**
- **Curta duração, rapidez, fugacidade**
- **Situação, estado de coisas, condições de existência**
- **Fatos/condições/problemas obscuros, extremos da existência**
- **Abstrações, fenômenos imaginários**
- **Fenômeno(s)/processo(s) midiático(s)**

❷ CONCEPTUAL

► CONCEPTUAL - ESTRUTURA DO CONHECIMENTO

- **Sujeito do conhecimento**
- **Objeto do conhecimento**
- **O conhecimento / O saber**
- **Fundamento(s)**

- **Dado(s), informação(ões)**

► CONCEPTUAL - ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

- **Epistemologia**
- **Corrente(s) de pensamento / abordagem**
- **Doutrina**
- **Perspectiva, posicionamento de alguém**
- **Método(s), metodologia, critérios**
- **Sistematização, classificação, lógica conceptual**
- **Tema, objeto de estudo**

► CONCEPTUAL - CONSTRUÇÕES DO CONHECIMENTO

- **Discurso / Paradigma**
- **Universalização, generalização, homogeneização**
- **Unicidade / Totalidade / Completude**
- **Incompletude**
- **Multiplicidade (conceitual / identitária / de práticas)**
- **Causa(s), causalidade**
- **Efeito(s), consequência(s)**
- **Máxima(s), lema(s)**
- **Argumento(s)**
- **Leitura(s) teórica(s) acerca da realidade**
- **Leitura(s) teórica(s) acerca da subjetividade/condição humana**
- **Conceito, concepção, teoria (conceptualização, teorização)**
- **A "Realidade" / noção de "Realidade"**
- **A "Verdade" / noção de "Verdade"**
- **O Inconsciente (conceito psicanalítico)**
- **O sentido, a significação (conceito / produção)**

► CONCEPTUAL - PROBLEMAS COM O CONHECIMENTO

- **Temas polêmicos, complexos**
- **Validade e efetividade conceitual/das práticas**
- **Limites, impossibilidades do conhecimento/sentido**
- **Perspectiva questionável de conhecimentos e práticas**
- **Contradições internas**
- **Invalidade, paradoxialidade argumentativa**
- **Obscuridade argumentativa**
- **Trivialidade, fragilidade argumentativa**

❸ P E R S O N A L I Z A D A

♥ PERSONALIZADA – ALGUÉM

- **Subjetividade (agência) / singularidade ativa**
- **O Inconsciente (agência)**
- **Subjetividade (psiquismo / faculdades psíquicas)**
- **Personalidade, estilo pessoal**
- **Estados subjetivos (emoções, vivências, saber)**

♥ PERSONALIZADA - ALGUÉM QUESTIONÁVEL

- **Mau caratismo / agente de práticas duvidosas**

- **Adversário, inimigo**

♥ PERSONALIZADA - ATRIBUTOS E CARACTERÍSTICAS

- **Liberdade / autonomia**
- **Competência / capacidade**
- **Perseverança, ímpeto, determinação**
- **Compromisso e responsabilização**
- **Pessoa/classe por gênero ou condição sexual**
- **Pessoa/classe por etnia, raça**
- **Condição etária, maturacional**

♥ PERSONALIZADA - VIVÊNCIAS

- **Intimidade, vida privada / sexualidade**
- **Experiência(s) pessoal(is), subjetiva(s)**
- **O "fazer", a "ação humana"**
- **Hábito(s)**
- **Crenças / mística / perspectiva religiosa**
- **Interesses, metas, desejo, demanda**

♥ PERSONALIZADA - SITUAÇÕES E CONDIÇÕES DE VIDA

- **Condição de psicopatologia, sintoma, sofrimento, mal-estar**
- **Condição de debilidade, fragilidade, carência**
- **Condição de alienação, alheiamento, apatia**
- **Condição de vítima/de objeto**
- **Condição de enfermidade(s), adoecimento**
- **Condição de cura, saúde, qualidade de vida, normalidade**
- **Condição ou experiência enquanto paciente/cliente**

❹ S O C I O C U L T U R A L I S T A

♣ SOCIOCULTURALISTA - SOCIOAMBIENTAL

- **A humanidade / espécie humana**
- **Internacionalidade**
- **País / nacionalidade**
- **Lugares, territórios / contextos urbanos ou naturais**

♣ SOCIOCULTURALISTA - MUNDO SOCIAL

- **Alteridade / O "outro" como objeto para alguém**
- **Dimensão política / Vida em sociedade / Mundo**
- **Cidadania / Sujeito de direitos**
- **Posições / papéis sociais / identidades**
- **Função social, papel perante o social**
- **Condições/modos de vida**
- **Condições de trabalho, remuneração, subvenção**
- **Condição de inclusão, ajustamento, adaptação**
- **Minoria(s)**
- **Condição de não pertencimento, extraterritorialidade**
- **Condição de exclusão e marginalização (geral/de alguém)**
- **Modo/processo de produção**

♣ SOCIOCULTURALISTA - CULTURAL

- **Cultura, tradição, conjunto de práticas e competências**
- **Diversidade sociocultural e de práticas**
- **Costume(s)**
- **Princípios, valores**
- **Condições de subjetivação**
- **Contemporaneidade / fenômenos da contemporaneidade**
- **Práticas artísticas**
- **Valores estéticos**

❺ REIFICADA

- **Títulos, credenciais**
- **Direitos e garantias**
- **Autoridade, poder (função de)**
- **Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)**
- **Legitimidade / reconhecimento**
- **Estado democrático de direito / Contrato social**
- **Ilegalidade, ilegitimidade, fraude, desvirtuamento**
- **Codificação / manual classificatório**
- **Questões éticas**
- **Questões jurídica e moralmente polêmicas**
- **Documento / relatório / diretriz / manifesto**
- **Bibliografia / Texto / Escritos**

PROCESSO

① MOVIMENTO

- **Processos históricos, cronológicos, genético-desenvolvimentais**
- **Processos factuais, acontecimentos / Eventos**
- **Processos/meios comunicacionais, informativos, de divulgação**

② ATOS GERAIS

- **Processos/conteúdos de fala/pronunciamento de alguém**
- **Processos de práticas comportamentais ou atitudinais**
- **Processos de exercício prático, manejo**

③ PSICOLÓGICOS

- **Processos de consideração, atenção**
- **Processos de problemas/sintomas comportamental e de conduta**
- **Processos de insatisfação, queixas**
- **Processos de relacionamento familiar**
- **Processos ou conceptualizações de cura e mudança subjetiva**
- **Processos diagnósticos / avaliativos**

④ SOCIAIS GERAIS

- **Processos identitários**

- **Processos de relações interpessoais ou grupais**
- **Processos de horizontalidade, reciprocidade, relações em rede**
- **Processos de trabalho, ocupação, fazer profissional**
- **Processos de organização social**
- **Processos de novos modos de organização e práticas sociais**

⑤ CONSUMO E FINANÇAS

- **Processos de consumo / Consumismo**
- **Processos/valores mercadológico-financeiros-privatistas**
- **Processos de provimento financeiro**

⑥ INTERNALIDADES INSTITUCIONAIS

- **Processos de pertencimento e compromisso interno**
- **Processos institucionalizados de funcionamento interno**
- **Processos de treinamento e capacitação**
- **Processos internos de formação, habilitação, supervisão**
- **Processos de política e gestão**
- **Processos procedimentais gerais**

⑦ AÇÃO COLETIVA / INSTITUCIONAL

- **Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo**
- **Processos de luta por objetivos, por uma causa**
- **Processos de expansão e conquista de espaços**
- **Processos de correção de rumos / Abertura à inovação**
- **Processos de alianças e parcerias**

⑧ SERVIÇOS INSTITUCIONAIS

- **Processos ou projetos de políticas/ações prestadoras de serviços**
- **Processos/lógica de tratamento ou serviço externo especializado**
- **Ações psicoterápicas, de tratamento psíquico**

⑨ DESGASTE INSTITUCIONAL

- **Processos de divisão, fragmentação, dispersão**
- **Processos de declínio, deslegitimização**

⑩ PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO / TECNOLOGIA

- **Processos/ações de ensino/aprendizagem e reprodução social**
- **Processos de estruturação curricular**
- **Processos de estudo, pesquisa e produção de conhecimento**
- **Processos de novas formas de pensar e produzir conhecimento**
- **Processos de descoberta ou invenção**
- **Processos explicativos, interpretativos**
- **Processos de conhecer, informar-se, ilustrar-se**
- **Processos de debates e problematizações**
- **Processos consensuais**
- **Processos de interdisciplinaridade / diversidade**
- **Processos holísticos de visão de mundo**

- **Processos tecnológicos / virtuais**
- **Processos/projetos de investigação na área psi / neuropsicológica**

⑪ AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

- **Processos de conquista e resultados positivos**
- **Processos de fracasso e resultados negativos**

⑫ POSIÇÕES/PRÁTICAS QUESTIONÁVEIS E DE PODER

- **Processos de práticas infundadas ou de ecletismo vulgar**
- **Processos de práticas/leituras reducionistas**
- **Processos de práticas/leituras ultrapassadas**
- **Processos de crítica e oposição**
- **Processos de conflagração / violência**
- **Processos autoritários / de práticas abusivas**
- **Processos de práticas moralizantes e disciplinadoras**
- **Práticas de estigmatização, segregação, exclusão**
- **Processos de hegemonização / exclusivismo / fundamentalismo**
- **Processos de saber-poder**
- **Processos de controle, verificação**
- **Processos de práticas de apropriação indevida**
- **Processos burocráticos, tecnocráticos, mecanicistas**

c. *Quadros*

Quadro 1 - Identidades dos agentes textuais.

AGENTES TEXTUAIS	Caracterização dos agentes
1. **A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)**	*A psicanálise lacaniana, mais especificamente a representada pela Escola Brasileira de Psicanálise*
2. **Comunidade psicanalítica plural**	*O conjunto das várias correntes da psicanálise, incluso o lacanismo*
3. **Outras psicanálises**	*O conjunto das várias correntes não lacanianas de psicanálise,*
4. **Universo psi, atenção clínica e saúde mental**	*O conjunto de todos os psis, inclusas todas as psicanálises, as psiquiatrias, as psicologias, além do campo transversal da saúde mental*
5. **Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)**	*Os psis não psicanalíticos*
6. **Neurociências**	*As neurociências em geral*
7. **Outros agentes sanitários (medicinais, de cuidados, etc.)**	*O campo médico e paramédico em geral*
8. **Agente representativo de classe**	*Representações de categorias profissionais*

9. **Clientela da(s) psicanálise(s)**	*Pacientes da clínica das várias correntes psicanalíticas*
10. **Clientela dos psis em geral**	*Pacientes da clínica do conjunto dos psis, inclusa as psicanálises*
11. **Clientela dos outros psis**	*Pacientes da clínica dos psis, exceto das psicanálises*
12. **Agente societal**	*Estruturas sociais maiores*
13. **Agente culturalista**	*Processos culturais*
14. **Agente público, governamental, administrative**	*Representações da gestão do Estado*
15. **Agente legal / jurídico / inquisitorial**	*Representações repressivo-judiciais do Estado*
16. **Agente econômico / financeiro / empresarial**	*Representações do mercado*
17. **Agente consumidor**	*Representações da condição de consumo*
18. **Agente laboral**	*Representações da condição de trabalho*
19. **Agente familiar**	*Representações de entes parentais*
20. **Agente religioso / místico**	*Representações do campo religioso*
21. **Agente educacional**	*Representações do campo da educação*
22. **Agente epistêmico / intelectivo**	*Representações ligadas à produção de conhecimento*
23. **Agente técnico**	*Representações ligadas ao tecnicismo*
24. **Outros agentes da sociedade civil**	*Agentes especificados não categorizados*
25. **Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)**	*Agentes não especificados*
26. **Ente humano / condição humana**	*O ser humano em abstrato*
27. **Realidade objetiva**	*A realidade enquanto tal como agente*
28. **Animal (is)**	*Um animal como agente de algo*

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 2 - Supercategoria "Ações do sujeito ativo", com suas categorias gerais e específicas.

CATEGORIAS GERAIS DA AÇÃO	CATEGORIAS ESPEFÍCIFAS DE AÇÕES
Ações de execução de algo	Agir, executar
	Intencionar, pleitear
	Celebrar
	Empenhar-se em
	Adotar, utilizar
	Propor
	Referir/descrever estratégias para a realização de
	Convocar, conclamar para
Ações de afirmação de algo	Opinar sobre
	Fechar questão sobre
	Estabelecer/conceber
Ações de comunicação sobre algo	Pronunciar-se acerca de
	Divulgar, difundir

Ações autorreferidas ativas	Mostrar-se satisfeito
	Responsabilizar-se
	Definir-se
	Declarar-se conhecedor e capaz
	Demonstrar altivez, decisão, segurança
	Arvorar-se de autoridade máxima
	Obter sucesso
Ações autorreferidas passivas	Justificar-se por
	Engolir sapos
	Abster-se, omitir-se, resignar-se
	Renunciar a
	Esquivar-se, acovardar-se
	Admitir ignorância
	Admitir problemas e dificuldades
	Admitir contradições internas
	Admitir fragilidades e fracassos
	Demonstrar fragilidades, inseguranças
	Admitir erros / fazer autocrítica (sobre)
	Fracassar

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 3 - Supercategoria "Ações amistosas sujeito-objeto" , com suas categorias gerais e específicas.

CATEGORIAS GERAIS DA AÇÃO	CATEGORIAS ESPEFÍCIFAS DE AÇÕES
Ação de descrever positivamente alguém	Apontar, com isenção, qualidades positivas de alguém
	Avaliar, com isenção, condições e capacidades positivas de alguém
	Descrever, com isenção, os potenciais/o sucesso de alguém
	Aprovar, com isenção, ações de alguém
	Apontar enfaticamente qualidades positivas de alguém
	Avaliar enfaticamente condições e capacidades positivas de alguém
	Avaliar/apontar enfaticamente resultados e avanços de alguém
	Aprovar enfaticamente ações de alguém
Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém	Reconhecer, considerar alguém
	Declarar afinidades a alguém
	Valorizar alguém
	Respeitar alguém
	Saudar alguém
	Homenagear/elogiar alguém

	Apoiar/solidarizar-se a alguém
	Defender, proteger alguém
	Auxiliar alguém
	Favorecer, beneficiar alguém, desinteressadamente
	Deixar um legado para alguém
	Empoderar emancipatoriamente alguém
	Renunciar em favor de alguém
	Disponibilizar-se a alguém
	Tratar, cuidar de alguém
	Eleger, escolher, preferir alguém
	Ter expectativas/fazer votos por alguém
	Bajular alguém
	Favorecer, beneficiar alguém, de modo tendencioso
	Empoderar desmedidamente alguém

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 4 - Supercategoria "Ações neutrais sujeito-objeto" , com suas categorias gerais e específicas.

CATEGORIAS GERAIS DA AÇÃO	CATEGORIAS ESPEFÍCIFAS DE AÇÕES
Ações de conhecer algo/alguém	Investigar, analisar, estudar
	Perceber
	Descobrir, inventar, inovar
Ações de descrever algo/alguém	Anunciar algo a ser dito
	Descrever/afirmar algo factual, com isenção
	Ratificar afirmação anteriormente feita
	Exemplificar sobre
	Diferenciar coisas ou práticas em relação a
	Definir
	Dar depoimento sobre
	Narrativar, mitificar sobre
	Diagnosticar situação/fazer balanço de
	Mencionar, indicar alguém
	Descrever/conceber alguém
	Apresentar alguém
	Unificar os diferentes
	Diferenciar os semelhantes
	Separar, especificar alguém
	Normalizar alguém

	Descrever, com isenção, atividades de alguém
	Descrever, com isenção, posicionamentos de alguém
Ações de relacionar-se com alguém	Posicionar-se frente a alguém
	Relacionar-se com alguém
	Ter acesso a alguém
	Reunir-se a alguém
	Inserir-se/atuar junto a alguém
	Surpreender alguém

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 5 - Supercategoria "Ações assimétricas sujeito-objeto" , com suas categorias gerais e específicas.

CATEGORIAS GERAIS DA AÇÃO	CATEGORIAS ESPEFÍCIFAS DE AÇÕES
Ações hierarquicamente ativas em relação a alguém	Esclarecer, comunicar a alguém
	Contextualizar situação para alguém
	Chamar a atenção de alguém
	Influenciar, persuadir alguém
	Instruir, orientar, alertar alguém
	Causar impacto, comover alguém
	Convidar alguém
	Convocar/conclamar
	Solicitar de alguém
	Exigir de alguém
	Encaminhar a alguém
	Encaminhar alguém
	Conduzir alguém
	Delegar a alguém
	Contratar alguém
	Administrar alguém
	Autorizar, legitimar alguém
	Desautorizar, vetar alguém
	Instituir/nomear alguém
	Avaliar alguém
Ações hierarquicamente passivas em relação a alguém	Concordar com alguém
	Inspirar-se em alguém
	Agradecer a alguém
	Consultar, entrevistar alguém
	Recorrer a alguém

	Solicitar a alguém
	Perguntar a alguém
	Responder a alguém
	Prestar contas a alguém
	Submeter-se a alguém
	Concordar com alguém

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 6 - Supercategoria "Ações de enquadramento sujeito-objeto" , com suas categorias gerais e específicas.

CATEGORIAS GERAIS DA AÇÃO	CATEGORIAS ESPEFÍCIFAS DE AÇÕES
Ações de posicionamento acerca de algo/alguém	Fazer prognóstico sobre
	Valorar, julgar, interpretar algo, posicionando-se
	Concordar com / Avaliar positivamente
	Discordar de / Avaliar negativamente
	Negar a possibilidade/viabilidade de
	Negar a existência de algo
	Preocupar-se diante de
	Surpreender-se/admirar-se com
	Lamentar quanto a
	Queixar-se de
	Advertir contra
	Condicionar
	Protestar contra
	Indignar-se com
	Denunciar algo
	Ridicularizar algo
	Recomendar ou não recomendar
Ações de problematização acerca de algo/alguém	Problematizar, explicar, fundamentar
	Indagar, instigar reflexão acerca de
	Interpretar alguém
	Especular a respeito de alguém
	Problematizar sobre alguém (situação/posições/funções/ações)
	Problematizar sobre as relações entre alguém e outro alguém
	Comparar alguém com outro alguém
	Comentar sobre as relações de alguém com um outro alguém
	Contestar a existência de relações entre alguém e outro

	alguém
	Comentar sobre as ações de alguém em relação a outro alguém
	Comentar sobre pronunciamento de alguém em relação a outro alguém
	Comentar sobre posicionamentos de alguém em relação a outro alguém
	Comparar sobre a situação/posicionamentos de alguém em relação a outro alguém

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 7 - Supercategoria "Ações de oposição sujeito-objeto" , com suas categorias gerais e específicas.

CATEGORIAS GERAIS DA AÇÃO	CATEGORIAS ESPEFÍCIFAS DE AÇÕES
Ações de descrever negativamente alguém	Caracterizar negativamente o outro
	Avaliar negativamente os resultados da prática de alguém
	Apontar, com isenção, qualidades negativas de alguém
	Avaliar, com isenção, condições e capacidades negativas de alguém
	Descrever, com isenção, declínio/insucessos de alguém
	Descrever, com isenção, dificuldades e problemas enfrentados por alguém
	Reprovar, com isenção, ações de alguém
Ações de suspeitar acerca de alguém	Desconfiar, suspeitar das intenções de alguém
	Insinuar sobre alguém
	Desmascarar alguém
Ações de desvalorizar/desqualificar alguém	Desconsiderar, não reconhecer, desprezar alguém
	Abandonar alguém
	Ser irônico, debochar de alguém
	Envergonhar-se por alguém
	Fragilizar, desqualificar alguém
	Questionar a competência de alguém
	Denunciar contradições em alguém
	Passivizar alguém
Ações de contraposição a alguém	Afastar-se de alguém
	Instigar, provocar alguém
	Desagradar alguém
	Questionar, criticar alguém
	Advertir alguém
	Emitir alerta a respeito de alguém
	Denunciar, acusar alguém de algo
	Confrontar, contrapor-se a alguém
	Ocupar o lugar de alguém

Ações de controle e poder diante de alguém	Apoderar-se de
	Regulamentar, normalizar, estabelecer, legitimar
	Controlar, tutelar, submeter, disciplinar alguém
	Constranger, impor-se a alguém
Ações de ataque contra alguém	Enganar, omitir de alguém
	Atacar, perseguir, danificar, ameaçar, prejudicar alguém
	Derrotar, vencer alguém
	Expurgar alguém

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 8 - Supercategoria dos argumentos confusos.

CATEGORIAS GERAIS DA ARGUMENTAÇÃO	CATEGORIAS ARGUMENTATIVAS ESPECÍFICAS	EXPLICAÇÃO
Quando um elemento se fragiliza a si mesmo	*Vaguidão*	Carência de precisão no argumento
	Confusão todos/alguns	Ambiguidade decorrente da falta de clareza do argumento, quanto a referir-se a um conjunto de "todos" ou apenas a um subconjunto de "alguns", informação omitida e não deixada clara no contexto
	Semelhança familiar	Uso de conceitos muito gerais e intuitivos, apresentando-os no argumento como se eles pudessem ser reduzidos a um fundamento único
	Circularidade	Argumentos circulares, tautológicos
Quando um elemento colide com outro	*Ambiguidade*	Argumento apresentando uma palavra ou expressão com mais de um significado possível
	Confusão ou equívoco	Ambiguidade léxica onde um mesmo termo é repetido num argumento, mas em sentidos distintos

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 9 - Supercategoria dos argumentos sem fundamento.

CATEGORIAS GERAIS DA ARGUMENTAÇÃO	CATEGORIAS ARGUMENTATIVAS ESPECÍFICAS	EXPLICAÇÃO
Quando um elemento é deduzido apressadamente	*Verdade por consenso*	Argumento que toma por verdade o que resulta apenas de um consenso geral
	Generalização precipitada	Argumento baseado em observações insuficientes
Quando um elemento é deduzido pelo desejo	*Alegação*	Argumento que afirma algo por simples convicção
	Pré-concepção/ Suposição	Argumento com premissa afirmada sem justificativas suficientes
	Pensamento utópico	Argumento que toma por verdade aquilo que se espera que seja

Quando um elemento se degenera a partir de outro	*Falácia etimológica*	Argumento que força a passagem do sentido original de uma palavra para um outro sentido atual
	Neologizar	Argumento onde se confere um significado muito especial e particular a termos de uso comum
	Argumentos por analogia	Argumento em que se comparam forçosamente coisas diferentes como se fossem semelhantes
	Afirmar o consequente	Argumento baseado na falácia formal, onde uma conclusão falsa se impõe com base em que suas premissas seriam verdadeiras
	Correlação/ confusão de causa	Argumento que correlaciona erroneamente como causais elementos que apenas se apresentam juntos fenomenicamente
Quando um elemento desafia o bom senso	*Prova por ignorância*	Argumento baseado na falácia informal de que se não há provas de que algo seja falso, deve ser verdadeiro
	Invalidade lógica	Argumento que contradiz regras básicas da lógica (terceiro excluído, não-contradição, etc.)
	Novilíngua	Argumento baseado na crença de que algo seja impensável a menos que se crie uma palavra que o circunscreva
Quando um elemento reifica a realidade	*Naturalização*	Argumento que trata como natural acontecimentos da vida social
	Eternização	Argumento que transforma fenômenos sócio-históricos em inevitáveis e imutáveis

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 10 - Supercategoria dos argumentos indutores.

CATEGORIAS GERAIS DA ARGUMENTAÇÃO	CATEGORIAS ARGUMENTATIVAS ESPECÍFICAS	EXPLICAÇÃO
Quando se utilizam elementos de sedução do interlocutor	*Racionalização*	Argumento montado numa cadeia de razões, com o fim de persuadir e legitimar práticas instituídas
	Linguagem emotiva	Argumento dependente de uma linguagem capaz de despertar emoções, especialmente antagônicas ou de aprovação
	Palavras de convencimento e persuasão	Argumento que se sustenta em palavras como “certamente”, “naturalmente”, “evidentemente”, com intenção de persuasão
	Definição persuasiva	Argumento que funciona como slogan persuasivo, geralmente carregado de emoção, para legitimar uma conclusão
	Eufemização	Argumento baseado no eufemismo como figura de linguagem, com função atenuadora de ações e práticas institucionais controversas
	Tropos	Argumento montado sobre figuras de linguagem comuns, especialmente a metáfora, a metonímia e a sinédoque
Quando se induz o interlocutor a erro	*Esquivar-se da questão*	Argumento que espera induzir o interlocutor a concordar com as premissas do próprio argumentador
	Falsa dicotomia	Argumento que induz a pensar que numa dada questão só há duas alternativas possíveis, quando outras podem existir
	Universalização	Argumento que supõe que aquilo que diz respeito a alguns também serviria extensivamente a todos
	Negar o antecedente	Argumento em que o uso da conjunção condicional “se” é radicalizado, sugerindo a ideia de “se e apenas se”

Quando se utiliza de elementos fraudulentos	*Rejeição de pontos de partida compartilhados*	Argumento que falsifica um elemento aceito como ponto de partida
	Economia com a verdade	Argumento que omite informações importantes para se chegar a uma conclusão
Quando se apela para o temor a fim de convencer	*Ladeira escorregadia*	Argumento de medo que sugere que um pequeno movimento inicial em falso terminará assumindo proporções catastróficas
	Efeito dominó	Argumento de medo que legitima uma ação pontual numa realidade sob pena dessa realidade repetir, numa reação em cadeia, eventos desagradáveis ocorridos em outras realidades semelhantes

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 11 - Supercategoria dos argumentos autoritários.

GRANDE ESTRUTURA ARGUMENTATIVA	CATEGORIAS	EXPLICAÇÃO
Quando só eu falo	*Verdade por autoridade*	Argumento que se sustenta não por sua força própria, mas pela posição social de quem o emitiu
Quando eu não deixo o outro falar	*Argumento nocauteante*	Argumento que, de maneira simplista, pretende fechar uma questão
	Cerceamento da liberdade de argumentar	Argumento que pretende silenciar oponentes de questionarem suas posições

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 12 - Supercategoria dos argumentos de ataque.

CATEGORIAS GERAIS DA ARGUMENTAÇÃO	CATEGORIAS ARGUMENTATIVAS ESPECÍFICAS	EXPLICAÇÃO
Quando se questiona o argumento do outro	*Contraexemplo ou contra-argumento*	Argumento onde uma exceção é explorada a fim de fragilizar uma generalização aceita
	Desanalogia	Argumento que ressalta as diferenças entre elementos apresentados numa analogia
Quando se desqualifica o que o outro diz	*Interpretação abusiva*	Argumento que se vale da interpretação abusiva de declarações alheias
	Espantalho	Argumento que caricatura um argumento oponente como forma de fragilizá-lo e atacá-lo
Quando se desqualifica o que o outro não diz	*Golpe baixo*	Argumento que cuida em atacar afirmações e premissas não expressas pelo adversário

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 13 - Supercategoria dos argumentos evasivos.

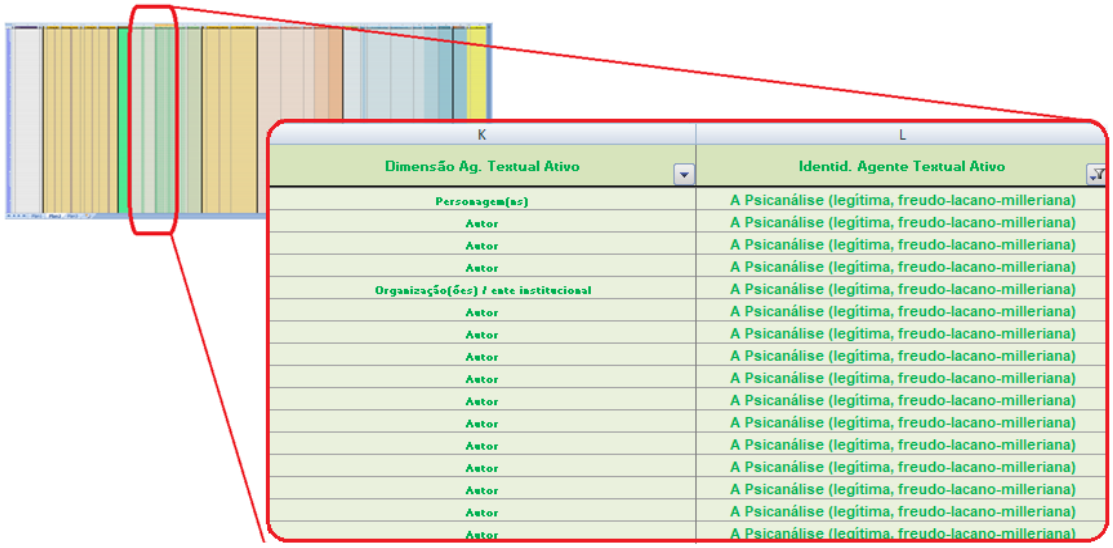
CATEGORIAS GERAIS DA ARGUMENTAÇÃO	CATEGORIAS ARGUMENTATIVAS ESPECÍFICAS	EXPLICAÇÃO
Quando um elemento serve para esquivar-se	*Pedantismo*	Argumentos apelam para detalhes, fugindo das questões mais importantes
	Verdade por adágio	Argumentos que aparecem na forma de ditados populares, evitando problematizações necessárias
	Condições ad hoc	Argumento que vendo-se sua hipótese negada pelos fatos, cria uma "condição especial" que possibilite salvar a hipótese inicial
	Cortina de fumaça	Argumento que abusa de jargões e sofismas que disfarçam a ignorância do emissor

Fonte: o autor, 2022.

APÊNDICE B - IMAGENS E QUADROS SUPLEMENTARES À ANÁLISE DOS DADOS

a. Imagens

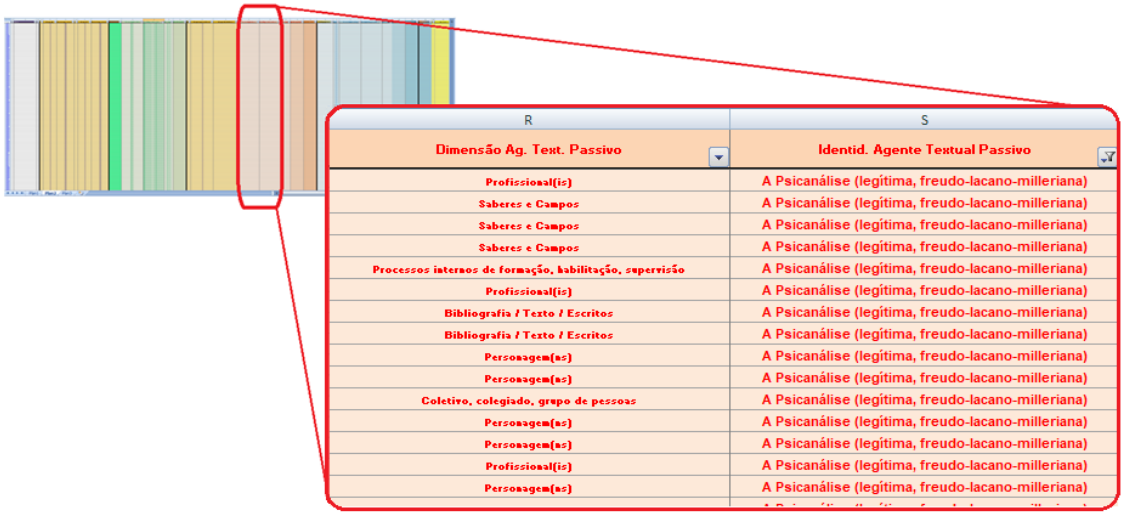
Imagem 1 - Captura de tela da planilha eletrônica, com destaque para as categorias da dimensão identitária e da identidade do agente ativo psicanalítico.



K	L
Dimensão Ag. Textual Ativo	Identid. Agente Textual Ativo
Personagem(ns)	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Organização(ões) / cate institucional	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Autor	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)

Fonte: o autor, 2022.

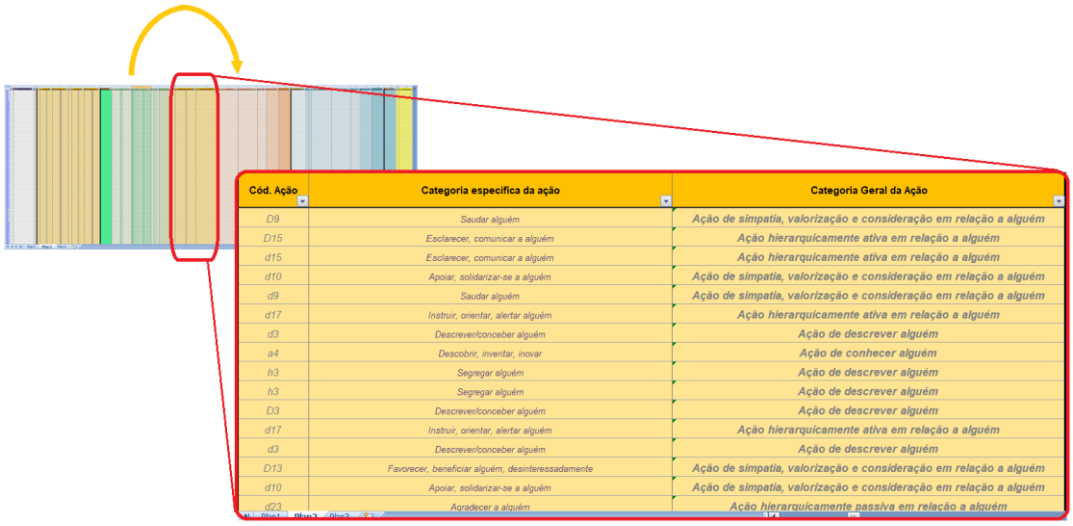
Imagem 2 - Captura de tela da planilha eletrônica, com destaque para as categorias da dimensão identitária e da identidade do agente passivo



R	S
Dimensão Ag. Text. Passivo	Identid. Agente Textual Passivo
Profissional(is)	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Saberes e Campos	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Saberes e Campos	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Saberes e Campos	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Processos internos de formação, habilitação, supervisão	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Profissional(is)	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Bibliografia / Texto / Escritos	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Bibliografia / Texto / Escritos	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Personagem(ns)	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Personagem(ns)	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Coletivo, colegiado, grupo de pessoas	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Personagem(ns)	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Personagem(ns)	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Profissional(is)	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)
Personagem(ns)	A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)

Fonte: o autor, 2022.

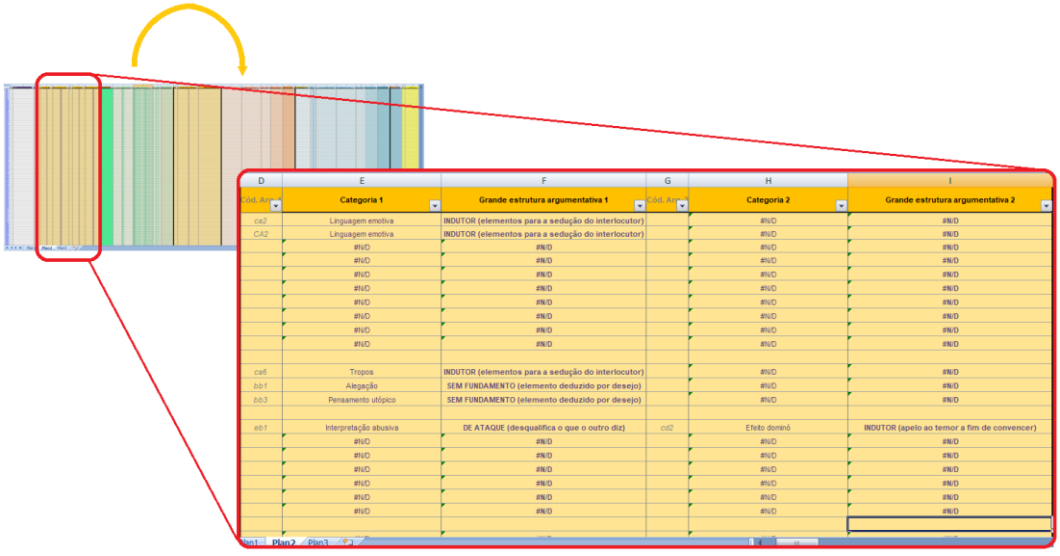
Imagem 3 - Captura de tela da planilha eletrônica, com destaque para as categorias das ações reflexas da psicanálise lacano-milleriana.



Cód. Ação	Categoria especifica da ação	Categoria Geral da Ação
D9	Saudar alguém	Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém
D15	Esclarecer, comunicar a alguém	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém
d15	Esclarecer, comunicar a alguém	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém
d10	Apoiar, solidarizar-se a alguém	Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém
d9	Saudar alguém	Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém
d17	Instruir, orientar, alertar alguém	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém
d3	Descrever/conceber alguém	Ação de descrever alguém
a4	Descobrir, inventar, inovar	Ação de conhecer alguém
h3	Segregar alguém	Ação de descrever alguém
h3	Segregar alguém	Ação de descrever alguém
D3	Descrever/conceber alguém	Ação de descrever alguém
d17	Instruir, orientar, alertar alguém	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém
d3	Descrever/conceber alguém	Ação de descrever alguém
D13	Favorecer, beneficiar alguém, desinteressadamente	Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém
d10	Apoiar, solidarizar-se a alguém	Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém
d23	Agradecer a alguém	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém

Fonte: o autor, 2022.

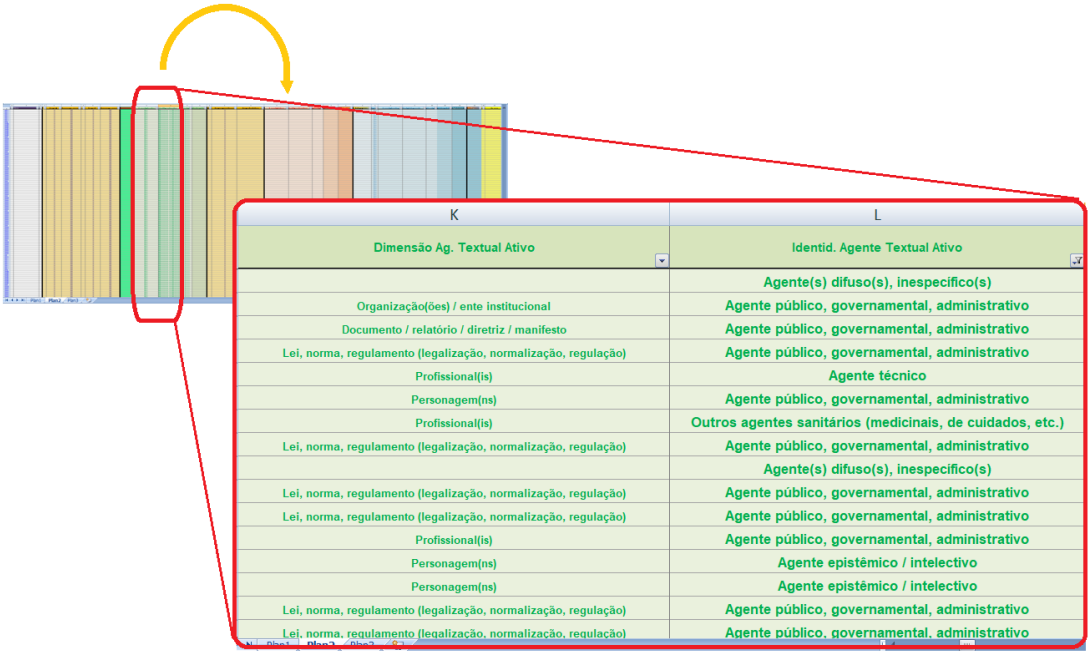
Imagem 4 - Captura de tela da planilha eletrônica, com destaque para as categorias estruturas argumentativas questionáveis.



D	E	F	G	H	I
Cód. Arg	Categoria 1	Grande estrutura argumentativa 1	Cód. Arg	Categoria 2	Grande estrutura argumentativa 2
ca2	Linguagem emotiva	INDUTOR (elementos para a sedução do interlocutor)		#N/D	#N/D
CA2	Linguagem emotiva	INDUTOR (elementos para a sedução do interlocutor)		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
ca6	Tropos	INDUTOR (elementos para a sedução do interlocutor)		#N/D	#N/D
bb1	Alegação	SEM FUNDAMENTO (elemento deduzido por desejo)		#N/D	#N/D
bb3	Pensamento utópico	SEM FUNDAMENTO (elemento deduzido por desejo)		#N/D	#N/D
eb1	Interpretação abusiva	DE ATAQUE (desqualifica o que o outro diz)	cd2	Efeito dominó	INDUTOR (apelo ao temor a fim de convencer)
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D
	#N/D	#N/D		#N/D	#N/D

Fonte: o autor, 2022.

Imagem 5 - Captura de tela da planilha eletrônica, com destaque para os agentes textuais ativos e suas dimensões identitárias, em ações que passivizaram a psicanálise lacano-milleriana.



K	L
Dimensão Ag. Textual Ativo	Identid. Agente Textual Ativo
	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
Organização(ões) / ente institucional	Agente público, governamental, administrativo
Documento / relatório / diretriz / manifesto	Agente público, governamental, administrativo
Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)	Agente público, governamental, administrativo
Profissional(is)	Agente técnico
Personagem(ns)	Agente público, governamental, administrativo
Profissional(is)	Outros agentes sanitários (medicinais, de cuidados, etc.)
Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)	Agente público, governamental, administrativo
	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)	Agente público, governamental, administrativo
Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)	Agente público, governamental, administrativo
Profissional(is)	Agente público, governamental, administrativo
Personagem(ns)	Agente epistêmico / intelectivo
Personagem(ns)	Agente epistêmico / intelectivo
Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)	Agente público, governamental, administrativo
Lei, norma, regulamento (legalização, normalização, regulação)	Agente público, governamental, administrativo

Fonte: o autor, 2022.

Imagem 6 - Captura de tela da planilha eletrônica, com destaque para as ações de passivização da "Comunidade psicanalítica plural"e suas dimensões identitárias.

1	Categoria Geral da Ação	Dimensão Ag. Text. Passivo	Identid. Agente Textual Passivo
911	*Ação de problematização sobre algo/alguém*	Profissional(is)	Comunidade psicanalítica plural
2746	*Ação de contraposição a alguém*	Profissional(is)	Comunidade psicanalítica plural
4735	*Ação de descrever alguém*	Organização(ões) / ente institucional	Comunidade psicanalítica plural
4736	*Ação de descrever alguém*	Organização(ões) / ente institucional	Comunidade psicanalítica plural
4737	*Ação de descrever alguém*	Organização(ões) / ente institucional	Comunidade psicanalítica plural
4738	*Ação de descrever alguém*	Organização(ões) / ente institucional	Comunidade psicanalítica plural
4742	*Ação de problematização sobre algo/alguém*	Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo	Comunidade psicanalítica plural
4743	*Ação de problematização sobre algo/alguém*	Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo	Comunidade psicanalítica plural
4744	*Ação de problematização sobre algo/alguém*	Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo	Comunidade psicanalítica plural
4745	*Ação de problematização sobre algo/alguém*	Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo	Comunidade psicanalítica plural
4746	*Ação de problematização sobre algo/alguém*	Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo	Comunidade psicanalítica plural
4747	*Ação de problematização sobre algo/alguém*	Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo	Comunidade psicanalítica plural
4748	*Ação de problematização sobre algo/alguém*	Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo	Comunidade psicanalítica plural
4749	*Ação de problematização sobre algo/alguém*	Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo	Comunidade psicanalítica plural
4750	*Ação de descrever alguém*	Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo	Comunidade psicanalítica plural
5450	*Ação de descrever alguém*	Organização(ões) / ente institucional	Comunidade psicanalítica plural
5543	*Ação de descrever alguém*	Organização(ões) / ente institucional	Comunidade psicanalítica plural
5544	*Ação de descrever alguém*	Processos/estratégias de mobilização social, de esforço coletivo	Comunidade psicanalítica plural
5593	*Ação de descrever alguém*	Organização(ões) / ente institucional	Comunidade psicanalítica plural
5654	*Ação de relacionar-se com alguém*	Organização(ões) / ente institucional	Comunidade psicanalítica plural
5655	*Ação de relacionar-se com alguém*	Organização(ões) / ente institucional	Comunidade psicanalítica plural

Fonte: o autor, 2022.

APÊNDICE C - QUADROS DOS RESULTADOS BRUTOS DA PESQUISA

Comentário introdutório

Neste Apêndice C apresentaremos os números brutos obtidos pela pesquisa, tanto no estudo das estruturas argumentativas como no estudo dos agentes textuais e suas ações recíprocas. No caso das estruturas argumentativas trabalhamos com três níveis de abrangência categorial: supercategorias argumentativas; categorias gerais da argumentação e; categorias argumentativas específicas. Apresentaremos aqui os dados numéricos apenas dos dois primeiros grupos categoriais, tanto porque a listagem de todas as categorias argumentativas específicas e seus escores se tornaria muito extensa e de pouca utilidade intuitiva, tamanha a dispersão, como porque preferimos nos reservar a eventuais considerações mais detalhistas, quando necessário, na parte do próprio corpo do trabalho destinada à análise dos dados da pesquisa documental. O mesmo ocorreu para os dados do estudo das ações dos agentes textuais, cuja categorização também ocorreu em três níveis. Quanto aos dados referentes às características dos agentes textuais, sejam eles ativos, passivos ou perspectivados, decidimos apresentá-los aqui apenas aqueles relativos à "identidade do agente textual" - de caráter mais abrangente que a categoria mais específica da "Dimensão identitária do agente textual", como vimos -, inclusive considerando a presença dos eventuais agentes privilegiados, quais sejam, a ciência, a universidade e a psicologia. Portanto, os dados da "Dimensão identitária do agente textual", muito detalhistas e dispersivos, também serão suprimidos dos quadros a serem exibidos a seguir, tendo sido utilizados, quando necessário, apenas na parte do corpo do trabalho relativa à análise dos dados.

a) Apresentação dos dados gerais da categorização das estruturas argumentativas

Quadro 1 - Números das supercategorias de análise argumentativa.

SUPERCATEGORIAS ARGUMENTATIVAS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA (*fi*)
Supercategoria dos argumentos **de ataque**	**621**
Supercategoria dos argumentos **indutores**	**619**
Supercategoria dos argumentos **sem fundamento**	**136**
Supercategoria dos argumentos **evasivos**	**50**
Supercategoria dos argumentos **autoritários**	**22**
Supercategoria dos argumentos **confusos**	**7**

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 2 - Números das categorias gerais de análise argumentativa.

CATEGORIAS GERAIS DA ARGUMENTAÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA (*fi*)	SUPERCATEGORIA CORRESPONDENTE
Quando se **desqualifica** o que o outro diz	**595**	...de ataque
Quando se utilizam elementos de **sedução** do interlocutor	**505**	...indutores
Quando um elemento é deduzido por **desejo**	**80**	...sem fundamento
Quando se apela para o **temor** a fim de convencer	**66**	...indutores
Quando um elemento serve para **esquivar-se**	**50**	...evasivos
Quando se induz o interlocutor a **erro**	**46**	...indutores
Quando um elemento se **degenera** a partir de outro	**32**	...sem fundamento
Quando um elemento é **deduzido apressadamente**	**22**	...sem fundamento
Quando se **desqualifica** o que o outro não diz	**20**	...de ataque
Quando **só eu falo**	**11**	...autoritários
Quando eu **não deixo** o outro falar	**11**	...autoritários
Quando um elemento se **fragiliza a si mesmo**	**7**	...confusos
Quando se **questiona** o argumento do outro	**6**	...de ataque
Quando se utiliza de elementos **fraudulentos**	**2**	...indutores
Quando um elemento **reifica** a realidade	**2**	...sem fundamento

Fonte: o autor, 2022.

b) Apresentação dos dados gerais da categorização das ações de todos os agentes ativos

Quadro 3 - Números totais das seis supercategorias e suas categorias gerais de ações.

SUPERCATEGORIAS DAS AÇÕES	CATEGORIAS GERAIS DAS AÇÕES
Ações de enquadramento sujeito-objeto (***f****i*) = **2215**	*Ação de problematização acerca de algo/alguém* (***f****i*) = 1708
	Ação de posicionamento acerca de algo/alguém (***f****i*) = 507
Ações neutrais sujeito-objeto (***f****i*) = **1660**	*Ação de descrever alguém* (***f****i*) = 1585
	Ação de relacionar-se com alguém (***f****i*) = 55
	Ação de conhecer alguém (***f****i*) = 20
Ações de oposição sujeito-objeto (***f****i*) = **1124**	*Ação de contraposição a alguém* (***f****i*) = 545
	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém (***f****i*) = 271
	Ação de controle e poder diante de alguém (***f****i*) = 159
	Ação de ataque contra alguém (***f****i*) = 77
	Ação de suspeitar acerca de alguém (***f****i*) = 48
	Ação de descrever negativamente alguém (***f****i*) = 24
Ações do sujeito ativo (***f****i*) = **574**	*Ações de execução de algo* (***f****i*) = 306
	Ação de comunicação sobre algo (***f****i*) = 90
	Ações de afirmação de algo (***f****i*) = 76
	Ação autorreferida passiva (***f****i*) = 73
	Ação autorreferida ativa (***f****i*) = 29
Ações assimétricas sujeito-objeto (***f****i*) = **539**	*Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém* (***f****i*) = 297
	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém (***f****i*) = 242
Ações amistosas sujeito-objeto (***f****i*) = **200**	*Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém* (***f****i*) = 130
	Descrever positivamente alguém (***f****i*) = 70

Fonte: o autor, 2022.

c) Apresentação dos dados específicos das ações do agente ativo "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)"

Supercategoria "Ações do sujeito ativo"

Quadro 4 - Ações da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes passivos.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PASSIVO (NÃO PRIVILEGIADO)
11	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente epistêmico / intelectivo
5	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Ente humano / Condição humana
4	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Outros agentes sanitários
2	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente educacional
2	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente culturalista
1	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
1	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
1	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
1	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente societal
1	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente religioso / místico
1	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente familiar
1	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente econômico / financeiro / empresarial

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 5 - Ações da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes perspectivados.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PERSPECTIVADO (NÃO PRIVILEGIADO)
34	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
30	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente epistêmico / intelectivo
26	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente público, governamental, administrativo
23	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Ente humano / Condição humana
23	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente societal
19	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Universo psi, atenção clínica e saúde mental

16	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente culturalista
12	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente educacional
9	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente religioso / místico
6	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Outros agentes sanitários
6	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Clientela da(s) psicanálise(s)
5	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Outros agentes da sociedade civil
4	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente técnico
3	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Realidade objetiva
3	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente familiar
2	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Outras psicanálises
2	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Clientela dos psis em geral
2	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
2	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente legal / jurídico / inquisitorial
1	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Comunidade psicanalítica plural
1	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente laboral
1	A psicanálise (legítima...)	Ações do sujeito ativo	Agente econômico / financeiro /empresarial

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 6 - Ações da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes privilegiados, no contexto da supercategoria "Ações do sujeito ativo", contemplando as "Categorias gerais da ação".

(*fi*)	AG. TEXTUAL ATIVO	CATEGORIA GERAL DA AÇÃO	AG. PASSIVO PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO	AG. PERSPECT. PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO
5	A psicanálise (legítima...)	Ação de execução de algo			CIÊNCIA e derivados explicitado	
5	A psicanálise (legítima...)	Ação de execução de algo			UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de execução de algo			Universidade e derivados implícito	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de execução de algo	CIÊNCIA e derivados explicitado			
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de afirmação de algo	CIÊNCIA e derivados explicitado			
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de afirmação de algo			Universidade e derivados implícito	

1	A psicanálise (legítima...)	Ação de afirmação de algo	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado			
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de comunicação sobre algo			CIÊNCIA e derivados explicitado	
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de comunicação sobre algo			Ciência e derivados implícito	
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de comunicação sobre algo			UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de comunicação sobre algo	CIÊNCIA e derivados explicitado			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de comunicação sobre algo	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de comunicação sobre algo			Universidade e derivados implícito	
2	A psicanálise (legítima...)	Ação autorreferida ativa			Universidade e derivados implícito	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação autorreferida passiva			CIÊNCIA e derivados explicitado	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação autorreferida passiva			Universidade e derivados implícito	

Fonte: o autor, 2022.

Supercategoria “Ações amistosas sujeito-objeto”

Quadro 7 - Ações amistosas da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes passivos.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PASSIVO (NÃO PRIVILEGIADO)
20	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
17	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Ente humano / Condição humana
9	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Outros agentes sanitários
9	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente Agente epistêmico / intelectivo
7	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente público, governamental, administrativo
7	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente educacional
4	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Clientela da(s) psicanálise(s)
3	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Clientela dos psis em geral
3	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
3	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente religioso / místico
2	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Outras psicanálises
2	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
2	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente societal
1	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Outros agentes da sociedade civil
1	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente laboral

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 8 - Ações da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes perspectivados.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PERSPECTIVADO (NÃO PRIVILEGIADO)
12	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Ente humano / condição humana
10	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente culturalista
7	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente epistêmico / intelectivo
6	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente laboral
5	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente público, governamental, administrativo
5	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Clientela dos outros psis
4	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
4	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Outros agentes sanitários
4	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
3	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Clientela dos psis em geral
2	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente legal / jurídico / inquisitorial
2	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente societal
1	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente econômico / financeiro / empresarial
1	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Agente religioso / místico
1	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Clientela da(s) psicanálise(s)
1	A psicanálise (legítima...)	Ações amistosas sujeito-objeto	Realidade objetiva

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 9 - Ações amistosas da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes privilegiados, contemplando as "Categorias gerais da ação".

(*fi*)	AG. TEXTUAL ATIVO	CATEGORIA GERAL DA AÇÃO	AG. PASSIVO PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO	AG. PERSPECT. PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO
4	A psicanálise (legítima...)	Descrever positivamente alguém	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado			
2	A psicanálise (legítima...)	Descrever positivamente alguém	Universidade e derivados implícito			
1	A psicanálise (legítima...)	Descrever positivamente alguém	CIÊNCIA e derivados explicitado			
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém	CIÊNCIA e derivados explicitado			

1	A psicanálise (legítima...)	Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém	Ciência e derivados implícito			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém	Universidade e derivados implícito			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém			CIÊNCIA e derivados explicitado	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de simpatia, valorização e consideração em relação a alguém			PSICOLOGIA e derivados explicitado	

Fonte: o autor, 2022.

Supercategoria “Ações neutrais sujeito-objeto”

Quadro 10 - Ações neutrais da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes passivos.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PASSIVO (NÃO PRIVILEGIADO)
69	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
53	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Ente humano / condição humana
51	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente epistêmico / intelectivo
47	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente público, governamental, administrativo
34	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Outros agentes sanitários
30	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
27	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente societal
23	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente educacional
22	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente religioso / místico
17	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
16	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Clientela da(s) psicanálise(s)
12	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente culturalista
11	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Comunidade psicanalítica plural
7	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Clientela dos psis em geral
7	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Outros agentes da sociedade civil
4	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Outras psicanálises

3	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente econômico / financeiro / empresarial
3	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente legal / jurídico / inquisitorial
2	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente familiar
2	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente técnico
2	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Animal(is)
1	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente representativo de classe

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 11 - Ações neutrais da psicanálise lacano-milleriana em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes perspectivados.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PERSPECTIVADO (NÃO PRIVILEGIADO)
122	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente público, governamental, administrativo
113	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
106	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente societal
106	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Ente humano / condição humana
83	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente epistêmico / intelectivo
64	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente educacional
61	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Outros agentes sanitários
53	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente culturalista
43	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
27	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Clientela da(s) psicanálise(s)
24	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Realidade objetiva
21	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente legal / jurídico / inquisitorial
18	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
16	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente técnico
14	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente religioso / místico
13	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Outros agentes da sociedade civil
12	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Outras psicanálises
9	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente econômico / financeiro / empresarial
9	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Clientela dos psis em geral
9	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Comunidade psicanalítica plural

7	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Clientela dos outros psis
6	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente familiar
6	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente representativo de classe
4	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Agente laboral
1	A psicanálise (legítima...)	Ações neutrais sujeito-objeto	Animal(is)

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 12 - Ações neutrais da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes privilegiados, contemplando as "Categorias gerais da ação".

(*fi*)	AG. TEXTUAL ATIVO	CATEGORIA GERAL DA AÇÃO	AG. PASSIVO PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO	AG. PERSPECT. PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO
35	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém			UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	
23	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém			PSICOLOGIA e derivados explicitado	
20	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém			CIÊNCIA e derivados explicitado	
11	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém	Psicologia e derivados implícito			
9	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém	PSICOLOGIA e derivados explicitado			
9	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém			Psicologia e derivados implícito	
9	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém			Universidade e derivados implícito	
8	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém				PSICOLOGIA e derivados explicitado
8	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém				UNIVERSI-DADE e derivados explicitado
7	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém	CIÊNCIA e derivados explicitado			
7	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém			Ciência e derivados implícito	
6	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém				CIÊNCIA e derivados explicitado
5	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém		Universidade e derivados implícito		
4	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém				Psicologia e derivados implícito

4	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém				Universidade e derivados implícito
3	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém	Ciência e derivados implícito			
3	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	CIÊNCIA e derivados explicitado		
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém				
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém	Universidade e derivados implícito			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever alguém		UNIVERSI-DADE e derivados explicitado		
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de relacionar-se com alguém	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de relacionar-se com alguém	PSICOLOGIA e derivados explicitado			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de relacionar-se com alguém		Universidade e derivados implícito		
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de relacionar-se com alguém			Ciência e derivados implícito	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de relacionar-se com alguém			UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	

Fonte: o autor, 2022.

Supercategoria “Ações assimétricas sujeito-objeto”

Quadro 13 - Ações assimétricas da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes passivos.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PASSIVO (NÃO PRIVILEGIADO)
20	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente epistêmico / intelectivo
13	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
9	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
6	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente educacional
6	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente público, governamental, administrativo

5	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente culturalista
5	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente representativo de classe
3	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente societal
3	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
3	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Clientela da(s) psicanálise(s)
3	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Ente humano / condição humana
2	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Outros agentes sanitários
1	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente religioso / místico
1	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente técnico
1	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Outras psicanálises

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 14 - Ações assimétricas da psicanálise lacano-milleriana em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes perspectivados.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PERSPECTIVADO (NÃO PRIVILEGIADO)
26	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente epistêmico / intelectivo
19	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente culturalista
18	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Ente humano / condição humana
17	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
16	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente societal
13	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente público, governamental, administrativo
8	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente religioso / místico
7	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente educacional
4	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Outros agentes sanitários
4	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
3	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Clientela dos psis em geral
3	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente econômico / financeiro / empresarial
2	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Outros agentes da sociedade civil
2	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Comunidade psicanalítica plural
2	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Clientela da(s) psicanálise(s)
2	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente laboral

1	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Realidade objetiva
1	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Clientela dos outros psis
1	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
1	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente representativo de classe
1	A psicanálise (legítima...)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Agente familiar

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 15 - Ações assimétricas da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes privilegiados, contemplando as "Categorias gerais da ação".

(*fi*)	AG. TEXTUAL ATIVO	CATEGORIA GERAL DA AÇÃO	AG. PASSIVO PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO	AG. PERSPECT. PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO
2	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém	PSICOLOGIA e derivados explicitado		UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém				
1	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém			CIÊNCIA e derivados explicitado	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém			Ciência e derivados implícito	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém			PSICOLOGIA e derivados explicitado	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém				CIÊNCIA e derivados explicitado
1	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente ativa em relação a alguém				UNIVERSI-DADE e derivados explicitado
7	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém			CIÊNCIA e derivados explicitado	
5	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém	Psicologia e derivados implícito			
4	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém	PSICOLOGIA e derivados explicitado			
4	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado			

4	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém	CIÊNCIA e derivados explicitado		Ciência e derivados implícito	
2	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém				
2	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém			PSICOLOGIA e derivados explicitado	
2	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém			UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém	Universidade e derivados implícito			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém		CIÊNCIA e derivados explicitado		
1	A psicanálise (legítima...)	Ação hierarquicamente passiva em relação a alguém			Universidade e derivados implícito	

Fonte: o autor, 2022.

Supercategoria “Ações de enquadramento sujeito-objeto”

Quadro 16 - Ações de enquadramento da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes passivos.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PASSIVO (NÃO PRIVILEGIADO)
130	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Ente humano / condição humana
114	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente epistêmico / intelectivo
89	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
70	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente societal
57	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente culturalista
54	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente público, governamental, administrativo
44	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente religioso / místico
40	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente educacional

33	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
23	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Clientela da(s) psicanálise(s)
21	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
16	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Outros agentes sanitários
15	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente técnico
12	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente econômico / financeiro / empresarial
9	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Comunidade psicanalítica plural
6	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Realidade objetiva
5	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Clientela dos psis em geral
4	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente legal / jurídico / inquisitorial
3	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Outras psicanálises
2	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente familiar
2	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Outros agentes da sociedade civil
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente consumidor
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Clientela dos outros psis

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 17 - Ações de enquadramento da psicanálise lacano-milleriana em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes perspectivados.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PERSPECTIVADO (NÃO PRIVILEGIADO)
239	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Ente humano / condição humana
174	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente epistêmico / intelectivo
159	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
124	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente público, governamental, administrativo
116	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente societal
108	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente culturalista
106	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente educacional
48	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Clientela da(s) psicanálise(s)
41	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente religioso / místico
41	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente técnico
37	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
32	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Outros agentes sanitários
27	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente econômico / financeiro / empresarial
23	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
19	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Realidade objetiva
14	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente familiar
10	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente legal / jurídico / inquisitorial
7	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Comunidade psicanalítica plural
7	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Outras psicanálises
7	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Outros agentes da sociedade civil
5	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Clientela dos psis em geral
4	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente representativo de classe
4	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Clientela dos outros psis
2	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente laboral
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Agente consumidor

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 18 - Ações de enquadramento da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes privilegiados, contemplando as "Categorias gerais da ação".

(*fi*)	AG. TEXTUAL ATIVO	CATEGORIA GERAL DA AÇÃO	AG. PASSIVO PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO	AG. PERSPECT. PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO
10	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém			UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	
7	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém			PSICOLOGIA e derivados explicitado	
3	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém	Universidade e derivados implícito			
3	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém			Universidade e derivados implícito	
2	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém	CIÊNCIA e derivados explicitado			
2	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado			
2	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém			CIÊNCIA e derivados explicitado	
2	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém				CIÊNCIA e derivados explicitado
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém	PSICOLOGIA e derivados explicitado			
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém		CIÊNCIA e derivados explicitado		
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém			Ciência e derivados implícito	
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de posicionamento acerca de algo/alguém				UNIVERSI-DADE e derivados explicitado
53	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém			UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	
42	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém			CIÊNCIA e derivados explicitado	
23	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém	CIÊNCIA e derivados explicitado			

22	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém			Universidade e derivados implícito	
18	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado			
17	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém				CIÊNCIA e derivados explicitado
16	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém			PSICOLOGIA e derivados explicitado	
10	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém			Ciência e derivados implícito	
7	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém				UNIVERSI-DADE e derivados explicitado
6	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém	PSICOLOGIA e derivados explicitado			
6	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém	Psicologia e derivados implícito			
6	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém	Universidade e derivados implícito			
5	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém	Ciência e derivados implícito		Psicologia e derivados implícito	
4	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém				
4	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém				Psicologia e derivados implícito
3	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém		CIÊNCIA e derivados explicitado		
3	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém		UNIVERSI-DADE e derivados explicitado		
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém				PSICOLOGIA e derivados explicitado
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém		Ciência e derivados implícito		
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém				Ciência e derivados implícito
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de problematização sobre algo/alguém				Universidade e derivados implícito

Fonte: o autor, 2022.

Supercategoria “Ações de oposição sujeito-objeto”

Quadro 19 - Ações de oposição da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes passivos.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PASSIVO (NÃO PRIVILEGIADO)
237	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
147	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente público, governamental, administrativo
67	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente epistêmico / intelectivo
41	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente educacional
30	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente culturalista
26	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
25	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Outras psicanálises
23	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente técnico
22	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
21	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente religioso / místico
15	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Outros agentes sanitários
12	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente representativo de classe
10	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente societal
7	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente legal / jurídico / inquisitorial
5	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente econômico / financeiro / empresarial
4	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Outros agentes da sociedade civil
3	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Ente humano / condição humana
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Clientela dos psis em geral
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Comunidade psicanalítica plural

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 20 - Ações de oposição da psicanálise lacano-milleriana em relação a demais agentes não privilegiados, na condição de agentes perspectivados.

(*fi*)	AGENTE TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE PERSPECTIVADO (NÃO PRIVILEGIADO)
81	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Ente humano / condição humana
68	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)
66	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente epistêmico / intelectivo
35	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Universo psi, atenção clínica e saúde mental
30	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente público, governamental, administrativo
29	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente societal
27	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente técnico
26	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente econômico / financeiro / empresarial
25	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente culturalista
20	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente educacional
19	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Outros agentes sanitários
17	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Clientela dos outros psis
12	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Clientela dos psis em geral
8	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)
7	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Outros agentes da sociedade civil
5	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente religioso / místico
4	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente legal / jurídico / inquisitorial
4	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Comunidade psicanalítica plural
3	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente representativo de classe
2	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente familiar
2	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Clientela das psicanálises
2	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Outras psicanálises
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Agente consumidor
1	A psicanálise (legítima...)	Ações de oposição sujeito-objeto	Realidade objetiva

Fonte: o autor, 2022.

Quadro 21 - Ações de oposição da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes privilegiados, contemplando as "Categorias gerais da ação".

(*fi*)	AG. TEXTUAL ATIVO	CATEGORIA GERAL DA AÇÃO	AG. PASSIVO PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO	AG. PERSPECT. PRIVILEG.	AG. PRIVILEG. LISTADO
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever negativamente alguém	Universidade e derivados implícito			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de descrever negativamente alguém	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado			
3	A psicanálise (legítima...)	Ação de suspeitar acerca de alguém			CIÊNCIA e derivados explicitado	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de suspeitar acerca de alguém	Universidade e derivados implícito			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de suspeitar acerca de alguém			UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de suspeitar acerca de alguém				CIÊNCIA e derivados explicitado
10	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado			
9	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém	Psicologia e derivados implícito			
8	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém			CIÊNCIA e derivados explicitado	
5	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém	CIÊNCIA e derivados explicitado			
4	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém	Universidade e derivados implícito			
3	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém	PSICOLOGIA e derivados explicitado			
3	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém		UNIVERSI-DADE e derivados explicitado		
3	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém			UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém	Ciência e derivados implícito			
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém		CIÊNCIA e derivados explicitado		
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém			PSICOLOGIA e derivados explicitado	
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém				CIÊNCIA e derivados explicitado

1	A psicanálise (legítima...)	Ação de desvalorizar/desqualificar alguém				UNIVERSI-DADE e derivados explicitado
14	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém			CIÊNCIA e derivados explicitado	
9	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém	UNIVERSI-DADE e derivados explicitado			
8	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém	CIÊNCIA e derivados explicitado			
7	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém	Psicologia e derivados implícito			
6	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém	PSICOLOGIA e derivados explicitado			
6	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém		CIÊNCIA e derivados explicitado		
6	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém			UNIVERSI-DADE e derivados explicitado	
5	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém				CIÊNCIA e derivados explicitado
4	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém	Universidade e derivados implícito			
3	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém			PSICOLOGIA e derivados explicitado	
3	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém			Universidade e derivados implícito	
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém	Ciência e derivados implícito			
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém			Ciência e derivados implícito	
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém			Psicologia e derivados implícito	
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém				UNIVERSI-DADE e derivados explicitado
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém		Universidade e derivados implícito		
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém				PSICOLOGIA e derivados explicitado
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de contraposição a alguém				Universidade e derivados implícito
2	A psicanálise (legítima...)	Ação de ataque contra alguém	Psicologia e derivados implícito			

1	A psicanálise (legítima...)	Ação de ataque contra alguém	Universidade e derivados implícito			
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de ataque contra alguém		Ciência e derivados implícito		
1	A psicanálise (legítima...)	Ação de ataque contra alguém				UNIVERSI-DADE e derivados explicitado

Fonte: o autor, 2022.

d) Apresentação dos dados específicos das ações dos demais agentes não privilegiados, tomando a "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" como agente passivo ou perspectivado

Quadro 22 - Ações de oposição da psicanálise lacano-milleriana como agente ativo, em relação a demais agentes privilegiados, contemplando as "Categorias gerais da ação".

(*fi*)	AG. TEXTUAL ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE TEXTUAL PASSIVO	AGENTE TEXTUAL PERSPECTIVADO
2	Agente místico / religioso	Ações do sujeito ativo	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)	Ações do sujeito ativo	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Ente humano / condição humana	Ações do sujeito ativo	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Outros agentes da sociedade civil	Ações do sujeito ativo	Psicanálise lacano-milleriana	
3	Agente público, governamental, administrativo	Ações do sujeito ativo		Psicanálise lacano-milleriana
2	Agente religioso / místico	Ações do sujeito ativo		Psicanálise lacano-milleriana
2	Agente societal	Ações do sujeito ativo		Psicanálise lacano-milleriana
2	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)	Ações do sujeito ativo		Psicanálise lacano-milleriana
2	Universo psi, atenção clínica e saúde mental	Ações do sujeito ativo		Psicanálise lacano-milleriana
2	Outras psicanálises	Ações do sujeito ativo		Psicanálise lacano-milleriana
1	Outros agentes da sociedade civil	Ações do sujeito ativo		Psicanálise lacano-milleriana
4	Agente público, governamental, administrativo	Ações amistosas sujeito- objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Clientela dos psis em geral	Ações amistosas sujeito- objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Outros agentes sanitários	Ações amistosas sujeito- objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Universo psi, atenção clínica e saúde mental	Ações amistosas sujeito- objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)	Ações amistosas sujeito- objeto	Psicanálise lacano-milleriana	

1	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)	Ações amistosas sujeito- objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Agente epistêmico / intelectivo	Ações amistosas sujeito- objeto		Psicanálise lacano-milleriana
5	Agente público, governamental, administrativo	Ações neutrais sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
3	Agente técnico	Ações neutrais sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
3	Campo psi em feral / Saúde Mental	Ações neutrais sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)	Ações neutrais sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
6	Agente público, governamental, administrativo	Ações neutrais sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
4	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)	Ações neutrais sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
3	Agente religioso /místico	Ações neutrais sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
2	Outras psicanálises	Ações neutrais sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Universo psi, atenção clínica e saúde mental	Ações neutrais sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Agente educacional	Ações neutrais sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Outros agentes sanitários	Ações neutrais sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
10	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
7	Agente público, governamental, administrativo	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
5	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
4	Agente culturalista	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
3	Agente epistêmico / intelectivo	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
3	Ente humano / condição humana	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
3	Outros agentes da sociedade civil	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
2	Clientela da(s) psicanálise(s)	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente educacional	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente legal / jurídico / inquisitorial	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente societal	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Outras psicanálises	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Outros agentes sanitários	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
8	Agente público, governamental, administrativo	Ações assimétricas sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
3	Agente legal / jurídico / inquisitorial	Ações assimétricas sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
2	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)	Ações assimétricas sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Agente culturalista	Ações assimétricas sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Universo psi, atenção clínica e saúde mental	Ações assimétricas sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana

1	Ente humano / condição humana	Ações assimétricas sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Outras psicanálises	Ações assimétricas sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Outros agentes sanitários	Ações assimétricas sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)	Ações assimétricas sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
5	Universo psi, atenção clínica e saúde mental	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
4	Ente humano / condição humana	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
3	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
3	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos))	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
2	Agente educacional	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente epistêmico / intelectivo	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente religioso / místico	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente societal	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Clientela da(s) psicanálise(s)	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Outros agentes sanitários	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
4	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)	Ações de enquadramento sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
3	Ente humano / condição humana	Ações de enquadramento sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
2	Agente público, governamental, administrativo	Ações de enquadramento sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
2	Universo psi, atenção clínica e saúde mental	Ações de enquadramento sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Agente educacional	Ações de enquadramento sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)	Ações de enquadramento sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Outras psicanálises	Ações de enquadramento sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Outros agentes da sociedade civil	Ações de enquadramento sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
22	Agente público, governamental, administrativo	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
21	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
15	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
14	Agente religioso / místico	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
7	Agente epistêmico / intelectivo	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
6	Ente humano / condição humana	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
6	Outros agentes sanitários	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
5	Universo psi, atenção clínica e saúde mental	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
4	Agente culturalista	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
3	Agente societal	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	

3	Outras psicanálises	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
2	Agente econômico / financeiro / empresarial	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
2	Agente educacional	Ações de oposição sujeito-1objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente representativo de classe	Ações de o1posição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Agente técnico	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
7	Agente público, governamental, administrativo	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
3	Universo psi, atenção clínica e saúde mental	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
3	Outras psicanálises	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
2	Agente societal	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Agente epistêmico / intelectivo	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Agente religioso / místico	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Agente representativo de classe	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Agente(s) difuso(s), inespecífico(s)	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Clientela da(s) psicanálise(s)	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Comunidade psicanalítica plural	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Ente humano / condição humana	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Outros agentes sanitários	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Outros Psis (psiquiátricos / psicológicos / psicoterápicos)	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana

Fonte: o autor, 2022.

e) Apresentação dos dados específicos das ações dos agentes privilegiados, tomando a "A Psicanálise (legítima, freudo-lacano-milleriana)" como agente passivo ou perspectivado

Quadro 23 - Ações de agentes privilegiados, tendo como agente passivo ou perspectivo a psicanálise lacano-milleriana.

(*fi*)	AG. PRIVILEGIADO ATIVO	SUPERCATEGORIA	AGENTE TEXTUAL PASSIVO	AGENTE TEXTUAL PERSPECTIVADO
2	PSICOLOGIA e derivados explicitado	Ações do sujeito ativo		Psicanálise lacano-milleriana
1	Universidade e derivados implícito	Ações do sujeito ativo		Psicanálise lacano-milleriana
1	PSICOLOGIA e derivados explicitado	Ações amistosas sujeito- objeto	Psicanálise lacano-milleriana	

1	Psicologia e derivados implícito	Ações amistosas sujeito- objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	UNIVERSIDADE e derivados explicitado	Ações amistosas sujeito- objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
2	Psicologia e derivados implícito	Ações neutrais sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	PSICOLOGIA e derivados explicitado	Ações neutrais sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	UNIVERSIDADE e derivados explicitado	Ações neutrais sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
2	PSICOLOGIA e derivados explicitado	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Psicologia e derivados implícito	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	UNIVERSIDADE e derivados explicitado	Ações assimétricas sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	UNIVERSIDADE e derivados explicitado	Ações assimétricas sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	PSICOLOGIA e derivados explicitado	Ações de enquadramento sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	PSICOLOGIA e derivados explicitado	Ações de enquadramento sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
1	Psicologia e derivados implícito	Ações de enquadramento sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
3	Ciência e derivados implícito	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
3	UNIVERSIDADE e derivados explicitado	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	PSICOLOGIA e derivados explicitado	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
1	Psicologia e derivados implícito	Ações de oposição sujeito-objeto	Psicanálise lacano-milleriana	
3	Psicologia e derivados implícito	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
3	PSICOLOGIA e derivados explicitado	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana
2	UNIVERSIDADE e derivados explicitado	Ações de oposição sujeito-objeto		Psicanálise lacano-milleriana

Fonte: o autor, 2022.